

**RICARDO PIRES DE PAULA**

**ENTRE O SACERDÓCIO E A CONTESTAÇÃO: UMA  
HISTÓRIA DA APEOESP (1945-1989)**

**ASSIS  
2007**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**RICARDO PIRES DE PAULA**

**ENTRE O SACERDÓCIO E A CONTESTAÇÃO: UMA  
HISTÓRIA DA APEOESP (1945-1989)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Frederico Alexandre de Moraes Hecker

**ASSIS  
2007**

P346e Paula, Ricardo Pires de.  
Entre o sacerdócio e a contestação: uma história da Apeoesp (1945-1989) /  
Ricardo Pires de Paula. – Assis : [s.n.], 2007  
270 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências  
e Letras

Orientador: Frederico Alexandre de Moraes Hecker

1. História - Brasil. 2. Apeoesp – Associação de professores. 3. Sindicalismo  
docente. 4. Greve de Professores. 5. Campo educacional. I. Paula, Ricardo  
Pires de. II. Hecker, Frederico Alexandre de Moraes. III. Título.  
CDD (18.ed.) 981

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação  
UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

**RICARDO PIRES DE PAULA**

**ENTRE O SACERDÓCIO E A CONTESTAÇÃO: UMA  
HISTÓRIA DA APEOESP (1945-1989)**

**COMISSÃO JULGADORA  
TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR**

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Frederico Alexandre de Moraes Hecker

2º Examinador \_\_\_\_\_

3º Examinador \_\_\_\_\_

4º Examinador \_\_\_\_\_

5º Examinador \_\_\_\_\_

Assis (SP), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.

Aos professores e professoras da rede oficial de ensino pela incansável luta, desde longa data, em defesa de uma educação pública de qualidade.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho contou com a colaboração direta ou indireta de muitas pessoas e instituições, algumas das quais serão lembradas aqui.

A Frederico Alexandre de Moraes Hecker pela leitura sempre atenta de meus rascunhos, pelo franco diálogo durante os encontros e pela dedicação empenhada como orientador desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras FCL-UNESP/Assis, bem como a seu corpo docente por oferecer a estrutura necessária ao debate acadêmico.

Aos funcionários e responsáveis pelas seguintes instituições: Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP) da UNESP/Assis; Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Assis; Biblioteca da Faculdade de Educação da USP/São Paulo, Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP/Presidente Prudente, Arquivo Público do Estado/São Paulo e Arquivo do jornal O Estado de São Paulo.

Aos professores José Leonardo do Nascimento e Kátia Maria Abud pelas sugestões apresentadas durante o exame de qualificação.

Aos dirigentes do Centro do Professorado Paulista (CPP) pela manutenção de rico acervo referente à participação do magistério paulista em diversas atividades ao longo da segunda metade do século XX.

Aos dirigentes, associados e funcionários da Apeoesp da sede central em São Paulo e da subsede em Presidente Prudente por permitirem o acesso a seus arquivos.

Ao professor Fábio Santos de Moraes, dirigente da Apeoesp, por intermediar o contato na entidade e oferecer apoio logístico durante a minha permanência em São Paulo.

Aos colegas professores de Presidente Prudente que mantiveram estreito diálogo acerca das lutas da categoria da qual faço parte desde o ano 2000.

Aos amigos Marcos, Jefferson, Sandro e Tatiana pela convivência nos momentos de descontração;

A minha esposa Iraci e minha enteada Hellen que me acompanharam durante o doutorado, apoiando minhas escolhas e dividindo comigo minhas angústias.

Aos meus pais Maria Elena e Roberto por sempre incentivar meus estudos mesmo que isto reduzisse os momentos de nossa convivência.

PAULA, Ricardo Pires de. Entre o Sacerdício e a Contestação: uma história da Apeoesp (1945-1989). Assis, 2007. 270p. (doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”.

## RESUMO

Abordamos na presente pesquisa, a trajetória da organização coletiva dos professores da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo, particularmente daquela referente à Apeoesp. Associação criada por professores secundaristas e normalistas com o objetivo de defender os interesses da categoria. Analisamos as diferentes formas de organização experimentadas ao longo dos anos, a partir de um duplo movimento. Externamente, provocado pelas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais vivenciadas no Brasil e no mundo que interagiram na formação do campo educacional paulista. Internamente, decorrente de uma dinâmica própria, provocada pelas disputas travadas pelo comando das atividades e atitudes em relação aos seus representados, ao governo e ao conjunto da sociedade brasileira. Tais condicionantes teriam contribuído para mudanças na atuação dos professores em seu cotidiano, dando origem a movimentos de construção e reconstrução de sociabilidades, modificando padrões, identidades e ações desenvolvidas coletivamente. Esse processo, acompanhado de permanências e rupturas, apresentou três fases: 1945-1963, surgimento e estruturação, até a primeira experiência grevista dos docentes; 1963-1978, anos de acomodações e resistências em meio à ascensão e crise do regime militar instalado a partir de 1964; e, por fim, 1978-1989, fase de reorganização da entidade com base em novas experiências no enfrentamento de problemas originados ou aprofundados pelas transformações vividas no país ao longo do período de redemocratização. Fase esta que assinalou a ascensão de grupos, projetos e ideologias acerca da organização de professores, criando ou reforçando estratégias de mobilização, consolidando ações e representações acerca do magistério e de sua entidade coletiva, culminando na obtenção do registro sindical em 1989.

Palavras-chave: Apeoesp; sindicalismo docente; associação de professores; greve de professores; campo educacional.



PAULA, Ricardo Pires de. *Between the Priesthood and the Contestation: a history of Apeoesp (1945-1989)*. Assis, 2007. 270p. (doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”.

## ABSTRACT

It was approached in the research the trajectory of the collective organization of the teachers from the official chain of education in the State of São Paulo, particularly from the one referring to “Apeoesp”, association created by secondary teachers with the aim of defending the category’s interests. It was analyzed the different forms of organization experimented through the years, starting with a dual process. Externally caused by social, political, economical and cultural transformation experienced in Brazil and around the world, that interacted with the making of the educational field of São Paulo. Internally, as a result of its own dynamics, caused by disputes for the activities and attitudes related to their representatives, the government and the whole Brazilian society. Theses facts contributed to the changes in the teachers’s role in their daily routine, originating construction and reconstruction processes of socialization, modifying standards, identities and actions collectively developed. This process, followed by ruptures and permanences, presented three phases: 1945-1963, the emergence and organization, until the first strike experience; 1963-1978, the years of adaptation and resistances during the ascent and crisis of the Military regime adopted since 1964; and at last, 1978-1989, the reorganization of the institution phase, which was based on new experiences in the confrontation with problems originated or expanded by the transformation in the Country through the democratization period. Such phase marked the ascent of groups, projects and ideologies through the teacher’s organization, creating or reinforcing mobilization strategies, establishing actions and representations in the teaching process and its collective institution, culminating in acquisition of the syndical register in 1989.

Keywords: “Apeoesp”; teaching syndicalism; teacher’s association; teacher’s strike; educational field.

## LISTA DE ABREVIATURAS

Adeia: Associação dos Docentes do Ensino Industrial e Agrícola

Afuse: Associação dos Funcionários e Servidores do Ensino

Apase: Associação Paulista dos Supervisores de Ensino

Apef: Associação dos Professores de Educação Física

Apeoesp: Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Apesnoesp: Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo

ATE: Associação dos Técnicos em Educação

CGT: Comando Geral dos Trabalhadores

CPEU: Comissão Pró-Entidade Única

CPP: Centro do Professorado Paulista

CPB: Confederação dos Professores do Brasil

CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CUT: Central Única dos Trabalhadores

MOAP: Movimento de Oposição Aberta dos Professores

MUP: Movimento de Unificação dos Professores

PUI: Pacto de Unidade Intersindical

Udemo: União dos Diretores do Ensino Médio Oficial do Estado de São Paulo

UEE: União Estadual dos Estudantes

Unate: União Nacional dos Trabalhadores em Educação

UPES: União Paulista dos Estudantes Secundaristas

Uppesp: União dos Professores Primários do Estado de São Paulo

...experiência – uma categoria que, por mais imperfeita que seja,  
é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e  
emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social,  
a muitos acontecimentos inter-relacionados  
ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.

Edward Palmer Thompson

## SUMÁRIO

<b>O PERCURSO DE UMA INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A APEOESP NA PRODUÇÃO ACADÊMICA.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 2 - A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO PROFESSORADO SECUNDÁRIO (1945-1963)..</b>	<b>51</b>
2.1 O CERTAME INAUGURAL .....	51
2.2 O ESTATUTO DE FUNDAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE.....	57
2.3 A MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA: CONGRESSOS E CONCENTRAÇÕES REGIONAIS DE PROFESSORES .....	65
2.3.1 OS CONGRESSOS.....	65
2.3.2 AS CONCENTRAÇÕES REGIONAIS EM 1954 E 1958.....	69
2.3.3 A “RADICALIZAÇÃO” NA POSTURA DO MAGISTÉRIO PAULISTA .....	94
2.3.4 A GREVE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO EM 1963 .....	104
<b>CAPÍTULO 3 – ACOMODAÇÃO E CONFLITO EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1963-1978)</b>	<b>114</b>
3.1 REMINISCÊNCIAS DA GREVE DE 1963.....	114
3.2 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: DA ESTRUTURAÇÃO AO MODELO TECNICISTA	116
3.3 A ATUAÇÃO DA APEOESP NO CAMPO EDUCACIONAL PAULISTA DURANTE OS ANOS INICIAIS DA DITADURA MILITAR.....	119
3.3.1 TEMPOS DE “ACOMODAÇÃO” – A LUTA EM FAVOR DOS DIREITOS TRABALHISTAS.....	130
3.3.2 AS DISPUTAS EM TORNO DO PRIMEIRO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO .....	140
3.3.3 CONFLITOS NO INTERIOR DA APEOESP .....	147
3.3.4 TEMPOS DE CONFLITOS – DISCURSOS E AÇÕES DURANTE A GREVE DE 1978.....	163
<b>CAPÍTULO 4 – A ORGANIZAÇÃO DOCENTE SOB A PERSPECTIVA SINDICAL (1979-1989).....</b>	<b>180</b>
4.1 REDEMOCRATIZAÇÃO: A REORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL .....	182
4.2 A POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO .....	189
4.3 1979: NOVOS GRUPOS DIRIGENTES, NOVOS EMBATES PELO CONTROLE DA ENTIDADE ...	191
4.4 A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA NA ENTIDADE .....	199
4.4.1 CAMPANHAS E MOBILIZAÇÕES.....	211
4.5 O RECONHECIMENTO JURÍDICO DE UMA REALIDADE .....	252
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>255</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>262</b>
FONTES .....	262
BIBLIOGRAFIA .....	262

## O PERCURSO DE UMA INVESTIGAÇÃO

A história do sindicalismo docente no Estado de São Paulo tem recebido uma maior atenção dos pesquisadores a partir dos anos 80. No entanto, não é comum encontrarmos um trabalho de historiador a respeito do tema. Um exemplo da escassez de estudos nesse campo diz respeito à trajetória da Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Fundada em 1945, a entidade é atualmente, o sindicato dos professores da rede estadual de educação do Estado de São Paulo. Possui, aproximadamente, 150 mil filiados e está organizada em 91 subseções espalhadas na capital e no interior. Conta com um periódico publicado bimestralmente (Jornal da Apeoesp), mantém uma página na internet e um programa veiculado na TV. Além disso, participa do conselho editorial de duas revistas de circulação nacional: Revista Fórum e Revista do Brasil. A Apeoesp é filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Apesar de se constituir em um dos mais representativos sindicatos de professores do Brasil, não tem sido alvo de investigação por parte dos historiadores.

A bibliografia existente a respeito da organização sindical docente não dá conta de elucidar a sua origem e as expectativas daqueles que lançaram a idéia de constituir um organismo que representasse a categoria dos professores secundaristas e normalistas, bem como sua atuação ao longo de sua trajetória. Isto se explica, em parte, devido a certa perspectiva que concebe a história da Apeoesp dividida em antes e depois dos anos 1978/1979. Antes dessa data, a entidade é vista como uma associação “assistencialista” e “colaboracionista”, restringindo sua atuação à prestação de serviços jurídicos aos seus associados. Após esse período, com a tomada da

entidade por um grupo de professores que passou a liderar manifestações de rua e greves, a associação passou a ter um caráter “classista” e “reivindicatório”.

Esta perspectiva fundamentou a quase totalidade dos trabalhos, durante os anos 80 e 90, que tiveram como tema a organização dos professores da rede oficial de ensino no Estado de São Paulo. Isto se explica pelo fato de muitas destas pesquisas terem se utilizado de relatos orais de professores que exerceram papel de liderança durante as greves de 1978 e 1979, bem como na tomada da diretoria após as eleições ocorridas na entidade no ano de 1979.

Analisando retrospectivamente os acontecimentos, essas lideranças reconstruíram suas ações, identificando-se enquanto sujeitos históricos pertencentes ao movimento denominado “Novo Sindicalismo”. A aliança estabelecida explícita ou tacitamente entre a academia e a vanguarda dos movimentos eclodidos no final da década de 70 consagrou uma visão de ruptura e inovação que acabou norteando as pesquisas nos anos 80 e 90.

Leila Maria da Silva Blass refere-se a esse “acordo” que traz de um lado, dirigentes e militantes sindicais e, de outro, pesquisadores, como responsável por “ofuscar algumas experiências emblemáticas de luta que fazem parte da memória histórica e do processo de formação das classes trabalhadoras no Brasil”.

O direito de greve, a ação direta combinada às negociações, a regulamentação de direitos sociais, melhorias nas condições salariais e de trabalho, entre outros aspectos, consistem em velhas temáticas em torno das quais se debatem, há anos, as lideranças e os trabalhadores brasileiros. O fato do movimento operário e sindical apresentar maior visibilidade pública, em determinados momentos, não significa que seja portador de práticas inovadoras, pois o novo pode recriar o velho, sob outras condições históricas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> BLASS, 1999: 33-49.

Ainda segundo a autora, o “Novo Sindicalismo” foi definido como um conjunto de ações mobilizatórias, desencadeadas por diversos segmentos da classe trabalhadora, principalmente, pelos operários na região do ABC paulista, no intuito de reivindicar melhorias econômicas e sociais, pressionando o processo de abertura política<sup>2</sup>.

A emergência dessas ações acabou motivando a participação política de outros setores da sociedade brasileira. De acordo com Marco Aurélio Santana, após a greve dos metalúrgicos de 1978, “tornaram-se possíveis outras mobilizações de outras categorias profissionais como os bancários, os petroleiros e os professores, em uma verdadeira ascensão da classe trabalhadora no Brasil do período”<sup>3</sup>.

Segundo Santana, além das mobilizações, os trabalhadores se afirmaram como importantes atores no cenário político a partir da criação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e na criação de “organismos intersindicais de cúpula”, como a Central Única dos Trabalhadores – CUT em 1983<sup>4</sup>. Foi nesse contexto de reaparecimentos das entidades representativas dos trabalhadores no cenário político que os professores da rede pública paulista participaram, reelaborando suas práticas e sua organização coletiva, a partir dos relatos de suas vanguardas, quando da recuperação de suas histórias pelos pesquisadores.

Essa história dividida em antes e depois de 78/79 está presente nos principais documentos atuais de divulgação das ações do sindicato como O Jornal da Apeoesp e os Cadernos de Formação, no entanto, tais publicações desprezam as ações empreendidas pela entidade nas décadas de 40, 50 e 60 e enfatizam as mobilizações no final da década de 70 e as que se seguiram nas décadas de 80.

---

<sup>2</sup> BLASS, 1999: p. 34.

<sup>3</sup> SANTANA, 2003:287.

<sup>4</sup> Ibidem, pp. 289-293.

Ao recorrer aos arquivos da Apeoesp, constatamos que a produção acadêmica e a organização de sua documentação se relacionam na fundamentação do discurso histórico predominante. Encontramos uma documentação bastante fragmentada e pouco explorada em relação à sua história (exemplares de seus dois primeiros estatutos, ofícios, além de recortes de jornais que noticiaram eventos envolvendo a entidade como encontros, congressos, reuniões com autoridades do governo estadual e algumas colunas sobre educação, mantidas por professores fundadores e demais associados). Essa documentação da imprensa não apresenta continuidade, dificultando o trabalho de análise dos eventos patrocinados pela entidade, assim como as demandas suscitadas pelo magistério secundário e normalista paulista.

Os documentos oficiais são mais recorrentes a partir da década de 70, quando são encontrados em maior número: atas de reuniões (Assembléias ordinárias e extraordinárias e termos de posse de várias diretorias), documentos redigidos pela oposição à diretoria da associação, além de exemplares do principal meio de comunicação da entidade com seus associados, o jornal Apesnoesp\* em Notícias, passando a se denominar, no ano de 1992, de Jornal da Apeoesp.

Reconstituir a história da entidade é o objetivo dessa pesquisa que parte das seguintes indagações: por que desprezar a sua história no período anterior a 1978? Se a Associação era vista como um órgão “pelego”, “assistencialista” e “colaboracionista”, por que manter o mesmo nome depois de se tornar sindicato? O que significou para os professores a mudança de atitude da entidade no final da década de 70? Quais as

---

\* De 1945 até 1973, a associação era conhecida como Apesnoesp - Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo, de acordo com as mudanças introduzidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 5.692/71) como a substituição dos termos primário e secundário por 1.º e 2.º graus, a entidade passou a se denominar Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).



práticas que permaneceram e as que foram modificadas ao longo de sua trajetória? O professorado paulista passou a se identificar como sujeito histórico mediante as ações patrocinadas por suas lideranças? Como se deu a mediação entre o caráter associativista e o caráter sindical na construção da organização coletiva do professorado?

A fim de responder a essas questões é que nos propusemos a reconstituir as ações da entidade de 1945 até 1989, a composição de suas diretorias no decorrer desse período, suas manifestações, sua relação com os associados e com o governo estadual, ou seja, desvendar rupturas e continuidades nesse processo de constituição do professorado paulista em sujeito histórico. Tal período refere-se à trajetória da entidade desde sua fundação em 1945 até o momento em que obtém o registro sindical junto ao Ministério do Trabalho, em 1989.

Reconstituir sua trajetória nesse período de experiências que foram sendo acumuladas pelos docentes frente às suas principais dificuldades, dentro e fora das escolas, em diversos contextos históricos, alternando momentos de conflito e de conciliação com o Estado, foi um dos objetivos desta pesquisa.

Para tanto, constituímos três fases que apesar de serem vistas separadamente, estão intrinsecamente relacionadas: 1945-1963, período que assinala seu surgimento, as primeiras reuniões até os movimentos resultando na primeira greve do magistério público estadual em outubro de 1963; 1963-1978, anos de readequação das imagens acerca do magistério e da organização coletiva a partir da ascensão e crise do regime militar e, por fim, 1978-1989, fase de reorganização com base em novas experiências

no enfrentamento de novos e velhos problemas decorrentes das transformações sociais e políticas vivenciadas no processo de redemocratização do país.

Com o propósito de padronizar o texto, utilizaremos o termo Apeoesp, definindo assim, o nosso ponto de vista a respeito da história da entidade, considerando a sua continuidade, sem, no entanto, desprezar as mudanças as quais vivenciou.

O texto ora apresentado fundamentou-se na documentação encontrada em diferentes acervos. Começamos pela busca da documentação existente na sede central da entidade em São Paulo. A partir daí, em face da fragmentação aludida anteriormente, procedemos à investigação no arquivo do Centro do Professorado Paulista (CPP), onde pudemos encontrar diversas pastas com recortes de jornal, contendo colunas sobre educação, escritas por integrantes das direções da Apeoesp e do CPP e também várias matérias a respeito das ações empreendidas por essas entidades. Para completar as lacunas encontradas nesse material da imprensa, recorreremos ao Centro de Documentação de Apoio à Pesquisa (CEDAP), no campus da UNESP em Assis, ao Arquivo do Estado e ao acervo do jornal O Estado de S. Paulo.

No tocante à bibliografia a respeito da Apeoesp e outras associações docentes, fizemos uso do acervo das bibliotecas da Faculdade de Educação e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Superado esse percurso, o texto aqui apresentado é o resultado de reflexões a partir da leitura e sistematização da bibliografia a respeito do tema em questão (capítulo 1) e da trajetória da Apeoesp em suas diferentes fases: 1945-1963 (capítulo 2); 1963-1978 (capítulo 3) e 1979-1989 (capítulo 4).

Partindo do pressuposto de que o estudo das associações docentes deve superar as oposições correntes entre associativismo e sindicalismo, procuramos constituir novos olhares e novos problemas em torno da história da Apeoesp. Para tanto, buscamos caracterizar a entidade, suas ações, os embates travados em seu interior e no interior do campo educacional em meio aos conflitos políticos a partir do confronto com os diferentes momentos da história do país.

## CAPÍTULO 1 - A APEOESP NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

A Apeoesp, como objeto de pesquisa, atraiu o interesse de pesquisadores, predominantemente, da área de Educação. Sete teses e dez dissertações foram localizadas enfocando ou mencionando a associação em investigações realizadas nos últimos 25 anos. Deste total, dois trabalhos eram da área de História, um em Sociologia e os demais em Educação. Além disso, três livros, resultantes de pesquisas acadêmicas foram localizados, tratando direta ou indiretamente da entidade.

Seguindo uma ordem cronológica, Maria Jurema Venceslau de Carvalho foi a primeira a analisar a entidade, enfocando as primeiras impressões do professorado paulista a respeito de sua organização coletiva<sup>1</sup>.

...optamos pela investigação das atribuições dos próprios professores, enquanto interpretação de causalidade, a partir das informações que nos transmitissem a respeito dos eventos, condições de ensino e associação da categoria profissional. (...) O professor traz suposições e expectativas ao estabelecer a compreensão da causa das condições de ensino e da movimentação dos colegas.<sup>2</sup>

Por meio da entrevista com 35 professores, a autora procurou captar como o professorado interpretava os movimentos grevistas dos anos de 1978 e 1979, bem como a situação que os teria levado a empreender tais ações e a se organizar coletivamente. Não apresentou um histórico da entidade, nem as disputas internas que teriam motivado a participação da mesma nas greves. Porém, revelou, a partir dos

---

<sup>1</sup> CARVALHO, 1981: 17.

<sup>2</sup> Ibidem: 29-31.

relatos colhidos, como uma parcela do professorado percebia as ações desencadeadas pela associação que a representava.

Segundo a autora

Pouquíssimos professores afirmam que a maioria dos colegas da rede estadual participa da associação da categoria profissional, assim mesmo como sócios (...) as formas de participação deixam muito a desejar (...) há os que participam “pró-forma”, por interesses particulares, para usufruir de benefícios burocráticos, consumista, assistenciais ou recreativos e sem consciência de classe.<sup>3</sup>

As conclusões de Maria Jurema Venceslau de Carvalho, se não estiveram pautadas pela historicização do período, contribuíram para elucidar as relações entre as vanguardas do movimento de professores e suas bases quase simultaneamente ao desenrolar de acontecimentos de grande visibilidade para a entidade, consagrados como de ruptura, ou seja, de mudança em sua atitude perante as autoridades estaduais de ensino e à própria categoria.

É quase total a concordância dos professores quanto à validade das últimas greves pelos motivos que as desencadearam e pelos resultados que foram conseguidos. Entretanto, não concordaram que foram oportunas, pelo momento em que aconteceram, fraqueza do movimento, radicalização e falta de organização. (...) Os professores acham que uma associação realmente representativa dos docentes deveria, fundamentalmente, ser composta só de professores que estivessem lecionando, representantes de todos os níveis de ensino e ser de âmbito nacional. As lideranças representariam escolas, regiões e não teriam vínculo com a estrutura formal do ensino. Essa entidade deveria ser um sindicato como o dos demais trabalhadores.<sup>4</sup>

De igual relevância para o melhor entendimento da história da Apeoesp foram as representações fornecidas pelos professores no tocante à definição das características de uma entidade que representasse a categoria. Estas representações

---

<sup>3</sup> CARVALHO, 1981.: 125-126.

<sup>4</sup> Ibidem, pp. 207-209.

confrontadas com outras, portadoras de diferentes concepções ideológicas, marcaram os debates em torno da continuidade do movimento docente a partir da renovação da diretoria, assim como a organização docente no âmbito nacional, a partir das mudanças que ocorreriam na antiga Confederação de Professores do Brasil que passaria a ser denominada, em 1989, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação<sup>5</sup>.

Ainda na década de 80, Maria Luisa Santos Ribeiro<sup>6</sup>, apresentou em sua tese de doutorado o processo de formação política de lideranças do professorado que nos anos 70 se articularam para enfrentar o regime de exceção e a diretoria da Associação. Iniciando certa tendência na produção acadêmica a respeito do sindicalismo docente, Ribeiro expôs alguns acontecimentos que evidenciariam o descontentamento entre os professores frente a atuação de sua entidade representativa durante a década de 60, que culminariam na tomada da mesma por um grupo de oposição que liderara as greves de 78 e 79 e a eleição para diretoria também em 79.

### Segundo Ribeiro

No final dos anos 60, em 1968 mais especificamente e anterior à decretação do Ato Institucional n.º 5, os professores recorreram às associações, em particular à Apeoesp, para que a diretoria encaminhasse algumas reivindicações. Em Assembléias que conseguem realizar, começam a perceber que os seus representantes legalmente instituídos nas diretorias tentam desestimular o movimento da categoria, passando, então, a ser freqüentemente vaiados. Nesse processo aparecem novas lideranças e novos organismos na tentativa de levar os antigos líderes a novamente se aproximarem da categoria. Observando-se o comportamento dessas lideranças que para manter a legalidade vão perdendo a legitimidade constata-se que, a partir daí, quando orientam ou organizam uma reação aos efeitos prejudiciais das medidas governamentais acabam por estimular a via basicamente individual-jurídica a ponto de fazer com que a Apeoesp venha a ser quase que identificada a um gigantesco departamento jurídico.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Para um breve histórico da entidade nacional de professores, consultar VALE, 2002:147-150.

<sup>6</sup> RIBEIRO, 1984: 06.

<sup>7</sup> Ibidem.: 72.

Para a autora, as divergências entre a diretoria da entidade e setores do professorado que defendiam ações mais contundentes em defesa de melhores condições de trabalho, teriam contribuído para a formação de uma consciência crítica da categoria, viabilizando sua participação nas manifestações posteriores.

Maria Luisa Santos Ribeiro deu ênfase ao papel das lideranças nesse processo de conscientização dos professores como sujeitos históricos e de aproximação com a “classe dominada”

os educadores que têm aí (na escola) seu local de exercício profissional, particularmente os professores, vão passando por um processo de proletarização que atinge o coletivo, e que acaba por aproximá-los ainda, enquanto assalariados-educadores, dos assalariados-operários. Mas, para que tal aproximação se desenvolva na direção da vinculação de seu trabalho aos interesses populares e da integração de sua luta sindical enquanto categoria à dos operários, necessário se faz ainda um trabalho de educação dessas consciências de educadores, por pessoas da mesma categoria (ou de outras), que nesse processo vão atingindo mais aceleradamente um mais elevado grau de compreensão. Essas pessoas são as lideranças.<sup>8</sup>

Com base nas entrevistas de 18 professores que participaram nas diretorias e nos conselhos regionais após as eleições de 79, a autora reuniu um conjunto de informações a respeito da transição da entidade no final da década de 70<sup>9</sup>.

Professores como Rosiver Pavan, Gumercindo Milhomem Neto, Eliana Maria Ciocchetti Zago e Ronaldo Nicolai, segundo os depoimentos, seriam provenientes de organizações estudantis, movimentos de educação popular e de partidos políticos postos na ilegalidade pela ditadura militar. Juntamente com outros nomes mais experientes e de alguma representatividade na categoria, teriam atuado no processo de

---

<sup>8</sup> RIBEIRO, 1984: 34.

<sup>9</sup> Ribeiro (1984: 15) preferiu compor o anexo com as entrevista em um volume a parte, pois segundo a autora, “este trabalho teria vida própria, já que se constituem em textos completos que retratam a experiência daqueles que participaram do dia-a-dia do magistério, assim como de sua organização enquanto categoria”.

formação política do professorado, constituindo-se, na perspectiva da autora, nos “intelectuais orgânicos” dos docentes.

É nesse processo que antigas lideranças se somam às novas e se multiplicam. É, pois, nele que a categoria vai criando e desenvolvendo os seus intelectuais, isto é, aquela camada de membros da própria categoria que terá como função expressar (de maneira mais desenvolvida) os interesses desse conjunto e difundi-los, com vista à conquista de homogeneidade e consciência de sua função (e importância) social, da qual decorrem seus interesses enquanto categoria profissional.<sup>10</sup>

Aqui, a autora utilizou-se do conceito de intelectual formulado por Gramsci, cujo princípio norteador seria a ascensão, no interior dos grupos sociais, de pessoas que dariam “homogeneidade e consciência da própria função” em termos sociais, políticos e culturais<sup>11</sup>.

No entendimento da autora, centrar seu foco na década de 70 se justificaria pelo fato de neste período ter havido um acirramento na relação “educação escolarizada-classe social em termos da contradição dominantes-dominados e o papel da escola nesse processo histórico de conservação-transformação”<sup>12</sup>.

Conforme podemos apreender da leitura acima, para a autora, o processo de conscientização política do professorado dar-se-ia mediante dois movimentos simultâneos: ação de uma vanguarda oriunda de enfrentamentos com o poder estabelecido e as condições objetivas que estariam levando a uma proletarização dos docentes. A autora teria partido de modelos preconcebidos para entender uma realidade específica, determinada espacial e temporalmente, destacando a atuação de

---

<sup>10</sup> RIBEIRO, 1984: 104.

<sup>11</sup> GRAMSCI, 1978: 03.

<sup>12</sup> RIBEIRO, Op. Cit.: 12.



alguns professores que teriam desempenhado uma certa liderança no encaminhamento das reivindicações da categoria.

Já no segundo movimento enunciado pela autora, partiu-se da concepção de proletarização<sup>13</sup>, entendida como um processo que aproxima o professorado das “classes dominadas”, opondo-se, portanto, aos donos do capital, a burguesia. Ultimamente, a proletarização<sup>14</sup> dos professores é vista segundo diferentes perspectivas: um processo de empobrecimento material dos docentes sem que isto resulte numa aproximação com as classes populares ou uma perda do controle na execução de seu trabalho<sup>15</sup>.

Seguindo uma tendência próxima do trabalho anterior, Laurita Fernandes Fassoni, já na década de 90, em sua dissertação na área de filosofia da educação, propôs-se a investigar a contribuição do movimento sindical docente na conscientização do ato de educar para a transformação social<sup>16</sup>. Após uma discussão teórica a respeito do papel da educação em uma sociedade capitalista, a autora procurou reconstituir, em breve histórico, a trajetória da Apeoesp, desde sua fundação.

A Apeoesp, assim denominada a partir de 4 de agosto de 1973, fundada em São Carlos em 12 de março de 1945 como Apesnoesp (Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo), se constituiu até a primeira metade da década de 70, em uma Associação que, embora representativa do professorado paulista dos antigos cursos ginásial e colegial, se propunha a prestar a seus associados orientação, assistência e providências de ordem individual e jurídica, o que resultou na caracterização da entidade como apêndice do seu departamento jurídico, e a manteve à margem do movimento sindical brasileiro<sup>17</sup>.

---

<sup>13</sup> FASSONI, 1991: 79.

<sup>14</sup> ALMEIDA, 1999: p.36.

<sup>15</sup> Para uma análise das diversas interpretações a respeito do termo proletarização consultar: PESSANHA, 1984: 26-29.

<sup>16</sup> FASSONI, L. F. Op. Cit., p. 05.

<sup>17</sup> Ibidem, p.32.

A citação evidencia a maneira como a Apeoesp tem sido caracterizada no período anterior a 1978/1979 pela maioria dos estudos a respeito da organização docente paulista. A qualificação da entidade como “apêndice do seu departamento jurídico” exemplificaria sua forma de atuação durante mais de 30 anos. Ou seja, não teria relevância a organização dos congressos realizados pela associação desde sua fundação até a década de 70, nem a atuação de suas lideranças junto à categoria e às autoridades políticas do Estado na constituição de experiências coletivas da organização docente. Esse processo, no entendimento da autora, em nada teria contribuído para a construção do professorado como sujeito histórico. Para Fassoni:

...as diferentes “feições” assumidas pela Entidade ao longo dos seus 45 anos de existência, foram e são determinadas pela conjuntura sócio-político-econômica, e que essa conjuntura é que tem de certa forma caracterizado e determinado as suas formas de luta, o seu nível de organização, e a participação de seus militantes<sup>18</sup>.

Essa leitura suscita-nos a seguinte indagação: pode a mudança nos rumos da organização docente ser explicada unicamente pelas condições objetivas? Mostrar que tanto os aspectos externos quanto a dinâmica interna influenciam nas escolhas e nas ações da organização coletiva do professorado, será um dos objetivos desta pesquisa.

Para a autora, o alheamento da entidade frente ao movimento sindical da época seria rompido episodicamente, como na sua participação nos “movimentos populares em defesa da escola pública no final da década de 50 e início dos anos 60”<sup>19</sup>. Apesar dessa referência, a autora não forneceu informações suficientes de como teria se processado a participação da entidade nessas manifestações públicas.

---

<sup>18</sup> FASSONI, 1991: 33.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 32.

Em sua tentativa de reconstituir a história da Apeoesp e perceber as nuances da organização do professorado, promovida pela entidade, Fassoni transcreveu entrevistas realizadas com o professor Áureo Parolo, que participou da fundação da Apeoesp em 1945 e Gumercindo Milhomen de Souza Neto, uma das lideranças do grupo de oposição que tomou a diretoria da entidade em 1979 e se tornaria presidente em três gestões consecutivas entre os anos 1981 e 1986.

A escolha das pessoas entrevistadas e o modo como foram exploradas serviu para fundamentar uma tese preconcebida que os anos 78 e 79 seriam mais importantes na história da Apeoesp, pois teria sido o período que inauguraria uma nova tendência no interior da associação, supostamente mais identificada com o conjunto de ações e práticas sindicais caracterizadas de “Novo Sindicalismo”<sup>20</sup>.

*A Educação como Apostolado: História e Reminiscências (1930-1970)*, este é o título da tese de Livre-docência de Elza Nadai. Tendo como objetivo pesquisar “as representações que um grupo de professores atuantes numa determinada escola pública, identificada pela memória coletiva como detentora de um padrão de qualidade, elaborou sobre ela”,<sup>21</sup> a autora buscou compreender os projetos de formação universitária do professor, entre os anos 30 e a década de 70. Década esta, segundo a autora, na qual ocorreram “mudanças que abalaram significativamente a escola secundária e normal, chamada de tradicional ou de classe média, transformando-a legalmente na escola fundamental e obrigatória de oito anos”<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> No campo historiográfico, o final dos anos 70 e início dos anos 80, impulsionados pela atuação dos sindicatos em todo o país, inspiraram os estudos em torno do movimento sindical durante a Primeira República, mais próximo das formas eclodidas no final da década de 70. “Sob o signo do novo e sobre as cinzas de um velho sindicalismo, pareciam se impor um tempo de rupturas absolutas e uma revalorização de outros períodos da história do país.” SILVA, 2003: 222.

<sup>21</sup> NADAI, 1991: 14.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 15.

Utilizou-se da memória de docentes que estudaram e trabalharam nas escolas públicas paulistas, a fim de recuperar os fragmentos de uma escola detentora de um padrão de qualidade, além de procurar

(...) apreender as lutas e resistências dos professores secundários para se afirmarem como profissionais reconhecidos e valorizados não só pela marca simbólica do prestígio intelectual mas pela conquista de condições de trabalho e salário compatíveis com a imagem que possuíam de si como intelectuais à serviço da modernização da sociedade brasileira, numa perspectiva moralizadora.<sup>23</sup>

De acordo com Elza Nadai, nesse processo de construção do professor como profissional, estiveram presentes as lutas travadas pelas entidades docentes em defesa de concursos públicos, defesa pelo “reconhecimento da profissão como de grau superior, ou seja, pela sua equiparação aos demais profissionais liberais, funcionários do Estado”, bem como pela melhoria de seus vencimentos.

Apesar de fazer referência à Apeoesp, o objetivo da autora não foi escrever sua história, mas sim situar a sua participação em alguns momentos importantes na luta do magistério pelo seu reconhecimento social/funcional.

Em 1939, a imprensa noticiava a fundação, na capital “da União dos Professores do Ensino Secundário”, congratulando-se com a iniciativa, entendida para “despertar na classe o espírito de consciência de sua objetividade moral e associativa, e com o desígnio de valorizar-lhe o esforço e as energias consumidas em prol da sociedade”, que chegava em momento oportuno em razão do tratamento inadequado sofrido pelo professor não condizente com a “importância de sua função social e educadora”. Nas décadas seguintes foram criadas, entre outras, a “Associação dos Ex-alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” da Universidade de São Paulo, a Apesnoesp (Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo), a Adeia (Associação dos Docentes do Ensino Industrial e Agrícola), a Udemo (União dos Diretores do Ensino Secundário) que ao lado do CPP (Centro do Professorado Paulista, reunia os professores primários) tornaram-se os “porta-vozes do professorado”<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> NADAI, 1991: 22.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 358.

Para a autora, essas entidades tiveram atuação importante na formação de uma identidade profissional para os docentes ao dar visibilidade às principais demandas do magistério<sup>25</sup>.

A tese de Elza Nadai ampliou o leque de observação sobre o movimento docente ao entender a tomada de consciência política da classe do professorado como um processo que remonta a décadas anteriores à de 70, porém não estabeleceu as conexões entre as experiências passadas e os acontecimentos mais recentes na organização sindical das entidades representativas dos professores.

Outro trabalho que fez uso de entrevistas foi a tese de Livre-docência de Angelina Teixeira Peralva que teve como objetivo apresentar os elementos de “crise e esgotamento do movimento de professores”<sup>26</sup>. Para tanto, fundamentou-se na intervenção sociológica, método de estudo dos movimentos sociais desenvolvido por Alain Touraine. Para ela, essa intervenção

...lidou com grupos de militantes. Esses grupos eram convidados a refletir, no curso de um processo relativamente longo, sobre sua própria ação, mas em confronto com interlocutores, que figuravam aliados e adversários reais. O objetivo era reconstituir a ação em situação de laboratório, revelando – tornando, portanto analisáveis – o conjunto de orientações que a articulavam.<sup>27</sup>

Especificamente falando de seu trabalho, a autora procurou reunir professores e demais pessoas atuantes durante a conjuntura analisada (final da década de 70 e início dos anos 80) e procurou confrontar as experiências a fim de melhor visualizar os embates e as dinâmicas internas do movimento eclodido entre os professores.

---

<sup>25</sup> NADAI: 1991: 360.

<sup>26</sup> PERALVA, 1992: 7.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 10.

Diferentemente das conclusões apresentadas por Laurita Fassoni, Angelina Peralva partiu da suposição de que o movimento coletivo dos professores não pode ser explicado apenas como expressão de condutas de resistência à proletarização<sup>28</sup>. Para Peralva, existiu um movimento de professores que emergiu no cenário político brasileiro, no fim dos anos 70, defendendo reivindicações que iam da melhoria dos salários à luta por uma maior democratização da escola pública. Esse movimento teria assumido um formato sindical e se transformado. No seu entender a questão educacional deu lugar à pauta de reivindicações da questão sindical e política, acarretando, a partir do final da década de 80, um afastamento na relação entre os professores e a comunidade usuária da escola pública.

Houve, de início, no movimento de professores, uma dimensão importante de reinvenção da escola e do ensino público. Os professores lutaram por um estatuto, que não apenas trouxesse melhorias salariais, mas que contribuísse para uma melhoria da qualidade do ensino. No começo organizou-se localmente, apoiando-se nos alunos, nos pais e numa sociedade civil que nele também se apoiava para multiplicar as vozes dos que pediam a redemocratização do país. Entretanto, e progressivamente, foi-se tornando cada vez mais autônomo em relação à sua fase inicial. Ocupou espaços no sistema institucional, elegeu deputados, uniu-se a outras forças para funcionar como grupo de pressão no momento da Constituinte. Quando tentou voltar às escolas para organizar a luta, no fim dos anos oitenta, já não conhecia mais o caminho.<sup>29</sup>

Para ela, eram evidentes duas posições em relação aos rumos que o movimento docente deveria tomar: um, com base na escola, entendia que os professores, a partir de suas demandas e vivências poderiam contribuir com a retomada do processo democrático no país; o outro, com base nas experiências sindicais dos operários,

---

<sup>28</sup> Para Fassoni (1991: 82) a conscientização dos professores e sua organização coletiva seriam influenciadas por um processo de proletarização: “o militante surge, na maioria das vezes, quando toma consciência de ser assalariado em processo contínuo de proletarização”.

<sup>29</sup> PERALVA, 1992: 44.

ênfatizava o enfrentamento político, por meio de ações que levassem a uma maior participação nas instâncias decisórias da nação.

O modelo sindical de atuação, durante o embate contra a ditadura, além de aglutinar os integrantes do movimento, teria gerado também a união entre as várias categorias de trabalhadores e o conjunto da sociedade. Com a redemocratização dos anos 80, a prática sindical, desassociada da ação educacional, dividiu o professorado, além de distanciá-lo da comunidade, enfraquecendo suas mobilizações.

Nos idos da resistência contra a ditadura, o movimento de professores tinha um sentido ao mesmo tempo particular e universal. Os professores falavam em nome de si mesmos e de toda a sociedade, porque o sentido social de sua profissão lhes permitia ampliar o significado da luta mais além dos interesses estreitos de uma categoria profissional. Eliminado o grande adversário comum, no entanto, o movimento não apenas dividiu-se, mas se despolitizou, na medida em que a luta salarial foi a única base comum de unidade que lhe restou.<sup>30</sup>

As conclusões de Angelina Peralva apontaram para a existência de divergências no seio da organização coletiva docente. Divergências que ganharam visibilidade no processo de redemocratização, ou seja, enquanto lutavam contra a ditadura, as disputas em torno dos rumos que a entidade deveria seguir seriam subsumidas, vindo à tona com a abertura política. Porém as características dos projetos em disputa na conjuntura que teria levado a entidade a mudar suas práticas não foram exploradas para além das definições acima apontadas.

Retomando as possibilidades criadas por Elza Nadai na análise da organização docente aliada a uma leitura dos eventos do “novo sindicalismo”, Ruth Bernardes de Sant’ana buscou em sua pesquisa as raízes do movimento de professores estaduais que “ganhou visibilidade em 1978, mas que já estava sendo gestado antes da década de

---

<sup>30</sup> PERALVA, 1992: 66.

70”.<sup>31</sup> A autora procurou construir a história vivida pela categoria, tendo como marco histórico inicial o ano de 1958, momento este, segundo ela, “da erupção do primeiro movimento público e de massas do magistério, quando a categoria ganha as ruas para pressionar o governo e repor as perdas sofridas no período”.<sup>32</sup>

Apesar de eventos como as passeatas de 1958 e a greve de 1963, para a autora, os professores não se identificariam com os demais trabalhadores, fato este que seria reforçado pelos discursos das lideranças da Apeoesp naquelas manifestações.

O apelo à missão do professor é algo sempre presente. É ela que justifica a exigência de concessões diferenciadas em relação aos outros funcionários estatais. E é em nome da sublime missão de educar que os professores vão à luta em 1961. Com a frase “Não há dinheiro que pague o trabalho do professor. Mas este trabalho deve ser pago também com dinheiro” a categoria apresenta as suas reivindicações para o Estado e para a sociedade. O apelo à missão sublime de educador, extremamente útil à coletividade foi o eixo norteador da luta. Como nos mostra o slogan, o trabalho do professor é apresentado como tão especial que não tem preço, mas deve ser bem remunerado, e com dignidade, como forma de respeito ao seu “sacerdócio”.<sup>33</sup>

Tal representação, de acordo com a análise de Sant’ana, seria progressivamente abalada pelo arrocho salarial sentido pela categoria nos anos 60 e 70. Ao longo desses anos, os professores foram construindo práticas de enfrentamento às suas principais dificuldades<sup>34</sup>.

Diversas formas de luta têm desenvolvido o professorado durante a sua história, conforme o contexto de cada época: a) a luta no campo judicial; b) o apoio nas eleições parlamentares e para o poder executivo de líderes

---

<sup>31</sup> SANT’ANA, 1993: 6.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 9

<sup>33</sup> Ibidem, p.88.

<sup>34</sup> Antes porém do empobrecimento material do professor, o que, segundo Angelina Peralva (1992: 49), teria contribuído para a mudança na representação da docência como sacerdócio foi o processo que generalizou a escolarização, exigindo assim um maior número de professores, fazendo com que o docente perdesse o perfil de artesão e passasse a adquirir a fisionomia de um trabalhador assalariado. Também: “se antes o professorado permitia-se obedecer às determinações sociais, desempenhando o nobre papel de ordeiramente formar novas gerações, sem direito a reivindicações ou greves, agora os professores evoluem, reconhecendo-se como profissional e como funcionário público.” VALE, 2002: 156.



políticos que se apresentem como defensores das reivindicações do professorado; c) pressões sobre o Executivo ou sobre o Parlamento; d) as greves. Na verdade, apresentamos estes canais de reivindicações separados, mas na prática, eles raramente aparecem sozinhos, pois as lutas são freqüentemente canalizadas para mais de um campo de atuação, visto que a categoria procura ocupar todos os espaços visualizados como estratégicos para obtenção da vitória.<sup>35</sup>

As pressões junto ao Legislativo e ao Executivo, bem como o apoio a candidatos identificados com os compromissos da categoria, tornaram-se práticas comuns nos momentos democráticos vividos no país, principalmente entre os anos 1945 e 1964. Na medida em que os diversos setores da sociedade reagiam à polarização dos anos 60, os professores teriam aderido a métodos de luta, típicos da classe operária, como a greve. Já com o recrudescimento do regime militar a partir do ano de 1968, o principal instrumento de ação constituiu-se na luta judicial, de caráter mais individualizado e, aparentemente apolítico.

No tocante à Apeoesp, Sant'ana acrescentou fatos até então desprezados pela produção acadêmica como as ações empreendidas pela entidade nos anos 50 e 60. No entanto, em suas conclusões, não se diferenciou muito daquilo que outros trabalhos já haviam dito, ou seja, o movimento de professores que, a partir da década de 70, se organizou para lutar contra a ditadura e pressionar os membros da diretoria da entidade constituir-se-ia numa ruptura com a estrutura associativa vigente, criando novas alternativas de ação e mobilização do professorado, sem relação com seu passado mais remoto. Além disso, afirmou que até a década de 70 a Apeoesp caminhava a reboque do Centro do Professorado Paulista (CPP), entidade associativa dos professores de 1.º grau, criada em 1930

---

<sup>35</sup> SANT'ANA, 1993: 71.

por ser uma organização mais antiga, e ter recebido inclusive subsídios do Estado para se construir, o CPP apresentava um nível de organização muito maior, o que pode ser observado na sua imprensa: os primeiros jornais da Apeoesp são de 1971, porém a Revista do CPP já existia desde 1943.<sup>36</sup>

Ainda segundo Sant'ana, a Associação, juntamente com outras entidades do magistério, teria se “atrelado” ao governo a ponto de não reconhecer as reivindicações da classe que representava, interrompendo seu processo de conscientização política, iniciado em fins da década de 50.

Durante o período mais repressivo politicamente, o descontentamento da categoria de professores - com o autoritarismo e o desmando presente nas escolas, aliado ao arrocho salarial - não ganha visibilidade política significativa em virtude do regime autoritário reinante e do comportamento político das direções tanto da Apeoesp quanto do CPP que andam de mãos dadas com os governos autoritários da época. Mas nos subterrâneos do regime se constituem grupos de resistência que mais tarde vão emergir questionando vigorosamente o regime vigente. Em fins da década de 70, momento onde o autoritarismo militar e o processo de modernização conservadora vão paulatinamente sendo questionados, vai germinando uma nova proposta política na categoria de professores. (...) Os professores aparecem na cena política em imensas passeatas, à revelia de suas direções, exigindo melhores condições de salário, democratização das escolas e da sociedade.<sup>37</sup>

Para Sant'ana, o movimento de oposição que se formaria na entidade teria um grande legado de setores que resistiram à ditadura, reforçando a tese de que essas lideranças emergiriam de um contexto não restrito ao magistério, ou seja, a luta política encetada por essa vanguarda não teria relação específica com as questões relativas ao magistério e sim com a luta mais ampla da sociedade em favor da redemocratização do país.

---

<sup>36</sup> SANT'ANA, 1993: 157. Para um aprofundamento da história do Centro do Professorado Paulista (CPP), consultar: VICENTINI, 1997 e LUGLI, 1997.

<sup>37</sup> SANT'ANA, Op. Cit.: 183-184.

Entretanto, não podemos negar que a participação do professorado nas mobilizações de fins da década de 70 só se concretizaram devido a identificação dos mesmos com a pauta de reivindicações pertinentes ao magistério e encaminhadas pelas lideranças. Entre essas reivindicações figuraram propostas corporativas como o Estatuto do Magistério e o reajustamento de salários, que influenciaram decisivamente na mobilização massiva da categoria.

A dissertação na área de Educação de Sonia Maria Portella Kruppa teve como ponto de partida a crise vivenciada pelo sindicalismo docente na década de 90. para tanto, procurou responder a seguinte indagação: a relação entre o poder empregador (o aparelho de Estado) e o funcionalismo público produz alguma especificidade, distinta da relação “capital versus trabalho”, que determinem certa diferenciação deste sindicato (dos professores)?<sup>38</sup>

Percebendo os mesmos efeitos da crise sentida pela Apeoesp, provocada em parte pelo modelo sindical adotado, próximo das entidades representativas dos metalúrgicos do ABC, Kruppa procurou levantar as especificidades da categoria docente e possíveis formas alternativas de atuação em sua organização coletiva. Para ela, assim como para Peralva, tais alternativas de luta estavam presentes no movimento de professores da década de 70 e acabaram sendo derrotados pela proposta do “sindicalismo de massa”.

Kruppa definiu o “Movimento dos Professores” como um conjunto de “ações de professores envolvidos com a experiência de ensinar e que, por diferentes razões, acabaram se posicionando frente a situações sociais e socializadoras mais amplas que a

---

<sup>38</sup> KRUPPA, 1994: 02.

escola, redefinindo sua prática por essa via”.<sup>39</sup> As diferentes razões apontadas pela autora foram norteadas, como ela mesma afirmou, pela combinação de matrizes teóricas com a situação real da educação pública. As matrizes discursivas influenciadoras das ações dos professores no final da década de 70 eram: “o movimento estudantil, as experiências dos Ginásios Vocacionais, o cristianismo das comunidades de base, o marxismo de uma esquerda dispersa e o novo sindicalismo”<sup>40</sup>.

Esse grupo de professores se uniu e disseminou pelo Estado de São Paulo novas práticas pedagógicas que extrapolaram as salas de aula. Essas práticas, aliadas às matrizes discursivas e ao contexto sócio-econômico e político da época teriam contribuído para fortalecer os laços de solidariedade entre os integrantes do magistério, culminando nas mobilizações de 1978 e 1979. Para a autora, as experiências desenvolvidas por esse movimento de professores precisam ser recuperadas para que o seu sindicato, estabelecidas as especificidades da atualidade, possa estreitar sua relação com sua base e se tornar importante instrumento de transformação da realidade<sup>41</sup>.

Antes de anunciar algumas alternativas às formas de atuação do sindicato docente, Sonia Kruppa apresentou um breve histórico da Apeoesp, ressaltando alguns temas constantes em suas reivindicações, da sua fundação até os eventos da década de 70.

A movimentação de professores revelou, desde o início, seu desejo de influir no crescimento desordenado da rede estadual, conseqüência do processo de industrialização e de urbanização que aumentou a demanda por escola (...) dois elementos constarão de forma contínua em sua pauta de reivindicações ao Estado: jornada de trabalho e contratação temporária.<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> KRUPPA, 1994: 91.

<sup>40</sup> Ibidem, pp. 101-102.

<sup>41</sup> Ibidem, p. 208.

<sup>42</sup> Ibidem, pp. 144-145.

Por meio de entrevistas com professores que ocuparam cargos nas diretorias da entidade em diversos momentos, Kruppa contextualizou o surgimento da entidade em 1945. Afirmou que a idéia de criar uma organização que representasse o professorado do ensino Secundário e do ensino Normal vinha sendo debatida desde 1939. Isso não teria acontecido, segundo a autora, devido à situação política da época na qual eram vivenciados os primeiros anos do Estado Novo<sup>43</sup>.

Kruppa destacou os anos 50 e 60 como momentos de grande efervescência na organização do professorado.

Nas décadas de 50 e 60, a conjuntura de fermentação política e social irá contaminar a entidade. Ainda que sem grandes contestações ou projetos políticos, a entidade fará movimentações importantes, como o movimento reivindicatório de 1958 e as greves de 1963 e 1968. Não é possível classificá-la, nessa época, como sendo de mero assistencialismo.<sup>44</sup>

A autora, utilizando-se da periodização estabelecida por Ernestina Costa, na qual a história da entidade pode ser dividida em duas fases: primeira fase de 1958 até 1968 e segunda fase na década de 70.

Essa associação teve de 1958 a 1968 seu período mais criativo. Esse período que coincide com o início da liderança de Raul Schwinden e cessa com a cassação de seu mandato legislativo, desenvolvido no antigo Partido Socialista Brasileiro, teve na greve de 63 seu momento mais marcante. Na década de 70 a Apeoesp abandonou sua postura agressiva e, a partir de então, ser-lhe-ia aplicável a figura geralmente associada à Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel: uma bateria com uma escola de samba, tal a importância que acabaram assumindo os serviços prestados pelo Departamento Jurídico, chefiado por Raul Schwinden, graças à selva da legislação administrativa escolar.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> KRUPPA, 1994: 143.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 144.

<sup>45</sup> COSTA, 1982 apud KRUPPA, 1994, p. 165.

Essas informações contradizem alguns dos trabalhos aqui analisados e se aproximam das pesquisas de Elza Nadai e Ruth Bernardes de Sant'ana no tocante às ações desenvolvidas pela entidade durante os anos anteriores a 78/79. Foram apontadas mobilizações organizadas pela entidade além de destacar a projeção de uma de suas lideranças no cenário político do Estado. Mas a caracterização da entidade na década de 70 ratifica a posição da maioria das pesquisas. Até a segunda metade da década de 70 a Apeoesp seria uma entidade “assistencialista, burocrática, convencional e atrelada ao governo”. Tal afirmação reforça a idéia de ruptura ocorrida no final dos anos 70 destacando, nesses eventos, a participação de algumas lideranças de oposição à diretoria.

Sonia Kruppa trouxe novos elementos para a compreensão da história da Apeoesp ao fundamentar-se nas entrevistas com vinte e cinco professores que participaram das ações da Apeoesp em fins da década de 70.<sup>46</sup>

Entretanto, os resultados obtidos por meio dos depoimentos das lideranças do professorado deram ênfase às ações da entidade nos anos 70 e 80. Mesmo tendo apresentado a participação da entidade em ações nas décadas de 50 e 60, não as esmiuçou, motivando indagações a respeito de como se constituíram essas ações, quem havia participado, quais as conquistas e como foram sentidas pela classe dos professores.

Ainda na década de 90, foram localizados quatro outros trabalhos que enfocaram a Apeoesp, perfazendo parte de sua trajetória: as teses de doutorado em Educação de Maria Isabel de Almeida (1999) e de Cláudia Vianna (1999), a tese de

---

<sup>46</sup> ALBERTI, 1989: 18.

Amarilio Ferreira Júnior(1998) e a dissertação de Luiz Augusto Gerardin Poirot Leobons (1997), estes dois na área de História.

Na pesquisa de Maria Isabel de Almeida, a Apeoesp foi escolhida a fim de se comparar a sua atuação no processo de formação política e profissional com sindicatos portugueses e espanhóis. Essa análise comparativa teve o objetivo de investigar de que forma estava situado o debate a respeito do sindicato como instância formadora de professores, sendo esta uma das alternativas propostas pela autora para enfrentar a crise dos anos 90. Almeida entendeu ser necessário pensar a formação profissional como importante espaço a ser ocupado pelas organizações coletivas dos professores, rompendo com o monopólio exercido por universidades e demais órgãos do governo.

Para tanto, empreendeu uma breve história da Apeoesp, utilizando-se da periodização corrente entre os trabalhos acadêmicos.

A história da Apeoesp divide-se em dois grandes períodos. O primeiro, de 1945 até 1978, quando se constituiu numa entidade quase oficial, denominada Apesnoesp, só adquirindo a denominação de Apeoesp em 1973. O segundo vai de 1979 até os nossos dias, período em que o sindicato tem procurado legitimar-se como representante do professorado do ensino oficial paulista frente ao Estado e à sociedade e como interlocutor e/ou parceiro junto a outros organismos sociais no debate das questões políticas e educacionais.<sup>47</sup>

Fundamentando-se ora em trabalho anteriores, ora em documentação recente da entidade, Maria Isabel de Almeida reforçou a perspectiva de ruptura no final da década de 70, não elucidando a dinâmica das ações empreendidas pela associação antes dessa data.

---

<sup>47</sup> ALMEIDA, 1999: 64.

Embora tenha mencionado a existência de alguns movimentos de rua e duas greves nos anos 60<sup>48</sup>, Almeida qualificou a atuação da Apeoesp, nesse período, como sendo essencialmente restrita à assistência jurídica. A emergência de ações grevistas na região do ABC paulista, no ano de 1978, teria contribuído para o surgimento de movimentos opositoristas à diretoria da entidade, culminando nas eleições de 1979.

Sustentada por uma estrutura alternativa, essa greve durou 24 dias e expressou o basta do professorado a uma entidade que não os representava e a uma escola pública que a cada dia se distanciava mais das necessidades da população. No ano seguinte, com muito esforço os professores conseguiram derrotar a direção sindical adesista, colocando em seu lugar uma diretoria saída de suas lutas.<sup>49</sup>

A construção de uma entidade de caráter sindical e representativo do professorado paulista teve seu início, no entendimento de Almeida, nesse momento de ruptura que remontava os anos 1976 e 1977, quando da constituição de dois grupos de oposição que rivalizariam com os diretores da entidade: o Movimento de Unificação dos Professores (MUP) e o Movimento de Oposição Aberta dos Professores (MOAP)<sup>50</sup>. Infelizmente a autora não esclareceu quais eram os objetivos desses dois grupos, além de possíveis divergências quanto às propostas de organização coletiva do professores.

Também no intuito de discutir a crise do sindicalismo docente, na década de 90, Cláudia Vianna se propôs a investigar as possibilidades e os limites da organização do

---

<sup>48</sup> Embora Maria Isabel de Almeida (1999) e Sonia Kruppa (1994) tivessem apontado um movimento grevista empreendido pelo professorado no ano de 1968, não foi possível comprovar tal acontecimento segundo as informações colhidas tanto na imprensa quanto nos documentos oficiais da entidade. Veremos, em capítulos adiante, mais detalhes das principais mobilizações que contaram com a participação e liderança da Apeoesp.

<sup>49</sup> ALMEIDA, 1999: 68.

<sup>50</sup> *Ibidem.*, p. 67.



professorado, tomando como ponto de partida os elementos que constituem a sua identidade profissional<sup>51</sup>.

Fundamentada na bibliografia a respeito do sindicalismo docente Vianna pode perceber como o tema tem sido abordado na universidade a partir da delimitação de dois conjuntos de trabalhos: um primeiro constituído de teses e dissertações “sob a ótica da consciência política e do pertencimento de classe, destacando a força e a capacidade de mobilização da categoria”<sup>52</sup>. Já no segundo bloco foram encontrados pela autora, trabalhos que abordaram “a organização docente sob a ótica da crise, ressaltando as dificuldades enfrentadas pelas associações e sindicatos da categoria”.<sup>53</sup>

Cláudia Vianna observou que a ênfase na forma sindical de ação coletiva docente teria norteados esses trabalhos, não contribuindo para a devida compreensão da transição operada entre a identificação do professor-sacerdote para a do professor-trabalhador.

O modelo de professor-sacerdote foi muito criticado pela maior parte dos trabalhos levantados, que consideravam a forma sindical de ação coletiva o substituto ideal desse modelo, sem levar em conta a pluralidade construtiva do processo, no qual nenhuma dessas referências desaparece por completo. O passado convive com o presente, em tensão, tanto no plano individual quanto no coletivo. Mesmo centrando-se na recuperação da história das associações ou sindicatos diante da ausência de referências sobre as mobilizações e conquistas dos professores, essa produção enalteceu esse campo organizativo como se fosse o único, deixando de lado os outros tipos de ação. Esse é um recorte no Brasil, pois pressupõe seu início com o novo sindicalismo, sem adotar uma visão histórica que resgate as diferentes formas de engajamento em associações de caráter associativo e/ou assistencialista.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> VIANNA, 1999: 14.

<sup>52</sup> Ibidem., p. 23.

<sup>53</sup> Ibidem., p. 34.

<sup>54</sup> Ibidem., p. 29.

O recorte privilegiando a ruptura na direção da entidade, compondo o quadro do novo sindicalismo, teria, segundo a autora, menosprezado a história da Apeoesp e de outras associações docentes na época em que empregavam formas diferenciadas de agir. Seu entendimento foi que ...

... a idéia de passagem da condição de sacerdote para a de trabalhador mediante um movimento de ruptura, que produziria consciências e ações coletivas absolutamente diferenciadas, deve ser substituída pela noção de tensão permanente entre essas duas referências.<sup>55</sup>

Dessa forma, a ênfase em uma leitura que privilegiava as formas de organização que caracterizariam o Novo Sindicalismo não teria resgatado as diferentes formas de engajamento em associações de caráter associativo e/ou assistencialista, embora, segundo a autora, as formas associativas dos primeiros anos da Apeoesp não tivessem desaparecido do imaginário do professorado, influenciando, juntamente com as formas sindicais, a construção coletiva de uma entidade representativa dos profissionais do magistério paulista.

Para ela, o associativismo enquanto forma de organização “foi defendido pelas primeiras associações docentes brasileiras desde o início do século, quando procuravam, fundamentalmente, representar a vontade coletiva do professorado quanto a seus interesses profissionais”. De acordo com Vianna, essa forma de organização foi sendo substituída gradativamente pelo modelo sindical sem desaparecer, tornando-se uma das mais importantes fontes de inspiração para o professorado.<sup>56</sup>

Mantendo proximidade com aquilo que Vianna apontou como o modo hegemônico de abordar o sindicalismo docente, Luiz Augusto Gerardin Poirot

---

<sup>55</sup> VIANA, 1999: 29.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 74.

Leobons, pesquisou a Apeoesp entre os anos 1976 e 1981. Segundo o autor, esta cronologia se justifica pela transformação da entidade, identificada até então como “assistencialista”, em uma associação de práticas sindicais.

Antes, porém, de situar os embates vivenciados na entidade durante a segunda metade da década de 70, Leobons procurou reconstituir a trajetória da associação, sem no entanto, fugir da caracterização vigente em outros trabalhos.

A atuação sindical da Apeoesp baseou-se nas reivindicações de contrato de trabalho, pagamento de férias e reconhecimento do nível universitário para os professores que tivessem completado o curso superior. Nas décadas de 40 e 50 as formas de luta oscilaram entre uma simultaneidade que combinava a atuação jurídica com a pressão sobre o executivo e/ou legislativo ou então o encaminhamento das reivindicações, por parte dos diretores da entidade, a nível pessoal junto à administração pública ou ao parlamento.<sup>57</sup>

Essa situação mudaria a partir de 1976, quando um grupo de dissidentes dos diversos movimentos de esquerda passou a disputar com a diretoria da entidade, o papel de interlocutor com a categoria, reivindicando ações de maior enfrentamento com o Estado-patrão, ao mesmo tempo em que procurava somar esforços junto a outras forças sociais na defesa da redemocratização<sup>58</sup>.

Apesar de sua visão a respeito da Apeoesp não fugir aos estereótipos produzidos por outros trabalhos, sua pesquisa procurou acompanhar as divergências existentes entre os integrantes do movimento que assumiria o controle da entidade no ano de 1979, procurando desfazer a imagem de homogeneidade de idéias e ações que os primeiros trabalhos suscitaram.

De acordo com a análise da documentação, o autor pôde apontar as principais divergências políticas entre aqueles que disputavam o controle da entidade que, em sua

---

<sup>57</sup> LEOBONS, 1997: 04.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 06.

opinião, representava um tipo de “sindicalismo paternalista, assistencialista, de relações verticais e troca de favores entre dirigentes e a burocracia estatal”<sup>59</sup>.

O MUP (Movimento pela União dos Professores) propunha um sindicato livre e independente de qualquer influência do Estado, defendia um sindicato classista, único, dos educadores, defensor da unidade com outros sindicatos de trabalhadores e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. O MOAP (Movimento de Oposição Aberta dos Professores) apresentava-se como um núcleo de organização da categoria, a partir do local de trabalho, atribuindo maior peso às bases nas deliberações, cabendo à direção exercer uma representação condicionada e encaminhar as deliberações da maioria no intervalo de tempo entre as plenárias do movimento.<sup>60</sup>

Outro trabalho que atentou para as diferentes concepções políticas no interior desses grupos de oposição foi o de Amarílio Ferreira Júnior. Embora seu objeto de pesquisa fosse a Confederação de Professores do Brasil (CPB), Ferreira Júnior procurou reconstituir os embates políticos travados na Apeoesp como significativos das discussões que se reproduziriam em torno da entidade nacional dos professores.

Essa entidade nacional teria atravessado diferentes fases desde a sua fundação em 1953. Após um primeiro período marcado pela “colaboração com os poderes públicos no estudo e solução de todos os problemas”<sup>61</sup> referentes ao magistério, a Confederação, no final da década de 70, assumiria um importante papel nas lutas contra a ditadura.

A categoria dos professores se transformou num dos protagonistas sociais da transição democrática não apenas como uma categoria profissional em si, mas, sobretudo, com uma intervenção programática própria no âmbito da formação societária brasileira do período correspondente às décadas de 70 e 80.<sup>62</sup>

---

<sup>59</sup> LEOBONS, 1997: 21.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>61</sup> FERREIRA JR, 1998: 19.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 134.

Resultante de um conjunto de aspectos de ordem econômica e política, para o autor, a proletarização seria um fator decisivo na motivação dos docentes de 1.º e 2.º graus nas grandes mobilizações que atingiram diversos Estados brasileiros<sup>63</sup>. Liderando essa reformulação da identidade do professorado estariam pessoas oriundas das diversas oposições ao regime militar.

Para melhor compreensão desse processo, o autor procurou definir a origem política e ideológica de algumas de suas principais lideranças.

A existência de duas tendências políticas MUP e MOAP, atuando como vanguarda do movimento de professores estava vinculada à influência que os partidos de esquerda exerciam apesar da repressão política do regime militar, em determinados setores sociais da classe trabalhadora.<sup>64</sup>

Segundo o autor, essas duas tendências aglutinavam militantes da “Organização Socialista Internacionalista, a Convergência Socialista e o Movimento de Emancipação do Proletariado”<sup>65</sup>. As diferenças ideológicas e programáticas acabaram cedendo lugar à tática de unir forças e derrotar o modelo vigente na associação. Vencido o adversário em comum, as divergências voltariam à tona na organização do modelo sindical e nas proposições políticas que deveriam ser tomadas. O espaço de disputa dos diversos projetos se deu nos congressos de professores, realizados nos primeiros anos da década de 80, refletindo os embates que aconteciam nas entidades representativas do magistério nos Estados brasileiros naquele momento<sup>66</sup>.

A pesquisa de Ferreira Jr reproduziu a análise corrente a respeito do sindicalismo docente quando da reconstituição histórica da CPB, ou seja, até os anos

---

<sup>63</sup> FERREIRA JR, 1998: 68.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>66</sup> Ibidem, pp. 105-110.

78 e 79, as associações docentes foram marcadas pelas “reivindicações corporativas” e pela “submissão ou colaboração ao poder constituído”, e após aquele período, com base em fatores estruturais e da politização de uma determinada vanguarda, os professores transformaram suas entidades em “associações de viés sindical” e de forte atuação política.

A partir do ano 2000, os trabalhos que foram localizados, abordando o sindicalismo docente, procuraram apontar elementos até então desconsiderados pela bibliografia existente ou mesmo, retomar aqueles pontos que não mereceram maior atenção devido a certas posições teóricas que acabaram sendo hegemônicas na produção acadêmica. Periodização e temáticas diferentes enriqueceram o debate acerca da identidade profissional do professor, de sua organização coletiva, bem como de seu papel na sociedade.

A dissertação de mestrado em Educação de Vera Lúcia Aparecida de Castro Dobbeck, ainda que tenha mantido a periodização tornada tradicional na história da Apeoesp, avançou na caracterização das lutas dos professores durante os anos que antecederam os embates dos anos 78 e 79.

Longe estamos de afirmar que os professores de São Paulo estiveram calados, subservientes, acomodados, durante um determinado tempo de sua história e que só mais tarde acordaram para a luta. Ao longo deste caminhar, podemos ver vários momentos em que os professores, insatisfeitos com sua condição, se mobilizam e lutam por seus objetivos. Desde há muito tempo, o espírito de solidariedade está introjetado na categoria e temos vários exemplos disto, assim como manifestações de insatisfação já se fazem presentes desde o início de sua organização.<sup>67</sup>

Com base em dados empíricos, a autora fez menção às disputas internas ocorridas durante as eleições para a diretoria em meados da década de 50,

---

<sup>67</sup> DOBBECK, 2000: 33.

evidenciando possíveis interferências político-partidárias, que seriam responsáveis pelo processo de conscientização política do professor<sup>68</sup>.

Já nos anos 60 e 70, para a autora, parcelas da categoria profissional, pressionadas pelas constantes perdas em seu poder aquisitivo e pela atuação de grupos de oposição no interior da entidade, assumem-se como trabalhadores assalariados, superando a visão predominante, por longo tempo, daquele “profissional vocacionado, missionário, a quem a questão salarial pouco dizia”<sup>69</sup>.

Com isso a autora retomou a questão da construção da identidade do professor como trabalhador, chamando a atenção para o fato de que este processo não ocorreu de forma linear e uniforme a todos que vivenciaram as experiências, que são entendidas como fundamentais na formação de uma consciência crítica, individual e coletiva durante o final dos anos 70.

Outro trabalho que enfocou a identidade do professorado foi a tese de doutorado em Educação de Paula Perin Vicentini (2002). Nela a autora procurou confrontar as imagens acerca do magistério, contidas tanto nos periódicos de suas entidades representativas quanto aquelas veiculadas por determinados órgãos da grande imprensa<sup>70</sup>.

Vicentini se propôs a investigar a imagem social dos docentes a partir de um determinado evento, as comemorações em torno do dia 15 de outubro, Dia do Professor, de 1933, quando foi oficializado no Brasil, até 1963, ano da primeira greve

---

<sup>68</sup> DOBBECK, 2000: 53.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>70</sup> Seu estudo elegeu como objeto de pesquisa a imagem do professor no Rio de Janeiro e em São Paulo, utilizando-se portanto da documentação das associações profissionais destes dois estados, assim como dos jornais, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, Diário de S. Paulo, O Globo, Correio da Manhã e Última Hora.

do magistério público paulista<sup>71</sup>. Com isso, a autora pôde apreender as diversas formas de elaboração acerca do modo como se construiu a identidade do magistério.

o 15 de outubro consistia numa comemoração marcada pela valorização do indivíduo – uma oportunidade para que professoras e professores deixassem por alguns instantes o anonimato que caracterizava a profissão. À medida em que a data foi apropriada pelos diferentes segmentos do professorado e começou a ter também um caráter de protesto, consistindo num marco para as campanhas contra a desvalorização de seus vencimentos, o poder do grupo profissional passou a ter visibilidade nas fotografias das manifestações de rua em que a imagem anônima de cada um se perdia, ou melhor, constituía a imagem da massa de professores. Neste sentido, é importante ressaltar que tal mudança na forma de representar visualmente o magistério ocorreu no âmbito de um processo que incorporou práticas reivindicatórias mais agressivas na luta por melhores salários, mas que eram tidas como incompatíveis com a missão do professor e com a conduta exemplar que deveria manter diante de seus alunos e da sociedade.<sup>72</sup>

O estudo de Paula Perin Vicentini inovou ao abordar as representações em torno do professorado durante um período até então menosprezado pela bibliografia existente. Ademais, trouxe informações a respeito de um acontecimento pouco estudado, a greve dos professores paulistas no ano de 1963, marcada pela bibliografia, como sendo “bastante controvertida”<sup>73</sup>.

Dois outros estudos abordaram em suas pesquisas, de forma inovadora, as entidades representativas do magistério. As teses em Educação de Ana Maria do Vale (2002) e de Rosário S. Genta Lugli (2002). A primeira tratando da influência do pensamento de Paulo Freire na formação política das lideranças do sindicalismo docente e a segunda tratando da leitura a respeito das reformas de ensino por parte do

---

<sup>71</sup> VICENTINI, 2002: 04.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 198.

<sup>73</sup> LEOBONS, 1997: 04. Segundo a opinião dos autores que trataram dessa greve, este episódio teria sido impulsionado por diretores e supervisores de escolas, ou ainda, teriam uma motivação política, no sentido de estar articulado aos segmentos conservadores para desestabilizar o governo de João Goulart. Trataremos desse episódio mais adiante.



material produzido pelas associações docentes e pelos Centros Regionais de Pesquisa Educacional. Ambas não trataram especificamente da Apeoesp, porém, empreenderam uma revisão da bibliografia existente a fim de propor novos olhares no tocante às pesquisas em relação às organizações coletivas docentes.

Realizado este percurso por algumas das obras que investigaram as entidades dos professores, convém apontar os elementos que nortearão nossa pesquisa.

Considerando uma das questões apontadas no trabalho que Cláudia Vianna iniciou, entendemos que a visão de ruptura nos anos 78/79, presente na quase totalidade das pesquisas sobre sindicalismo docente, tem trazido mais lacunas do que respostas. A ênfase na leitura desses movimentos eclodidos no conjunto do novo sindicalismo oculta os elementos que permaneceram ao longo da transição associação-sindicato e sacerdócio-profissão. Talvez se possa observar que isso não têm atingido apenas as entidades coletivas do magistério, mas os demais órgãos representativos das diversas categorias de trabalhadores.

Para o caso da Apeoesp, verificamos que os trabalhos realizados entre o final da década de 80 e o início da década de 90 fizeram uso de entrevistas com professores que haviam participado diretamente da tomada da entidade, destacando suas atuações, influenciando e sendo influenciado pelo enfoque do Novo Sindicalismo. Para Blass,

A ênfase excessiva no qualificativo “novo” das práticas sindicais que se espalham pelo país, a partir do final dos anos 70, pode, de um lado, conduzir, parafraseando Thompson, ao menosprezo da persistência das tradições políticas e culturais na formação das classes trabalhadoras no Brasil, (...) de outro, pode desconsiderar as ambigüidades e paradoxos que perpassam a proposta do novo sindicalismo.<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> BLASS, 1999: 45.

Os problemas levantados por esta autora podem ser verificados na abordagem do sindicalismo docente. Além de menosprezar as práticas empreendidas em outros momentos, a idéia de homogeneidade nos grupos de oposição que floresceram na segunda metade da década de 70 perpassou os primeiros trabalhos, notadamente os de Carvalho, Ribeiro e Fassoni. Mencionadas rapidamente nos trabalhos de Ruth Bernardes de Sant'ana, Angelina Teixeira Peralva e Sonia Maria Portella Kruppa, as divergências políticas só foram aprofundadas nas pesquisas empreendidas no final da década de 90 por Almeida, Ferreira Jr, Leobons e Dobbeck.

Recentemente, algumas pesquisas têm problematizado o termo Novo Sindicalismo, refletindo o quanto suas práticas estiveram marcadas pelas formas de ação e de organização da classe trabalhadora que remontavam a outras épocas.

Sob o olhar atento e informado pela longa duração da história, as propostas sindicais e operárias que surgem no cenário social brasileiro, desde o final dos anos 70 até meados do 80, não apresentam um caráter tão inovador como querem fazer crer alguns sindicalistas e grande parte dos estudiosos das questões operárias e sindicais, na sociedade brasileira.<sup>75</sup>

Na academia, pesquisas recentes começaram a relativizar, de forma mais profunda, algumas das considerações arraigadas acerca das práticas sindicais no pré-64 e que, de certo modo, contribuíram como base de sustentação, para a formação da identidade inicial do novo sindicalismo.<sup>76</sup>

Para autores como Blass e Santana, a análise das inovações introduzidas pelo Novo Sindicalismo devem ser aprofundadas, a fim de superar o corte superficial entre velhas e novas práticas sindicais e compreender os vínculos de sua continuidade.

Com base nesse enfoque, tentaremos refazer a história de uma instituição tão significativa para uma imensa parcela da população, de modo que as suas ações,

---

<sup>75</sup> BLASS, 1999: 46.

<sup>76</sup> SANTANA, 1998: 147.

dilemas e representações – enfim sua vida real, complexa e desigual – ganhem um significado menos ilusório. Perfazendo caminhos até então desprezados pela comunidade acadêmica, em particular a relacionada à historiografia, temos como objetivo contribuir com um melhor entendimento a respeito da constituição da classe dos professores paulistas em sujeitos históricos.

Para tanto, faremos referência aos trabalhos aqui analisados no intuito de estabelecer um diálogo com a produção existente, retomando aspectos já definidos, tentando responder a questões nem sempre respondidas e sinalizar na direção de novos rumos a serem tomados em pesquisas posteriores.

Investigaremos a seguir, as ações da Apeoesp ao longo do período de 1945 a 1963, que recupera a sua formação e organização, bem como algumas de suas principais ações na defesa do professorado, compreendendo-as como um processo dinâmico, marcado por avanços e retrocessos, continuidades e rupturas, alternando momentos de maior e menor visibilidade, rompendo com a dicotomia práticas assistencialistas *versus* práticas sindicais.

## **CAPÍTULO 2 - A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO PROFESSORADO SECUNDÁRIO (1945-1963)**

Para melhor conhecer a trajetória da entidade, pretende-se analisar neste capítulo os aspectos relativos ao congresso que deu origem aos seus trabalhos, bem como a estrutura formulada por seus primeiros dirigentes por meio de seus dois primeiros estatutos: 1945 e 1952. Em seguida, serão verificadas as principais temáticas debatidas nos demais congressos realizados pela Apeoesp e as campanhas que mobilizaram o magistério secundário entre os anos 1945 e 1963.

### **2.1 O CERTAME INAUGURAL**

Reunir o professorado secundário paulista para discutir os principais problemas que afetavam o desempenho de suas funções foi a intenção dos proponentes do I Congresso de Professores do Ensino Secundário, realizado entre os dias 13 e 14 de janeiro de 1945. Para além dessas intenções, debatiam os professores a respeito da questão de se criar ou não uma entidade que representasse seus interesses junto às autoridades políticas estaduais. Destaque-se que os docentes do ensino primário já possuíam uma organização que lutava por seus interesses, o Centro do Professorado Paulista (CPP), fundado em 1930<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Segundo VICENTINI, (1997: 09-10) , outras entidades desempenharam o papel de defender as diferentes demandas do magistério, a primeira delas teria sido a Associação Beneficente do Professorado Paulista, atuante nos anos 1902-1919, e posteriormente, a Liga do Professorado Católico, vinculada à Cúria de São Paulo, tendo iniciado suas atividades no ano de 1919 e convivido de maneira harmoniosa com o CPP.

Antes porém, de avaliarmos os motivos que teriam levado parte do magistério paulista a debater a necessidade de se criar outra associação da categoria, convém esclarecer a forma como estava organizado o ensino brasileiro.

Até o ano de 1961, quando da aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional, o Ensino Secundário era regulado pelo decreto-lei n.º 4.244/42, conhecido como a Lei Orgânica do Ensino Secundário, aprovada ainda durante a ditadura estadonovista (1937-1945). Mesmo após o fim desse regime e a promulgação de uma nova Constituição em 1946, a Lei Orgânica continuou sendo a matriz norteadora para a organização do ensino secundário no país<sup>2</sup>.

De acordo com essa lei, o ensino secundário fora concebido no intuito garantir “a formação das elites dirigentes do país, preparando-as para o ensino superior”<sup>3</sup>. Estava fracionado em dois ciclos, denominados de ginásial (com duração de quatro anos) e o colegial, dividido em dois cursos paralelos, o clássico e o científico (com duração de três anos cada), somados ainda às modalidades profissionalizantes dos ensinos agrícola, comercial e industrial, além do curso Normal, destinado à formação de professores do primário<sup>4</sup>.

Sumariamente, portanto, o ensino brasileiro estava assim caracterizado: quatro anos no ensino primário e mais sete anos no ensino secundário nas modalidades ginásial e colegial, e este se desdobrava em clássico, científico, industrial, agrícola e normal, antecedendo ou servindo de alternativa ao ensino superior.

Assim, existiam especificidades entre os distintos níveis de ensino, principalmente, entre o primário e o secundário, refletindo dessa forma interesses,

---

<sup>2</sup> FONSECA, 2004: 27.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>4</sup> Ibidem, p. 31.

muitas vezes diversos entre os professores no tocante à sua organização e suas reivindicações.

A questão da remuneração estava entre as principais dificuldades enfrentadas pelos professores no âmbito de sua atuação profissional.

De acordo com os estudos de Elza Nadai, o professor efetivo ao longo dos anos 40, 50 e 60, recebia como remuneração o resultado da soma das aulas ordinárias (12 aulas semanais) e das aulas extraordinárias, até o limite de 24 aulas semanais, podendo ser ampliada para 36 se acumulasse com o ensino privado.

O Estado garantia o salário das aulas ordinárias até certo ponto, pagas mensalmente. Quanto à outra parte, o nome foi bem apropriado, pois não só as aulas foram extraordinárias como o pagamento também o foi. Atrasos foram freqüentes e regulares, além de o profissional ver diminuído sensivelmente o seu salário em quatro meses do ano (férias de julho, dezembro, janeiro e fevereiro).<sup>5</sup>

Durante os anos 1944 e 1945, o atraso no pagamento das aulas extraordinárias tornou precária a situação de uma parcela significativa de professores que lecionavam no ensino secundário paulista. Premido por essa situação e por um conjunto de outras circunstâncias que se repetiam desde longa data (concursos, isonomia nos reajustes concedidos a quem estivesse na ativa e aos aposentados), os professores da Escola Normal Álvaro Guião e do Colégio Estadual de São Carlos resolveram organizar o I Congresso de Professores do Ensino Secundário, conforme podemos depreender dos temas debatidos no evento:

a) união da classe; b) criação de um conselho Estadual; c) equiparação de vencimentos e solução para o problema das aulas extraordinárias e do pagamento da remuneração devida aos contratados; d) abono de faltas de

---

<sup>5</sup> NADAI, 1991: 356. Conforme veremos adiante, a jornada de 12 aulas semanais foi estendida para 15 aulas semanais, a partir de 1964. O caráter irregular das aulas extraordinárias seria resolvido, parcialmente a partir da aprovação do Estatuto do Magistério em 1974.

interinos contratados ou substitutos; e) aproveitamento dos professores por força do recente concurso.<sup>6</sup>

Por mais que houvesse a desconfiança a respeito da presença dos professores no certame devido às férias escolares, a participação de aproximadamente 80 docentes, homens e mulheres de diversas regiões do Estado, revelou o sucesso da empreitada de seus organizadores<sup>7</sup>.

... nada menos de quarenta estabelecimentos se fizeram representar por delegações de professores, enquanto os demais hipotecaram a sua adesão através de telegramas e ofícios. Mas o fato de ter a totalidade do Estado solidária com o empreendimento por si só constitui prova evidente de que a classe do professorado paulista está desperta para salvaguarda dos elevados princípios da educação e defesa dos seus interesses e direitos.<sup>8</sup>

Destaque-se em relação ao Congresso, a oportunidade que tiveram os docentes de expressar as mais diversas teses de como enfrentar suas iminentes dificuldades junto a um representante do poder executivo que lá esteve para prestigiar o evento. O professor Andrônico de Melo, assistente técnico do ensino secundário e normal e representante do Departamento de Educação foi o orador que deu início aos trabalhos do congresso.

A fim de melhor encaminhar os debates durante o congresso, foi aprovada, em sessão preliminar e por meio de votação secreta dos participantes, a constituição de uma mesa diretora, composta pelos seguintes professores: Elisiário Rodrigues de Souza (presidente de honra do Congresso), Luiz Augusto de Oliveira (presidente de

---

<sup>6</sup> Congresso de Professores do Ensino Secundário. O Estado de S. Paulo, 13/01/45, p. 06.

<sup>7</sup> De acordo com a imprensa, representantes de várias escolas estaduais estiveram presente ao evento: Catanduva, Piraju, Santos, Rio Claro, Araraquara, Pirajuí, Tietê, São João da Boa Vista, Mococa, Itu, Franca, Guaratinguetá, Tatuí, Sorocaba, Jaboticabal, Itapeva e Ribeirão Preto. Congresso de Professores do Ensino Secundário. O Estado de S. Paulo, 12/01/45., p. 06.

<sup>8</sup> Congresso dos Professores do Ensino Secundário e Normal. O Estado de S. Paulo, 16/01/45, p. 07.

fato), Júlio Guimarães Sampaio (vice-presidente), Alberto Mesquita de Camargo (1.º secretário) e Plínio Ribeiro (2.º secretário)<sup>9</sup>.

Um tema que atraiu sobremaneira a atenção dos professores presentes foi questão dos vencimentos da categoria. Pediam os professores, a aprovação de um projeto que elevasse o valor do padrão inicial no magistério paulista para CR\$ 1.800, valor este, inferior ao que recebiam os professores secundários federais que era de CR\$ 2.600 e que corresponderiam, na época a pouco mais de quatro salários mínimos. Além disso, defendiam a criação de uma gratificação de acordo com o tempo de serviço<sup>10</sup>.

No tocante às deliberações do congresso, constou o compromisso de encaminhar ao interventor do Estado, Fernando Costa, ao Secretário de Educação, Sebastião Nogueira de Lima e ao diretor-geral do Departamento de Educação, Sud Menucci, um resumo dos principais temas debatidos, assim como as reivindicações da categoria<sup>11</sup>.

Outra resolução do certame foi a redação de um telegrama a ser encaminhado ao Ministério da Guerra a fim de apoiar os integrantes da Força Expedicionária Brasileira que lutava na Itália “pelos ideais sagrados da liberdade”<sup>12</sup>.

Embora os temas relativos ao ofício do magistério estivessem no centro das preocupações dos educadores ao longo dos dois dias, uma das principais deliberações dizia respeito à elaboração, por um grupo de professores, dos estatutos da entidade que

---

<sup>9</sup> Congresso dos Professores do Ensino Secundário e Normal. O Estado de S. Paulo, 16/01/45, p. 07.

<sup>10</sup> O Congresso de Professores Secundários, em São Carlos. O Estado de S. Paulo, 17/01/45, p. 07. A respeito dos valores do salário mínimo, consultar: <http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/SalarioMinimo/Legislacao/Conteudo/MINIMO01.pdf>.

<sup>11</sup> A visita ao Interventor Federal Fernando Costa aconteceu no dia 8 de fevereiro daquele ano. O Estado de S. Paulo, 09/02/45, p. 06.

<sup>12</sup> Loc. Cit.



representaria o magistério secundário. Este grupo, liderado por Vicente Checchia, deveria apresentar um projeto contendo os artigos que deveriam nortear a atuação da entidade que congregaria os professores do ensino secundário.

A apresentação das conclusões do grupo encarregado do estatuto foi realizada na cidade de São Paulo em 12 de março daquele ano, durante a assembléia convocada pelo professor Luíz Augusto de Oliveira, que presidiu os trabalhos no congresso. Cercada de expectativa, a assembléia aconteceu no auditório da Escola Caetano de Campos e contou com a presença de professores, diretores, vice-diretores, inspetores da capital e do interior<sup>13</sup>.

Após acaloradas discussões, foram os estatutos aprovados por unanimidade, com as emendas propostas no momento pela assembléia, passando-se, na segunda parte dos trabalhos, a proceder à eleição da primeira diretoria que regerá os destinos da novel entidade.<sup>14</sup>

O resultado da eleição definiu a primeira diretoria da entidade que ficou composta da seguinte maneira: Vicente Checchia, presidente; Alberto Mesquita de Camargo, vice-presidente; Elisiário de Sousa, 1.º secretário; Luiz Contier, 2.º secretário; José Lourenço e Décio Grisi, 1.º e 2.º tesoureiros, respectivamente<sup>15</sup>.

A negligência a este período, por parte de algumas obras que abordaram a história da associação, pode ser verificada quando dos equívocos e contradições, presentes em torno de sua fundação. O trabalho coletivo desenvolvido por Orlando Jóia e Sônia Maria Portella Kruppa em torno da memória do movimento dos professores, bem como o de Laurita Fassoni alicerçaram boa parte das pesquisas

---

<sup>13</sup> Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial. O Estado de S. Paulo, 08/03/45. p. 07; Vai ser instalada a Associação dos Professores Secundários. Diário de S. Paulo, 10/03/45, p. 06; Associação dos Professores Secundários. O Estado de S. Paulo, 11/03/45, p. 08; Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal. O Estado de S. Paulo, 13/03/45.

<sup>14</sup> Loc. Cit.

<sup>15</sup> Loc. Cit.

posteriores. No intuito de levantar os principais acontecimentos da Apeoesp entre os anos 1978 e 1988, Jóia utilizou-se de entrevistas com os professores que exerceram alguma liderança ao longo desse processo, conseguindo com isso, informações fragmentadas a respeito dos detalhes de sua fundação ou mesmo de sua organização anterior aos anos 70. Em consequência disso, houve trabalhos que apontaram a formação da entidade em datas e locais que não correspondem à análise empírica ora realizada<sup>16</sup>.

Tendo seguido a dinâmica dos eventos relacionados ao congresso e os seus desdobramentos que resultaram na formulação de seu primeiro estatuto, convém explorar alguns de seus postulados, tentando perceber como se organizou a recém-fundada associação.

## **2.2 O ESTATUTO DE FUNDAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE.**

Ao nos depararmos com os artigos aprovados em seu primeiro Estatuto, percebemos quais eram os seus objetivos e como estavam organizados. De acordo com o art. 2.º, cabia à entidade:

defender os direitos de todos os seus associados, adotando medidas que visem garantir-lhes um nível de vida compatível com a dignidade humana; organizar departamentos especializados para estudo de todas as questões referentes ao ensino e legislação, de modo a, facilitando as consultas, poupar tempo e suavizar a difícil tarefa do professor; promover uma aproximação mais eficiente, com os responsáveis pelo ensino no Brasil e no Estado, de modo a serem os professores ouvidos por intermédio desta Associação; promover palestras, conferências, reuniões (...) tudo quanto possa estimular o amor pelo

---

<sup>16</sup> Segundo JÓIA, 1993; FASSONI, 1991; KRUPPA, 1994; SANT'ANA, 1993; DOBBECK, 2000 e LEOBONS, 1997, a Apeoesp teria sido oficializada em 12 de março de 1945, em assembléia realizada em São Carlos.

estudo, pelo ensino e pelos grandes vultos que engrandeceram a nossa pátria; estabelecer um centro de reuniões onde os associados possam debater e cultivar os grandes ideais de solidariedade humana e profissional e prestar aos associados todo o apoio moral, técnico e jurídico de que necessitarem.<sup>17</sup>

Como estava vedada a sindicalização dos funcionários públicos, os professores do magistério estadual viam, na criação de uma associação, a possibilidade de estreitar suas relações no âmbito profissional e constituir um coletivo capaz de influenciar as decisões governamentais que lhes afetassem diretamente.

Chama a atenção o aspecto relativo ao contato que seria mantido com os responsáveis pelo ensino nas esferas federal e estadual. De acordo com o estatuto, a entidade deveria colaborar com essas instâncias no sentido de aprimorar a “difusão das atividades pedagógicas”. Essa característica já era ressaltada por Elisiário Rodrigues de Sousa, em sua coluna sobre educação no Diário de S. Paulo. Segundo ele a entidade, “pela sua diretriz e pelas suas realizações” deveria se impor “de tal forma no conceito público e, especialmente, do Estado, que passasse logo à categoria de ‘órgão consultivo’ em matéria de assuntos educacionais”<sup>18</sup>.

A fim de construir um espaço de discussão e promover a solidariedade entre seus membros, o estatuto previa que seriam sócios todos os professores do ensino oficial, secundário e normal do Estado de São Paulo, bem como os diretores, vice-diretores e inspetores desses níveis de ensino. Para tanto seria cobrada uma contribuição mensal de CR\$ 10,00, ou seja, o correspondente ao valor de uma aula<sup>19</sup>.

A fim de desenvolver os trabalhos a que se propunha, a associação definiu duas instâncias deliberativas: a Assembléia Geral Ordinária e o Congresso, realizados

---

<sup>17</sup> Estatutos da Apesnoesp. 1945, p. 02.

<sup>18</sup> SOUSA, E. R. Associação de Professores. O Diário de S. Paulo. 11/03/45. p. 06.

<sup>19</sup> Diário de S. Paulo. 03/03/45. p. 06; Estatutos da Apesnoeps, 1945, p. 03.

anualmente, com o objetivo de eleger e dar posse à nova diretoria e discutir “os problemas de interesses gerais do ensino e do professor”<sup>20</sup>.

A diretoria seria composta pelo presidente e vice-presidente, 1º e 2º secretários e 1º e 2º tesoureiros. O mandato teria a duração de um ano, competindo ao presidente as principais decisões relativas à administração e ao desenvolvimento de suas atividades como convocar e presidir as Assembléias e representar a entidade em juízo<sup>21</sup>.

Por meio de 21 artigos, acrescido de poucos parágrafos, era fundada oficialmente a Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo. O Estatuto definia assim, como se organizaria a entidade, quais seriam suas atribuições e como se relacionaria tanto com seus associados quanto com as autoridades governamentais.

Esse documento evidenciava uma primeira ação efetiva em reunir os integrantes do magistério secundário paulista, a fim de verem atendidos seus interesses corporativos bem como os problemas relativos a um nível de ensino que vivenciaria uma expansão marcada por contradições (educação para as elites x educação para as classes populares; currículo voltado para a formação clássica e propedêutica x currículo voltado a formação para o trabalho; escola pública x escola privada)<sup>22</sup>.

Retomada das eleições, rearticulação das forças políticas em torno de partidos nacionais, reorganização dos sindicatos, desenvolvimento econômico segundo orientações nacionalistas e desenvolvimentistas e intensificação do processo industrial

---

<sup>20</sup> Estatutos, 1945, pp. 04-05.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 06.

<sup>22</sup> A respeito das contradições inerentes à expansão do ensino secundário em fins da década de 40 e toda a década de 50, consultamos os trabalhos: ROMANELLI, 1986; FONSECA, 2004.

nos grandes centros acompanhado de acelerado crescimento urbano aumentando as demandas sociais por serviços públicos constituíram o cenário de mudanças que afetava o país após o fim do Estado Novo<sup>23</sup>. Tais mudanças repercutiram na organização do ensino e nas ações e representações acerca do magistério.

A década de 50 assinalou rápidas transformações no meio educacional, com a expansão do ensino secundário. Segundo Marília Pontes Sposito

Em menos de 20 anos, entre 1945 e os primeiros anos da década de 60, nas regiões urbanas das áreas mais desenvolvidas do país, o crescimento intenso da rede de escolas secundárias oficiais imprimira a este ramo da escolaridade (...) características inteiramente diversas (...) incorporando parcelas cada vez mais heterogêneas da sociedade, passou a se apresentar como tendencialmente aberto, predominantemente público e destinado à formação comum da população.<sup>24</sup>

Pensado inicialmente como privilégio para determinados elementos de classe média, seletivo e excludente, o ensino secundário transformou-se em um meio de ascender socialmente para amplos setores das camadas populares<sup>25</sup>.

De acordo com as conclusões do trabalho coletivo coordenado por Carlos Correa Mascaro, “o anseio do povo e o interesse do elemento político, sempre pronto a descobrir novas formas de atrair a clientela”, tornaram o ambiente propício para a multiplicação de escolas de nível secundário<sup>26</sup>. No entanto, esse crescimento no número de ginásios e colégios se fez mediante “completa ausência de planejamento” resultando em queda na qualidade do ensino<sup>27</sup>.

Essas transformações traduziram-se em uma piora gradativa nas condições de trabalho dos professores, aumento no número de alunos por sala e de professores

---

<sup>23</sup> FERREIRA, 2003.

<sup>24</sup> SPOSITO, 1984: 15.

<sup>25</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>26</sup> MASCARO, 1964: 139.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 141.

contratados sem o devido aporte de recursos materiais e financeiros para a manutenção da rede ampliada<sup>28</sup>.

Para enfrentar essa realidade, os professores mobilizaram as estruturas associativas a fim de serem atendidas suas reivindicações. É nesse processo de mudanças sociais, políticas e econômicas que a Apeoesp modifica seu estatuto, reconfigura suas estratégias e tenta ampliar sua atuação.

Os poucos artigos do primeiro estatuto deram lugar a mais de uma centena após a sua reformulação no ano de 1952, evidenciando uma maior complexidade da associação, resultado das mobilizações empreendidas por suas lideranças nesses sete anos de existência.

Muitas mudanças foram realizadas, a começar por algumas de suas finalidades. A partir desse novo documento, a entidade deveria defender, “perante os poderes constituídos e os diretores de estabelecimentos de ensino, os direitos e as pretensões justas de seus associados, obtendo medidas que visem garantir-lhes nível de vida compatível com a dignidade humana”<sup>29</sup>.

Apesar de reafirmar a possibilidade de ter entre seus associados os diretores, no item acima percebemos uma divergência entre professores e diretores.

O parágrafo referente à relação com os responsáveis pelo ensino no Brasil e no Estado de São Paulo foi mantido, embora adotasse uma postura mais firme quanto ao fato de serem aprovadas “reformas educacionais sem a prévia consulta ao magistério e à sua associação de classe”<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> SANT’ANA, 1993: 129.

<sup>29</sup> Estatutos da Apesnoesp. 1952, p. 03.

<sup>30</sup> Loc. Cit.

Outras mudanças diziam respeito a um possível aparelhamento da associação com vistas a oferecer a seus associados assistência jurídica, médica e dentária, mediante departamentos específicos ou por meio de convênios com a iniciativa privada<sup>31</sup>.

No tocante à admissão de sócios, o novo estatuto estabelecia um processo que extrapolava a simples contribuição.

O candidato à inscrição como sócio da Associação deverá apresentar a sua proposta à Diretoria, preenchendo a fórmula oficial distribuída pela Secretaria, assinada por dois sócios quites com os cofres sociais (...) Recebida pela Diretoria, será a proposta encaminhada dentro de cinco dias, no máximo, à Comissão de Sindicância, que dará parecer sobre as condições de admissibilidade ou não do proposto e à vista desse parecer que a Diretoria deliberará como julgar de justiça.<sup>32</sup>

Essas restrições podem dar a falsa impressão de que a entidade não necessitava de sócios nem de suas contribuições. No entanto, informações da imprensa revelavam uma difícil realidade.

A Apeoesp atravessa, não há dúvida, uma fase de lamentável desprestígio entre os próprios membros do magistério secundário e normal do Estado. Algumas rixas internas, e o pouco ou nenhum êxito obtido em algumas reivindicações causaram esse estado em que há dois anos se arrasta uma Associação, nascida em meio a grandes esperanças, e, que manda a verdade que se diga, correspondeu integralmente aos anseios da classe nos dois ou três primeiros anos de existência. Acrescente-se a isso a falta de recursos econômicos, e não será difícil diagnosticar o mal que minou essa Associação.<sup>33</sup>

Depreende-se que, primeiro, havia dificuldades financeiras, e segundo, existiam divergências que poderiam inviabilizar suas atividades junto à categoria. Então, procedeu-se a uma atitude que, mesmo sacrificando as receitas, poderia sanar as

---

<sup>31</sup> Estatutos da Apesnoesp: p. 04.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 06.

<sup>33</sup> Congresso de Professores do Ensino Secundário. A Gazeta. São Paulo, 12/01/51.

desavenças por meio de uma seleção rigorosa na admissão de novos sócios. Ademais, os itens referentes aos deveres e as punições cabíveis a quem desrespeitasse o que estava previsto acentuava a intenção de criar um ambiente livre de disputas internas.

São deveres indeclináveis dos associados (...) manter a máxima cordialidade entre si, profligando (sic) por um código de ética profissional que se condene sempre na defesa dos colegas e nunca na crítica, bem como auxiliar e proteger o colega necessitado, não aventar ou discutir na sede social, matéria alheia aos fins sociais ou que possa causar discórdia. (...) o sócio que infringir estes Estatutos, regimento interno ou regulamentos, injuriar quer a Associação, quer algum de seus membros, perturbar a ordem em sessões, tornar-se motivo de permanente discórdia, será suspenso de seus direitos sociais, até deliberação da Diretoria em reunião, na qual será julgado e para a qual terá notificação prévia.<sup>34</sup>

No tocante à sua administração, a Assembléia Geral Ordinária continuaria sendo a principal instância decisória, na qual seriam eleitos os membros que assumiriam os órgãos que zelariam pelos trabalhos da associação.

A Assembléia Geral, como poder soberano da Apeoesp, é a reunião dos sócios quites (...) em gozo e exercício de seus direitos, com mais de seis meses de admissão, em número de trinta no mínimo (...) Haverá uma só Assembléia geral ordinária durante o ano, a da primeira quinzena de janeiro de cada ano, e tantas extraordinárias quantas convocadas pelo presidente espontaneamente ou a requerimento firmado por quinze sócios.<sup>35</sup>

Dessa forma, a Assembléia consolidar-se-ia, ao longo de sua trajetória, em um importante espaço de disputas pessoais, coletivas, programáticas e ideológicas que norteariam os rumos tomados pela entidade.

Além da diretoria, outros órgãos foram agregados ao núcleo administrador da entidade: o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Comissão de Sindicância<sup>36</sup>,

---

<sup>34</sup> Estatutos, 1952: pp. 06-08.

<sup>35</sup> Ibidem: pp. 19-20.

<sup>36</sup> Ibidem: pp. 09-10.



abrindo assim, a possibilidade de estimular uma maior participação dos sócios no conjunto de suas atividades, bem como diminuir a sobrecarga dos diretores

O Congresso perdeu o status de instância deliberativa conforme previa o primeiro estatuto. Entretanto, a periodicidade foi mantida a mesma, cabendo à Diretoria promover a realização de um por ano, seja nas férias de janeiro ou nas férias de julho. Entre as suas principais finalidades constavam:

Tomar medidas que possam elevar a preparação e o prestígio do professorado, de forma que venha ter posição condigna com sua ação social e cultural; estudar a metodologia do ensino secundário e normal para que seja ministrado com mínimo esforço e no menor tempo possível, sem sacrifício da matéria e dos alunos, os programas oficiais; sugerir medidas que melhorem, cada vez mais, o ensino secundário e normal do país tornando-o perfeitamente correlacionado com o primário e superior ...<sup>37</sup>

A grande novidade em torno da mobilização da categoria passou a ser a necessidade de realizar, antes do Congresso, duas concentrações regionais em cidades diferentes no Estado, a fim de aproximar seus associados e promover o evento<sup>38</sup>.

Embora ficasse estabelecida a obrigatoriedade do Congresso do professorado secundário ser realizado anualmente, nem sempre isto ocorreu. Segundo a documentação consultada, a entidade realizou dez desses eventos entre os anos 1945 e 1963. Analisar sua organização e suas temáticas, assim como algumas de suas concentrações regionais, nos possibilitará entender como se articulou e como a associação empreendeu, as lutas em defesa de sua categoria.

---

<sup>37</sup> Estatutos, 1952: p. 22.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 23.

## **2.3 A MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA: CONGRESSOS E CONCENTRAÇÕES REGIONAIS DE PROFESSORES**

Se os estatutos definiram a estrutura organizativa da associação, os congressos e as concentrações regionais revelaram as suas estratégias, ações e representações em torno do trabalho docente, marcadas pela relação de suas lideranças com seus associados e da entidade com o Estado, inserida em contextos particulares da história brasileira.

A entidade foi fundada no I Congresso de Professores Secundários, na cidade de São Carlos em 1945. De acordo com os estatutos aprovados posteriormente, deveria haver um evento desses por ano, logo após a realização da Assembléia Geral Ordinária.

Nessa primeira fase da associação, foram nove congressos realizados depois daquele que marcou a sua fundação: São Paulo, 1946; Campinas, 1947; Santos, 1948; 1950 (janeiro e julho) e, novamente São Paulo, 1951, 1952, 1953 e 1961<sup>39</sup>.

Além dos congressos, uma outra forma de reunir os associados e envolver a categoria em suas atividades foi a realização das concentrações regionais, previstas no estatuto reformulado no ano de 1952 e realizadas, efetivamente, apenas em 1954 e 1958.

### **2.3.1 OS CONGRESSOS**

---

<sup>39</sup> Em 1950, excepcionalmente, foram realizados dois Congressos o V e o VI em janeiro e julho, respectivamente. Ambos foram sediados em Santos conforme proposta encaminhada pelo recém empossado presidente, Júlio Guimarães Sampaio, professor naquela cidade. A Tribuna. Santos. 29/01/50, p. 10.

Apesar de os congressos refletirem as principais demandas do professorado dentro da especificidade do momento em que eram realizados, alguns temas estiveram presentes em muitas ocasiões, como os relativos aos vencimentos dos professores, aqueles que tratavam da questão dos concursos, tanto os de admissão quanto os de remoção e, ainda, os debates a respeito do aprimoramento didático e pedagógico e os avanços experimentados pelas disciplinas constantes no currículo. Estes foram pontuados em muitos desses eventos, conforme se depreende do temário do IV Congresso:

Biologia e história natural: metodologia e programa; Latim, sua importância, pontos de vista do magistério oficial paulista com relação à sua exclusão de programas futuros; o mestre, sua preparação remota e próxima, sua capacidade intelectual e didática; a língua portuguesa, sua importância, metodologia e programas.<sup>40</sup>

Vale ressaltar que os anos 40 e 50 foram marcados pelos conflitos em torno de diferentes concepções de ensino. Posições divergentes a respeito da formação do currículo, das práticas em sala de aula e a formação do professor<sup>41</sup>, caracterizaram esse período, pautando as discussões nas entidades docentes.

Os congressos tiveram a seguinte dinâmica: os diretores realizavam uma reunião preparatória enumerando os temas que seriam debatidos, em seguida, nomeavam-se aqueles que se responsabilizariam por falar a respeito dos assuntos escolhidos, podendo ou não pertencer à direção da entidade. Durante o evento, após a sessão de abertura proferida pelo diretor do estabelecimento que recebia os participantes, o presidente da associação sintetizava os principais pontos de sua gestão,

---

<sup>40</sup> Congresso do Magistério Secundário em Santos. O Estado de São Paulo. 07/01/48, p. 05.

<sup>41</sup> FONSECA, 2004: 55

reforçando a idéia de que o professorado do secundário estava legitimamente representado por sua entidade.

Entre as palestras, nos horários destinados ao lazer, os participantes do evento visitavam a Câmara de Vereadores e em algumas ocasiões, o prefeito da cidade que sediava o certame. Em cidades turísticas, empreendiam visitas às suas principais atrações. Importante não esquecer que em todos os congressos houve a participação de algum funcionário representando os dirigentes estaduais de ensino.

Em relação aos concursos, o primeiro realizado no Estado ocorreu em 1943 e apresentou um baixo índice de aprovação<sup>42</sup>. Este foi um dos assuntos que nortearam os debates do I Congresso e sempre presente nos demais conclave.

Sugerir aos poderes competentes a realização anual de um concurso de remoção; reclamar o direito de matrícula mediante concurso de habilitação de professores normalistas, sem as restrições que a legislação atual apresenta (II Congresso); O prof. Valeriano Gomes do Nascimento defendeu sua tese sobre os Concursos de Remoção e Ingresso ao Magistério Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (V Congresso); Manifestou-se ainda o Congresso sobre (...) sugestão de revisão do processo do concurso de ingresso de remoção (VIII Congresso); Foram aprovadas, pelo Congresso, as seguintes resoluções (...) Enquadramento total dos concursos de remoção do pessoal docente durante as férias de verão; condições de admissão e exames de habilitação às escolas normais (IX Congresso).<sup>43</sup>

A realização dos concursos se enquadrava como uma necessidade e a luta para que eles acontecessem, tanto na esfera da admissão quanto na de remoção, contribuiu decisivamente para a afirmação profissional do professor<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> FONSECA, 2004: 323.

<sup>43</sup> O Estado de S. Paulo. 18/01/46, p. 06; O Estado de S. Paulo. 31/01/50; Relatório apresentado à Assembléia Geral Extraordinária. 1954, p. 08; A Gazeta. São Paulo. 20/07/53.

<sup>44</sup> NADAI, 1991: 354. Segundo a autora o aumento no número de licenciados pelas faculdades pressionou as entidades representativas do magistério a defender a realização permanente de concursos contribuindo assim para a consolidação da imagem profissional do magistério público.

Embora houvesse no Estado, desde os anos 30<sup>45</sup>, dispositivos legais que determinassem a exigência de concurso de títulos e provas, a realização do mesmo sempre ocorreu de forma esporádica nos anos 40, tornando-se mais efetiva a partir de meados dos anos 50. Tal situação acabou resultando, neste período, na seguinte composição do magistério secundário estadual:

(...) somente 30% dos professores ocupavam cargo em caráter efetivo, enquanto a maioria era constituída de professores admitidos em caráter precário, para ministrar aulas excedentes, o que lhes garantia menor remuneração e não estabilidade.<sup>46</sup>

A situação precária daqueles que não eram aprovados em face da falta de estabilidade e da menor remuneração acabou sendo um, dentre outros fatores, que contribuiu na organização coletiva dos docentes do Ensino Médio.

Porém, o assunto que centralizou as atenções do professorado nesses eventos foi, sem dúvida, a questão econômica, principalmente no que dizia respeito ao pagamento das aulas extraordinárias e em relação à majoração de seus vencimentos e que se referia.

Essas questões atinentes aos vencimentos, talvez tenham sido os principais motivos para atrair o professorado nesses certames. Entre cinquenta e oitenta professores participaram de cada um dos congressos, reunindo principalmente, os docentes das proximidades da cidade sede do evento.

As principais conclusões desses eventos, em relação a esses assuntos, resultavam no envio de mensagens ao governador, ao secretário de Educação e a alguns deputados simpáticos às reivindicações do magistério. Ou seja, não tinham a

---

<sup>45</sup> Segundo Nadai (1991:316), por meio do decreto 7.684 de 20 de maio de 1936, regulamentou-se o concurso como forma de admissão nas escolas, ginásios e colégios públicos estaduais.

<sup>46</sup> NADAI, Ibidem: 353.

capacidade de promover ações coletivas que pressionassem de forma mais incisiva as autoridades políticas.

Além de possibilitar uma aproximação entre os professores, por meio do diálogo entre as diversas experiências cotidianas, esses congressos serviram para alicerçar as concepções de ensino e de trabalho docente que permeariam as ações da Apeoesp.

A partir do início da década de 50, a organização coletiva docente reformulou suas estratégias de ação, diferenciando-se das primeiras, em virtude de uma melhor organização e disposição, por parte de suas lideranças, em efetivar-se, mediante o poder público e a sociedade em geral, como legítimo representante do magistério secundário paulista.

Os congressos deram lugar às concentrações regionais. Estas ofereciam maiores oportunidades de aproximação com a categoria e mantinham mobilizados os professores, pois aconteciam em intervalos menores de tempo.

### **2.3.2 AS CONCENTRAÇÕES REGIONAIS EM 1954 E 1958**

O ano de 1954 marcou a trajetória da Apeoesp pela intensa atividade mobilizatória desencadeada por meio de concentrações regionais. Alguns desses encontros foram realizados em anos precedentes, 1951 (Sorocaba e Jundiaí), 1952 (Taubaté e Botucatu) e 1953 (Rio Preto e Itu)<sup>47</sup> servindo de experiência para a

---

<sup>47</sup> Relatório apresentado à Assembléia Geral Extraordinária. 1954, pp. 09-13. Como resultados dessas concentrações, a associação pode ampliar os debates a respeito das questões pertinentes ao magistério com um maior número de professores; Concentração de Professores em Sorocaba. O Estado de S. Paulo. 14/04/51, p. 07; Convenção dos Professores em Taubaté. A Gazeta. São Paulo. 05/05/52.

campanha deflagrada a partir daquela data. Tais ações contaram com ampla cobertura da imprensa.

As duas principais preocupações dos professores continuavam sendo as mesmas debatidas nos Congressos: o atraso no pagamento das aulas extraordinárias e o reajuste nos vencimentos da categoria. O objetivo era aglutinar força entre os integrantes do magistério a fim de pressionar pelo atendimento de suas reivindicações.

Em relação ao pagamento das aulas extraordinárias, referentes ao ano de 1953, até meados de 1954 não haviam sido pagas. Tal situação levou um conjunto de professores, representando diversos ginásios e colégios, a sugerir aos diretores da Apeoesp que executassem as seguintes medidas: “envio de memorial ao governador do Estado e ao secretário da Educação e a realização de uma assembléia permanente do professorado até a solução do problema”<sup>48</sup>.

Embora as ações propostas não diferenciasses das anteriores, é importante ressaltar que tal deliberação foi resultado de encontros mantidos por professores, fora da estrutura da associação. A entidade, como resposta às demandas da categoria realizou, ainda em maio, três seguidas reuniões contando com a presença de sócios da capital e do interior a fim definir quais seriam as estratégias da mesma. Decidiram instalar a assembléia permanente até que o governo pudesse resolver o problema que tanto afligia os docentes.

O pagamento das aulas extraordinárias nunca foi feito regularmente o que tem provocado grande descontentamento entre os professores que contam com essa verba para a cobertura das despesas forçadas a que são obrigados, sempre maiores do que a receita. Desejam, os professores do ensino secundário e normal o pagamento das aulas extraordinárias regularmente e o pagamento da mesma durante o período de férias.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> O Atraso no pagamento das aulas extraordinárias. A Gazeta. São Paulo. 18/05/54.

<sup>49</sup> Reajustamento de vencimentos do magistério paulista. A Gazeta. São Paulo. 20/05/54.

A constatação de que os professores não conseguiam receber o suficiente para o pagamento de suas despesas pode ser explicada em parte, pelo fato de os mesmos terem recebido o último aumento em seus vencimentos dois anos antes, apresentando-se, portanto, defasado frente ao novo salário mínimo anunciado por Getúlio Vargas e o conseqüente aumento no custo de vida<sup>50</sup>.

O salário mensal de Cr\$ 5.500,00 por 12 aulas semanais, mais o valor de Cr\$ 60,00 a aula extraordinária, aliado ao problema dos atrasos constantes, estariam entre os principais motivos pela ausência de professores em diversas disciplinas nas escolas secundárias, principalmente nas áreas de Química, Física, História Natural e Matemática, pois os licenciados nessas disciplinas encontrariam “no setor industrial e nos escritórios de engenharia trabalho melhor remunerado”<sup>51</sup>.

A inflação da época pode ser avaliada a partir da informação de que no congresso realizado em julho do ano de 1953, a Apeoesp havia deliberado pelo reajustamento nos vencimentos de acordo com os seguintes valores: Cr\$ 9.000,00 mensais, mais Cr\$ 100,00 pelas aulas extraordinárias. No entanto, em junho de 54, a proposta foi reformulada, reivindicando o reajuste na ordem de Cr\$ 12.000,00 mensais, mais aumento quinquenal de Cr\$ 2.000,00 e Cr\$ 220,00 pelas aulas extraordinárias<sup>52</sup>.

Diante dessa situação a Apeoesp realizou em junho, na cidade de Bauru, a sua primeira concentração regional no ano, dando início à sua campanha mobilizatória. O

---

<sup>50</sup> Segundo dados obtidos no site do Ministério do Trabalho, o salário mínimo subira, em janeiro de 1952 de Cr\$ 380,00 para Cr\$ 1.200,00 e passando a Cr\$ 2.400,00 a partir de julho de 1954.

<sup>51</sup> Faltam professores para o magistério secundário. A Gazeta. São Paulo. 01/06/54.

<sup>52</sup> Loc. Cit.



“êxodo” no magistério secundário, provocado pelos baixos valores dos vencimentos foi um dos temas debatidos na reunião.

Em palestra proferida na ocasião, o professor Emanuel da Veiga Garcia, representando os professores da cidade de São Carlos expôs as conseqüências da política do Estado em relação a esse problema.

Se o governo não tomar providências concretas no sentido de melhorar, de uma maneira substancial, os atuais padrões de vencimentos dos professores secundários, num futuro próximo o ensino secundário estará entregue a mãos femininas, como acontece com o ensino primário. Não queremos com esta advertência menosprezar o trabalho de nossas dignas e laboriosas colegas que conquistaram a cátedra em brilhantes concursos, mas entendemos que neste setor, tão importante que é o setor do ensino secundário, também o homem de valor deve estar presente, para dar a sua contribuição e exercer a sua influência. Mas para que homens de valor dêem a sua contribuição é de fato imprescindível que o governo lhes proporcione remuneração condigna...<sup>53</sup>

Esse raciocínio além de trazer elementos de uma sociedade machista, demonstra também a fragmentação que havia entre os professores dos diversos níveis de ensino. Tal fragmentação seria responsável pelas dificuldades em unificar as reivindicações e empreender ações conjuntas.

Preconceitos à parte, a constatação de que o magistério secundário estava se transformando em profissão para mulheres evidencia como se dava a divisão sexual do trabalho na educação<sup>54</sup>. Como as mulheres, em sua maioria, não sustentavam exclusivamente seus lares, poderiam receber vencimentos menores. Enquanto os homens, essenciais na manutenção do orçamento familiar, deveriam ser melhor remunerados. Se o magistério não oferecia a oportunidade de vencimentos satisfatórios para os homens, estes deveriam procurar outras atividades. A conseqüência disso, seria

---

<sup>53</sup> Concentração de professores do ensino secundário em Bauru. A Gazeta. São Paulo. 08/06/54, p. 18.

<sup>54</sup> Para uma análise da construção do papel social dos professores segundo a divisão sexual do trabalho em educação nos níveis primário e secundários, consultar: CARVALHO, 1994 e LELIS, 1994.

um “empobrecimento cultural” na ação educativa, já que os homens obtinham melhores condições em sua formação educacional.

De acordo com Ruth Bernardes de Sant’ana, com o avanço da industrialização nos anos 50

há um déficit de pessoal habilitado nas empresas, por isso, a classe média encontra na educação de seus membros, o caminho para a ascensão social. Para os homens se estimula o acesso a cursos de formação adequada às exigências das funções de mando na indústria e nos altos escalões dos órgãos do Estado. Para as mulheres, as profissões femininas, que complementarão a renda familiar.<sup>55</sup>

Assim, os professores do ensino secundário tentavam estabelecer os elementos que garantissem uma imagem de prestígio, dividindo os espaços com outras categorias, na complexa formação social vivenciada no período.

Sem que houvesse um posicionamento do governo estadual na resolução dos problemas que afetavam o magistério secundário, um novo encontro regional foi realizado, agora em São Carlos.

Nesses eventos, a pauta era elaborada pelo conjunto de professores da escola que recebia as atividades. Durante a sessão plenária, eram lidas diversas mensagens de apoio, enviadas por professores representando outras cidades.

Dos nove pontos debatidos nessa concentração regional, dois merecem ser destacados, o que se referia ao reajuste para os diretores e o relativo às Congregações. O primeiro enfatizava que os diretores e vice-diretores das escolas estaduais deveriam receber o reajuste em seus vencimentos na mesma proporção que o recebido pelos professores, a fim de não ficarem em “situação de inferioridade na hierarquia

---

<sup>55</sup> SANT’ANA, 1993: 154.

funcional”<sup>56</sup>. Isto revelava que os professores pensavam a educação segundo a hierarquização do trabalho desenvolvido nas escolas e entre suas funções. O diretor e o vice-diretor eram os superiores imediatos ao professor e a eles devia o reconhecimento, o respeito e a subordinação. Ao mesmo tempo, viam-se os docentes do secundário em uma escala superior aos seus colegas do ensino primário.

Embora houvesse essas clivagens entre os profissionais do ensino, reivindicavam o restabelecimento das Congregações. Elas já existiam em algumas escolas, mas exigia-se que, por meio de uma lei, fossem estendidas a todas as unidades escolares<sup>57</sup>. Constituir-se-ia em um coletivo envolvendo representantes de todos os integrantes dos estabelecimentos escolares e com liberdade para atuar nas esferas administrativas e pedagógicas como a escolha de professores substitutos<sup>58</sup>.

Seguindo a mesma dinâmica e acompanhando o resultado da mobilização junto à Assembléia Legislativa e ao governo do Estado, cinco outras concentrações foram realizadas nas cidades de Santos (22/06), Campinas (15/08), Sorocaba (22/08), Ribeirão Preto (29/08), São Paulo (06/09) e São José do Rio Preto (15/06).

Entre as principais deliberações constou a reformulação dos valores exigidos, fixando-os em Cr\$ 7.000,00 mensais e gratificação quinquenal de Cr\$ 1.000,00, valores estes que eram inferiores aqueles deliberados como satisfatórios em congresso no ano anterior. Tais índices foram utilizados na elaboração de um memorial que foi entregue ao governador, sintetizando os principais anseios da categoria docente.

Comentando a situação do ensino no Estado, o secretário de Educação, Moura Rezende, procurava dar ênfase à atuação do governador Lucas Nogueira Garcez,

---

<sup>56</sup> A Segunda Concentração de Professores do Ensino Secundário e Normal. A Gazeta. São Paulo, 15/06/54.

<sup>57</sup> Loc. Cit.

<sup>58</sup> Concentração de professores nesta capital a 6 do corrente. A Gazeta. São Paulo. 03/09/1954.

apresentando resultados considerados por ele, positivos se comparados com o governo anterior (Ademar de Barros 1947-1951), principalmente no tocante à construção de escolas.

Tudo quanto me foi dado realizar em benefício da instrução pública se deve ao prestígio que nunca me faltou do Exmo. Sr. Governador Lucas Nogueira Garcez. Quando iniciou o atual governo a sua gestão, existiam em 1950, no Estado, inclusive na Capital, 171 unidades escolares de ensino médio, incluindo-se ginásios, colégios, escolas normais e Institutos de Educação. Já agora, nesta altura da administração, conta o Estado com 228 unidades de ensino médio secundário.<sup>59</sup>

Em relação às reivindicações por aumento nos vencimentos, embora mencionasse a atitude do professorado como sendo justa, entendia que não era de sua competência definir os valores, pois necessitaria de uma “consulta às possibilidades do Estado<sup>60</sup>”.

Em vista da campanha mobilizada pela Apeoesp e de outras entidades representando o professorado paulista, o governador enviou à Assembléia a mensagem dispondo sobre o aumento nos vencimentos do magistério. Os professores do ensino secundário sentiram-se prejudicados pelo fato de não verem suas reivindicações atendidas. Diante dessa frustração, ofícios tornaram a ser enviados ao governador e ao secretário de educação, cobrando alterações que minimizassem os possíveis prejuízos.

Pela mensagem, os docentes teriam sua jornada aumentada de 12 para 18 aulas semanais, sob o argumento que estas aulas excedentes contariam para a aposentadoria<sup>61</sup>. A tensão provocada entre os interesses conflitantes do governo e dos professores teve como resultado o pedido de exoneração do professor Sólton Borges

---

<sup>59</sup> Entrevista com Moura Rezende. A Gazeta. São Paulo. 26/06/54.

<sup>60</sup> Loc. Cit.

<sup>61</sup> Deverá ser alterada a mensagem governamental. A Gazeta. São Paulo. 19/10/54.

dos Reis da chefia do Ensino Secundário e Normal, para a qual havia sido indicado no começo do ano<sup>62</sup>. Em razão disso, a Apeoesp aprovou um voto de louvor à atitude dele, pelo fato de ele ter sido um dos participantes na criação da entidade e ter se colocado ao lado das necessidades dos professores ao longo de seu mandato<sup>63</sup>.

A mensagem governamental acabou sendo vetada em janeiro de 1955, em decorrência do grande número de emendas propostas pelos deputados, protelando a decisão que amenizaria os problemas financeiros do professorado.

Em entrevista à imprensa, Rosalvo Florentino de Souza, presidente da Apeoesp, ressaltava em 1956 que o magistério havia sido a única categoria profissional a não ter recebido qualquer reajuste, causando grande desilusão na categoria<sup>64</sup>. No começo de 1957, sob o governo de Jânio Quadros, o professorado teve reajustado seus vencimentos para Cr\$ 9.600,00. Passado quase três anos do início da campanha o reajuste não acompanhou o aumento no custo de vida. Dessa forma, continuaram os professores a luta por melhores vencimentos nos anos subseqüentes. A frustração desmobilizou as entidades associativas dos docentes, que voltariam a se mobilizar de forma conjunta somente em 1958. Em meio a essas atividades, a Apeoesp manifestou a sua posição frente às disputas político-partidárias.

Em muitas ocasiões, sua diretoria se pronunciou em favor deste ou daquele candidato, oriundo do magistério ou não, pertencente à associação ou não, manifestando seu posicionamento e, na medida do possível, tentando orientar a categoria a votar naqueles que fossem por ela recomendados. No período em questão

---

<sup>62</sup> Correio Paulistano. São Paulo. 10/11/54 e O Tempo. São Paulo. 10/11/54.

<sup>63</sup> O Estado de S. Paulo. 10/11/54.

<sup>64</sup> Em São Paulo um carcereiro ganha mais que um professor. Última Hora. São Paulo. 28/05/56.

(1945-1963), somente três professores que fizeram parte das diretorias da entidade, foram eleitos para o cargo de deputado estadual<sup>65</sup>.

Luiz Augusto de Oliveira foi o primeiro, aproveitando sua exposição junto à categoria ao se destacar como um dos proponentes do Congresso que deu origem à entidade. Foi eleito com 5.642 votos pelo PSD ainda na primeira Legislatura (1947-1951).

O segundo ex-diretor da associação eleito para Assembléia Legislativa foi Sólton Borges dos Reis, pelo PDC, para dois mandatos (1959-1963) e (1963-1967) com 3.329 votos e 19.116 votos, respectivamente. No entanto, é importante destacar que nessa época, Reis havia assumido a presidência do Centro do Professorado Paulista, defendendo, prioritariamente os interesses dos professores primários<sup>66</sup>.

Por fim, Raul Schwinden, pelo PSB, foi eleito para o período de 1963-1967, com 3.329 votos. Na ocasião, ocupava a presidência da Apeoesp, destacando-se como uma das principais lideranças do magistério no Estado.

Além de tentar eleger membros que tivessem atuado na entidade, outra maneira de atuar na Assembléia foi por meio da indicação de nomes que fossem identificados com a causa dos docentes. Pensando dessa forma, a Apeoesp, juntamente com outras entidades do magistério paulista, participou da criação da “Liga Eleitoral do Professorado”, para as eleições de 3 de outubro de 1950<sup>67</sup>. Sua principal finalidade era eleger candidatos para os legislativos federal, estadual e também para a cidade de São Paulo. Deveriam defender, entre outros pontos:

---

<sup>65</sup> As informações a respeito da eleição dos professores para a Assembléia Legislativa foram colhidas de: CALIMAN, 1998.

<sup>66</sup> Para uma análise da atuação de Sólton Borges dos Reis a frente do CPP consultar: VICENTINI, 1997:127-130.

<sup>67</sup> VICENTINI, Ibidem: 104.

O cumprimento das disposições constitucionais relativas à aplicação de percentagem de impostos na ampliação e melhoria dos serviços de educação; respeito à liberdade de cátedra;(...) a necessidade de consulta direta à classe, através de suas entidades regularmente organizadas no estudo e solução dos problemas educacionais e do magistério; consolidação das leis e regulamentos relativos aos concursos de ingresso, remoção (...); adoção de medidas práticas que objetivem proporcionar situação econômica condigna aos professores e funcionários técnicos e administrativos de todos os graus de ensino; elaboração de leis que assegurem medidas de proteção aos professores e suas famílias (...); amparo às entidades de classe do professorado para a realização de seus fins; colaboração e apoio ao magistério particular na luta pelas suas justas reivindicações.<sup>68</sup>

Esse documento acabou sendo a expressão daquilo que mais preocupava o professorado, na visão de suas associações. Além das reivindicações de caráter profissional como concursos, vencimentos e aposentadoria, o documento mencionou a necessidade de os governos proporcionarem “amparo” às entidades de classe, para que elas pudessem desenvolver o “justo” trabalho junto aos docentes. Mais do que reconhecimento, defendiam certa “ajuda” técnica ou financeira para a realização de seus congressos e a construção de sedes sociais.

Apesar do caráter pluripartidário da Liga, o Partido Democrata Cristão foi o que obteve a maior indicação para o pleito de 1950<sup>69</sup>. Das quase quarenta indicações, somente um conseguiu ser eleito, Arnaldo Laurindo, como deputado estadual<sup>70</sup>.

Após essas eleições, as entidades do magistério não definiriam estratégias conjuntas para indicar candidatos seja nos pleitos para o legislativo seja para o executivo. Suas atuações deram-se no interior de cada uma de suas estruturas organizativas.

---

<sup>68</sup> VICENTINI, 1997: 105-106.

<sup>69</sup> Conforme Vicentini apurou, havia candidatos concorrendo, além do PDC, pelo Partido Libertador (PL), Partido Republicano (PR), Partido Republicano Trabalhista (PRT), Partido Trabalhista Nacional (PTN), União Democrática Nacional (UDN) Partido Social Progressista (PSP) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ibidem, p. 106-107.

<sup>70</sup> VICENTINI, loc. Cit.

Além das disputas eleitorais, outro assunto que atraiu a atenção da Apeoesp, principalmente ao longo dos anos 50, foi a rápida expansão da rede escolar. Embora fosse ressaltada a necessidade de ampliar o acesso ao ensino secundário, o professor Sólton Borges dos Reis, um dos fundadores da Apeoesp, durante sua passagem na chefia do Ensino Secundário do Estado, enviara projeto de Resolução à Assembléia Legislativa, em setembro de 1954, suspendendo temporariamente a criação de novas escolas em virtude da seguinte situação:

A terça parte dos 231 estabelecimentos estaduais de ensino secundário existentes no Estado não possui prédio para funcionar. Outras cinquenta funcionam precariamente em prédios de grupos escolares, com prejuízo inclusive da escola primária (...) a exigüidade dos recursos orçamentários que não são proporcionais às exigências do sistema escolar paulista em vertiginoso crescimento...<sup>71</sup>

A criação de estabelecimentos de ensino durante os anos 50 partia de projeto encaminhado à Assembléia Legislativa, ou de um deputado ou do próprio executivo. Depois de passar por várias comissões, o plenário da Assembléia definia pela aprovação ou não. Em seguida, o projeto era enviado ao governador, que com base em argumentos técnicos ou políticos aprovava ou rejeitava. Após essa etapa, a instalação da escola dependia da pressão do deputado, mediador entre o governo e o povo, para abreviar o tempo de espera pela sua instalação.<sup>72</sup>

O ginásio ou colégio aprovado na Assembléia somente seria instalado mediante as relações de poder travadas entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Alguns acabavam funcionando em prédios destinados ao ensino primário em horários diferenciados, outros demoravam até serem efetivamente instalados.

---

<sup>71</sup> Suspensa, temporariamente, a criação de escolas secundárias. A Gazeta. São Paulo. 15/09/54.

<sup>72</sup> BEISIEGEL, 1964: 99-198.



Apesar dessas dificuldades na estrutura física das novas unidades escolares, houve um aumento contínuo das matrículas no Ensino Secundário. De acordo com Geraldo Bastos Silva, em 1945 esta modalidade de ensino era responsável por 256.467 matrículas, enquanto que no ano de 1963, já contava com 1.246.125 matrículas<sup>73</sup>. Da mesma forma houve um aumento no número de docentes, que passou de 19.105, em 1945 para 74.541<sup>74</sup>. Esses dados eram referentes ao conjunto de matrículas das escolas federais, estaduais e federais.

No caso de São Paulo, a expansão das matrículas no ensino de nível médio deu-se nas seguintes condições: de 78.052 em 1940 passou para 351.955 em 1960<sup>75</sup>. De acordo com os dados coletados por Ruth Bernardes de Sant'ana, os anos que apresentaram o maior número de ginásios no Estado foram os que coincidiram com o governo de Jânio Quadros (1955-1959)<sup>76</sup>.

Essa expansão do ensino secundário, segundo as entidades docentes, teria agravado as condições de trabalho dos professores. Para elas, muitas escolas foram criadas sem a devida infra-estrutura, resultando em condições precárias tanto para os alunos quanto para os educadores.

Considerando que uma das razões do decréscimo da aprendizagem nas unidades escolares de segundo grau reside no aparelhamento inadequado e nas condições materiais mínimas para um bom funcionamento da unidade escolar, foi indicada às autoridades competentes a necessidade de dotação orçamentária maior para os ginásios, colégios e escolas normais do Estado.<sup>77</sup>

Assim os professores manifestavam sua contrariedade em relação à política adotada pelos seguidos governos no tocante à expansão da rede. Não vendo suas

---

<sup>73</sup> SILVA, 1969: 308.

<sup>74</sup> Loc. Cit.

<sup>75</sup> SPOSITO, 1984: 80.

<sup>76</sup> SANT'ANA, 1993: 122.

<sup>77</sup> A Gazeta. São Paulo. 04/011/57.

reclamações atendidas e percebendo o amplo movimento na sociedade, principalmente em São Paulo<sup>78</sup>, que exigia a ampliação das vagas no ensino secundário, suas lideranças recorreram novamente à mobilização da categoria.

Articulando o seu posicionamento político-partidário, a defesa de ampliação das vagas no Ensino Secundário e a experiência adquirida nas mobilizações anteriores, o ano de 1958 consagrou a forma de ação expressa pelas concentrações regionais, reunindo os professores de todos os níveis de ensino em diferentes cidades do Estado.

Denominada “Mais prédios para as escolas, melhores vencimentos para os professores” a campanha de mobilização do magistério, deflagrada no mês de março daquele ano, contou com a participação da Apeoesp, do CPP (Centro do Professorado Paulista), da Adeia (Associação dos Docentes do Ensino Industrial e Agrícola), da Udemo (União dos Diretores do Ensino Médio e Oficial do Estado de São Paulo), da Apef (Associação dos Professores de Educação Física) e da Ate (Associação dos Técnicos em Educação)<sup>79</sup>.

O resultado de diversas reuniões envolvendo representantes das associações foi o de preparar uma grande assembléia que seria realizada em São Paulo, nas dependências do Teatro Municipal de São Paulo, “destinada a mostrar ao povo e ao governo que os professores são capazes de unir-se, organizar-se, que estão unidos e estão decididos a lutar pela causa da educação e do ensino na defesa dos seus direitos e legítimos interesses”<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> Para uma análise empreendida pelas associações de bairro na cidade de São Paulo, reivindicando mais escolas, consultar. SPOSITO, 1984: capítulos III e IV.

<sup>79</sup> A Gazeta. São Paulo. 24/04/58.

<sup>80</sup> Mais prédios para as escolas, melhores vencimentos para os professores. A Gazeta. São Paulo. 09/04/58.

A fim de conseguir um maior número possível de participantes para o evento em questão, a Apeoesp divulgou nota concitando não apenas seus associados como todos os demais envolvidos com a educação no Estado.

Conforme os jornais vêm ampla e freqüentemente noticiando, as Associações Apeoesp, Centro do Professorado Paulista, Associação dos Professores Primários e Associação dos Inativos, estão vivamente empenhados no desenvolvimento da valorização imediata da educação e dos professores. Nessa linha visa obter prédios para escolas, aparelhamento, condições razoáveis de ensino e melhores vencimentos para os educadores (...) sendo de grande envergadura essa concentração, é absolutamente necessário o apoio de todos os professores e, daqueles que militam nos quadros do ensino, solicitamos, empenhadamente, difunda e reitere junto ao pessoal de sua jurisdição, tomem consciência desse acontecimento e organize representação a essa reunião, trazendo faixa alusiva à sua presença.<sup>81</sup>

Tratada como uma luta coletiva das entidades representativas dos professores, o ato deveria contar com todos os profissionais dos diversos níveis de ensino, independentemente das suas particularidades. Cópias desse pronunciamento foram enviadas para grande parte das escolas, ginásios e colégios estaduais.

Muitas moções de apoio foram enviadas à campanha deflagrada pelo magistério paulista. Alguns vereadores do município de São Paulo fizeram questão de pronunciar discursos laudatórios à iniciativa dos professores, chamando a atenção dos governantes para a situação do ensino e dos educadores do Estado.

Com orgulho, nos integramos à cruzada cívica promovida em todo o Estado de São Paulo pelo professorado, com o apoio de diversas entidades representativas do magistério, com o escopo precípua de obter maior valorização da educação e dos educadores. (...) Temos a convicção do êxito de nossa luta, atingindo os seus objetivos, pois se ninguém ignora da necessidade de prédios confortáveis em que devem ser albergadas crianças e adolescentes educandos, aprimorando o ambiente de nossas escolas, ninguém ignora também da necessidade premente de se melhorar o

---

<sup>81</sup> Arregimenta-se o professorado para a reunião do dia cinco de maio. A Gazeta. São Paulo. 17/04/58.

vencimento deste proletário intelectual que é o professor, o nosso mestre-escola.<sup>82</sup>

As palavras do vereador Conrynro Baldoino, expressam parte do apoio recebido de algumas lideranças políticas para as reivindicações dos professores como a melhoria das condições de ensino no Estado de São Paulo.

Além dos vereadores, os integrantes das entidades do magistério faziam questão de destacar o importante apoio recebido de diversos segmentos sociais, como dos “operários, através dos seus sindicatos e dos estudantes e por seus grêmios”, bem como da “simpatia expressa pela imprensa por meio do rádio e da televisão”<sup>83</sup>. Na ocasião foi solicitado o auxílio do Pacto de Unidade Intersindical (PUI), na divulgação da campanha junto aos sindicatos filiados<sup>84</sup>.

Superando as expectativas das entidades proponentes, a assembléia representou um marco na história da organização coletiva docente. Foi o primeiro acontecimento de grande visibilidade para as entidades representativas dos educadores, situando-se em um contexto de mobilizações entre os operários, por meio das entidades intersindicais e dos trabalhadores rurais, mediante as ações das Ligas Camponesas<sup>85</sup>.

Aproximadamente cinco mil professores, autoridades políticas do município e do Estado e representantes de diversos segmentos da sociedade participaram do evento. Destaque-se a ênfase que os professores quiseram dar à ocasião, diferenciando suas atitudes das de outras categorias de trabalhadores.

---

<sup>82</sup> Repercutiu na Câmara Municipal a Campanha do Professorado. A Gazeta. São Paulo. 29/04/58.

<sup>83</sup> Hoje à noite, no Teatro Municipal a reunião do professorado paulista. A Gazeta. São Paulo. 05/05/58.

<sup>84</sup> O Pacto de Unidade Intersindical era uma intersindical, criada no decurso da greve dos 300 mil no ano de 1953 e que manteve suas atividades até 1959. Reunia nacionalistas do PTB e militantes sindicais do PCB, assim como acolheu lideranças sindicais janistas e ademaristas (...) exaltavam a outorga da legislação trabalhista e faziam acordos com os comunistas. In. NEGRO, 2003: 71; HECKER, 1998: 300.

<sup>85</sup> A respeito das Ligas Camponesas consultar as indicações bibliográficas no artigo: MONTENEGRO, 2003: 241-271.

Por ocasião da grande concentração do professorado paulista realizada no Teatro Municipal no dia 5 do corrente, houve uma vibrante demonstração cívica com a entoação do Hino Nacional cantado por toda a numerosa assistência que superlotou aquele teatro e com a participação de dois conjuntos orfeônicos (...) Teve, assim, a concentração do professorado, um caráter cívico pouco comum em manifestações coletivas que visam, apenas, à conquista ou vitória imediata de reivindicações puramente econômicas, e foi, pode-se dizer, um ponto alto da reunião, contribuindo, inclusive para acalmar os ânimos exaltados que procuraram tumultuar a sessão ...

Depreende-se que a ênfase no procedimento de cantar o hino nacional, sucedido pelo debate e um desfile que ganhou as ruas do centro da cidade, no qual os participantes “conduziam bandeiras dos Estados e faixas alusivas à campanha”, teve o objetivo de distinguir a atitude do professorado em relação aos demais segmentos profissionais. Mesmo assim, o fato de terem sido mencionados momentos de alguma tensão e “tumulto” denota a existência de possíveis divergências no movimento, bem como em relação ao discurso de um ou outro palestrante no evento.

Como decorrência da assembléia do dia 5 de maio, foram iniciadas as concentrações regionais, repercutindo as propostas debatidas e deliberando novos encaminhamentos, em diversas cidades do Estado: Araraquara (01/06), Rio Preto (15/06), Ribeirão Preto (04/07), Taubaté (10/08), Presidente Prudente (16/08), Guaratinguetá (13/09) e Santos (26/10).

Paralelamente às ações específicas das entidades, o movimento concretizava seu objetivo de por em evidência os problemas da educação no Estado. As concentrações regionais se sucediam e o número de participantes se mostrava crescente, dando sinais da consolidação da estrutura montada pelas associações docentes.

Contando com a presença de lideranças políticas dos poderes executivo e legislativo da região e cumprindo o mesmo ritual de desfilar pelas ruas centrais das

idades, portando bandeiras dos Estados e cartazes referentes à campanha, os professores conseguiam dar visibilidade às suas demandas e apoio da sociedade para viabilizá-las, junto aos setores políticos.

Em relação à expansão da rede estadual, as entidades do magistério paulista decidiram cobrar do governador Jânio Quadros (1955-1959) o seu empenho em aumentar os investimentos na área de Educação para que pudesse garantir a construção de novos prédios e a manutenção dos já existentes.

Além das reivindicações direcionadas à expansão da rede escolar, o principal motivo da mobilização dizia respeito a reivindicação salarial. Os termos debatidos e aprovados em diversas reuniões com a categoria eram pelo aumento de 50 por cento para os professores de todos os níveis de ensino. Cabe lembrar, que o salário do docente no ensino secundário era, na época, de Cr\$ 9.600,00.

Como resposta ao movimento organizado pelas associações docentes, o governador Jânio Quadros, em audiências com lideranças dos professores, prometeu o envio de uma mensagem ao Legislativo que concederia “aumento substancial nos vencimentos”<sup>86</sup>. Para tanto, seria formada uma comissão que contaria com representantes do governo e dos educadores a fim de elaborar os cálculos e efetivar a fundamentação da proposta. Representando os docentes, foi escolhido Deusdâ Magalhães Mota, então presidente da Apeoesp.

Embora as reivindicações por melhores vencimentos fosse de todo o funcionalismo público, a mobilização aconteceu sem que houvesse a unificação de todas as categorias. No entendimento dos representantes dos professores, estes

---

<sup>86</sup> Luta o professorado por uma posição específica dos educadores. A Gazeta. São Paulo. 30/06/58.

deveriam receber uma quantia além da oferecida aos demais servidores, compatível com sua função na sociedade.

O resultado da comissão que elaborou os fundamentos da mensagem governamental não foi o pretendido pelos docentes. Segundo o próprio Deusdã Magalhães Mota, que integrou a comissão

Foi constatado desde o início que o referido ato não deixa margem para satisfação dos velhos anseios da classe, visto oferecer meios que apenas permitem uma revalorização dos padrões existentes. A limitação explícita da importância posta à disposição da comissão, determinaram que continuasse o desajustamento completo em que se acha o quadro do ensino em relação às outras muitas carreiras do funcionalismo do Estado e às altas missões da classe.<sup>87</sup>

Depreende-se que, o movimento orquestrado pelas entidades do magistério levou o governador a articular uma situação em que o professorado percebesse nele disposição em resolver o problema da categoria, criando uma comissão integrada por seus representantes, porém impedindo que as reivindicações fossem atendidas em sua plenitude, em decorrência da pequena margem de atuação oferecida a essa comissão.

Em que pese a contrariedade nos valores anunciados para os vencimentos, os professores do nível secundário conseguiram importante vitória no tocante a suas reivindicações como o pagamento das aulas extraordinárias no período de férias. Como vimos, os docentes, além de receberem as aulas excedentes à sua jornada com atraso e com valores inferiores, não as recebiam em período de férias escolares (janeiro e julho), provocando uma significativa perda em seu poder aquisitivo. Por isso, a sua aprovação, em dezembro de 58, trouxe certa tranquilidade aos educadores<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> Apresentadas ao governador as reivindicações do magistério. A Gazeta. São Paulo. 03/09/58.

<sup>88</sup> Aprovada a lei que dispõe sobre o pagamento de aulas no período de férias. A Gazeta. São Paulo. 04/12/58; Em redação final a lei sobre pagamento no período de férias das aulas extras. São Paulo. 17/12/58.

Outra questão específica do magistério secundário na mobilização em 1958 dizia respeito a sua equiparação ao padrão de nível universitário. Como os professores dessa modalidade de ensino possuíam grau universitário, passaram a cobrar a sua equivalência no tocante aos seus vencimentos.

Saudando ainda a aprovação da medida sobre o pagamento das aulas extraordinárias nas férias, assim se pronunciou o presidente da Apeoesp em relação ao padrão universitário.

Outra medida no mesmo sentido, de justo realce para o seu governo, que marcaria o alto espírito administrativo que lhe é peculiar, seria a mensagem ao Legislativo recomendando extensão ao professor catedrático a equiparação de vencimentos aos dos farmacêuticos, dentistas, contadores, etc, do padrão T, uma vez que o professor e aqueles são portadores de diploma de curso superior.

Como o mandato de Jânio Quadros estava terminando, Deusdá Magalhães Mota procurou convencê-lo da importância de tal medida no conjunto de ações empreendidas por ele em relação à educação no Estado.

Em apoio à solicitação dos docentes do nível secundário o deputado Anselmo Farabulini Júnior (PTN) proferiu discurso no plenário da Assembléia Legislativa, argumentando que o professor deveria receber o mesmo salário que médicos, advogados e engenheiros recebiam, pelo fato de ser ele também um “funcionário com diploma superior”<sup>89</sup>.

Apesar das diversas mensagens de apoio, recebidas pela Associação, a aprovação de tal projeto, equiparando os professores aos demais profissionais de nível universitário, dar-sei-a somente em meados dos anos 60.

---

<sup>89</sup> Cresce de intensidade o movimento do professorado em prol dos cinquenta por cento de aumento. A Gazeta. São Paulo. 26/03/58.



Alguns trabalhos afirmaram que o papel da Apeoesp nessa e em outras campanhas antes dos anos 78/79 foi secundário, caminhando a reboque do CPP, devido ao expressivo número de filiados deste último<sup>90</sup>. No entanto, o fato de o presidente da Apeoesp ter sido indicado para compor a comissão formada pelo governo demonstrou o reconhecimento que este possuía junto às demais entidades, como professor e líder de uma parcela significativa dos educadores estaduais. Assim, a Apeoesp, ao longo da campanha em defesa de melhorias para os educadores, foi se consolidando como legítima representante da categoria, reconhecida pelos professores de todos os níveis de ensino e pelos executores da administração estadual.

Embora o balanço das mobilizações não se apresentasse de modo satisfatório, os professores e suas entidades representativas vivenciaram experiências importantes. Além de estreitar os laços entre suas lideranças e os seus representados, elas tinham como objetivo dar ampla visibilidade às suas ações e conseguir o apoio da sociedade para suas reivindicações.

Por meio da sua participação nessas atividades, o professorado, organizado, começava a perceber que integrava um conjunto mais amplo que a unidade escolar em que lecionava. Começava a se sentir como agente social, operando para transformar o professor-sacerdote em professor-cidadão. Obviamente, isto não aconteceu de forma automática, sem conflitos, mas sim, fruto de uma tensão permanente entre as concepções em torno do ser professor.

Dois episódios ilustrativos dos embates travados entre diferentes concepções acerca do papel do educador aconteceram nesse momento, o primeiro ocorrido ainda

---

<sup>90</sup> Segundo Ruth Bernardes de Sant'ana (1993: 84), “naquele momento a Apesnoesp apresentava menor força de barganha que o CPP, a associação que encabeçou o movimento de 1958”. De acordo com Paula Perin Vicentini (1997:130) o CPP possuía em torno de 20 mil associados.

no final de 1957 retratando como deveriam agir os professores para receber as aulas extraordinárias e o segundo durante o movimento grevista deflagrado pelo sindicato dos docentes da rede privada nos anos de 1958 e 1959.

Quanto ao primeiro, o problema crônico do atraso no pagamento das aulas extraordinárias se repetia. Em novembro de 1957, a Apeoesp já se movimentava em relação a essa questão que tanto preocupava o magistério. Em razão da inoperância das ações até então executadas (como o envio de mensagem ao governador e ao secretário de educação), um grupo de professores começou a ventilar a idéia de reter as provas finais dos alunos, impedindo o fechamento do ano letivo. Para Rosalvo Florentino, então presidente da entidade, tal medida contrariava “os deveres do docente para com a sociedade, os seus alunos e para com a própria entidade de classe”. Além disso, “provocaria incidentes, criaria animosidade, faria confusão e jogaria uma classe contra a outra”<sup>91</sup>.

Para o presidente da associação, assumir tal postura não condiziria com a postura ética do professor, além de causar mal-estar na sua relação com os diretores das escolas. Aspectos divergentes em torno da imagem do professor na sociedade começavam a gerar uma tensão não só no interior da Apeoesp como na relação dela com o governo e com as demais associações docentes.

Já no segundo episódio, paralelamente à campanha do magistério oficial do Estado de São Paulo em 1958, os professores das escolas sob a administração e fiscalização do governo federal, mostravam-se insatisfeitos com o atraso no

---

<sup>91</sup> A Gazeta. São Paulo. 22/11/57.

pagamento da suplementação devida pelo Fundo Nacional do Ensino Médio<sup>92</sup>. Como forma de pressionar as autoridades competentes e chamar a atenção da sociedade para o problema da educação brasileira, as entidades representativas dos docentes deliberaram por uma greve de dois dias (19 e 20 de setembro de 1958).

Tal situação foi objeto de análise pelo presidente da Apeoesp.

Lamentamos a deliberação adotada pelo sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Primário de São Paulo, que visa a deflagrar uma greve de advertência nos dias 19 e 20 deste mês. Conquanto seja por todos desejada a integral aplicação das dotações destinadas ao fundo Nacional do Ensino Médio nos precisos termos do seu regulamento, a fim de não se lhe desvirtuar o mérito nem se lhe comprometer a finalidade, não compreendemos o alcance e a propriedade de uma “greve de educadores”, cujos reflexos seriam altamente danosos à formação de nossa juventude. Apelamos, pois, aos nobres professores que com tanta dedicação e proficiência militam no magistério paulista no sentido de cingirem-se – na superior defesa de seus interesses – aos meios e recursos que a lei lhes faculta, numa atitude mais consentânea com a dignidade da cátedra e que comporte a eventual solidariedade de todos quantos sinceramente aspiram ao aprimoramento e a solidificação do nosso arcabouço educacional.<sup>93</sup>

A análise de Rosalvo Florentino reforçava a idéia de que os educadores, por mais justas que fossem suas reivindicações, não poderiam se entregar às greves por atentar contra sua “missão de educar os jovens”. Optando pelas paralisações, os docentes “dariam mau exemplo para as futuras gerações” devido ao não cumprimento da lei que impedia a realização de ações do gênero. Deviam os professores se movimentar dentro das regras estabelecidas e se manifestar em conformidade com os princípios que norteariam as particularidades de sua função.

---

<sup>92</sup> A Gazeta. São Paulo. 18/09/58. O Fundo Nacional do Ensino Médio foi criado em 25 de novembro de 1954 e tinha o objetivo de auxiliar a melhoria do ensino médio destinando recursos federais às escolas particulares, “garantindo qualidade de instalações escolares e remuneração conveniente dos professores”. Entretanto os recursos proveniente do governo federal quase sempre chegavam com atraso, e os donos de escolas privadas nem sempre utilizavam o dinheiro para reajustar o salário dos docentes, causando grande desgaste entre estes e os proprietários. FONSECA. 2004: 79-89.

<sup>93</sup> FONSECA, Loc. Cit.

Em 1959, o magistério particular novamente entrou em greve, tendo início no Rio de Janeiro e atingindo, em março, os professores no Estado de São Paulo.

O que teria motivado esse movimento grevista era a ameaça de redução nos vencimentos dos docentes em função da diminuição das taxas e anuidades escolares<sup>94</sup>. A pressão dos professores incidia diretamente sobre os proprietários dos estabelecimentos de ensino e sobre o governo federal que definia a política de controle e financiamento dos mesmos.

Em nota publicada nos jornais, o então presidente da República Juscelino Kubitschek fazia um apelo aos professores pelo retorno das atividades nas escolas. De acordo com seu entendimento os professores precisavam se lembrar que “têm responsabilidade direta sobre o ensino” e que a profissão que haviam escolhido “envolve compromissos com a disciplina e que sua conduta é forçosamente modelo e exemplo”<sup>95</sup>.

O movimento grevista empreendido pelos professores dos estabelecimentos privados de ensino contribuía para repensar a imagem social do educador. De comportamento moderado e disciplinador, o professor estava se transformando em um profissional questionador de seus direitos e deveres, utilizando o mesmo instrumental de outras categorias de trabalhadores para defender seus interesses.

Após uma semana de intensas negociações entre os sindicatos dos professores das escolas privadas, os donos de estabelecimento de ensino e o governo federal, a

---

<sup>94</sup> Será definida amanhã, em assembléia geral, a atitude dos mestres de São Paulo. A Gazeta. São Paulo. 16/03/59.

<sup>95</sup> Loc. Cit.

greve foi encerrada, tendo os professores obtido importantes conquistas quanto ao reajuste de seus vencimentos<sup>96</sup>.

Em face da extensão da greve dos professores do ensino privado ao Estado de São Paulo, as lideranças da Apeoesp foram obrigadas a se pronunciar a respeito. Juntamente com o CPP, foi deliberado em assembléia conjunta entre os diretores das duas entidades em “emprestar solidariedade nas suas justas reivindicações”<sup>97</sup>. Além disso, a Apeoesp estaria convocando seus associados para também discutir os problemas do ensino oficial no Estado e debater possíveis soluções a eles. Entre as alternativas, constava a proposta de paralisação dos trabalhos nas escolas estaduais<sup>98</sup>.

Apesar de reconhecida a vitória do movimento encetado pelos sindicatos dos professores do ensino particular, a Apeoesp, em assembléia que discutiria a possibilidade de paralisar os trabalhos nas escolas estaduais, voltou atrás e resolveu apenas congratular-se com os professores grevistas e adiar a votação de um movimento semelhante na rede oficial de ensino. Sob a alegação de que um novo governo se iniciara (governo de Carvalho Pinto 1959-1963), no qual os professores estavam depositando suas esperanças, decidiram “suspender temporariamente a providência extrema de paralisação dos trabalhos”<sup>99</sup>. Não seria dessa vez ainda que o magistério público entraria em greve. Mesmo assim, a imagem social do professor como guardião dos valores da disciplina e da subordinação às estruturas legais do Estado seriam abalados, ganhando novos contornos durante as ações que desembocaram na greve em 1963.

---

<sup>96</sup> Reabrem-se as escolas e colégios particulares. A Gazeta. São Paulo. 23/03/59

<sup>97</sup> Apoio do magistério oficial à greve dos professores particulares. A Gazeta. São Paulo. 17/03/59.

<sup>98</sup> Loc. Cit.

<sup>99</sup> Adiada, pelo magistério oficial, a decretação de uma greve geral. A Gazeta. São Paulo. 23/03/59.

Outra experiência resultante das mobilizações de 1958 foi a tentativa de unificação das entidades na defesa de seus interesses.

Mesmo possuindo tantas diferenças em relação à formação e a seus vencimentos, todas procuraram unificar seus discursos e propor medidas coletivamente aceitas por grandes parcelas dos educadores. A partir desses entendimentos, discutiu-se a viabilidade de uma Federação Paulista do Magistério.

Embora ficasse definida, ainda em outubro de 1957, a composição de um coletivo de diretores das entidades a fim de elaborar um projeto de estatuto do novo organismo federativo, tal proposta somente foi aprofundada durante os preparativos da assembléia que daria início à campanha mobilizatória de 1958,

Ultimam-se os entendimentos para a fundação, em São Paulo, de uma representação comum de todas as entidades do magistério paulista, abrangendo os diferentes setores do quadro do ensino. A idéia vem sendo discutida de longa data e vem amadurecendo nos debates das associações de classe em torno dos diferentes problemas da educação. O momento é bem oportuno pois que se encontra o magistério empenhado numa verdadeira cruzada para a melhoria das condições da escola e do mestre.<sup>100</sup>

As ocasiões em que se reuniam eram as “reuniões-almoço” oferecidas de forma alternada pelas lideranças das entidades. Nelas, enquanto se traçavam os rumos da mobilização do professorado, discutiam-se os termos que norteariam o novo organismo coletivo dos educadores.

Dada como certa a sua fundação, essa associação deveria pautar-se pelos seguintes compromissos:

a defesa dos interesses gerais da classe, a união do magistério, sua participação ativa na política educacional do Estado e do país, representação do magistério paulista no Estado, no país e no estrangeiro, o desenvolvimento de uma consciência gremial e de responsabilidades pelas questões do ensino, de modo a

---

<sup>100</sup> Volta-se a falar na fundação de uma federação paulista do magistério. A Gazeta. São Paulo. 24/04/58.

e elevar a dignidade da classe, lançar, apoiar, estimular ou participar de grandes campanhas que visem o interesse da coletividade tendo como centro a Educação.<sup>101</sup>

Entretanto, a concretização da Federação Paulista do Magistério não se efetivou. As reivindicações específicas de cada segmento do professorado impediram que fosse criada tal entidade, particularmente a que dizia respeito à luta do magistério secundário pela sua equiparação ao padrão universitário. Isto não quer dizer que elas não se unissem na defesa de pontos em comum, como veremos nos movimentos que deram origem à primeira greve do magistério público paulista em 1963.

### **2.3.3 A “RADICALIZAÇÃO” NA POSTURA DO MAGISTÉRIO PAULISTA**

O final dos anos 50 e início dos anos 60 apresentou momentos de grande tensão, principalmente a crise política após a renúncia de Jânio Quadros à presidência e a tentativa golpista tramada por setores de direita em impedir a posse de seu vice, João Goulart. Na esfera estadual, a eleição de Carvalho Pinto, ex-secretário de fazenda no governo Jânio Quadros, dava um novo ânimo às expectativas dos professores em relação aos seus interesses, porém a continuação de velhos problemas minava as esperanças do professorado, havendo maior pressão às suas entidades.

O tom apaziguador de outros tempos começava a dar lugar à proposta de ações diretas que revertessem a situação econômica e social do professor. Em abril de 1959, a greve surgiu pela primeira vez na pauta de uma concentração regional, realizada em

---

<sup>101</sup> Definitivamente assentada a fundação de um organismo comum representativo do magistério. A Gazeta. São Paulo. 28/04/58.

Campinas pela Apeoesp<sup>102</sup>. Como os assuntos que compunham a pauta dos debates eram sugeridos pelos professores, somos levados a pensar que florescia entre algumas de suas lideranças ou mesmo, entre alguns de seus associados, o desejo de tornar mais efetivas e visíveis as manifestações críticas contra o Estado por meio de ações mais incisivas do professorado. Nessa primeira atividade da associação em Campinas, teve início a campanha denominada “Padrão T”, pois na escala do funcionalismo público do Estado, este padrão correspondia aos profissionais que possuíam o título universitário<sup>103</sup>. Conforme dito anteriormente, esta passou a ser a principal bandeira de luta dos professores liderados pela Apeoesp.

Porém o que mais motivava os professores a participar das atividades coletivas referia-se a questão de seus vencimentos. A permanência das dificuldades referentes ao pagamento das aulas excedentes revela a importância da questão econômica na mobilização e organização da classe dos professores que, gradualmente, acumulava indignação e experiências na relação com o Estado.

Dessa forma, a greve, instrumento utilizado por diversos segmentos da classe trabalhadora começava a ser ventilada como alternativa aos educadores na resolução de seus problemas. Em maio de 1959, novamente, a paralisação das atividades figurou entre os assuntos debatidos em um evento realizado na cidade de Rio Claro, e seria deflagrada caso fosse aprovada pela maioria participante<sup>104</sup>.

Nesse momento, a preocupação da associação era convencer o professorado do ensino oficial de que a greve era legítima como mecanismo de pressão ao governo

---

<sup>102</sup> Prepara o magistério oficial uma concentração regional em Campinas. A Gazeta. São Paulo. 09/04/59.

<sup>103</sup> Professores secundários iniciam a campanha pró nível universitário. A Gazeta. São Paulo. 23/04/59.

<sup>104</sup> Transferida para o dia 24 do corrente a concentração de professores em Rio Claro. A Gazeta. São Paulo. 14/05/59.



estadual, no entanto, os docentes não estariam preparados o suficiente para assumir tal luta devido a sua inexperiência. “Como a diretoria da Apeoesp, nenhum professor quer a greve, mas todos irão à greve se necessário para dotar o ensino de condições condignas e mínimas para bem servir à sociedade”<sup>105</sup>. Como podemos perceber, o assunto “greve” deixava de ser um tabu entre os docentes e passava a ser uma alternativa entre outras ações possíveis para defender o ensino paulista e os interesses do professorado.

Juntamente com as reivindicações em defesa de melhores vencimentos e melhores condições de trabalho para os docentes, a Apeoesp participava ativamente das comemorações do dia do professor. Esta data passou a ter um duplo significado, pois agora combinava festividades com cobranças, junto aos órgãos responsáveis pela educação no Estado.

A diretoria da Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo – Apeoesp – está diligenciando para que seja condignamente comemorado o dia 15 de outubro próximo, “Dia do Professor” (...) Deseja ainda, a entidade de classe intensificar a campanha pró-aquisição da sede própria. Entendimentos estão sendo mantidos com o governo do Estado para que no Dia do Professor seja enviada mensagem à Assembléia Legislativa propondo a equiparação dos padrões de vencimentos do professor secundário à carreira de nível universitário.<sup>106</sup>

Assim, propostas de cunho assistencialista se alternavam com propostas reivindicatórias, alargando as bases de sociabilidade da categoria dos professores paulistas.

No de ano de 1959, a campanha “Padrão T” lançada pela Apeoesp não logrou êxito, por mais que fossem realizadas diversas reuniões com representantes do

---

<sup>105</sup> A Gazeta. São Paulo. 26/05/59

<sup>106</sup> Comemoração condigna para o Dia do Professor. A Gazeta. São Paulo. 24/08/59.

executivo paulista e membros do legislativo. As reuniões eram antecedidas pelos ofícios e representações que reforçavam a necessidade do governo em atender os anseios do professorado do Ensino Secundário. Em documento enviado ao governador Carvalho Pinto em meados de setembro, “a diretoria da Apeoesp reivindicou a elevação dos vencimentos do professor secundário para o padrão “T”, correspondente ao estabelecido para as carreiras de nível universitário”<sup>107</sup>. Como contrapartida obteve a mesma resposta de sempre, ou seja, o compromisso de que membros escolhidos pelo governo estudariam meios para atender aquilo que era pretendido.

As dificuldades eram freqüentes, o professor, apesar do discurso de muitos governantes e intelectuais afirmando da importância de sua missão, vivia em meio ao descaso por parte das autoridades políticas. Salários defasados e atrasados, ausência de participação nas esferas decisórias de política educacional, assim como inadequação de prédios e materiais para o melhor aproveitamento das aulas, constituíam-se em reveses que em vez de diminuir, eram agravados com o passar dos anos.

A partir do segundo semestre de 1960, as mobilizações dos professores voltariam a chamar a atenção da imprensa. Após ter sido nomeado “professor do ano”, o governador Carvalho Pinto enviou projeto de aumento do funcionalismo público que desagradou as entidades do magistério. Simultaneamente o CPP, pelos professores primários e a Apeoesp, divulgaram notas criticando a proposta do governo, que incluía ainda a concessão de um abono, que segundo seus dirigentes, trazia “discriminações odiosas” em relação ao professor<sup>108</sup>.

---

<sup>107</sup> Nível de vencimentos universitário para professores secundário e normal. A Gazeta. São Paulo. 21/09/59.

<sup>108</sup> Novas manifestações do professorado sobre a proposta de abono ao funcionalismo. A Gazeta. São Paulo. 03/11/60.

Em reunião de professores, decidiu-se manifestar publicamente o repúdio ao projeto que, em relação aos professores, traz discriminações odiosas. Esperavam os professores do prof. Carvalho Pinto, Professor do Ano, senão um tratamento à parte para o magistério, pelo menos não fosse ele atingido com tratamento à parte, que vem ainda mais degradar o nível econômico da classe. (...) Continua assim, a entidade presidida pelo prof. Raul Schwinden, atual diretor-superintendente da Caetano de Campos, em frontal oposição ao governo com referência aos problemas da classe<sup>109</sup>.

De acordo com a proposta do executivo paulista, o abono seria concedido a todo o funcionalismo, além de diferenciar os percentuais dos valores das aulas extraordinárias a professores contratados e efetivos. Mais uma vez, os professores reivindicavam um aumento diferencial em relação ao restante do funcionalismo, tentando manter uma imagem social que lhes destacasse das demais categorias.

Os elogios ao governador, antes corriqueiros, agora davam lugar à comentários que denotavam a frustração do magistério paulista com as atenções dispensadas aos seus interesses.

A postura em relação ao abono reaproximou as entidades, que até então evidenciavam sua indignação de forma individualizada. Pouco a pouco reconstituíram uma frente única contra aquilo que consideravam ser lesivo aos interesses do professorado do Estado. Os ataques à política do governo para o funcionalismo em geral e para o magistério em particular, estenderam-se até o início do ano de 1961, voltando a ameaçar as autoridades da possibilidade de ser deflagrada uma greve.

Diante dessa situação realmente revoltante, o magistério secundário publicamente agradece o apoio que lhe é dado pela União Estadual de Estudante e lembra as autoridades de São Paulo de que se desencantados com a atual Administração e oprimidos pela inflação, vierem a tomar atitude extrema em começo de março, não lhes lancem sobre os ombros a responsabilidade por tal gesto.<sup>110</sup>

---

<sup>109</sup> Novas manifestações do professorado sobre a proposta de abono ao funcionalismo. A Gazeta. São Paulo. 03/11/60.

<sup>110</sup> Frente única do professorado contra o projeto do abono. A Gazeta. São Paulo. 05/01/61.

Entretanto, a propalada ameaça de realizar um movimento grevista não se concretizou, após assembléia realizada pela Apeoesp em 15 de junho de 1961. Nessa mesma ocasião, foi reclamada a saída do secretário de Educação Luciano Carvalho de Vasconcelos, pelo fato de Raul Schwinden, presidente da Apeoesp, ter sido afastado da direção da escola Caetano de Campos<sup>111</sup>. Em seguida, este foi homenageado pelos presentes com o título de “Professor do Ano”<sup>112</sup>.

Meses depois, em agosto, um conjunto de professores redigiu um documento reafirmando as reivindicações cobradas pela categoria e enfatizando os princípios que norteariam a missão do educador.

... o governo estadual há de acolher, na hora que passa, com simpatia e sinceridade, estudos para melhor retribuição dos esforços do professorado oficial, oferecendo-lhe a compreensão de reivindicações justas e a confiança em solução igualmente justa (...) entende-se, para que o professores, sem abandono da serenidade compatível com a dignidade de suas funções, fazem este pronunciamento lastreado pela esperança de serem, breve e urgentemente, ultimados estudos em andamento, convictos de que, entre educadores, há de sobressair exemplos de cordialidade, harmonia e respeito às normas assecuratórias da ordem escolar, a fim de que, com sobrançeria, possa o magistério oficial exercer os nobres misteres de sua atuação no concerto social.<sup>113</sup>

Esse manifesto, subscrito por professores vinculados ou não às associações de classe pode ser entendido como tendo um dupla finalidade: apaziguar os ânimos dos educadores que poderiam estar defendendo uma ação mais incisiva junto ao governo do Estado, abandonando a “serenidade compatível da dignidade de suas funções” e alertar as autoridades dos riscos inerentes a um processo de radicalização do

---

<sup>111</sup> De acordo com a documentação consultada, Raul Schwinden teria sido afastado em virtude de sua atuação de destaque nas ações reivindicatórias dos professores secundários. Tal fato assinalou uma ruptura na relação entre a Apesnoesp e a Secretaria de Educação.

<sup>112</sup> Professores secundários não entrarão em greve. A Gazeta. São Paulo. 16/06/61.

<sup>113</sup> Professores secundários manifestam-se sobre as reivindicações de sua classe. A Gazeta. São Paulo. 28/06/61.

magistério caso não fossem solucionados “breve e urgentemente” os problemas que estariam afligindo a categoria.

A necessidade do manifesto poderia advir do esforço de dirigentes das associações em conter um possível avanço, no seio do magistério, de idéias defendendo ações que confrontassem o governo, tal qual já haviam feito os professores do ensino privado.

Durante esse período, além dos assuntos já conhecidos na pauta de reivindicações, esteve no centro das atenções dos professores, a participação nas discussões referentes à elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estariam sendo apreciadas pelo Congresso Nacional<sup>114</sup>. A sua contribuição nos debates acerca da disposição administrativa dos níveis de ensino, nas formas de investimentos para o ensino público e na reorganização da grade curricular denotaria um amadurecimento do professorado paulista que passava a associar as mudanças estruturais ao seu dia a dia no interior das unidades escolares.

A insistência da Apeoesp em conseguir o padrão universitário para os professores do secundário, conforme campanha deflagrada ainda em 1959, levou o governo a promover estudos avaliando a possibilidade da aplicação da medida. Em outubro de 1961, o governo finalizou os estudos e enviou à Assembléia uma proposta que situava os docentes na referência correspondente ao padrão universitário, representando uma melhoria imediata nos vencimentos. No entanto, aumentava o limite de aulas de 12 para 18 semanais<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup> Professores secundários manifestam-se sobre as reivindicações de sua classe. A Gazeta. São Paulo. 28/06/61.

<sup>115</sup> Redução do limite de aulas para o professor secundário. A Gazeta. São Paulo. 19/10/61.

Esse episódio acabou por acirrar as disputas entre a Apeoesp e o CPP no tocante às campanhas liderando os interesses do professorado. O deputado estadual Sólton Borges dos Reis, ex-diretor da Apeoesp e presidente afastado do CPP, enviou memorial às autoridades do Estado cobrando-lhes a manutenção do limite de 12 aulas semanais, tentando assim diminuir as desavenças entre as duas associações<sup>116</sup>.

A entidade dos educadores do nível secundário também se manifestou e promoveu uma concentração em frente à Assembléia Legislativa a fim de pressionar os deputados a votar as modificações reivindicadas<sup>117</sup>.

Hoje, às 16 horas, por iniciativa da Apeoesp realizar-se-á concentração do magistério secundário oficial e de todos os alunos da Faculdade de Filosofia, em frente à Assembléia Legislativa. (...) Desejam os professores secundários que seja mantido o limite de 12 aulas semanais, (e não 18 como consta da mensagem) e a faculdade de ministrarem mais de 36 aulas semanais. Com as limitações impostas pela mensagem governamental resultará inútil o aumento anunciado.<sup>118</sup>

De acordo com o entendimento da liderança da categoria, os professores teriam um aumento em seus vencimentos com base no acréscimo de aulas a serem dadas, anulando-se portanto, o ganho real do reajuste.

Como se sabe, os professores secundários, a partir de janeiro de 1962 (com o aumento geral do funcionalismo), pela referência em que se encontra, deverão perceber Cr\$ 30.500,00 por uma média de 50 aulas mensais (12 por semanas). A partir de 1.º de abril (pelo referido projeto) os mestres do secundário receberão cerca de Cr\$ 44.000,00, por 81 aulas mensais, na base de 18 semanais (...) os professores secundários julgam-se prejudicados, uma vez que tiveram um aumento de 31 aulas mensais (62% aproximadamente) e um acréscimo de vencimentos de apenas Cr\$ 13.500 (44%), o que significa que não houve aumento de vencimentos, mas, sim, uma diminuição, proporcionalmente ao aumento de trabalho.

---

<sup>116</sup> Redução do limite de aulas para o professor secundário. A Gazeta. São Paulo. 19/10/61.

<sup>117</sup> Concentração de professores do ensino secundário. A Gazeta. São Paulo. 26/10/61.

<sup>118</sup> Acadêmicos de Filosofia apóiam as reivindicações dos professores secundários. A Gazeta. São Paulo. 07/11/61.

A divergência entre as lideranças do CPP e da Apeoesp acentuaram-se quando os diretores da entidade dos professores primários cobraram agilidade na votação do projeto, pois para eles, seria benéfico. Enquanto isso, representantes da Apeoesp entendiam que a aprovação do projeto tal como se apresentava traria muitas perdas aos docentes do secundário.

No que se refere ao magistério primário, com exceção de poucas vozes em contrário, a maioria absoluta dos professores apóia os termos da mensagem e (...) irão solicitar a tramitação rápida do projeto. Os professores do ensino industrial, muito beneficiados pela referida mensagem, também esperam a sua aprovação. Os professores secundários são os que fazem restrições a muitos itens do projeto de lei o qual, uma vez aprovado, virá prejudicá-los sensivelmente, principalmente quanto à mudança do regime do trabalho do professor na escola.<sup>119</sup>

O governo acabou promovendo a desunião da categoria a partir do momento em que concedeu alguns “benefícios” aos professores de determinados níveis de ensino e não os estendeu aos demais profissionais de outros níveis.

A polêmica em torno do projeto de lei que reajustava os vencimentos do magistério e modificava a jornada dos docentes no secundário se prolongou até meados de 1962, quando, finalmente, foi aprovada a lei que estabelecia um reajuste aproximado de 50% e uma jornada de 18 aulas semanais ao professor secundário<sup>120</sup>.

Para a Apeoesp, a sua aprovação nesses termos foi considerada “injusta, impregnada de ódio e menosprezo aos professores do ensino secundário”.<sup>121</sup> “Injusta” e “discriminatória” porque elevava a referência dos professores do ensino industrial,

---

<sup>119</sup> Professores solicitarão ao Legislativo aprovação de mensagem sobre aumento. A Gazeta. São Paulo. 23/11/61.

<sup>120</sup> SANT'ANA, 1993: 90.

<sup>121</sup> Diretoria da Apesnoesp considera injusta a mensagem sobre os vencimentos. A Gazeta. São Paulo. 21/11/61.

reduzindo-lhes a sua jornada enquanto aos professores do secundário era aumentado o seu trabalho e diminuído o valor do preço de sua aula<sup>122</sup>.

Esse episódio, além de criar divergências entre os docentes do primário e do secundário esgarçou ao limite os laços estabelecidos entre o governo e a Apeoesp. Em 26 de outubro, novamente a entidade se pronunciou exigindo a exoneração do titular da secretaria da Educação, o professor Luciano Vasconcelos de Carvalho<sup>123</sup>. Em resposta, o governo interrompeu o diálogo com as lideranças do professorado.<sup>124</sup>

Para Rosalvo Florentino, ex-presidente da associação, a aprovação da referida mensagem governamental, resultando em “graves prejuízos” para a categoria do nível secundário teria sido fruto da radicalização no encaminhamento de suas reivindicações.

Sem nenhum tato, sem nenhuma tática, de modo desrespeitoso, criando, em conseqüência, um clima de desconfiança que impossibilitou qualquer entendimento possível (...) os jornais divulgavam “comunicados” em que eram comuns os “desafios”, os “reptos”, as “condenações”, os “repúdios”, os “veementes protestos”, os “desmentidos”, as ameaças de greve. Vencida essa fase, com resultados inteiramente negativos (...) a diretoria da Apeoesp inicia, tardiamente uma nova fase: procura em termos responsáveis reabrir os entendimentos com o governo do Estado.

Na opinião do ex-dirigente da entidade, houve realmente uma mudança na postura da associação em relação governo do Estado. A conciliação dava lugar ao confronto, numa atitude ousada e vista como um desrespeito por professores que prezavam o diálogo e a colaboração com as instâncias de poder do Estado. Na visão de Rosalvo Florentino, a retomada das conversações com o governador seria uma correção nos rumos da entidade na defesa da categoria que representava.

---

<sup>122</sup> Diretoria da Apeoesp considera injusta a mensagem sobre os vencimentos. A Gazeta. São Paulo. 21/11/61.

<sup>123</sup> A Apeoesp lança repto ao titular da Educação. A Gazeta. São Paulo. 27/10/61.

<sup>124</sup> Professores secundários desejam manter o mesmo regime de trabalho nas escolas. A Gazeta. São Paulo. 22/11/61.



Essa nova postura da Apeoesp ficou explicitada quando de sua resposta às acusações sofridas por parte da Udemo (União dos Diretores do Ensino Médio Oficial do Estado de São Paulo). Na ocasião, a Udemo havia criticado a atitude da Apeoesp em denunciar supostos atos irregulares de alguns diretores. Nas palavras de Raul Schwinden, presidente da associação dos professores secundários, a entidade da qual fazia parte se diferenciava daquela que defendia os interesses dos diretores de estabelecimentos de ensino pelo fato de “não viver nas ante-salas dos gabinetes, à espera de favores generosos dos poderosos do momento, mas que deve ser sobretudo combativa na defesa intransigente dos direitos da classe que representa”<sup>125</sup>.

No segundo semestre de 1962, as entidades do magistério retomaram o diálogo a fim de encetar ações conjuntas pela categoria, reivindicando medidas que tentassem minimizar os efeitos que a inflação ascendente provocava nos salários<sup>126</sup>. Em meio a uma queda acentuada em seu poder de compra, o professorado voltou a se articular e organizar reuniões e manifestações públicas.

### **2.3.4 A GREVE DO MAGISTÉRIO PÚBLICO EM 1963**

Em 1963, em meio a agitação política provocada pelo fim do parlamentarismo, pela tentativa do presidente João Goulart em aprovar alterações na Constituição nos artigos referentes à desapropriação de terras para fins de reforma agrária e à

---

<sup>125</sup> Defende-se a Apesnoesp dos ataques dos diretores. Folha de S. Paulo. 26/02/61.

<sup>126</sup> Os salários reajustados em abril daquele ano já se mostravam insuficientes na opinião das associações docentes. O valor de Cr\$ 44.500,00 correspondia a pouco mais de três salários mínimos em 62 e pouco mais de dois mínimos a partir de janeiro de 1963.

regulamentação da lei de remessa de lucros, além da votação contrária pelo Congresso à decretação de estado de sítio, os professores paulistas voltaram às ruas, em setembro, depois de anunciados os índices de reajustes por Ademar de Barros, recém-empossado governador do Estado.

Os manifestantes – cerca de cinco mil, da Capital e do Interior – percorreram as ruas centrais da cidade, dirigindo-se depois aos Campos Elísios. Ali, vaiaram demoradamente o governador do Estado, por ter este feito novas promessas de aumento até o fim do mês. Desconcertando-se com a manifestação de desagrado, o governador abandonou a sacada de onde falava ao professorado, recolhendo-se ao interior do Palácio.<sup>127</sup>

Decorridos aproximadamente dez meses de negociações, a perspectiva de paralisação dos professores públicos começou a ganhar consistência a partir do início de outubro, quando o governador enviou mensagem à Assembléia propondo os valores do reajuste para o funcionalismo e, em particular para os educadores.

Pela mensagem, somente os professores do ensino primário seriam beneficiados com uma gratificação de 25% em seus vencimentos. Este índice além de ser inferior ao que era reivindicado pelos docentes (60%) excluía os educadores do secundário<sup>128</sup>.

De imediato, as entidades da categoria se pronunciaram a respeito da proposta do governo. Raul Schwinden, pela Apeoesp manifestou sua “inconformidade pela decisão do executivo”.

A propósito, foi distribuído à classe um comunicado nos seguintes termos: Professores, mortas todas as esperanças de que os poderes governamentais reconheçam e reparem a injustiça no tratamento ao professorado paulista, o dia 15 de outubro, dia do professor, não deve ser comemorado como dia de festa e sim como dia de finados. Compareçamos, colegas à escola, nesse dia de luto, com uma tarja negra, que simbolize nossa desesperança<sup>129</sup>.

---

<sup>127</sup> O magistério recebe com vaia nova promessa do governador. O Estado de S. Paulo. 12/09/63.

<sup>128</sup> Aumento do magistério primário: 25%. Última Hora. São Paulo. 01/10/63, p. 05.

<sup>129</sup> Loc. Cit.

Pelo manifesto da entidade, não havia nada que sinalizasse para o movimento grevista, apenas um desejo de expressar o quanto estavam contrariados com a medida do governo, comparecendo à escola com “tarja preta”.

No entanto, o desenrolar dos acontecimentos mostrava que a categoria não suportaria o que considerava um desrespeito a sua condição por parte do executivo paulista. O Centro do Professorado Paulista, em assembléia realizada em 7 de outubro, deliberou pelo ultimato ao governo, estabelecendo que se até o dia 15 daquele mês, o governo não anunciasse novos valores, o magistério primário iniciaria uma greve<sup>130</sup>.

Com a instalação de um comando de greve, boletins começaram a ser veiculados a fim de dar ampla divulgação ao conjunto da categoria, bem como à sociedade do motivos que teriam pesado na decisão do movimento paredista.

Só depois de uma luta paciente e persistente, em que todas as providências necessárias e pacíficas foram tomadas durante oito meses, chegou o professorado primário a essa decisão extrema, em face da necessidade e da humilhação a que vem sendo submetido. Agora, a vitória do magistério depende do próprio magistério. Não haverá aulas nas escolas a partir do dia 16. Nenhuma força política ou governamental, poderá castigar o magistério unido e decidido, e que está com toda a razão nesta campanha<sup>131</sup>.

Frente à postura adotada por seus colegas do ensino primário, os diretores representados pela Udemo e os professores do ensino secundário, representados pela Apeoesp, deliberaram em assembléias que entrariam em greve também<sup>132</sup>.

Estavam assentadas definitivamente as estratégias de enfrentamento que assumiriam os professores públicos paulistas. Numa demonstração de ousadia,

---

<sup>130</sup> Professores: greve no dia 16. Última Hora. São Paulo. 08/10/63, p. 05.

<sup>131</sup> Magistério iniciou preparativos para a greve do dia 16. O Estado de S. Paulo. 09/10/63.

<sup>132</sup> Mobiliza-se para a greve o magistério. O Estado de S. Paulo. 10/10/63. O governo adverte os professores; diretores aderem ao movimento. O Estado de S. Paulo. 12/10/63. Aderem à greve do dia 16 os professores do ensino secundário e normal oficial. O Estado de S. Paulo. 13/10/63.

resolveram questionar a ordem estabelecida que vedava a paralisação aos funcionários públicos.

O governo, como tentativa de demover os educadores do movimento os alertou para o fato de desrespeitarem a lei e, portanto, serem passíveis de punição por parte da administração estadual “com o único escopo de preservar o respeito à lei”<sup>133</sup>. Ao mesmo tempo, procurou constituir uma comissão para reexaminar as bases da contraproposta, porém, sem que sinalizasse para o atendimento pleno da reivindicação dos professores<sup>134</sup>.

Enquanto isso, diversos segmentos da sociedade manifestavam seu apoio à iniciativa dos educadores. Os deputados pronunciaram-se a favor prometendo empenho na votação de emendas ao projeto do governo no intuito de atender as reivindicações do magistério. Além da boa aceitação no legislativo estadual, expressaram seu apoio a União Paulista dos Estudantes Secundários (UPES), a União Estadual dos Estudantes (UEE), o grêmio estudantil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, a Federação dos Professores e Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, a Associação dos Motoristas Profissionais do Serviço Público do Estado de São Paulo e o Sindicato dos Bancários do ABC<sup>135</sup>.

A expectativa do movimento deflagrado pelos professores acabou por revelar os embates em torno de suas práticas e atitudes dentro e fora da sala de aula. Estavam em disputa, não apenas valores econômicos, mas também valores simbólicos a respeito de como se concebia a função docente. Professores ordeiros davam lugar a professores

---

<sup>133</sup> O governo adverte os professores. O Estado de S. Paulo. 12/10/63.

<sup>134</sup> Magistério: considerada insatisfatória nova proposta do governador. O Estado de S. Paulo. 11/10/63.

<sup>135</sup> Amanhã a greve a dos professores. Folha de S. Paulo. 15/10/63, p. 16.

que expressavam coletivamente suas críticas à política de educação e ao próprio governador.

Setores da imprensa manifestaram-se a respeito dessas atitudes que floresciam entre os docentes. Em editorial, a Folha de S. Paulo classificava o movimento como “um gesto de desespero, e somente o desespero poderia levar uma classe tão ordeira como a do magistério a tão perigosa atitude”<sup>136</sup>. Na avaliação do jornal, embora classificado como ato de desespero, a greve anunciada seria diferente das deflagradas por outras categorias, pois aos mestres caberiam responsabilidades inerentes à sua função que impediriam qualquer tipo de “desordem”.

Para tentar barrar o movimento dos professores, nova mensagem foi enviada à Assembléia Legislativa, anunciando 40% de gratificação ao magistério primário e a equivalência ao padrão universitário para os professores do secundário. Em assembleias realizadas por suas entidades, a categoria negou a contraproposta oferecida e deu início à primeira greve dos educadores paulistas às 0 horas do dia 16 de outubro<sup>137</sup>. Durante cinco dias, o professorado paulista dos diversos níveis de ensino, bem como alguns diretores, inspetores e delegados de ensino paralisaram as escolas no Estado, recebendo o apoio de grande parte da população, inclusive dos pais dos alunos<sup>138</sup>.

No intuito de tentar confrontar a imagem do professor grevista a de “profissional devotado e respeitoso em seus afazeres”, o governador Ademar de Barros e seu secretário de Educação, padre Januário Baleeiro, publicaram mensagens dirigidas

---

<sup>136</sup> Professores. Folha de S. Paulo. 15/10/63, p.04.

<sup>137</sup> Será deflagrada amanhã greve dos professores. A Gazeta. São Paulo. 15/10/63; Nova mensagem do executivo é recusada pelo professorado. O Estado de S. Paulo. 15/10/63; Magistério repele novo abono: greve. Última Hora. São Paulo. 15/10/63, p. 06.

<sup>138</sup> SANT'ANA, 1993: 96.

ao professor no mesmo dia em que era anunciado a paralisação dos profissionais de ensino. O teor de suas mensagens louvava o trabalho do educador, cobrando-lhe o “diálogo” e “equilíbrio” que tanto marcara a sua “missão na sociedade”<sup>139</sup>.

Ao esclarecido professorado de São Paulo – a quem o Estado e o país devem os mais assinalados serviços na formação de nossa infância e juventude e na defesa das nossas instituições democráticas e tradições cristãs – as minhas saudações mais afetuosas no Dia do Professor. (...) Abraço o professor paulista nesta data tão expressiva, certo de que cumprirá a sua missão, confiante na ação do governo e oferecendo, assim, o exemplo de equilíbrio que a cultura lhe empresta para que, de nosso diálogo, se beneficiem a nobre classe, o nosso povo e o poder constituído, a bem da continuidade democrática de São Paulo.

O governador procurava distinguir o “esclarecido professorado”, afeito ao diálogo e às tradições democráticas daquele que tinha como objetivo negar a sua “missão” e ameaçar “o poder constituído” em São Paulo por meio da “agitação grevista”.

Também o secretário de Educação fez referência ao “abnegado mestre paulista”, lembrando-o de seu dever de não “desamparar a infância e a juventude que lhe foram confiadas”. Mesmo diante dos sacrifícios a que eram submetidos, manteriam-se em seus postos, oferecendo ao Brasil o admirável exemplo de “constância e apego” às “tradições cristãs e democráticas”. A menção aos valores da moral cristã, da família e da pátria, começavam a ser divulgados, entre os segmentos de direita, a fim de insuflar a população contra a suposta “invasão comunista” ou a “instalação da república sindicalista” que estariam em marcha no país<sup>140</sup>.

---

<sup>139</sup> SANT’ANA, 1993: 96.

<sup>140</sup> Tais ideais foram sacramentados nas marchas “da família, com Deus, pela Liberdade” que assinalaram os últimos momentos do governo de João Goulart. Para uma análise dessas marchas, consultar, entre outras obras, SIMÕES, 1985.

Mesmo com essa retórica, o governo não conseguiu impedir a greve que, na avaliação da imprensa, havia atingido a quase totalidade das escolas primárias e secundárias do Estado<sup>141</sup>. Tal constatação era feita também, segundo Raul Schwinden, pelos deputados que chegavam das diversas regiões do Estado e confirmavam a paralisação quase total nas unidades escolares oficiais “e se estendendo a muitas instituições particulares<sup>142</sup>”.

Como contraponto, o governo, inicialmente tentou desmerecer o movimento, afirmando não existir adesão total das escolas no interior, devido ao fato de o professorado ter recebido “com agrado as propostas de aumento”. No entanto, tratou de divulgar um ato da Secretaria, determinando as punições cabíveis àqueles que tivessem aderido à greve. Fundamentando tal ação, o secretário acusou ter sido o movimento motivado por “inspiração comunista”, tendo como uma de suas implicações a ameaça de “agravar os problemas ligados à segurança das instituições”<sup>143</sup>.

Essa acusação de “infiltração comunista no magistério” pode ter partido do fato de que o movimento dos professores ter recebido manifestações de solidariedade de organizações de orientação comunista como o Pacto de Ação Conjunta, bem como de outros sindicatos que seguiam essa vertente. A receptividade a essas moções de apoio era diferente entre os professores liderados pelo CPP e pela Apeoesp.

Estes (professores representados pela Apeoesp), com o objetivo de aumentar a pressão contra o governo, segundo afirmam os líderes, dão ênfase especial às declarações de apoio das entidades da classe operária. Porém, essas mesmas declarações de solidariedade são acolhidas com muita discricção na sede do Centro do Professorado Paulista, onde, se salientou, freqüentemente, que a

---

<sup>141</sup> Greve paralisou a quase totalidade das escolas primárias e secundárias. O Estado de S. Paulo. 17/10/63.

<sup>142</sup> Aprovação do Orçamento só com o professorado atendido. Folha de S. Paulo. 17/10/63, p. 08.

<sup>143</sup> Ainda paralisadas as escolas oficiais; deverão reabrir-se hoje as particulares. O Estado de S. Paulo. 18/10/63.

greve dos professores primários era “apolítica, apartidária e despida de qualquer caráter ideológico, pois simplesmente, reivindicatória”<sup>144</sup>.

Devido ao contexto de radicalização política em torno das Reformas de Base e de outras medidas referidas anteriormente, governo e setores de imprensa reproduziam essa suposta ameaça de ideologização do movimento dos educadores. Editorial do jornal O Estado de S. Paulo chamava atenção para o fato de que

indivíduos envolvidos pelas falsas esquerdas, alguns treinados na escola do CGT (...) estão tentando envolver os professores menos avisados, com o objetivo de transformar uma reivindicação idônea e livre de injunções partidárias, numa autêntica manifestação de caráter político<sup>145</sup>.

Ou seja, mesmo que a greve tivesse o apoio de amplos setores da sociedade, ela só poderia ser bem sucedida se evitasse a intromissão de “elementos que teriam o interesse em politizar o movimento”, mantendo o equilíbrio e o caráter cívico, inerentes à função que ocupavam.

Como forma de rebater essas acusações, as lideranças do movimento encontraram-se com o Cardeal de São Paulo, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, tendo a sua bênção e a sua consideração de que “não acredita que existam grupos de agitadores, desvirtuando o sentido da greve”. Segundo ele, “toda a vez que alguém reformar ou pleitear algo através de movimentos tais como o dos professores, é logo tachado de comunista pela parte contrária”<sup>146</sup>. O apoio do cardeal de São Paulo deu importante contribuição na dupla disputa em questão: confortar aqueles que, dentro da categoria, não aceitavam interferência política-ideológica no movimento e aproximar amplas parcelas da sociedade às suas reivindicações.

---

<sup>144</sup> Ainda paralisadas as escolas oficiais; deverão reabrir-se hoje as particulares. O Estado de S. Paulo. 18/10/63.

<sup>145</sup> Desvirtuamento da greve. O Estado de S. Paulo. 19/10/63.

<sup>146</sup> Cardeal abençoa magistério em greve. Última Hora. São Paulo. 19/10/63.



Para liderar a greve, foram organizados dois comandos: na sede do Sindicato dos Bancários, representando os professores secundários e na sede do CPP, representando os professores primários. Ambos participavam em igualdade de condições no Comando Geral da Greve, que ficava encarregado de dirigir as assembleias conjuntas e coordenar as ações como passeatas e piquetes<sup>147</sup>.

As notícias de novas adesões das escolas no interior do Estado confirmavam os resultados esperados por suas lideranças. Mesmo que em algumas cidades como São José do Rio Preto, houvesse a denúncia de que a Inspetoria Regional estaria perseguindo os professores<sup>148</sup>, o movimento crescia, angariando apoios na sociedade, que se constituíam num suporte importante para a sua continuidade.

Depois de deixarem mais de 2 milhões de alunos sem aulas, os professores, mediante negociação entre os deputados Sólton Borges dos Reis (pela CPP), Raul Schwinden (pela Apeoesp) e Hilário Torloni (pelo governo), anunciaram o fim da greve em 21 de outubro. Pelo acordo, os professores primários receberiam 60% de gratificação, estendidos também aos aposentados, enquanto os professores do secundário teriam gratificação de 25%, integração das aulas extraordinárias à aposentadoria e redução da jornada de 18 para 15 aulas semanais<sup>149</sup>. Além do atendimento de suas reivindicações salariais, tiveram assegurado a promessa de não haver punição pelos dias que ficaram parados.

---

<sup>147</sup> Aumento ao magistério ou governo não terá orçamento. Folha de S. Paulo. 17/10/63, p. 10.

<sup>148</sup> De acordo com jornais de São José do Rio Preto, a Inspetoria Regional estaria coagindo diretores das escolas a entregar a lista dos professores não-efetivos que estariam em greve. Comunicado dos professores do curso secundário. Diário da Região. S.J. do Rio Preto. 18/10/63 e Greve do Magistério. Correio da Araraquarense. 18/10/63, p. 08.

<sup>149</sup> Atendidas as reivindicações: volta às aulas o magistério. O Estado de S. Paulo. 22/10/63; Professores vencem batalha dos 60%: greve acabou. Última Hora. São Paulo. 21/10/63.

Depois de cinco dias de intensa mobilização dos docentes, os professores encerraram a primeira experiência grevista da história do magistério paulista. Foram atendidos na totalidade de suas reivindicações, além disso, puderam vivenciar uma ação repleta de significações que abalariam as imagens socialmente difundidas até aquele momento. Mais do que colocar em evidência a educação, os professores puderam se constituir em atores coletivos ao mesmo tempo que definiam suas diferenças entre si e pelo confronto em relação ao Estado. No entanto, o golpe civil-militar de abril de 1964 viria interromper a continuidade dessas experiências, provocando grandes mudanças na forma de agir e de representar tais ações do professorado.

## **CAPÍTULO 3 – ACOMODAÇÃO E CONFLITO EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1963-1978)**

### **3.1 REMINISCÊNCIAS DA GREVE DE 1963**

A participação na greve de 1963, aproximou os docentes dos embates vivenciados na época. Assim como os professores, outros segmentos sociais experimentavam naquela conjuntura formas diferenciadas de expressar sua insatisfação<sup>1</sup>. Além disso, a possibilidade de avançar em reformas profundas que poderiam alterar as estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais promoveu a radicalização nos discursos e nas ações de governo e oposição, ameaçando a ordem democrática, tal como acontecera em anos anteriores<sup>2</sup>.

Em abril de 1964, o golpe de estado, organizado por uma aliança civil-militar interrompeu o processo de democratização no país, dando início ao regime conhecido como Ditadura Militar. As experiências de liberdade e participação política, acumuladas ao longo de 19 anos, foram sufocadas, atendendo aos anseios de grupos que defendiam o restabelecimento da “ordem” no país a partir da supressão das garantias constitucionais.

Deixando de lado o papel “arbitral-tutelar”, desempenhado em outros momentos da história do país, as Forças Armadas assumiram o papel de “dirigentes” na constituição de um Estado cuja principal característica era a hipertrofia do poder

---

<sup>1</sup> Destacaram-se as Ligas Camponesas, os nascentes sindicatos rurais, a crescente organização dos sindicatos urbanos por meio das instituições intersindicais. NEGRO, 2003: 47-96; e MONTENEGRO, 2003: 241-271.

<sup>2</sup> O regime constitucional esteve ameaçado no país em três ocasiões, nas quais prevaleceu o apoio daqueles que defendiam a manutenção da ordem democrática: 1954, quando dos acontecimentos que levaram o suicídio de Getúlio Vargas; em 1955, no momento que antecedeu a posse de Juscelino Kubitschek na presidência e, por fim, na crise de sucessão em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros e da posse de João Goulart. Para mais detalhes: FERREIRA, 2003: 301-342.

executivo. A coalizão com os civis foi desfeita, parcialmente, após sucessivas ações limitando os poderes legislativo e judiciário, prevalecendo os interesses dos militares na garantia da Segurança Nacional<sup>3</sup>.

A doutrina de Segurança Nacional deu a fundamentação política e ideológica para o regime instaurado após o golpe de 1964. Tal doutrina havia sido formulada a partir de instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e, principalmente, a Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>4</sup>.

Ancorados nos componentes de “guerra total”, alinhamento com os Estados Unidos e “desenvolvimento econômico”,<sup>5</sup> que primava pelo caráter concentrador de renda, os militares procuraram legitimar a ditadura por meio de um arcabouço legal de exceção (atos institucionais, decretos-leis, e demais regulamentos, mais tarde agrupados na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional de 1969).

É objetivo desta pesquisa perceber as relações estabelecidas entre a política adotada pelos militares e o sistema educacional brasileiro, assim como, acompanhar as suas implicações na correlação de forças entre governo estadual e entidades docentes no campo educacional paulista.

Assim como diversas organizações da sociedade recriaram suas formas de agir durante os anos de exceção, a Apeoesp vivenciou diferentes situações em sua organização interna (cassação política de dirigentes, crescimento no número de associados, emergência de novos grupos disputando a hegemonia na entidade) e na sua atuação frente ao governo, (ações judiciais e luta reivindicatória a partir de

---

<sup>3</sup> BORGES. 2003: 22.

<sup>4</sup> ALVES. 2005: 26.

<sup>5</sup> Ibidem.: 36-51.

memoriais). Ora liderando passeatas, ora ajuizando ações em favor de seus representados, a entidade experimentou práticas diversas, a partir de sua própria dinâmica, bem como de sua relação com as instâncias políticas do Estado.

Antes de acompanhar os movimentos internos da associação, convém fazer uma síntese das transformações do sistema educacional brasileiro, bem como da sua adequação à política adotada pelos militares e os impactos desse processo na atuação dos professores e na configuração e encaminhamento de suas demandas por suas entidades representativas.

### ***3.2 O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: DA ESTRUTURAÇÃO AO MODELO TECNICISTA***

O sistema educacional brasileiro vinha se estruturando desde a era Vargas com a criação do Ministério da Educação, em novembro de 1930, e a aprovação de um conjunto de dispositivos normativos denominado Leis Orgânicas, regulamentando os diferentes níveis de ensino. A partir da Constituição de 1946, houve a necessidade de reformular as competências da União e dos Estados e disciplinar a estrutura e os princípios da educação nacional a partir da aprovação de uma Lei de Diretrizes para a educação.

Embora se reconheça que a nova Carta não fez alterações substantivas na estrutura de nosso sistema nacional de ensino, seu espírito era conforme aos novos tempos da República, o que significava descentralização e autonomia para os agentes da educação. A Constituição manteve a obrigatoriedade do ensino primário (de quatro anos) e trouxe de volta o preceito de que a União e os estados deveriam aplicar um percentual de seus recursos em educação (...) à União ficava permitido agir em qualquer ponto do país e em qualquer tipo de ensino, cooperando de todas as formas legais com os poderes estaduais e

municipais e também com a iniciativa particular, à qual continuava sendo garantido o direito de oferecer educação<sup>6</sup>.

Em 1948, depois de concluídos os trabalhos de uma comissão de educadores e membros do Ministério de Educação, um anteprojeto a respeito das diretrizes educacionais foi encaminhado ao Congresso Nacional. Treze anos de intensos debates separaram a data da entrega do anteprojeto até a sua aprovação pelos parlamentares, transformando-o na Lei 4.024/61, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>7</sup>.

A demora na aprovação das Diretrizes foi marcada pela disputa de forças políticas e ideológicas conflitantes. O anteprojeto original, apresentado em 1948, foi arquivado após o parecer contrário de Gustavo Capanema, um dos principais articuladores do Estado Novo, por considerá-lo descentralizador. Posteriormente, dois substitutivos foram apresentados a fim de nova apreciação pelo Congresso Nacional, o primeiro em fins 1957, sob iniciativa do então ministro da Educação Clóvis Salgado, com a participação de educadores como Anísio Teixeira e Lourenço Filho, defendendo uma “escola pública, gratuita e laica”. O segundo substitutivo foi elaborado pelo deputado Carlos Lacerda, em janeiro de 1960 defendendo os interesses da iniciativa privada e criticando o Estado por “praticar o que chamava de monopólio ou estatização da educação”<sup>8</sup>.

Dois temas polarizaram as atenções de parlamentares, educadores e estudantes ao longo da tramitação da Lei 4.024/61: a competência dos Estados e da União na organização educacional e a atuação das escolas oficiais e particulares. Tais temas

---

<sup>6</sup> GOMES. 2002:425.

<sup>7</sup> ROMANELLI. 1986: 171.

<sup>8</sup> GOMES. Op. Cit.: 426-428.

foram defendidos por diferentes organizações da sociedade representando educadores, estudantes, Igreja Católica e representantes de instituições de ensino privado. O consenso estabelecido no momento da aprovação conciliou interesses divergentes, mantendo uma orientação descentralizadora, e assegurando os espaços de atuação para escolas públicas e privadas.

Em virtude das mudanças político-ideológicas advindas do regime inaugurado em abril de 1964, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação tornou-se extemporânea. Novas preocupações passaram a se somar aos problemas já existentes, como a necessidade de atender à crescente demanda por educação. Os problemas decorrentes da distância entre a demanda social por escolas e a oferta de vagas ao ensino estariam alimentando um estado de tensão social, propiciando a disseminação de idéias e ações consideradas como “subversivas”.

A fim de analisar a situação educacional no país, membros do governo e representantes da Agency for International Development (AID) firmaram acordos de cooperação que deveriam resultar em ações que minimizassem os problemas e evitassem a propagação das tensões sociais. Esses acordos estabelecidos entre o órgão norte-americano e o governo federal ficaram conhecidos como “Acordos MEC-USAID”<sup>9</sup>. De junho de 1964 até janeiro de 1968, esses acordos trataram desde a estruturação dos três níveis de ensino (primário, médio e superior) até os conteúdos e disciplinas ofertadas pelos sistemas de ensino federal e estaduais, “expressando as novas determinações político-econômicas a serem generalizadas e consolidadas”<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> GOMES, 2002:196.

<sup>10</sup> ROMANELLI. 1986: 190.

Os setores que se opuseram a esses acordos foram perseguidos pelos órgãos do governo e por grupos para-militares<sup>11</sup>. Entidades representativas dos estudantes foram extintas em um primeiro momento e disciplinadas quando da aprovação da Lei 5.540/68, cujo objetivo era promover uma reforma universitária. Tal lei buscava atender os princípios de racionalização no uso de recursos direcionados para o ensino superior, acelerar a qualificação para o mercado e ampliar o controle sobre organizações docentes e estudantis dentro e fora da universidade<sup>12</sup>.

Juntamente com a reforma universitária, foi empreendida uma reforma da Educação Básica por meio da Lei 5.692/71 que entre outras medidas ampliou o ensino primário de 4 para 8 anos, com vistas a melhorar os índices de escolaridade da população brasileira. Embora os exames entre os níveis primário e ginásial fossem abolidos, a seletividade no ensino continuou existindo por meio das altas taxas de reprovação e evasão<sup>13</sup>.

Outra mudança introduzida pela Lei 5.692 dizia respeito à elaboração por parte dos Estados de leis que disciplinassem as formas de ingresso e evolução no magistério. O cumprimento dessa determinação legal constituiu-se em uma das principais bandeiras de luta do professorado na década de 70, além das demandas por reajuste nos vencimentos.

### **3.3 A ATUAÇÃO DA APEOESP NO CAMPO EDUCACIONAL PAULISTA DURANTE OS ANOS INICIAIS DA DITADURA MILITAR**

---

<sup>11</sup> Além de uma variedade de instrumentos oficiais de perseguição política, o governo passou a contar com o apoio de grupos para-militares para enfrentar os opositores da ordem estabelecida como o Comando de Caça aos Comunistas, CCC, e o Movimento Anti-Comunista, MAC. BARROS, 1991: 39.

<sup>12</sup> ROMANELLI. 1986: 233.

<sup>13</sup> RIBEIRO. 1984:199.



Após o golpe militar em abril de 1964, os professores continuaram se movimentando na defesa de seus interesses. De acordo com Ruth Bernardes Sant'ana, os docentes teriam adquirido a experiência de que as conquistas seriam obtidas por meio de mobilizações massivas da categoria<sup>14</sup>.

Já em maio daquele ano, a Apeoesp havia deflagrado a campanha pela gratificação móvel, ou seja, procuravam tornar a gratificação conquistada no ano anterior um valor constantemente atualizado<sup>15</sup>. Por meio de concentrações realizadas tanto no Palácio do governo quanto na Assembléia Legislativa, as lideranças do professorado alcançaram seus objetivos, além de serem contemplados pelo reajuste concedido a todo o funcionalismo público, assegurando a manutenção de certo padrão de vida, a despeito do aumento da inflação<sup>16</sup>.

Mesmo tendo vivenciado a experiência grevista em 1963, a categoria acabou se utilizando daquela que se convencionou como a principal estratégia de pressão das entidades docentes, “o presidente da entidade levava as reivindicações para o governador. Caso não fossem atendidas, procuravam usar o parlamento (...) Havendo dificuldades nas negociações, mobilizava-se o professorado para fazer manifestações de massa visando a obter o reivindicado.<sup>17</sup>

Esse processo, por mais que parecesse estritamente corporativo, não pode ser excluído quando da análise da transformação de uma categoria profissional como a dos educadores em sujeitos históricos que, lentamente reconhecia a sua importância para além das unidades escolares. Segundo António Nóvoa, as reivindicações corporativas,

---

<sup>14</sup> SANT'ANA, 1993: 104.

<sup>15</sup> Loc. Cit.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 104.

empreendidas pelas associações de professores, têm sido importante no processo de constituição histórica da atividade docente, pois têm possibilitado uma tomada de consciência dos seus interesses como grupo profissional”<sup>18</sup>.

Em setembro de 1965, professores convocados pelos diretores de suas entidades, juntamente com outras categorias do funcionalismo público estadual realizaram uma concentração em frente a Assembléia Legislativa a fim de pressionar os deputados a aprovarem um aumento de 30% em seus vencimentos<sup>19</sup>.

Outro fato que mobilizou a Apeoesp, ainda em 1966, foi o debate em torno da sanção, por parte do governador, da Lei de Paridade, aprovada pela Assembléia Legislativa em dezembro de 1964. Essa lei fixava o valor da aula extraordinária em 1/63 dos vencimentos integrais dos professores secundários. Porém, a regra válida até aquele momento, estabelecia que as aulas extras seriam pagas na base de 1% da referência 53 (referência de enquadramento do professor secundário). Em valores absolutos, 1/63 dos vencimentos equivaleria a Cr\$ 5.000,00 enquanto que pela regra em vigência (1% da referência 53) representava Cr\$ 2.378,00<sup>20</sup>. A pressão das entidades não foi suficiente para que a Lei fosse aprovada, desagradando o professorado e desgastando as relações entre seus órgãos representativos e o governo.

O recrudescimento da ditadura assinalou a adoção de ações repressoras frente às manifestações de rua que se avolumavam a partir da iniciativa de diferentes setores da sociedade. No caso dos professores houve também o emprego de violência para dispersar uma manifestação organizada no segundo semestre de 1966, envolvendo principalmente aqueles que lecionavam no ensino primário.

---

<sup>18</sup> NÓVOA, 1999: 19.

<sup>19</sup> RIBEIRO, 1983: 105.

<sup>20</sup> Professorado quer reajuste. OESP: 19/10/1966.

No dia 18 de outubro de 1966 mais de 15.000 professores primários, pressionavam no sentido da obtenção de um plano de reestruturação de cargos e funções que havia sido prometido por Laudo Natel, então governador do Estado de São Paulo, no dia do professor, que viabilizariam as mudanças de referência que desejavam o CPP. Os professores levavam em suas mãos flores para a primeira dama paulista, dona Zilda Natel e, para surpresa de todos, foram recebidos com metralhadoras, baionetas e bombas de gás lacrimogêneo.<sup>21</sup>

Já a Apeoesp, continuava sua luta para ter reconhecido pelo Estado o nível universitário, uma reivindicação que se arrastava ao longo dos governos desde a segunda metade dos anos 50. Essas manifestações ocorriam sempre que o governo anunciava as propostas de reajustamento para o funcionalismo em geral.

Diante das notícias de que o governador do Estado vai encaminhar à Assembléia Legislativa mensagem reestruturando as carreiras, o prof. Raul Schwinden, presidente da Apeoesp encaminhou ofício ao Chefe do Executivo paulista encarecendo a necessidade de se dispensar tratamento especial aos integrantes do magistério de grau médio para cujo ingresso se exige diploma de curso superior.<sup>22</sup>

Outrossim, exigiam maior atenção para os vencimentos do magistério, que segundo suas análises já apresentavam grande defasagem devido à inflação acumulada ao longo da década.

Na segunda metade dos anos 60, além da inflação, os professores já sentiam os efeitos da política de arrocho salarial e da reforma fiscal implantados durante a ditadura militar<sup>23</sup>. Assim como o governo federal, os Estados reduziram os gastos públicos, ocasionando redução nos recursos para a manutenção da educação, repercutindo negativamente, nas condições salariais e de trabalho dos docentes.

---

<sup>21</sup> RIBEIRO, 1983: 107.

<sup>22</sup> Nível universitário para professores de grau médio. A Gazeta. São Paulo. 12/01/68.

<sup>23</sup> PRADO & EARP. 2003: 214-215; ALVES. 2005: 74-79.

Para enfrentar a precariedade crescente nas condições de trabalho, as entidades do magistério se manifestaram, apresentando algumas das dificuldades sentidas pelos professores.

Estamos já no mês de abril, vencendo o primeiro bimestre para atribuição de notas e em muitos ginásios e colégios faltam professores e material para o bom funcionamento da unidade. (...) nos prédios escolares, onde funcionam ginásios e grupos escolares, haverá quatro turnos, das 7 horas às 23: 20, com pouco intervalo para a limpeza. Nem será preciso preocupar-se com isso pois que, também, não haverá quem limpe.<sup>24</sup>

Na opinião dos docentes, havia um grande descaso não apenas com os interesses corporativos de sua categoria, mas também com a manutenção de uma estrutura mínima que pudesse contribuir na qualidade do ensino ofertado pela rede oficial. A política de se ampliar o número de vagas sem a devida compensação financeira para a sua manutenção seguia a lógica de racionalizar os recursos do Estado, ou mesmo, priorizar outras áreas como a infra-estrutura (transporte e energia) a fim de dinamizar a industrialização e exportação de bens duráveis<sup>25</sup>.

Tal política, segundo Ângela de Castro Gomes, resultou em um quadro de “degradação sistemática dos prédios de escolas públicas, acompanhada de um extremo rebaixamento dos salários dos professores”<sup>26</sup>.

Ainda em abril de 1968, o professorado aguardava a proposta do executivo paulista para sanar algumas dessas demandas. Diante da demora e de algumas “distorções” constantes na mensagem governamental, tratando de um projeto que

---

<sup>24</sup> Mais um dia sem aulas. A Gazeta. São Paulo. 06/04/68.

<sup>25</sup> ALVES, 2005: 179.

<sup>26</sup> GOMES, 2002: 432.

alteraria a carreira do magistério no Estado, as entidades voltaram a arregimentar a categoria com vistas a realizarem mobilizações de ruas<sup>27</sup>.

O elemento que provocou a mobilização do professor secundário foi o projeto de lei n. 210, que propunha uma reordenação das carreiras do magistério no tocante ao ensino superior, médio e elementar, portanto, se tratava de disciplinar a vida funcional dos docentes das Universidades Públicas e das demais escolas estaduais paulistas. No dia 11/6/68 os professores do ensino médio foram até o Palácio levar uma mensagem no sentido da modificação no projeto 210/68, porém não foram recebidos pelo governador que alegou encontrar-se adoecido.<sup>28</sup>

O resultado das alterações propostas pelo governo estadual foi o aumento da jornada semanal dos professores secundários, passando de 15 para 18 horas. Depreende-se que a categoria profissional já não mostrava o mesmo vigor de organização tal qual apresentado no início da década, quando chegou a participar de uma greve e, nem o governo continuaria tão receptivo aos anseios do professorado, representados pelas lideranças de suas entidades.

Além de aumentar a jornada mínima, o governo estava empenhado em fazer cumprir a Portaria 31, de 23 de março de 1968, que limitaria a jornada máxima em 36 aulas, já somadas as do ensino público e do particular, o que poderia acarretar grandes perdas financeiras para o magistério. O professorado, tendo o seu vencimento rebaixado, tentava compensar suas perdas ampliando a quantidade de aulas, acumulando jornadas no Estado, no município e na rede particular. A fim de debater a respeito das conseqüências dessa Portaria, a Apeoesp realizou encontros nas cidades de São José do Rio Preto e Catanduvás, além de reuniões em escolas da capital<sup>29</sup>.

---

<sup>27</sup> Professorado quer melhores vencimentos. A Gazeta. São Paulo. 16/04/68.

<sup>28</sup> SANT'ANA, 1993: 110.

<sup>29</sup> Praticamente derrubada a portaria trinta e um. A Gazeta. 17/04/1968; Limitação de aulas agita o professorado. A Gazeta. 19/04/1968.

Também em 1968, um grupo de professores do ensino secundário resolveu se manifestar contra o artigo 14 da Constituição do Estado que concedia estabilidade no magistério público paulista a todo docente que tivesse mais de 5 anos de funcionalismo público, pois entendiam que tal medida beneficiaria médicos, dentistas e estudantes do curso normal em detrimentos daqueles que se formavam nas faculdades de licenciatura espalhadas pelo Estado. Ainda de acordo com o manifesto, esse instrumento legal “constituía-se num golpe na eficiência do ensino oficial de grau médio de São Paulo, com a tentativa de integrar no quadro do magistério público professores que não satisfizeram o requisito fundamental para tal, qual seja a aprovação em concurso público de provas e títulos”<sup>30</sup>. A defesa de instrumentos que disciplinassem o ingresso no magistério tinha como objetivo firmar uma identidade profissional docente, socializando práticas e interesses, fortalecendo sua organização coletiva.

De acordo com Nóvoa, a luta pela garantia de uma licença oficial para poder atuar no magistério (aprovação em concurso de provas e títulos) constituiu uma etapa decisiva na configuração do “modelo do professor profissional”<sup>31</sup>, principalmente entre os que desempenham sua atividade como funcionário público.

Essa luta em torno dos critérios acerca da identidade profissional dos professores no Estado de São Paulo, que até o fim da década de 60, ocorria de forma dispersa, acabou articulando-se quando da luta em torno do Estatuto do Magistério, a partir de 1971.

---

<sup>30</sup> Professores não param sua ação. OESP: 01/05/1968.

<sup>31</sup> Além da posse de uma licença oficial, outras etapas são apontadas na constituição do professor profissional, tais como: “o estabelecimento da atividade docente a tempo inteiro, a formação em instituições específicas (cursos de licenciatura) e a participação em associações profissionais”. NÓVOA, 1999: 20.

Mesmo que os contatos entre as associações docentes e o governo não rompessem a convivência estabelecida durante a ditadura militar, em meados de 1968, um fato reacendeu a animosidade entre a secretaria de Educação e as lideranças do magistério. Em ato de desagravo o Secretário da Educação, Antônio Barros de Ulhoa Cintra, devolveu carta enviada pela Apeoesp, contendo as principais reivindicações deliberadas pela categoria. De acordo com o Secretário, a carta tinha um aspecto de ultimato e, portanto, rompia com os supostos entendimentos e canais de diálogo entre o professorado e o governo. Em seu entendimento, em um momento em que se presenciava “o episódio lamentável de crianças e jovens insuflados à greve e à agitação por maus professores, é preciso que alguém dê exemplo de dignidade, de amor à verdade e de respeito à autoridade”. Agindo assim, o representante do governo reproduzia a imagem social na qual os professores assumiriam um compromisso com a manutenção da ordem e preservação dos “bons valores cristãos e patriotas”<sup>32</sup>.

O momento de agitação política marcado pela retomada das manifestações estudantis nas principais cidades brasileiras, a deflagração de movimentos grevistas nas cidades de Contagem/MG e Osasco/SP, além do acirramento na relação entre o Congresso e o executivo federal<sup>33</sup>, contribuía para certa radicalização no discurso das entidades do magistério, voltando, inclusive, a surgir a ameaça de greve entre os mestres.<sup>34</sup>

Reivindicações como a redução da jornada semanal ordinária de 18 para 15 ou até mesmo 12 aulas (limite estabelecido até 1962), a equiparação do padrão universitário, o reajuste nos vencimentos bem como a melhoria nas condições de

---

<sup>32</sup> Ulhóa devolve o ‘ultimato’. OESP: 26/05/1968.

<sup>33</sup> ALVES, 2005: 141-160.

<sup>34</sup> Paridade Total ou greve. OESP: 17/09/1968.

ensino, possibilitaram novas mobilizações do magistério secundário. No entanto, a aprovação do Ato Institucional n.º 5, em dezembro de 1968 frustrou as expectativas de abertura política, fechando os canais de manifestação e negociação para diversos setores da sociedade que haviam se mobilizado. Após essa data, a repressão impediria qualquer forma de manifestação, fosse ela reivindicatória, corporativa ou político-ideológica provocando uma reorganização não só na entidade coletiva docente, mas em todos os setores que se opunham à ditadura militar vigente.

O golpe militar, mais precisamente após 1968, provoca uma mudança na forma de participação política dos professores. Com o recrudescimento do regime, a luta dos professores passa a se concentrar prioritariamente nas pressões ao Parlamento e no procedimento jurídico. Na verdade, a resistência da categoria às perdas salariais continuam ocorrendo, porém mudam de forma, percorrendo os canais institucionais que permaneceram abertos mesmo após a entrada dos militares no poder.<sup>35</sup>

Em janeiro 1969, o então presidente da Apeoesp Raul Schwinden, teve seus direitos políticos cassados por dez anos<sup>36</sup>. A associação precisou rever suas estratégias de mobilização, assim como a sua postura frente ao executivo paulista a fim de evitar os confrontos as possíveis perseguições do aparato repressivo do Estado.

Sob a liderança de Schwinden, a entidade havia reforçado sua estrutura, aumentado seu quadro associativo e conseguido consolidar-se como legítima representante dos docentes secundários perante os demais segmentos do magistério e os órgãos do governo paulista. Doravante, era preciso que as novas lideranças continuassem demonstrando sua luta em defesa dos professores, mesmo sob o cerceamento dos protestos de rua e dos movimentos grevistas.

---

<sup>35</sup> SANT'ANA, 1993: 138.

<sup>36</sup> Além de Schwinden, outros 23 deputados estaduais foram cassados e a Assembléia Legislativa foi fechada com base no AI-5, sendo reaberta em julho de 1970. CALIMAN. 1998: 131.



Na bibliografia a respeito da Apeoesp, o período entre 68 e 78 é entendido como de lutas individuais, empreendidas mediante ações judiciais e supostamente tidas como meramente corporativas. Mas, se os canais de negociação estavam fechados, não poderiam ser diferentes as ações desse período. Enquanto grupos minoritários da sociedade partiam para o enfrentamento armado contra o regime, outros setores se reorganizariam a fim de lutar contra a ditadura a partir de ações não violentas. Dentre essas ações destacaram-se as disputas eleitorais travadas pelo MDB, as crescentes manifestações da Igreja Católica e de entidades como Associação Brasileira de Imprensa e Ordem dos Advogados do Brasil, além da atuação de novas lideranças que emergiriam no movimento sindical<sup>37</sup>.

Uma leitura parcial dos fatos e da dinâmica na organização docente poderia levar a juízos de valores, que além de não contribuir para uma visão abrangente da associação, revelaria uma atitude com vistas a valorizar lideranças e grupos que tomariam a entidade durante os anos 78 e 79 em detrimento das antigas diretorias.

Ao recuperarmos as experiências dos professores secundários paulistas ao longo da sua existência, devemos ter em mente que o processo de constituição e consolidação de sua entidade representativa foi atravessado por disputas e transformações, com base tanto na conjuntura histórica do país e do Estado, quanto na própria dinâmica do campo educacional paulista. De acordo com Denice Catani, esse campo deve ser entendido como

o espaço que inclui a vida e os interesses de grupos profissionais, a elaboração e difusão de trabalhos que visam ao estabelecimento de formas legítimas de tratamento para as questões de âmbito educativo, as instituições escolares e os mecanismos criados para manter o campo delimitado e em atividade.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> ALVES, 2005: 223-270.

<sup>38</sup> CATANI, 1989: 02.

O campo educacional constitui-se a partir da disposição de diferentes grupos (os órgãos da secretaria de educação, as associações docentes, as organizações de pais e de alunos e a universidade) que, segundo Bourdieu, “lutam para adquirir e manter o poder de (di)visão, isto é, o poder de impor uma representação social particular como geral e de dividir/classificar/distinguir os agentes e as coisas existentes naquele domínio social específico”<sup>39</sup>. A capacidade de impor-se frente aos demais grupos depende do volume de capital social acumulado. Este é definido por Bourdieu como

O conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (...) o volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado.<sup>40</sup>

No caso específico do campo educacional paulista, os órgãos vinculados ao governo estadual deteriam o maior volume de capital social ocupando o pólo dominante, dado que o Estado “dispõe de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas, ou seja, constitui-se no “lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico”<sup>41</sup>, enquanto as entidades docentes, bem como os demais agentes ocupariam o pólo dominado do campo.

Além das disputas travadas entre os grupos antagônicos, as possíveis transformações em seu interior dependem também da dinâmica estabelecida com

---

<sup>39</sup> BUSETO, 2004: 501.

<sup>40</sup> BOURDIEU, 1998: 67.

<sup>41</sup> BOURDIEU, 1996: 107.

outros campos existentes na organização social (campo político, econômico, cultural e científico). Assim, convém ater-se às formas como reagiu a Apeoesp frente às mudanças sócio-políticas vivenciadas nos anos 70, bem como, acompanhar as novas disputas suscitadas tanto no interior do campo educacional paulista quanto dentro da própria organização coletiva docente.

### **3.3.1 TEMPOS DE “ACOMODAÇÃO” – A LUTA EM FAVOR DOS DIREITOS TRABALHISTAS**

Nos anos que se seguiram ao AI-5, até a greve deflagrada em agosto de 1978, o Estado de São Paulo foi governado por Abreu Sodré (1967-1971), Laudo Natel (1971-1975), e Paulo Egydio Martins (1975-1979).

No governo de Abreu Sodré, foi promulgada uma nova Constituição no Estado, seguindo os princípios da Constituição Federal de 1967. No tocante à educação, foi dada seqüência à ampliação na oferta de vagas, principalmente no nível ginásial, facilitando a aplicação dos exames de admissão e propondo a unificação do ginásio ao primário<sup>42</sup>.

Essas mudanças foram consubstanciadas na nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a Lei 5.692/71. Aliás, foi em torno de sua aprovação, bem como de sua adequação aos sistemas estaduais de ensino, que as entidades do magistério voltariam a se manifestar. Para a Apeoesp e outras associações docentes, a principal demanda gerada pela nova LDB deu-se em torno da aprovação do Estatuto que estabeleceria “normas para contratação, formas de provimento, requisitos dos cargos e

---

<sup>42</sup> RUS PEREZ, 1994: 36.

campo de atuação”, além de discriminar os diversos cargos e funções que comporiam a carreira de magistério de 1.º e 2.º graus<sup>43</sup>.

A nova LDB, além de tornar obrigatória a formulação de um Estatuto para o magistério, alterou a forma como estava organizado o sistema estadual de ensino ao ampliar o tempo de escolaridade de 4 para 8 anos<sup>44</sup>, suprimindo as antigas denominações (Ensino Primário e Secundário dividido em Ginásial, Médio, Normal) pelos termos: Ensino de 1.º Grau (abrangendo o período entre a 1.ª e a 8.ª série) e Ensino de 2.º Grau, englobando as 3 séries do antigo curso Secundário.

A mudança na denominação dos cursos obrigou a Apeoesp a rever sua nomenclatura. Em agosto de 1974 a entidade deixou de ser Apesnoesp (Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo) e tornou-se Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).

Mais do que a denominação, era necessário reformular sua maneira de agir diante de seus associados e perante os órgãos do Estado. O objetivo era assegurar a legitimidade auferida depois de quase trinta anos de existência. Como não havia possibilidade de mobilizar a categoria em atividades como as que haviam ocorrido nos anos de 1954, 1958, 1963 e 1968, nas quais os docentes puderam participar de reuniões seguidas de passeatas em diversas cidades do Estado, concentrações em frente a Secretaria de Educação, na Assembléia Legislativa e no Palácio dos Bandeirantes, além da experiência grevista, a entidade procurou agir dentro dos canais de negociação permitidos pelo regime militar.

---

<sup>43</sup> TEIXEIRA, 1988: 150-151.

<sup>44</sup> *Ibidem*: 87.

Tendo o exemplo da cassação política de seu ex-presidente, Raul Schwinden, era preciso moderar a postura, mas manter a defesa dos interesses de seus representados. Dessa forma, as ações envolvendo grande número de participantes deram lugar à atuação quase personalística das lideranças, no encaminhamento de ofícios e memoriais às autoridades políticas. Além disso, a Apeoesp começou a atuar junto aos professores, ajuizando ações que cobravam o reconhecimento dos direitos trabalhistas daqueles que eram contratados a título precário.

A contratação dos precários no Estado de São Paulo deu-se a partir do decreto estadual n.º 49.532/68 com a finalidade de atender a demanda crescente por docentes. O rápido crescimento da rede estadual de ensino decorrente do processo de industrialização, urbanização e do aumento demográfico nos grandes centros metropolitanos, provocado por intenso movimento migratório contribuíram para o aumento da demanda por educação, e conseqüentemente, pela necessidade de ampliar o quadro docente. De 1940 até 1970 o número de professores havia sido elevado de 15.055 para 111.184, um acréscimo de 738%<sup>45</sup>. O decreto que garantia ao Estado a contratação de professores em caráter temporário até que fossem realizados concursos era experimentado em outras unidades da Federação

Em Minas, 7.086 professores lutam por seus direitos, na Justiça, contra o governo do Estado. Na Bahia, um bom número de professores só não chegou a levar o problema à Justiça porque não resistiu à pressão do governador. Em Sergipe, os professores freqüentemente vão à Justiça e saem vitoriosos. No Amazonas, embora casos quase isolados, alguns professores entraram com processos contra o governo e ganharam como se fossem empregados de uma empresa particular.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> TEIXEIRA, 1988: 92.

<sup>46</sup> Os professores, na Justiça, lutando por seus direitos. Revista Escola. 1973: p 49.

Segundo a Revista Escola, em 1973, dos 123 mil professores que lecionavam na rede estadual paulista, 70 mil estavam enquadrados na situação de precários ou substitutos estáveis<sup>47</sup>.

Como no entendimento do Estado essa situação deveria ser transitória, os professores contratados segundo essa modalidade não tinham direito à aposentadoria, pensão, estabilidade, 13.º salário, gratificação por nível universitário e, muito menos, aviso prévio em caso de dispensa. Sua jornada era constituída das aulas excedentes, ou seja, daquelas que não eram atribuídas aos professores efetivos<sup>48</sup>.

Além dos precários, outro segmento de professores que passava por dificuldades era o de substitutos. Estes deviam comparecer à escola escolhida, realizar funções extra-classe e substituir o professor efetivo no caso de ausência do mesmo. O problema era que somente as aulas efetivamente dadas eram remuneradas, ficando o professor substituto sem uma renda mensal fixa. Além disso, seus vencimentos sofriam constantes atrasos, a aposentadoria somente podia ser requisitada aos 70 anos e as férias eram pagas se tivessem substituído durante o ano inteiro, o que raramente ocorria. Reivindicavam o direito a um salário, abono de falta para tratamento de saúde, bem como o pagamento nas férias proporcionalmente aos dias trabalhados durante o ano<sup>49</sup>. Essa situação de insegurança, que atingia grande parte do magistério paulista repercutia negativamente no planejamento pedagógico das escolas que não conseguiam manter o mesmo quadro de docentes ao longo do ano.

---

<sup>47</sup> Os professores, na Justiça, lutando por seus direitos. Revista Escola. 1973: p 49.

<sup>48</sup> Nas aulas excedentes, o consolo de 40 mil. O Estado de S. Paulo: 10/05/1973.

<sup>49</sup> Projeto ignora o salário de mestre. OESP: 18/07/1973; A ajuda para os professores substitutos: uma ajuda falsa. Jornal da Tarde: 19/07/1973.

A fim de verem solucionados os problemas que afetavam os professores admitidos a título precário, a Apeoesp impetrou ações coletivas na Justiça do Trabalho, reivindicando direitos trabalhistas como estabilidade, aposentadoria, 13.º salário, salário família e aviso prévio. Como os precários não eram funcionários públicos não recebiam os direitos do Estatuto dos Funcionários Públicos e como não possuíam registro na carteira de trabalho, ficavam também excluídos dos direitos consagrados na Consolidação das Leis Trabalhistas.

O trâmite das ações foi marcado por muita expectativa tanto por parte da entidade, representado pelo agora diretor do departamento jurídico, Raul Schwinden, quanto pelos professores. O primeiro momento desse percurso foi vencido, em agosto de 1973, após a Justiça do Trabalho reconhecer sua competência para julgar o mérito das ações movidas pelos docentes<sup>50</sup>. Esse primeiro resultado favorável contribuiu para o aumento na procura dos serviços jurídicos prestados pela entidade. De acordo com a imprensa, na época, a entidade chegou a registrar o encaminhamento de, aproximadamente, 200 procurações diárias às Junta de Conciliação<sup>51</sup>.

A decisão favorável aos “precários” deveria acarretar prejuízos aos cofres públicos, pois o Estado deveria arcar com indenizações de todos aqueles que obtivessem seus direitos trabalhistas reconhecidos pela Justiça. No entanto, o caminho seria tortuoso e marcado por muitos obstáculos até que fosse possível usufruir das melhorias decorrentes das ações.

Depois de reconhecida a competência da Justiça do Trabalho, novas vitórias aumentariam as expectativas dos professores. Juizes de 1.ª instância reconheceriam

---

<sup>50</sup> Ação de professores será julgada dia 30. OESP: 19/08/1973.

<sup>51</sup> Ação trabalhista atrai duzentos mestres por dia. OESP: 27/09/1973.

como direitos dos docentes e obrigação do Estado o pagamento dos direitos trabalhistas. Apenas o direito a aposentadoria aos 25 anos de serviço não teria sido reconhecido pois, segundo os magistrados, “a legislação federal não admitia mais”. Ademais, todos aqueles que haviam sido contratados a título precário deveriam seguir as normas da Consolidação das Leis Trabalhistas<sup>52</sup>.

Embora tivesse o amparo das decisões judiciais, a situação dos precários permanecia inalterada. A fim de conjugar apoios às demandas da categoria, a Apeoesp enviou memorial ao Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, cobrando uma fiscalização nas escolas estaduais paulista e punições ao Estado pelo não registro do professores que continuavam trabalhando desprotegidos da legislação trabalhista<sup>53</sup>.

Enquanto isso, novas vitórias eram comemoradas pelo professorado. Em novembro de 1974, o Tribunal Regional do Trabalho<sup>54</sup> e o Tribunal Superior do Trabalho confirmariam a sentença favorável das primeiras instâncias<sup>55</sup>.

A disputa judicial entre a Apeoesp e o governo do Estado, que se iniciara durante a gestão de Laudo Natel, se arrastaria até o mandato do governador seguinte, Paulo Egydio Martins. Depois de seguidas derrotas, Martins teria anunciado que os professores contratados em regime precário seriam contratados a partir de 1977, segundo as normas da CLT. Seriam submetidos a uma prova, aprovados, os professores ocupariam cargos que estivessem vagos até o seu preenchimento por meio de concurso<sup>56</sup>. Porém, a promessa não havia sido cumprida até abril de 1977, quando a

---

<sup>52</sup> Professores vencem na Justiça, mais uma vez. OESP: 18/10/1973.

<sup>53</sup> Mestres levam seu protesto ao governo federal. OESP:05/09/1974.

<sup>54</sup> Precários vencem no Tribunal. O Estado de S. Paulo: 26/11/1974.

<sup>55</sup> Precários obtêm vitórias no TST. O Estado de S. Paulo: 13/09/1974.

<sup>56</sup> CLT estende-se a precários em 1977. O Estado de S. Paulo: 13/10/1976.



Apeoesp organizou um evento com o Secretário de Educação para cobrar-lhe as mudanças anunciadas e discutir outras dificuldades enfrentadas pelo professorado.

No tocante à batalha jurídica, a vitória final viria após julgamento favorável no Supremo Tribunal Federal em junho de 1978. Para o advogado Raul Schwinden Jr., autor da defesa oral da ação em favor dos precários, a decisão do STF repercutiria em âmbito nacional, já que a realidade vivida pelos professores em São Paulo era semelhante a que ocorria em outros Estados.

Interessa a todo o magistério do Brasil, pois também em outras unidades da Federação os docentes são admitidos por legislação espúria, e na quase totalidade dos municípios, esse absurdo é regra consagrada pelas administrações. E, a legislação federal que determina a contratação de professores pela CLT, infelizmente é burlada em todo o país às vistas complacentes dos Ministérios da Educação e do Trabalho<sup>57</sup>.

Apesar da decisão favorável proferida pela maior instância da Justiça no país, a realidade dos precários continuava sem solução em diversos Estados. No Espírito Santo, a maioria dos docentes recebia menos que um salário mínimo e sem vínculo empregatício. Situação semelhante vivia o professorado no Estado do Paraná, onde metade dos professores lançava mão de outras atividades para complementar sua renda já que os seus vencimentos não atingiam valores satisfatórios<sup>58</sup>. Ainda no Paraná, em meados de 1977, a situação debatida pela categoria nos encontros promovidos por sua associação teria levado a ameaça de paralisação dos trabalhos. Seria a primeira vez, após o acirramento da ditadura militar com o AI-5, que a greve ressurgia como alternativa de luta dos professores<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> Apeoesp em Notícias. Jul/78, p. 04.

<sup>58</sup> Professores debatem regime de trabalho. O Estado de S. Paulo: 15/04/1977.

<sup>59</sup> Magistério ameaçado de paralisação. Folha de S. Paulo: 19/04/1977.

Paralelamente às ações ajuizadas, a Apeoesp continuou cobrando dos governadores que se sucediam bem como dos titulares da pasta da Educação, por melhorias nas condições dos professores contratados em regime precário. Para tanto, defendiam a realização de novos concursos de ingresso para o magistério de 1.º e 2.º graus. Para o presidente da entidade, Rubens Bernardo, o concurso possibilitaria a escolha de aulas pelos “mais capazes”, livrando o processo de atribuição de possíveis casos de apadrinhamentos políticos.<sup>60</sup>

Ao propor concursos para os dois níveis de ensino, a entidade, que antes se delimitava aos docentes do ensino secundário, tentava ampliar sua atuação entre os professores das séries iniciais, rivalizando diretamente com o Centro do Professorado Paulista.

Embora a forma de ingresso na docência, estabelecida tanto pela Constituição estadual de 1967 quanto pela Lei 5.692/71, fosse por meio de concurso de provas e títulos, o governo paulista, assim como outros, burlou a legislação argumentando que devido a necessidade de atender a crescente demanda por educação poderia contratar em regime de urgência, mantendo muitos profissionais à margem dos direitos trabalhistas.

A situação transitória e emergencial transformou-se em duradoura, provocando grandes desgastes na constituição do magistério, criando diferentes categorias de profissionais. Existiam os efetivos, aprovado por meio de concursos; os contratados, admitidos em caráter temporário (conhecidos como precários); estáveis, aqueles que haviam adquirido estabilidade após comprovarem 5 anos de exercício no Estado,

---

<sup>60</sup> 1.200 professores acionam o Estado. Folha de S. Paulo:27/04/1973.

quando da aprovação da Constituição Estadual em 1967; e, por fim os chamados substitutos efetivos, que ganhavam apenas quando efetivamente dessem aula<sup>61</sup>.

Já se passavam 8 anos desde a realização do último concurso de ingresso no magistério paulista (1968) até que o secretário de Educação, José Bonifácio Nogueira Coutinho anunciou a autorização de nova seleção em 1976. Pouco mais de 8 mil vagas foram disponibilizadas, número insuficiente segundo as entidades do magistério, pois seria mantido ainda um grande número de professores temporários. Mesmo assim, o concurso, ao efetivar 8 mil professores, provocaria o desemprego em quantidade igual ou superior daqueles que lecionavam poucas aulas em regime de substituição.

Com os concursos, milhares de professores, hoje lecionando algumas poucas aulas como temporários, poderão firmar-se na profissão, ocupando em média 40 aulas. Todas essas aulas serão subtraídas do total à disposição do contingente em regime temporário, ocasionando uma redução acentuada em seu número. Com dezenas de desempregados para cada professor em exercício, os integrantes do magistério de 1. e 2. graus sofrem prejuízos mesmo com as medidas que procuram beneficiar a classe<sup>62</sup>.

Em torno de 35 mil candidatos se inscreveram para disputar as mais de 8 mil vagas. Apesar de reivindicarem o concurso de ingresso durante esses anos, as entidades do magistério criticaram o fato de serem poucas as vagas e de o concurso ser realizado no começo do ano. Os aprovados tomariam posse somente no ano seguinte.

Outra preocupação por parte de professores e de representantes do governo dizia respeito ao preparo dos mesmos em relação ao concurso. A fim de conquistar as poucas vagas em disputa, os professores acabaram lançando mão dos mais variados

---

<sup>61</sup> TEIXEIRA, 1988: 97.

<sup>62</sup> Professor teme mais desemprego após concursos. O Estado de S. Paulo: 18/01/1976.

expedientes, desde estudos em grupo até o consumo de apostilas com resumos dos programas e cursos preparatórios<sup>63</sup>.

São mais de 35 mil professores, nervosos e despreparados, voltando aos bancos escolares. Ainda ontem, eles passaram o dia todo nas salas dos mais recentes cursinhos surgidos – os preparatórios para concursos – recebendo uma última carga intensiva de informações e as infalíveis dicas para resolução dos testes objetivos. Outros simplesmente ficaram em casa, consumindo as volumosas apostilas elaboradas apressadamente, com um resumo do programa oficial e vendidas por 150 ou 200 cruzeiros<sup>64</sup>.

O suposto despreparo dos docentes era visto como o resultado de uma combinação de fatores: desmotivação pessoal, acomodação frente a uma situação que se repetia (não realização dos concursos) e, portanto, o não acompanhamento do desenvolvimento das idéias pedagógicas, assim como das disciplinas específicas e, por fim, a qualidade duvidosa dos cursos oferecidos pelas diversas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras que se espalharam pelo Estado após as leis federais de educação superior e educação de 1.º e 2.º graus<sup>65</sup>.

A preocupação em torno do número de aprovados foi confirmada com a divulgação dos resultados. Cerca de 95% dos inscritos haviam sido reprovados. Dentre os fatores para explicar esse elevado índice de reprovação, foram ressaltados a falta de periodicidade de concursos além da “desilusão criada no professorado, decorrente das seguidas frustrações em relação às políticas do governo em prol da melhoria de suas condições de trabalho”<sup>66</sup>.

---

<sup>63</sup> Após 6 anos, professores prestam concurso. O Estado de S. Paulo: 01/02/1976.

<sup>64</sup> Temor provoca a volta à escola. O Estado de S. Paulo: 01/02/1976.

<sup>65</sup> Ibidem. A criação de cursos de Licenciatura de curta duração foi estimulada pela Reforma Universitária, Lei 5.540/68, dentro de uma visão pautada pela rapidez na formação profissional e racionalização de recursos em Educação. Para uma análise dos projetos em disputa durante a tramitação da Reforma Universitária, consultar. SAVIANI, 1987: 81-100.

<sup>66</sup> Concurso para professor elimina 95% dos inscritos. O Estado de S. Paulo: 08/08/1975.

A fim de tentar minimizar o elevado índice de reprovação, a Secretaria de Educação se dispôs a rever provas e alterar o gabarito de possíveis questões que tivessem problemas de entendimento<sup>67</sup>. Além disso, foram anunciados novos concursos prevendo bonificações para aqueles que haviam sido aprovados na parte pedagógica e reprovados na parte específica<sup>68</sup>.

Atribuir a responsabilidade aos professores que prestaram o concurso foi a maneira encontrada pela banca examinadora para explicar a reprovação, argumentando que a inclusão de questões dissertativas no lugar das tradicionais questões objetivas teria revelado o despreparo de parcela significativa dos docentes. Como proposta, sugeriram que o Estado realizasse um levantamento da atual situação do ensino e do professorado a fim de agir nas principais causas motivadoras de resultados tão negativos<sup>69</sup>.

### **3.3.2 AS DISPUTAS EM TORNO DO PRIMEIRO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO**

Conforme ficou acima asseverado, entre as inovações da LDB, mereceu atenção especial, por parte das entidades docentes, a obrigatoriedade de todos os sistemas de ensino adotarem um Estatuto que disciplinasse a carreira do magistério. No Estado de São Paulo as disputas pela aprovação do primeiro Estatuto do Magistério iniciaram-se no governo de Abreu Sodré (1967-1971), estendendo-se até o mandato de Laudo Natel (1971-1975).

---

<sup>67</sup> Educação revê provas e pode abrir novo concurso. Folha de S. Paulo: 12/03/1976.

<sup>68</sup> Só 700 aprovados em matemática no magistério oficial. O Estado de S. Paulo: 23/03/1976; Reprovados 80% dos professores. O Estado de S. Paulo: 01/04/1976.

<sup>69</sup> Na matemática, a resposta redigida causou reprovação. O Estado de S. Paulo: 28/09/1976.

Já em outubro de 1971 a então secretária de Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, pedia a colaboração do professorado a fim de efetivar as mudanças propostas na nova LDB, sugerindo estudos que viabilizassem um novo entendimento do trabalho docente<sup>70</sup>.

Entendendo o pedido da secretária como uma disposição em ouvir a categoria em suas reivindicações, a Associação Paulista de Pedagogia, a Udemo, a Associação dos Orientadores Educacionais, a Apeoesp e o CPP articularam reuniões a fim de elaborar um anteprojeto que fosse apresentado ao poder executivo e servisse de base para a aprovação do Estatuto dos profissionais da Educação<sup>71</sup>.

O espaço para discussões acerca dos direitos dos professores, sua jornada de trabalho e seus vencimentos deveria ser criado a partir da convocação de uma nova comissão que estudasse propostas para o Estatuto do Magistério. Essa comissão organizada pelo Estado contou com técnicos do governo e representantes dos docentes. No entanto, as desavenças entre as partes prejudicariam o encaminhamento de um anteprojeto que satisfizesse as demandas do magistério.

Um dos pontos discordantes dizia respeito ao quantum da remuneração da categoria. Para as associações docentes, o Estatuto deveria determinar um piso salarial fixado em 3/5 salários mínimos (equivalente a Cr\$1.100,00) e a carreira do magistério seria estruturada em sete níveis contendo cinco graus de evolução cada um. Para o governo, o documento não deveria conter o valor de um piso nem o percentual de aumento, apenas os diferentes enquadramentos e a forma de acesso na carreira, além

---

<sup>70</sup> A reforma deve começar pelos professores. OESP: 15/10/1971.

<sup>71</sup> TEIXEIRA, 1988: 156.

dos critérios de pontuação exigidos<sup>72</sup>. Outras reivindicações diziam respeito à remuneração das atividades extra-sala e da diminuição da jornada de trabalho, sem prejuízo dos vencimentos, para os docentes que estivessem próximos da aposentadoria<sup>73</sup>.

Os baixos índices de reajuste que deveriam constar no projeto de Estatuto anunciado pelo governo em 1974, foram questionados e apontados como fatores que provocariam queda na qualidade do ensino público paulista já que “mal pagos, os elementos mais capacitados dos quadros do magistério tenderiam a afastar-se, em busca de melhor remuneração. E, assim, a educação dos cidadãos brasileiros do futuro sofrerá inevitáveis prejuízos.”<sup>74</sup>

Em resposta ao que consideravam omissões, distorções e desrespeito com os profissionais do magistério, as entidades representativas enviaram documentos ao governador, ao secretário de educação, ao Conselho Estadual de Educação, aos deputados estaduais e ao Ministro da Educação criticando o projeto de Estatuto do Magistério e defendendo a sua substituição por outro que contasse com efetiva participação das associações de classe e que atendesse as reivindicações dos professores e demais profissionais da educação estadual<sup>75</sup>.

A fim de somar esforço contra a aprovação do projeto do governo, mesmo após mensagem aditiva ao mesmo, as entidades cerraram fileiras ao propor uma ação popular contra o governo estadual caso fosse sancionado. De acordo com as lideranças das associações, as bases da ação popular seriam a tentativa de reajustar ou readaptar

---

<sup>72</sup> Após 7 meses, apenas silêncio sobre o Estatuto. O Estado de S. Paulo: 10/05/1973.

<sup>73</sup> A difícil luta na busca de melhores salários. O Estado de S. Paulo: 10/05/1973.

<sup>74</sup> O Estatuto do Magistério. OESP: 15/09/1974.

<sup>75</sup> O futuro estatuto dos professores, contra os professores? Jornal da Tarde: 03/10/1974.

setores do funcionalismo 90 dias antes das eleições e a quase equiparação do 1.º e 2.º graus, desprezando que os secundários, por terem nível universitário, deveriam receber tratamento diferenciado em relação aos do antigo primário. No entanto, para o ex-presidente do CPP e candidato à reeleição à Assembléia Legislativa, Sólon Borges dos Reis, era necessária a aprovação do Estatuto, mesmo não atendendo integralmente aos anseios do professorado<sup>76</sup>.

O presidente da Apeoesp empreendeu uma pesquisa comparativa entre os Estados brasileiros que já haviam aprovado o seu Estatuto do Magistério e concluiu que no Estado de São Paulo, apesar da superioridade de seu orçamento em relação às outras unidades da federação, a situação dos professores apresentava-se em grande desvantagem se comparados a Estados como Rio Grande do Sul e Alagoas.

No Rio Grande do Sul, o Estatuto do Magistério agradou a todos os profissionais do ensino, que se sentiram mais valorizados nos salários e condições de trabalho. Mas o estatuto gaúcho não foi preparado secretamente, como de São Paulo. Houve uma participação de todos os interessados, que só se queixaram da exclusão dos professores aposentados. (...) os autores do estatuto do magistério de Alagoas tiveram a preocupação de estimular a atualização e especialização dos profissionais no ensino oficial, garantindo-lhes melhores salários (...) prevê também maior remuneração por tempo de serviço e por trabalho escolar em locais afastados e de difícil acesso.<sup>77</sup>

A aprovação do projeto de Estatuto do Magistério (Lei Complementar n.114/74) sem o consentimento das entidades dos professores resultou em frustração, pois não viram atendidas as suas principais reivindicações. No tocante ao salário, os professores teriam poucas mudanças em sua referência não representando melhorias significativas. Manteve-se o regime de contratação a título precário, mudando-se a denominação para “servidores em caráter temporário para o desempenho de funções

---

<sup>76</sup> Professores pretendem anular o novo Estatuto. OESP: 05/10/1974.

<sup>77</sup> O Estatuto que o governo preparou resiste a esta análise? Jornal da Tarde: 09/10/1974.



docentes” e, a hora-atividade, outra demanda dos mestres paulistas, apresentou-se de “difícil interpretação”<sup>78</sup>.

De acordo com o Estatuto do Magistério, os salários dos professores secundários, passariam de Cr\$ 1.486,00 (inicial com 18 aulas/semana) para Cr\$ 1.693,00 (inicial com 18 aulas/semana), o equivalente a 4,5 o salário mínimo da época. Há que se lembrar que o professor possuía 5 graus de referência de acordo com tempo de serviço, além dos quinquênios a cada 5 anos e da sexta parte aos 20 anos de magistério. Também é importante ressaltar que o docente podia dar até 44 aulas semanais, sendo o valor dessas aulas excedentes à jornada estimado em Cr\$ 18,50. Tanto os salários quanto os benefícios de evolução na carreira só cabiam aos efetivos. Abaixo dos efetivos vinham os estáveis que apesar de serem enquadrados como funcionários públicos, recebendo um salário fixo, não podiam evoluir na carreira. Já os precários recebiam Cr\$ 18,50 pelas aulas dadas, sem os direitos trabalhistas consagrados na CLT ou do regime jurídico do funcionalismo público e, por fim, os substitutos que cumpriam hora nas escolas e recebiam 1/30 do salário inicial, apenas pelas aulas dadas na ausência dos titulares de cargos, desprovidos dos direitos tais como os precários<sup>79</sup>.

No início de novembro de 1974, foi sancionado pelo governador Laudo Natel a Lei Complementar 114/74, transformando-se no primeiro Estatuto do Magistério do Estado de São Paulo. Sua vigência teve início a partir de novembro daquele ano, embora muitos de seus artigos só fossem regulamentados um ano depois<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> Estatuto deverá receber emendas. OESP: 14/09/1974.

<sup>79</sup> Quanto ganham os professores em São Paulo. Folha de S. Paulo: 19/10/1974; O anteprojeto ideal, segundo as associações. Folha de S. Paulo: 19/10/1974.

<sup>80</sup> TEIXEIRA, 1988: 169.

A fim de tentar amenizar a ausência de dispositivos legais acerca dos “precários”, o governo aprovou também a chamada Lei dos Precários (Lei 500/74). No entanto, continuou não reconhecendo os direitos trabalhistas destes, sendo concedido apenas o salário-família e a pensão em caso de morte. Apesar de promulgado, o Estatuto permanecia letra morta, segundo o presidente da Apeoesp após um ano de sua publicação. Os professores continuavam reivindicando seus direitos segundo suas especificidades funcionais.

Os efetivos esperavam a regulamentação do seu regime profissional, com redução da carga de trabalho e com aumento de vencimentos para que pudessem estudar, corrigir exercícios, atender aos alunos e à comunidade (...) os estáveis, além de pretenderem as vantagens esperadas pelos efetivos, queriam participar de concursos de remoção e serem enquadrados nos graus da Lei da Paridade (...) os docentes admitidos em caráter temporário queriam segurança de trabalho, vinculação empregatícia com a Administração Estadual pela CLT, com estabilidade aos dez anos de serviços, além de concursos de ingresso...<sup>81</sup>

Durante as negociações a respeito do Estatuto do Magistério, os professores voltaram a discutir a respeito de um tema de longa data na organização docente, qual seja, a criação de uma federação das entidades do magistério ou a fusão das mesmas dando origem a uma nova associação coletiva que representasse tanto os profissionais da educação pública quanto da educação privada. Segundo Raul Schwinden, diretor do Departamento Jurídico da Apeoesp, existiam 170 mil docentes mais ou menos distribuídos entre as várias entidades de classe, havendo ainda um número muito grande de não-filiados a nenhuma das associações.

Nas opiniões de Schwinden, além de ampla campanha de filiação, deveria haver um esforço em se criar uma única entidade que congregasse todos os professores para efeito de “cooperação na solução dos problemas educacionais a fim de que eles sejam

---

<sup>81</sup> Protesto. Folha de S. Paulo: 15/10/1975.

colocados no seu verdadeiro lugar na hierarquia educacional”<sup>82</sup>. No entanto, não era consenso a criação de uma entidade única do professorado. Para o representante do Sindicato dos Professores de Ensino de 1.º e 2.º graus da rede particular, Miguel Rolando Perruso, não seria viável pois existiam muitas diferenciações entre os profissionais de todos os cursos, ramos e graus, bem como o impedimento legal, já que era vedado a sindicalização dos funcionários públicos<sup>83</sup>.

Não havendo acordo a respeito de uma entidade única dos professores, as entidades continuaram agindo separadamente, de acordo com suas necessidades específicas. Depois de uma política sistemática que visou “racionalizar” o uso dos recursos em Educação com a contratação precária de professores, criação de turnos intermediário nas escolas, maior número de alunos por sala de aula, aumento da jornada ordinária sem a devida contrapartida salarial, as entidades voltaram a pressionar o governo para que criasse nova comissão paritária, envolvendo governo e representantes dos docentes e discutissem propostas para um novo Estatuto.

A frustração em relação ao Estatuto aprovado em 1974 era devido a ausência de diálogo com as entidades representativas dos docentes e pela não resolução de problemas que começavam a agravar a situação do magistério e do ensino paulista como um todo, tais como o aumento da rede escolar de forma não planejada e a conseqüente ampliação no quadro de professores, prevalecendo formas precárias de contratação.

Após seguidas promessas de atender o que os professores pleiteavam, o governador Paulo Egydio Martins (1975-1979) viu-se compelido a empreender as

---

<sup>82</sup> É viável criar uma federação? Folha de S. Paulo: 15/10/1974.

<sup>83</sup> Loc. Cit.

alterações no Estatuto do Magistério com base nas mudanças promovidas pela Lei Complementar n.º 180/78, que instituiu o Sistema de Administração de Pessoal do Estado de São Paulo, também conhecido como Projetão, suprimindo e criando novos cargos e funções<sup>84</sup>.

Porém, não foram somente as mudanças introduzidas no sistema de administração do funcionalismo que motivaram o governo a rever o Estatuto do Magistério. Após longos anos agindo dentro dos limites impostos pela ditadura militar, diversos segmentos da sociedade voltariam a se mobilizar e entre eles os professores. Cindidos entre os dirigentes da associação que os faziam representar e lideranças que emergiram no interior da categoria, os docentes definiriam a luta por um novo Estatuto do Magistério como uma das principais bandeiras de luta na greve deflagrada em agosto de 1978.

### **3.3.3 CONFLITOS NO INTERIOR DA APEOESP**

A Apeoesp, diante do crescente número de professores na rede estadual, acabou ampliando e consolidando sua estrutura durante os anos 60 e 70. As dificuldades enfrentadas nos anos iniciais como a falta de recursos, em decorrência do limitado número de associados que contribuía com a entidade e as constantes mudanças de sua sede para diferentes endereços deram lugar a uma nova organização, composta de subsedes espalhadas em diversas cidades do interior do Estado, reproduzindo os serviços oferecidos pela sede central que passou ocupar um lugar fixo e, ainda, mantendo a publicação de um jornal que alternou sua periodicidade entre mensal e

---

<sup>84</sup> TEIXEIRA, 1988: 176.

bimestral. O fortalecimento da estrutura organizacional transformou a associação em um espaço de disputas por grupos que lutariam pelo seu controle. A Apeoesp, de agente inserido no campo educacional, foi se constituindo em um subcampo, “com suas relações de força física, econômica, sobretudo simbólica e suas lutas pela conservação ou transformação dessas relações de força”<sup>85</sup>.

A reorganização da Apeoesp durante a ditadura militar deu-se a partir de pressões externas (agravamento do regime, imposições do governo estadual) e de fatores internos (cassação política de Raul Schwinden, disputas entre estáveis e efetivos, emergência de novas lideranças).

A cassação do mandato político de Raul Schwinden em 1969, então presidente da entidade desde 1962, assinalou não apenas o seu afastamento da presidência da associação, mas o enfraquecimento de uma tendência que defendia uma maior inserção junto à categoria, independentemente de seu enquadramento funcional (estável, efetivo, precário ou substituto).

A polarização entre efetivos e não-efetivos veio à tona quando da promulgação da Constituição Federal em janeiro de 1967 e a posterior adequação da Constituição Estadual em maio do mesmo ano, garantindo estabilidade àqueles que houvessem completado 5 anos de serviço público até a sua aprovação.

Diante disso, um grupo de diretores da Apeoesp resolveu questionar a legalidade da medida, alegando ser inconstitucional o texto da Carta Magna do Estado, por entender que o professor contratado não se enquadraria na situação jurídica de Servidor Público. Também argumentaram que “a estabilidade significaria a desmoralização dos concursos indo beneficiar elementos incompetentes que por um

---

<sup>85</sup> BOURDIEU, 1996: 130

motivo ou outro (principalmente político) vinham lecionando nas escolas secundárias do Estado”. Por fim, diziam que tal medida acarretaria problemas aos formados por faculdades de Filosofia que “teriam seu campo de trabalho reduzido em suas aspirações ao magistério”<sup>86</sup>.

Mais que defender a constitucionalidade da lei, entendiam esses dirigentes da Apeoesp que era preciso preservar algumas prerrogativas àqueles que haviam se submetido ao concurso de provas e títulos, assegurando-lhes um status diferenciado. Agindo assim, a entidade assumia a defesa apenas dos efetivos.

Já Raul Schwinden, apesar de ocupar a presidência da entidade, defendia posição minoritária ao apoiar a estabilidade àqueles que já trabalhavam no Estado. Para ele, o direito à segurança, consagrado na Declaração dos Direitos do Homem, não poderia ser “motivo para desarmonia e desentendimento de uma classe que no seu labor diário enfrenta penosos obstáculos”. De acordo com seus argumentos, a efetivação no serviço público já havia acontecido em outros momentos como em 1946 e 1947 e não havia provocado nenhum protesto como o que estaria acontecendo naquele momento, contradizendo uma das funções dos docentes, a de “ensinar os seus alunos a conhecer, respeitar e defender a Constituição”<sup>87</sup>.

A situação envolvia concepções diferentes acerca do magistério ao mesmo tempo em que justapunha posições em conflito pelo controle da entidade. Em uma reunião convocada pela ala majoritária, contrária aos não-efetivos, em 19 de maio de 1968, houve no comunicado oficial à 5.<sup>a</sup> Divisão Policial, solicitação de apoio policial,

---

<sup>86</sup> Relatório Reunião de Professores do Ensino Médio Oficial do Estado. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. São Paulo. 20/05/1968. p. 01.

<sup>87</sup> SCHWINDEN, Raul. Circular aos Professores. Maio de 1968.

pois estariam presentes “elementos que discordariam da matéria a ser tratada podendo provocar perturbação no recinto”<sup>88</sup>.

O ofício, encaminhado por Orville José de Oliveira, solicitando ajuda policial visava intimidar “aqueles que pudessem promover atos de desordem durante a reunião”, assegurando a concordância entre os presentes acerca das deliberações encaminhadas pelo membros presentes.

Apesar da cassação política em 1969, Raul Schwinden continuaria atuando na entidade, junto ao, até então, inoperante departamento jurídico da associação, função que desempenharia até 1979, sendo o principal articulador das ações em favor dos precários, conforme visto anteriormente.

O comando da Apeoesp nos anos que se seguiram foi exercido por Rubens Bernardo. Foi eleito presidente para o biênio 1970/1971, tendo como vice-presidente Roberto Machado de Carvalho e reeleito nas eleições de 1972, 1974 e 1976, compondo chapa com Antônio José do Nascimento<sup>89</sup>.

As eleições em 1976 foram marcadas por um fato inusitado. Depois de seguidos pleitos disputados por chapa única, desta vez houve uma disputa entre duas chapas. A chapa que se colocou como oposição foi liderada por Olavo Credídio e havia surgido de desavenças na diretoria, provocadas pela não inclusão de seu nome para compor a vice-presidência junto com Bernardo.

Enquanto a plataforma política da oposição propunha uma “reformulação na estrutura administrativa, jurídica e filosófica da entidade” não dando maiores detalhes de tais mudanças, a chapa da situação defendia como sua principal bandeira de luta, a

---

<sup>88</sup> OLIVEIRA, Orville José de. Ofício à 5.ª Divisão Policial. São Paulo. 15/05/1968.

<sup>89</sup> Eleições na Apeoesp. In.: Apeoesp em Notícias. Fev/1974. p. 3.

aposentadoria especial aos 25 anos <sup>90</sup>. Além disso, a situação lembrava as vitórias obtidas na Justiça do Trabalho para os professores precários e apontava como proposta o retorno da gratificação de nível universitário para os docentes do ensino secundário. Em contrapartida, a oposição acusava o presidente e seu departamento jurídico de não terem sido felizes no encaminhamento das reivindicações do magistério.

Contendo, aproximadamente, 40 mil professores associados, apenas 1.313 compareceram aos locais de votação. A chapa situacionista contou com 983 votos e a oposição contabilizou 329 votos, sendo registrado ainda um voto nulo. O argumento utilizado pelo presidente reeleito para o baixo comparecimento nas eleições da Apeoesp era o de não existir dispensa de ponto para o professor que quisesse votar. Além disso, nem todas as cidades contavam com locais de votação, obrigando muitos a se deslocarem para outras localidades. Mesmo assim, a eleição registrou uma presença significativamente maior se comparado com o pleito anterior que havia contado com os votos de apenas 68 sócios<sup>91</sup>.

Seja pela disputa, ou mesmo, pela organização de subsedes em algumas cidades, os professores demonstraram maior disposição em participar das decisões de sua entidade representativa. O seu jornal havia aumentado sua tiragem de 30 mil em 1972 para 50 mil em 1976. Também em 1976, a entidade estava organizada em 28 subsedes no interior e na capital, evidenciando um crescimento significativo no quadro de associados<sup>92</sup>. Doravante, era preciso adequar a estrutura da associação ao processo

---

<sup>90</sup> Quarenta mil professores vão renovar sua diretoria. O Estado de S. Paulo: 07/04/1976.

<sup>91</sup> Rubens Bernardo reeleito presidente da Apeoesp. Apeoesp em Notícias. maio/1976. p. 03.

<sup>92</sup> Apesar do crescente número de subsedes, nelas as atividades da entidade resumiam-se a prestação de serviços que eram oferecidos na sede central: “assistência jurídica, atendimento médico e odontológico, financiamento de aparelhos de televisão e empréstimos com descontos em holerith”. Apeoesp em Notícias. outubro/1976. p. 11.



de ampliação vivenciado nos anos 60 e 70 e acompanhar as transformações sócio-políticas decorrentes da “distensão lenta, gradual e segura” do regime militar.

Um primeiro passo nessa fase de adaptações foi a convocação de uma assembléia em 1977, para discutir os principais problemas que afetavam a categoria docente: “baixos salários, falta de garantias trabalhistas para os professores precários, pagamento do adicional referente ao nível universitário e da hora-atividade na base de 20% sobre a carga horária”<sup>93</sup>.

A diretoria da Apeoesp convocou a assembléia para maio daquele ano. Desde 1968, não acontecia evento semelhante. A sua convocação decorreu de um abaixo-assinado, contendo aproximadamente mil assinaturas, entregue aos dirigentes da entidade e cobrando a realização da assembléia estadual, que deveria ser aberta aos sócios e não-sócios. Entre os proponentes do abaixo-assinado, estariam dois grupos de professores denominados como Movimento pela União dos Professores (MUP) e Movimento de Oposição Aberto dos Professores (MOAP).

Esses movimentos foram formados no final de 1976 e tinham como objetivo atuar como oposições junto aos sindicatos de professores da rede particular e dar um caráter sindical às associações de funcionários públicos<sup>94</sup>. De acordo com Ferreira Jr, esses movimentos haviam se constituído a partir de diversos grupos de esquerda que atuavam na clandestinidade e, que em decorrência do processo de distensão política, procuraram agir em instâncias formais de participação política como os partidos e sindicatos. Entre as principais tendências presentes nesses grupos estavam a

---

<sup>93</sup> Professores pedem novo aumento. O Estado de S. Paulo: 08/05/1977.

<sup>94</sup> Boletim do MOAP. maio/1977. p. 04.

“Organização Socialista Internacionalista, a Convergência Socialista e o Movimento de Emancipação do Proletariado”<sup>95</sup>.

Após indefinições acerca do local da assembléia convocada para o dia 7 de maio, um espaço no Palácio das Convenções do Anhembi foi o palco do encontro que definiria os próximos rumos da campanha iniciada pelos movimentos e pela diretoria da Apeoesp. Na assembléia, o descontentamento em relação à diretoria da Apeoesp se manifestou por meio das vaias dirigidas ao presidente da associação no momento em que defendia que a reunião não devesse ter um caráter de assembléia. Outro ponto de grande polêmica que suscitou novas vaias foi a obrigatoriedade de se indicar o nome do professor e da escola em que lecionasse ao apresentar alguma proposta. Durante o evento foram distribuídos panfletos pelos grupos de oposição à diretoria. Procuravam marcar uma posição política e tornar conhecidas as suas estratégias de luta e organização para os presentes. Apesar das desavenças, a assembléia deliberou pela elaboração de um abaixo-assinado que deveria ser entregue ao Secretário de Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira no dia 27 daquele mês (maio/1977), pedindo reajustes salariais e a divulgação do anteprojeto do novo Estatuto do Magistério.

No tocante à organização do movimento, os professores deliberaram que as decisões da assembléia não poderiam ser modificadas ou canceladas nem pela diretoria da Apeoesp, nem pela comissão que organizava o movimento<sup>96</sup>.

Outra decisão tomada na assembléia foi a formação de uma comissão de professores (Comissão Aberta), cujo objetivo era encaminhar as reivindicações dos docentes, complementando ou substituindo o papel da diretoria da Apeoesp. Esta

---

<sup>95</sup> FERREIRA JR, 1998: 92.

<sup>96</sup> Professores também marcam concentração. O Estado de S. Paulo: 05/06/1977.

comissão também ficou encarregada de conseguir um espaço no jornal da entidade para a divulgação de suas ações, cobrar a realização de nova assembléia da categoria no mês de junho para a discussão do Estatuto do Magistério, elaborar uma carta aberta à população expondo as demandas do professorado e convocar todos no ato de entrega do documento reivindicatório na Secretaria de Educação<sup>97</sup>.

As atividades desenvolvidas pelos membros da Comissão Aberta passaram a ser vigiadas pelos órgãos de segurança do Estado. Em 23 de maio foi elaborado ofício pela Divisão de Ordem Política do Estado e encaminhado ao titular da secretaria de Educação a fim de sugerir ações contra professores que estariam envolvidos em atos subversivos e que fariam parte do grupo de oposição à diretoria da Apeoesp e do Sindicato dos Professores da rede particular. De acordo com o ofício, os professores Paulo Frateschi, “Joça”, Gumercindo Milhomen, Antonio Bonfim Moreira e Antonio Celso, lecionando em estabelecimentos oficiais e da rede particular, seriam os criadores dos movimentos de oposição nas associações e sindicatos docentes.

Ao que nos foi possível apurar até o presente momento, tais elementos constituiriam uma entidade espúria denominada “M.O.A.P” – “Movimento de Oposição Aberto dos Professores” que aliado ao “M.U.P” – “Movimento de União dos Professores”, agem no âmbito da “A.P.E.O.E.S.P” – “Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo” e obedecem à orientação ideológica da “Organização de Combate Marxista-Leninista/Político/Operária”, órgão de ação subversiva em nossa Pátria.<sup>98</sup>

Embora houvesse a disposição de parcelas dos militares em aprofundar a abertura política, setores da caserna, bem como aqueles que administraram os órgãos de segurança durante o auge do regime militar continuavam exercendo suas funções

---

<sup>97</sup> Professores reivindicam reajuste. O Estado de S. Paulo: 10/05/1977.

<sup>98</sup> Ofício n.º 290/77. Departamento Estadual de Ordem Política e Social/Divisão de Ordem Política. 23/05/1977.

investigatórias e enquadrando pessoas e grupos de acordo com as leis de segurança vigentes<sup>99</sup>.

Na opinião dos líderes da Comissão Aberta, essas pressões contra o movimento dos docentes eram “improcedentes, pois o que a categoria defendia era uma complementação salarial de maneira a que todos atingissem 63% de reajuste relativo ao último ano além de melhores condições de trabalho”<sup>100</sup>.

Ainda de acordo com assembléia de maio de 1977, foi confeccionado um texto e distribuído na imprensa e nas escolas. De acordo com esse documento, os professores, além de expressarem insatisfação à política estadual de educação no tocante ao tratamento dispensado à jornada docente e aos salários, defendiam também a “ampliação das liberdades democráticas”

Defendemos interesses que são os mesmos da maioria da população, que trabalha sob o mesmo clima de insegurança, recebendo os mesmos baixos salários. Para lutar contra tal situação, e solucioná-la, nos unimos, organizamos democraticamente. Assim, nossa manifestação neste mesmo processo, é também por liberdades democráticas, cuja conquista é essencial a todos os que hoje vivem nas mesmas difíceis condições por que passamos.<sup>101</sup>

Às vésperas do ato público convocado pela Apeoesp para a entrega das reivindicações ao secretário de educação, o presidente da entidade anunciou o cancelamento da atividade, alegando haver baixa adesão ao abaixo-assinado e à portaria do Ministério da Justiça que proibia atos públicos. O cancelamento foi criticado pelos integrantes da Comissão Aberta, pois entendiam que seria uma manobra para esvaziar o movimento dos professores. Um outro motivo suscitado teria

---

<sup>99</sup> Deve-se lembrar das mortes de Vladimir Herzog em outubro de 1975, de Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976, nas dependências do DOI-CODI em São Paulo, dos atentados contra as sedes da AIB e OAB em agosto de 1976, além dos eventos que ocorreram de 1979 a 1981, culminando no atentado no Riocentro em abril de 81. SILVA, 2003.

<sup>100</sup> Professores também recebem intimações. O Estado de S. Paulo: 18/05/1977.

<sup>101</sup> Os professores em preparativos. O Estado de S. Paulo: 18/05/1977.

sido a ida do presidente da entidade, Rubens Bernardo, à Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS). Na ocasião, ele depôs acerca da suposta participação de “elementos subversivos” na entidade do magistério oficial<sup>102</sup>.

De acordo com a Comissão Aberta, os diretores das escolas estavam sendo orientados a impedir a coleta de assinaturas para o documento reivindicatório e ameaçando aqueles que se dispunham a assiná-lo<sup>103</sup>. Ademais, a invasão por órgãos de segurança do Estado nas dependências da associação apreendendo material e detendo professores havia gerado apreensão entre os professores em assinar o abaixo-assinado<sup>104</sup>. Apesar dessas pressões, a Comissão Aberta conseguiu reunir 10 mil assinaturas, dando mostras de organização e mobilização junto a categoria.

Em 7 de junho de 1977, aproximadamente 400 professores participaram de uma concentração em frente à Secretaria Estadual de Educação. Uma comissão foi formada com a finalidade de efetuar a entrega do abaixo-assinado e discutir algumas de suas reivindicações com o secretário José Bonifácio Coutinho Nogueira. Foram abordados os três assuntos considerados mais urgentes pelos professores: o reajuste dos vencimentos, a situação dos precários e as mudanças na composição da jornada docente, defendendo-se a ampliação da hora-atividade de 10 para 20% da carga horária semanal. Em contrapartida, o secretário argumentou que havia dificuldades em rever o reajuste para os professores e a contratação pelo Estado dos professores precários e prometeu encaminhar ao governador Paulo Egídio Martins as mudanças

---

<sup>102</sup> Professores cancelam concentração. O Estado de S. Paulo: 25/05/1977.

<sup>103</sup> Denunciadas pressões no ABC. O Estado de S. Paulo: 04/06/1977.

<sup>104</sup> Professores procuram local para assembléia de sábado. O Estado de S. Paulo: 31/05/1977.

sugeridas no Estatuto do Magistério<sup>105</sup>. Durante o evento foi lido uma moção de apoio aos professores, enviado pelo Diretório Central de Estudantes da Universidade de São Paulo. Após o encontro com o secretário, um grupo de cem professores dirigiu-se à Assembléia Legislativa a fim de entregar a mesma pauta de reivindicações aos deputados estaduais.

Devido à suposta inconsistência das promessas do secretário decidiram os docentes reunir-se em assembléia e deliberar pela continuidade das ações, convocando nova concentração, agora em frente a sede do governo estadual. Também aprovaram a intensificação da campanha, confeccionando novas cartas que deveriam ser distribuídas à comunidade, explicando o movimento docente<sup>106</sup>.

As disputas internas se acirravam, grupos de oposição à diretoria tentavam tomar à frente do movimento dos docentes. Percebendo o crescente alcance das mensagens e ações desenvolvidas pelos movimentos de oposição, o presidente da Apeoesp, no uso de suas atribuições e em acordo com possíveis deliberações de sua diretoria, decidiu iniciar um “contra-movimento”, a fim de evitar maior participação dos grupos opositores na entidade.

Primeiro, foi realizada uma assembléia na cidade de Lucélia em 9 de julho de 1977 com o objetivo de alterar os Estatutos da associação. As principais mudanças ocorreram nos dispositivos referentes à convocação de assembléias e no tocante a participação nas eleições internas da entidade<sup>107</sup>.

---

<sup>105</sup> Secretário responde aos professores que é impossível dar 63%. O Estado de S. Paulo: 08/06/1977; O que querem nossos professores. Jornal da Tarde: 08/06/1977; Secretário promete estudar reivindicações. O Estado de S. Paulo: 08/06/1977.

<sup>106</sup> Professores vão agora a Egydio. O Estado de S. Paulo: 21/06/1977; Secretário responde à Apeoesp. Folha de S. Paulo: 21/06/1977.

<sup>107</sup> Apeoesp substitui o seu presidente. O Estado de S. Paulo: 13/07/1977.

A partir das alterações estatutárias, uma assembleia somente passaria a ter caráter deliberativo se contasse com a presença de pelo menos mil pessoas, todas identificadas por meio da assinatura de ata, contendo além do nome, o número da carteira de identidade e o local de trabalho<sup>108</sup>.

Outra mudança foi a exigência da assinatura de um terço dos associados quando da convocação de novas assembleias. De acordo com a justificativa do vice-presidente Antônio José do Nascimento, tais alterações eram necessárias, dado o crescimento no número de sócios, servindo como “proteção do patrimônio acumulado pela entidade”. Além disso, reformularia o processo de “relacionamento entre a diretoria e seus associados, já que anteriormente, apenas 30 assinaturas eram suficientes para a convocação de uma assembleia, que poderia decidir sobre assuntos que, talvez não representassem a vontade e o pensamento da maioria de seus 40 mil associados”<sup>109</sup>.

Os resultados da assembleia realizada em Lucélia vieram a público quando a Comissão Aberta exigia nova assembleia da categoria para deliberar a respeito do encaminhamento de suas reivindicações. A diretoria da Apeoesp, pressionada pelos representantes da Comissão, tornou público o novo Estatuto da associação, causando indignação entre aqueles que se opunham à sua direção.

Diante da revelação das alterações estatutárias, os professores da Comissão Aberta resolveram se reunir com a diretoria da entidade e cobrar explicações. Não chegando a consenso, ficou acertado por parte da Comissão Aberta, recorrer à Justiça a fim de anular as mudanças no Estatuto da associação<sup>110</sup>.

---

<sup>108</sup> Mudança no estatuto anula as assembleias. O Estado de S. Paulo: 19/08/1977.

<sup>109</sup> Presidente da Apeoesp confirma as alterações. Folha de S. Paulo: 19/08/1977.

<sup>110</sup> Justiça decidirá a mudança de estatuto. O Estado de S. Paulo: 20/08/1977; Professores encontram a Apeoesp “interditada”. Folha de S. Paulo: 21/08/1977; Docentes não aprovam mudança no Estatuto. Folha de S. Paulo: 21/08/1977.

Além de impetrarem ação judicial tentando anular as modificações estatutárias, os professores da Comissão Aberta requereram a realização de nova assembléia para voltar a discutir as propostas ao Estatuto do Magistério. Embora a posição da diretoria sinalizasse para a inviabilidade de convocar uma assembléia, a Comissão aceitou pela realização de uma reunião, mesmo que não tivesse o caráter deliberativo<sup>111</sup>.

No entanto, a diretoria da Apeoesp fixou a cidade de Piracicaba como local para a reunião convocada. Para os representantes da oposição, a diretoria teria utilizado desse expediente, “numa manobra para esvaziar o movimento”<sup>112</sup>.

A assembléia geral extraordinária em Piracicaba, convocada pela Apeoesp, contou com a presença aproximada de 200 pessoas. Devido ao que consideraram baixo quórum, não foi votado o projeto que seria encaminhado ao governo como proposta da categoria. Segundo os membros da Comissão Aberta, a transferência da assembléia de São Paulo para o interior teria inviabilizado uma maior participação dos docentes<sup>113</sup>.

O rompimento da Comissão Aberta e da diretoria da Apeoesp parecia inevitável frente às posturas radicalizadas de ambos os lados. As disputas voltaram a se acirrar quando da formação de uma comissão, empreendida pelo governo, para revisar o Estatuto do Magistério.

Em 12 de setembro de 1977 foi constituída a Comissão Especial para reestudo e reforma do Estatuto do Magistério. Faziam parte da mesma, dois representantes da Apeoesp, dois representantes do CPP, um representante da Udemo e um da Secretaria de Educação. O objetivo da comissão era reformular o Estatuto do Magistério,

---

<sup>111</sup> Professores não aceitam estatuto sem nova reunião. O Estado de S. Paulo: 23/08/1977.

<sup>112</sup> Professores vão propor a criação de novos níveis. O Estado de S. Paulo: 27/07/1977.

<sup>113</sup> Professores discutem Estatuto em Piracicaba. Folha de S. Paulo: 13/08/1977; Reunião termina sem votação do Estatuto. O Estado de S. Paulo: 14/08/1977; Continua a briga dos professores com a Associação. Folha de São Paulo: 15/08/1977; Professor quer nova assembléia em setembro. 16/08/1977.



“compatibilizando-o, dentro das possibilidades da administração com as justas aspirações do magistério paulista”. As conclusões da comissão seriam enviadas ao Grupo de Trabalho criado para elaborar a reclassificação do funcionalismo público estadual<sup>114</sup>.

Após 31 dias de reuniões, a comissão entregou o anteprojeto do Estatuto do Magistério, contendo algumas das reivindicações do professorado. No entanto, para os integrantes da comissão criada pelo governo, era quase unânime a opinião de que muitas medidas não seriam aplicadas devido às alegadas limitações orçamentárias do Estado naquela oportunidade<sup>115</sup>.

Em resposta ao que considerou “insuficiente para atender os anseios do magistério”, a Comissão Aberta, decidiu programar um ato no Dia do Professor daquele ano, com a finalidade de cobrar imediata revisão ao documento apresentado, lutar pela “democratização na estrutura das entidades da classe e também pela elevação dos salários da categoria”<sup>116</sup>.

A manifestação organizada pela Comissão Aberta dos professores secundários contou com a participação de representantes do magistério municipal além de docentes da Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica e pretendia chamar a atenção para a desvalorização econômica e social dos profissionais da educação<sup>117</sup>.

Baixa remuneração, aumento da jornada de trabalho e insegurança profissional dos professores contratados a título precário, deficiências materiais das escolas, em termos de funcionários, material didático e instalações; inexistência de planejamento educacional com base em dados reais e análises profundas; e falta

---

<sup>114</sup> Já está instituída a Comissão do Estatuto. Folha de S. Paulo: 13/09/1977; Revisão do Estatuto seguirá paralela à reclassificação. Folha de S. Paulo: 05/10/1977; Professores ficam sem os 10% prometidos em março. Folha de S. Paulo: 06/10/1977; Magistério estadual não terá gratificação. O Estado de S. Paulo: 06/10/1977.

<sup>115</sup> Novo Estatuto vai ao secretário. Folha de S. Paulo: 20/10/1977.

<sup>116</sup> Professores marcam concentração em SP. O Estado de S. Paulo: 11/09/1977.

<sup>117</sup> No dia do Professor, só queixas. Folha de S. Paulo: 15/10/1977.

de maiores recursos orçamentários da Secretaria de Educação para suprir as deficiências da rede oficial de ensino.<sup>118</sup>

Para as lideranças do movimento de oposição à diretoria da Apeoesp, o empobrecimento material e cultural do professor era notório e a entidade teria negligenciado esse processo, agravando a qualidade do ensino público.

Como forma de responder as acusações da oposição, o então presidente Rubens Bernardo, encaminhou à Assembléia Legislativa um documento contendo informações a respeito da deterioração salarial do funcionalismo público e dos integrantes do magistério. O objetivo era conseguir assinaturas a fim de instalar uma Comissão Especial de Inquérito que apurasse as perdas do funcionalismo. Pretendia-se levantar os motivos pelos quais os reajustes não acompanharam as perdas com a inflação. De acordo com o documento, de janeiro de 1972 a dezembro de 1976, o aumento no custo de vida teria sido de 537% enquanto os aumentos salariais estariam em torno de 292%. Tinham a intenção de divulgar também a situação dos funcionários contratados a título precário que, mesmo tendo reconhecido os seus direitos em todas as instâncias da justiça trabalhista, o governo continuava recusando o cumprimento das sentenças favoráveis aos trabalhadores.<sup>119</sup>

Essa deterioração salarial, decorrente da não reposição das perdas com a inflação, estaria acarretando uma desvalorização da carreira docente frente às demais carreiras do funcionalismo público assim como no interior do próprio sistema escolar, constituindo o professor no profissional que recebia o menor salário se comparado

---

<sup>118</sup> Professores levam pedidos a Bonifácio. O Estado de S. Paulo: 27/10/1977.

<sup>119</sup> Pedida a CEI de vencimentos dos servidores. Folha de S. Paulo: 02/12/1977.

com os chamados especialistas de educação: orientador educacional, diretor de escola, supervisor pedagógico e delegado de ensino<sup>120</sup>.

No final de 1977, a Comissão Aberta participou de reuniões com representantes de entidades docentes da PUC, UNESP, UNICAMP e FGV, além de integrantes dos movimentos de oposição no sindicato dos professores de escolas particulares. O objetivo desse encontro era discutir a criação de uma federação de entidades com a finalidade de unificar os movimentos reivindicatórios dos professores nos diferentes níveis de ensino e encaminhar suas reivindicações de forma conjunta<sup>121</sup>. Nessa reunião foram lançadas as bases do movimento grevista que seria deflagrado a partir de 21 de agosto de 1978 por integrantes do magistério oficial do município de São Paulo e da rede estadual de ensino.

O período entre 1968 e 1978 foi marcado, na Apeoesp, pelos conflitos suscitados não apenas por atitudes personalistas ou por tendências ideológicas, mas também pelas transformações decorrente da mudança do habitus professoral (do sacerdócio à profissionalização) e, conseqüentemente, do habitus no interior da entidade docente. Esse novo habitus, pensado como “um corpo socializado, um corpo estruturado (...) que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo”<sup>122</sup>, foi responsável por reorientar a postura da associação no tocante às suas práticas externas (ações reivindicatórias frente ao Estado, alianças e disputas com outras associações) e em suas formas organizatórias internas (amenização das diferenças entre os professores segundo seu enquadramento funcional e maior envolvimento dos associados nas decisões da entidade).

---

<sup>120</sup> As queixas dos professores. O Estado de S. Paulo: 16/11/1977.

<sup>121</sup> Docentes constituem comissão. Folha de S. Paulo: 28/11/1977.

<sup>122</sup> BOURDIEU, 1996: 144.

### 3.3.4 TEMPOS DE CONFLITOS – DISCURSOS E AÇÕES DURANTE A GREVE DE 1978

Seguindo determinação estatutária, a Apeoesp iniciou em fevereiro de 1978, os preparativos de sua assembléia geral ordinária, que deveria ocorrer ainda no primeiro trimestre. Os principais temas que norteariam a reunião seriam as formas de encaminhar ao governo estadual as suas reivindicações por melhores salários e a efetiva aprovação do novo Estatuto do Magistério<sup>123</sup>.

Antes, porém, que o governo anunciasse o documento relativo à estruturação da carreira do magistério no Estado, foi aprovado o projeto de reclassificação do funcionalismo, conforme dito anteriormente, (Lei Complementar n.º 180/78, conhecido como Projetão) acarretando novas perdas para os docentes. Como resposta à reclassificação do magistério, decorrente da implantação do projeto, a Apeoesp emitiu comunicado apontando possíveis “incoerências e contradições que privilegiariam apenas a cúpula administrativa do governo”. Segundo Raul Schwinden, o magistério seria prejudicado frente a outras carreiras universitárias e os funcionários contratados com mais de 5 anos não teriam assegurada a estabilidade enquanto alguns integrantes de cargos comissionados seriam beneficiados<sup>124</sup>.

Na opinião das lideranças da entidade, tal projeto administrativo acabaria agravando o processo de desvalorização salarial e o aumento da jornada do docente, apontados, juntamente com a massificação do ensino, como os responsáveis pela crise da educação pública estadual.

Mal remunerado, obrigado a viver de expedientes para engordar o salário, sem perspectivas de ascender na escala social, mal organizado como categoria

---

<sup>123</sup> Apeoesp prepara assembléia para discutir salário. Folha de S. Paulo: 16/02/1978.

<sup>124</sup> Apeoesp vê falhas na reclassificação. O Estado de S. Paulo: 29/03/1978.

profissional, destituído de uma visão crítica do mundo e mal informado sobre o próprio país onde vive, o professor pode ser apontado também, embora indiretamente, pela crise geral do ensino, cujo ponto de estrangulamento encontra-se justamente no ensino fundamental (...) A luta pelo mercado, os baixos salários, a desvalorização profissional – tudo isso desaguou na inevitável queda do nível de ensino.<sup>125</sup>

Além das condições objetivas (salário, jornada...), também a ausência de um posicionamento crítico do professorado era apontado como determinante na queda de qualidade do ensino. Faltaria uma organização coletiva da categoria que pudesse inverter a lógica do aviltamento salarial e a desmotivação profissional. Na opinião das lideranças da Comissão Aberta de professores, o suposto atrelamento da Apeoesp ao Estado dificultaria o encaminhamento de reivindicações que solucionassem os problemas sentidos pela categoria<sup>126</sup>.

Em 15 de junho de 1978, os professores convocados pelos grupos de oposição à diretoria da Apeoesp, decidiram entregar um abaixo-assinado ao Secretário de Educação a fim de demonstrar a insatisfação da categoria com o chamado Projeto do governo, pois entendiam que o mesmo não respeitaria os interesses dos docentes estaduais<sup>127</sup>.

Em Agosto daquele ano, o governo anunciou, após reunião com os secretários da educação e da administração, um comunicado explicitando índices de reajuste nos vencimentos dos professores. Precavendo-se de uma possível radicalização na postura do professorado (percebido na imprensa desde o primeiro semestre daquele ano), o governo determinou a majoração dos salários em 20%, porém concedidos em um

---

<sup>125</sup> Professores lutam contra a decadência. O Estado de S. Paulo: 09/04/1978.

<sup>126</sup> Pressão impede aperfeiçoamento. O Estado de S. Paulo: 09/04/1978.

<sup>127</sup> Abaixo-assinado vai ser entregue dia 15 no largo do Arouche. Folha de S. Paulo: 02/06/1978.

intervalo de tempo de 14 meses. Além disso, estabelecia que o Estatuto do Magistério estaria finalizado e aprovado até o final de 1978.

A diretoria da Apeoesp, antevendo que a insatisfação perante essas medidas anunciadas poderia levar a uma paralisação dos docentes, publicou nota criticando o índice de reajuste, argumentando que o mesmo não reporia as perdas com a inflação. De acordo com a nota, “a insensibilidade das autoridades para com os problemas do magistério da rede oficial do Estado de São Paulo será a única responsável pelo recrudescimento da atuação reivindicatória da classe magisterial”<sup>128</sup>. Retomava-se a disputa pelo direito de representar a categoria, iniciada a partir da primeira metade de 1977. Representantes da associação e lideranças do movimento de oposição passaram a manifestar seu ponto de vista não apenas para se contrapor ao governo mas para ter o direito de representar os docentes estaduais.

Em 20 de agosto de 1978, em assembléia convocada pelas lideranças da Comissão Aberta, aproximadamente 2 mil docentes representando os 1.º e 2.º graus da rede estadual e da rede municipal de São Paulo, decidiram iniciar greve por tempo indeterminado. Com o anúncio da greve, 4 mil escolas estaduais e municipais poderiam ter suas atividades suspensas, deixando quase 4 milhões de alunos sem aulas. De acordo com a deliberação da assembléia, ficou estabelecido que no dia 21 os professores iriam às escolas, assinar o ponto e em seguida distribuiriam cartas aos pais e alunos explicando os motivos da greve. A nota distribuída aos pais, comunicando o início da greve, dizia:

Srs. País: seus filhos dependem das escolas públicas para aprender o que é necessário para mais tarde poder enfrentar a vida e o trabalho de uma forma

---

<sup>128</sup> Educação anuncia melhora salarial para o magistério. Folha de S. Paulo: 18/08/1978; Apeoesp critica a SE. Folha de S. Paulo: 18/08/1978.

menos sofrida e mais digna do ser humano. Nós, professores do ensino oficial, queremos através desta, tornar pública a baixa qualidade do ensino oferecido pelo Estado e pela prefeitura de São Paulo. Isso se deve às péssimas condições de trabalho e aos baixos salários oferecidos aos professores. (...) Nós professores do ensino oficial, não agüentamos mais. Queremos apenas receber um salário justo e ter condições de trabalho que nos permitam dar a educação que seus filhos merecem. Por isso pedimos seu apoio e compreensão para a nossa luta por melhores salários e melhores condições de ensino.<sup>129</sup>

Outra decisão da assembléia foi a organização do Comando Geral de Greve (CGG) com o objetivo de organizar as manifestações e assembléias, além de encaminhar as deliberações da categoria. Instalado inicialmente na sede da Apeoesp, o Comando Geral tinha ainda como função estimular a formação de comandos regionais nas principais cidades do Estado de São Paulo a fim de facilitar a comunicação entre os docentes e ampliar sua participação no movimento grevista. O fato de a diretoria ceder espaço em sua sede para as atividades do Comando de Greve e disponibilizar seu departamento jurídico àqueles que se sentissem prejudicados ou perseguidos<sup>130</sup>, não significou apoio ao movimento.

Além da carta à população, foi tornado público um documento contendo as reivindicações do magistério:

27% de reajuste retroativo a julho daquele ano, regulamentação da hora-atividade, gratificação universitária para os professores de nível 1, reajuste de 40 % para os professores que têm nível universitário, promoção em velocidade evolutiva cinco, volta do padrão de 12 aulas, contratação dos precários de acordo com a CLT, volta dos 180 dias letivos e pagamento das aulas excedentes com base no padrão.<sup>131</sup>

<sup>129</sup> Escolas podem ficar hoje sem professores. Folha de S. Paulo: 21/08/1978.

<sup>130</sup> Solidariedade à ação dos docentes. Folha de S. Paulo: 21/08/1978.

<sup>131</sup> Os grevistas apresentam suas exigências. Jornal da tarde. 24/08/1978; As novas cidades do interior em greve. Jornal da Tarde. 24/08/1978; Comando avalia a ampliação. Folha de S. Paulo: 24/08/1978; Aumenta paralisação no interior. Folha de S. Paulo: 24/08/1978. As novas cidades do interior em greve. Jornal da Tarde: 24/08/1978.

Além disso, defendiam a contagem dos dias parados como letivos, nenhum desconto pelos dias de greve e nenhuma punição aos grevistas. Outro ponto de destaque na pauta reivindicatória era a reformulação do Estatuto do Magistério<sup>132</sup>.

A greve durou 24 dias e mobilizou um conjunto de ações e representações acerca das ações do magistério paulista e da educação como um todo. Imprensa, representantes do governo e de entidades de classe travaram uma disputa, emitindo posicionamentos favoráveis ou desfavoráveis ao movimento deflagrado pelos professores. Também evidenciaram-se as diferenças entre aqueles que controlavam as tradicionais entidades docentes (Apeoesp e CPP) e os grupos que emergiram a partir do crescente número de professores contratados em condições precárias e do advento de representantes oriundos de organizações que viviam na clandestinidade e que haviam decidido atuar no interior de instâncias formais como sindicatos, associações e partidos.

O início da greve foi marcado pela manifestação de apoio por parte de diversos setores da sociedade organizada. Primeiro foram os presidentes das associações docentes da UNESP e da USP (Nilo Odália e Modesto Carvalhosa, respectivamente), depois representantes de sindicatos de outras categorias e entidades estudantis como o DCE/USP, o DCE/UNICAMP e a União Estadual de Estudantes.<sup>133</sup>

O movimento grevista dos docentes contou ainda com a colaboração de membros da Igreja Católica como dos bispos D. Mauro Morelli e D. Cláudio Hummes. O primeiro foi indicado para acompanhar as negociações e pressionar as autoridades a dialogarem com os mestres. Já o segundo, com atuação no ABC, manifestava

---

<sup>132</sup> Os caminhos e percalços experimentados pelo embrião do Estatuto do Magistério. Folha de S. Paulo: 24/08/1978.

<sup>133</sup> Solidariedade à ação dos docentes. Folha de S. Paulo: 21/08/1978.



solidariedade ao movimento dos professores, assim como a “todo movimento que pretendesse criar condições mais justas ao homem”<sup>134</sup>. A mobilização de agentes e instituições fora do campo educacional em favor do movimento grevista seria decisiva na consolidação do grupo de oposição à diretoria da Apeoesp, consubstanciada após as eleições da entidade em 1979.

Além da Igreja, houve a solidariedade também do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Em nota, os alunos assinalaram os motivos pelos quais seriam solidários aos grevistas, além de oferecer sua estrutura na organização do movimento:

No momento em que os trabalhadores dos mais diversos setores sociais organizam-se na defesa de seus interesses mais imediatos, lutando contra o aparato legal e repressivo da ditadura, a greve, mais do que nunca, configura-se num direito legítimo. Nesta ocasião, o Centro Acadêmico XI de Agosto vem publicamente manifestar sua mais irrestrita solidariedade à greve dos professores do ensino público municipal e estadual, razão pela qual coloca ao inteiro dispor do movimento as suas instalações e linhas telefônicas, bem como a colaboração do seu Departamento Jurídico.

Embora houvesse denúncias de que diretores estivessem pressionando aqueles que aderissem à greve, a entidade que representava essa categoria manifestou apoio ao movimento dos professores. De acordo com documento divulgado pela Udemo, a associação reconhecia ter o direito de “testemunhar que a situação do ensino público é grave, que as condições de trabalho do pessoal das escolas estão precárias”, concluindo serem justas as reivindicações dos professores e “conclamando todos os diretores a uma reflexão” acerca dos problemas enfrentados nas escolas<sup>135</sup>.

---

<sup>134</sup> Os grevistas já são 100 mil. Jornal da Tarde: 26/08/1978. O movimento cresce no Interior. No ABC, o apoio da Igreja. Jornal da Tarde: 26/08/1978.

<sup>135</sup> Entidades manifestam-se sobre as reivindicações. Folha de S. Paulo: 24/08/1978.

Conforme os dias se passavam, aumentava o número de escolas paralisadas e as manifestações de apoio. Os abaixo-assinados elaborados por pais e alunos eram entregues nas comissões grevistas regionais. Em solidariedade ao movimento dos professores de 1.º e 2.º, a entidade representativa dos docentes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo anunciou uma paralisação de 24 horas<sup>136</sup>. Os atos de solidariedade fortaleciam as demandas do movimento e pressionavam o governo a tomar medidas para solucionar o conflito deflagrado.

Porém, a reação do secretário de Educação José Bonifácio Coutinho Nogueira era de surpresa, não acreditando que o movimento tivesse continuidade, pois em seu entendimento, “todos os esforços haviam sido realizados para atender as demandas da categoria”<sup>137</sup>. Contrariado pelo crescente número de escolas paralisadas, o secretário assumiu nova postura em relação aos professores. Depois de tentar desacreditar o movimento, passou a agir com a intenção de contrapor os grevistas aos interesses dos pais e alunos. Dizia que um grupo estaria interessado apenas em criar problemas prejudicando os alunos. Também reforçava as supostas melhorias implementadas na área de educação, comparando os dados de sua gestão com a de governos anteriores, principalmente no tocante ao aumento de verba para a educação<sup>138</sup>.

Embora percebesse a adesão crescente ao movimento, o secretário mostrava-se reticente quanto a aplicação de punições aos grevistas. Para ele a greve teria um desfecho em pouco tempo, bastando apenas que os docentes se informassem a respeito

---

<sup>136</sup> Professores da PUC em greve por um dia, de apoio. Folha de S. Paulo. 30/08/1978.

<sup>137</sup> Professores vão à greve. Folha de S. Paulo: 20/08/1978; Professores da rede pública decidem paralisar as aulas. Folha de S. Paulo: 20/08/1978; Professores paulistas entram em greve. Folha de S. Paulo: 20/08/1978.

<sup>138</sup> Secretário espera acordo rápido. O Estado de S. Paulo: 22/08/1978; Para autoridades, é desnecessária. Folha de S. Paulo: 22/08/1978. Os esclarecimentos da Secretaria de Educação. Jornal da Tarde: 22/08/1978.

das medidas já tomadas pelo governo que, supostamente, beneficiariam a categoria em suas reivindicações<sup>139</sup>.

As divergências entre grevistas e governo, levaram os secretário de educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, do Estado e Hilário Torloni, do município de São Paulo, a decretarem a partir de 4 de setembro, que as unidades escolares paralisadas iniciariam um período de férias por 15 dias, sendo obrigatória a reposição do mesmo em janeiro de 1979. Argumentando que não teria intenção de perseguir e prejudicar aqueles que aderiram à paralisação, Coutinho teria adotado uma decisão administrativa para normalizar os trabalhos da rede<sup>140</sup>. Para ele, as principais reivindicações estariam contempladas no projeto de Estatuto enviado à Assembléia Legislativa, que teria 40 dias para aprová-lo.

Tal medida, na avaliação das lideranças do movimento, objetivava desmobilizar a paralisação que havia se irradiado da capital para o interior do Estado. Em um primeiro momento, a greve atingira, mormente as escolas nos municípios da Grande São Paulo<sup>141</sup>, devido a dificuldades na comunicação com as demais regiões do Estado e por supostas pressões exercidas por diretores de escolas e dirigentes de ensino<sup>142</sup>.

Segundo denúncias que chegavam à sede do Comando Geral de Greve, os diretores faziam uso de instrumentos administrativos para pressionar os professores a não aderirem à greve como o Boletim de Merecimento do Estado (BME), uma espécie de relatório contendo as atividades anuais dos docentes para fins de classificação em processo de atribuição no ano seguinte. Já os professores precários, viviam

---

<sup>139</sup> A revolta dos professores. Última Hora. 22/08/1978.

<sup>140</sup> A partir de 2.<sup>a</sup> feira, férias nas escolas oficiais. O Estado de S. Paulo. 31/08/1978.

<sup>141</sup> No interior, desinformação. O Estado de S. Paulo: 22/08/1978.

<sup>142</sup> Amplia-se greve nas escolas. O Estado de S. Paulo: 23/08/1978; Professores aprovam carta e decidem manter a greve. O Estado de S. Paulo: 23/08/1978. Agora, são mil escolas paradas. Última Hora: 23/08/1978.

constantemente sob a ameaça de demissão, devido a ausência de regulamentação de seus direitos<sup>143</sup>.

Na zona norte da capital paulista, cinco professores teriam sido encaminhados até a delegacia de polícia para prestar esclarecimentos acerca da participação na greve<sup>144</sup>. Mesmo não contando com uma ordem oficial da Secretaria de Educação, diversos diretores, supervisores e delegados regionais de ensino eram acusados de arbitrariedades contra os professores grevistas. Em alguns casos, estariam recorrendo à força policial para debelar o movimento, ameaçando prender suas lideranças. Em Itapeverica da Serra, um docente teria sido levado à delegacia para prestar esclarecimentos e em São Carlos, o prefeito teria requisitado à polícia que desfizesse uma reunião entre os membros do comando de greve da região<sup>145</sup>. Além disso, o Ministério da Justiça proibiu a veiculação no rádio e na televisão de notícias referentes à greve dos docentes, que na época atingia o Estado de São Paulo e do Paraná<sup>146</sup>.

Em resposta às pressões vindas de diretores, supervisores e dirigentes, além da medida anunciada pelo governo de decretar férias escolares, o Comando de Greve ratificou a continuidade da greve e propôs intensificar os contatos com a comunidade escolar. Tais contatos ocorreriam por meio de reuniões de esclarecimento das atitudes do governo e da disposição da categoria em seguir em sua “luta por melhores

---

<sup>143</sup> A greve dos professores. *Jornal da Tarde*. 23/08/1978.

<sup>144</sup> Cinco professores interrogados. *Última Hora*: 26/08/1978.

<sup>145</sup> Pressões continuam. *Folha de S. Paulo*: 30/08/1978; Professores perto da vitória. *Última Hora*. 30/08/1978.

<sup>146</sup> Na Apeoesp, corte de luz e telefone. *O Estado de S. Paulo*: 23/08/1978. A situação nas escolas de São Paulo: 23/08/1978. Além das paralisações em São Paulo e no Paraná, outro Estado que experimentou greve de professores foi a Bahia (de 16 de junho a 6 de julho. A greve dos professores da Bahia. *O Precário*. Agosto/1978.

condições de ensino”<sup>147</sup>. Também seriam repensadas as formas de organização e negociação devido ao rompimento do diálogo com a secretaria de educação.

Diante da atitude do sr. Secretário é necessário que procuremos novas formas de encaminhar as negociações. Para isso, é necessário que os professores de cada escola discutam: com quem vamos negociar agora? Com o governador? Com o ministro da Educação? Que atitude tomaremos com relação ao fato do Estatuto ter sido encaminhado à Assembléia Legislativa para aprovação sem ter sido divulgado aos professores? Será que são suficientes as comissões de negociação?<sup>148</sup>

Percebendo os limites da negociação com o secretário de Educação, o comando de greve reorientou sua estratégia para estabelecer diálogo diretamente com o governador e com o prefeito, já que o acréscimo de verba exigido pelos grevistas dependia exclusivamente do poder executivo. No entanto, segundo declarações do governador Paulo Egydio Martins, as portas do Palácio dos Bandeirantes não estariam abertas a quem estivesse em greve<sup>149</sup>. Além disso, foram realizados encontros com lideranças da oposição na Assembléia Legislativa a fim de discutir alternativas para o anteprojeto do Estatuto do Magistério<sup>150</sup>.

Paralelamente aos enfrentamentos com o governo, o Comando de Greve travou uma disputa com a diretoria da Apeoesp. Segundo lideranças do movimento, a entidade estaria boicotando as atividades mobilizatórias, criando obstáculos à realização de reuniões em sua sede.<sup>151</sup>

Foi iniciada uma campanha junto aos professores a fim de coletar assinaturas para convocar uma assembléia que reformasse os estatutos da entidade. Para tanto

---

<sup>147</sup> Não estamos em férias. Correio Popular. 31/08/1978.

<sup>148</sup> Advogado quer respeito às férias de janeiro. Diário do Povo. 02/08/1978.

<sup>149</sup> Egydio não atende professores. Diário do Povo. 07/09/1978.

<sup>150</sup> MDB apresenta um substitutivo ao Estatuto. Folha de S. Paulo. 06/09/1978; Assembléia dos mestres decide continuar greve. Folha de S. Paulo. 06/09/1978; Bonifácio: diálogo está encerrado. O Estado de S. Paulo. 06/09/1978.

<sup>151</sup> Presidente da Apeoesp decidirá se vai tentar um encontro conjunto. Folha de S. Paulo: 23/08/1978.

seriam necessárias 15 mil assinaturas, número este, estabelecido após a assembléia “secreta” realizada pela diretoria da associação na cidade de Lucélia em julho 1977<sup>152</sup>.

Durante a paralisação houve acentuado distanciamento entre os grupos em disputa (diretoria e Comando de Greve). O presidente da associação se dizia disposto a intermediar as negociações com o governo, porém não aceitava a exigência do Comando grevista de submeter as contrapropostas à apreciação da categoria em assembléia para esta finalidade. Ao mesmo tempo, a mediação feita pela entidade estaria condicionada à divulgação dos nomes dos integrantes do Comando. Porém, nem o presidente da Apeoesp estava disposto a submeter-se às exigências das lideranças grevistas, alegando que estariam desrespeitando “o direito de opinião da entidade, além da liberdade e autoridade como entidade de classe”<sup>153</sup>, nem os grevistas declinariam o nome de seus integrantes pois temiam possíveis perseguições que poderiam ser desencadeadas<sup>154</sup>. Estava em disputa a função de porta-voz, ou seja, o monopólio do direito de falar e de agir em nome do conjunto da categoria<sup>155</sup>.

Repercutindo o movimento grevista, os órgãos de imprensa mantiveram uma postura ambígua. Embora cobrissem o evento, acompanhando o desenvolvimento da paralisação e abrissem seus espaços para a divulgação de documentos produzidos pelo Comando de Greve, manifestavam-se contrários ao movimento dos docentes. Em geral, consideravam uma “radicalização desnecessária em face do esforço empreendido pelo governo em recuperar os salários dos mestres e não perder de mira a medida do realismo e da possibilidade material do Estado paulista”, ou seja, apesar de

---

<sup>152</sup> Grevistas vão pedir à Apeoesp uma reforma. Folha de S. Paulo. 02/08/1978.

<sup>153</sup> Reuniões da Apeoesp e do Comando. Folha de S. Paulo. 24/08/1978.

<sup>154</sup> Recusada a mediação da Apeoesp. O Estado de S. Paulo. 24/08/1978.

<sup>155</sup> BOURDIEU, 2000: 185.

reconhecerem o descaso em relação ao magistério e à Educação desde longa data, reforçavam o argumento do governo de que medidas haviam sido tomadas para minorar as dificuldades dos mestres paulistas<sup>156</sup>.

Além de posicionar-se contra a greve, alguns jornais passaram a criticar a suposta intransigência dos manifestantes, comparando com movimentos deflagrados por outras categorias: o dos metalúrgicos do ABC, o dos médicos e do Custo de Vida.

Segundo editorial do Jornal da Tarde, a greve dos metalúrgicos do ABC, havia conseguido evitar “o excesso político, o envolvimento ideológico e o abuso da psicologia das multidões”. Assim, teriam se mantido nos limites de sua campanha salarial, caracterizando-se como uma luta reivindicatória de caráter democrático. Por outro lado, os movimentos liderados pelos professores e pelos médicos teriam extrapolado suas demandas profissionais, seguindo um caminho de radicalização e pressão extra-sindical e político-ideológica. Tal aspecto seria o grande responsável pela ausência de disposição em reconhecer os esforços do governo em sanar situações estruturadas desde longa data no Estado<sup>157</sup>.

Em resposta ao posicionamento desses jornais, o Comando Geral de Greve divulgou nota reforçando os argumentos que teriam levado o magistério a paralisar as escolas no Estado, contrapondo-se à acusação de “radicalização extra-sindical”.

Se a paralisação afeta setores vitais da vida nacional, tal responsabilidade deriva inteiramente das autoridades formuladoras e executoras da atual política educacional do governo. (...) Os professores repudiam veementemente a tentativa de denunciar o movimento como ação em favor de objetivos que “extravassam completamente o âmbito das reivindicações salariais”, como argumento de cunho policialesco e, este sim, a serviço de interesses estranhos à

---

<sup>156</sup> O real e o irreal. Folha de S. Paulo: 25/08/1978. Manifestações de apoio. Correio Popular: 25/08/1978.

<sup>157</sup> A linha que separa a liberdade da demagogia. Jornal da Tarde. 29/08/1978.

comunidade e à luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho.<sup>158</sup>

Desde o início em 21 de agosto, a adesão à greve deu-se de forma ascendente, atingindo o auge nos primeiros dias de setembro, quando, na avaliação do Comando Geral de Greve, 200 mil professores em todo o Estado estariam paralisados<sup>159</sup>.

Porém, um conjunto de fatores seria decisivo no enfraquecimento do movimento a partir da terceira semana de paralisação. O anúncio de férias escolares do dia 4 ao dia 15 de setembro e a obrigatoriedade de repor as aulas no mês de janeiro, o encaminhamento do anteprojeto do novo Estatuto do Magistério à Assembleia Legislativa, as divisões entre o magistério estadual e municipal<sup>160</sup>, o recrudescimento do governo, representado pela recusa do governador em receber as lideranças da greve, além de novos comunicados ameaçando punir aqueles que insistissem em permanecer paralisado após o fim das férias escolares<sup>161</sup>, provocaram desgastes na mobilização do professorado. Também foi decisiva para o arrefecimento da greve, a queda no apoio da comunidade escolar, que tanto auxiliara na pressão ao governo.

Era o momento de avaliar os resultados do movimento que foi encerrado após assembleia realizada por 5 mil participantes, em 13 de setembro, no Nacional Atlético Clube. Para o comando de greve, o envio do Estatuto à Assembleia Legislativa significou uma vitória da paralisação do magistério, pois segundo seus integrantes, não era objetivo do governo executar tal medida em curto espaço de tempo. Além disso, apesar de o Anteprojeto não atender o conjunto das reivindicações da categoria, alguns pontos seriam benéficos aos docentes como o mês de 5 semanas, a elevação das

---

<sup>158</sup> Editorial contestado. O Estado de S. Paulo: 25/08/19778.

<sup>159</sup> A decisão é a de manter a paralisação. Folha de São Paulo. 03/09/1977.

<sup>160</sup> Professores: acordo difícil. Última Hora. 06/09/1978.

<sup>161</sup> As férias foram suspensas. Folha de S. Paulo. 12/09/1978; Suspensas as férias nas escolas. O Estado de S. Paulo. 12/09/1978; A greve chega ao 22.º dia. E surge um impasse. Jornal da Tarde. 12/09/1978.



referências inicial e final e aulas excedentes pagas pelo padrão ocupado pelo professor.<sup>162</sup>.

Procurando reafirmar sua posição perante os docentes e o governo, a Apeoesp avaliou que o movimento grevista havia sido liderado por um comando formado à revelia da categoria e estaria “disseminando calúnias” junto aos professores quanto a atuação da entidade na defesa dos interesses do magistério<sup>163</sup>. A atitude da direção da Apeoesp se constituiu em uma tentativa de legitimar-se, junto aos docentes e ao governo, como único órgão para encaminhar as reivindicações da categoria. Firmar essa posição, tentando conquistar aqueles que saíssem desiludidos do movimento grevista fazia-se necessário devido a proximidade das eleições na entidade e em face da possibilidade de disputas entre concepções e práticas divergentes acerca da composição do subcampo da associação.

Na imprensa, opiniões divergentes marcaram as avaliações acerca do movimento docentes. Em editorial, a Folha de S. Paulo, apesar de manifestar-se inicialmente contrária a greve, admitiu que o saldo da greve teria representado a superação de uma etapa rumo à democratização da sociedade brasileira.

Se no Estado mais desenvolvido do país uma greve de professores chega a seu fim sem maiores problemas, o mínimo que se conclui é que o Brasil está suficientemente amadurecido. (...) na verdade o país amadureceu para democracia sem apelidos ou restrições. No consenso do que seja legitimidade, a Nação vai construindo sua legalidade a despeito da legislação autoritária.<sup>164</sup>

O que teria contribuído decisivamente para esse resultado seriam a moderação e o bom senso dos grevistas além da disposição para o diálogo por parte do governo que,

---

<sup>162</sup> Comando analisa Estatuto. Folha de S. Paulo. 03/09/1978; O que eles ganharão realmente. Folha de S. Paulo. 03/09/1978.

<sup>163</sup> Associação dos Professores, em nota, critica Comando da Greve. Folha de S. Paulo. 12/09/19778.

<sup>164</sup> Educação democrática. Folha de S. Paulo. 15/09/1978.

mesmo possuindo prerrogativas legais para punir os manifestantes, não o fez, reconhecendo a legitimidade da greve como instrumento de pressão.

Já o Jornal da Tarde destacou, de início, que foram os alunos os maiores prejudicados do movimento grevista. Para esse diário, a greve teria sido deflagrada e mantida por interesses outros, não relativos à satisfação profissional. Para tanto, teria contado com a liderança de grupos com “a clara intenção de politizar o movimento”, utilizando-se da categoria docente para concretizar seus objetivos, pondo em risco o processo de abertura política vivenciado na época.

Ceder às tentações da agitação pela agitação, os propósitos daqueles que só queriam chegar à formação de uma central única sindical, e permitir que os próprios interesses dos professores corressem o risco de sofrer um prejuízo incalculável, como seria o caso de demissões em massa, só pode interessar aos inimigos da democracia. Pois é esta que se está tentando gerar, neste momento no país. É uma tarefa difícil, delicada, que exige a compreensão, sobretudo, daqueles que são os maiores interessados em que surja de parto normal, sem dores.<sup>165</sup>

Portanto, as divergências ocorreram em torno da interpretação da greve no processo de redemocratização que o país atravessava. Para a Folha de S. Paulo o movimento seria legítimo e a sua assimilação por parte do governo demonstraria o amadurecimento da sociedade brasileira para o reconhecimento de direitos políticos que teriam sido usurpados desde o golpe civil-militar de 1964. Enquanto isso, o Jornal da Tarde, defendendo que a abertura política deveria ocorrer, tal como preconizado pelo governo, de forma “lenta, gradual e segura”, via na greve uma possibilidade de ruptura do processo, podendo resultar na volta dos excessos da ditadura militar ou no irromper de um regime arbitrário e revanchista de esquerda.

---

<sup>165</sup> Afinal, quem saiu lucrando com essa greve? Jornal da Tarde. 15/09/1978.

Os embates grevistas X governo e oposição X diretoria da Apeoesp seriam deslocados para a Assembléia Legislativa em torno da aprovação do Estatuto do Magistério<sup>166</sup>.

A tramitação do anteprojeto encaminhado pelo executivo paulista deveria seguir o seguinte curso: apreciação de emendas iniciais pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e de Finanças. Após isso, seria debatido no plenário da Assembléia, passível de receber novas emendas e retornando às Comissões elencadas. Recebendo parecer favorável, o anteprojeto retornaria para possível aprovação pelo plenário e seguindo para a sanção do governador<sup>167</sup>. Atento a esse tortuoso caminho de discussões, as lideranças do professorado concentraram seus esforços na proposição de emendas que deveriam ser aceitas e defendidas por deputados que se manifestassem em favor dos interesses do magistério.

Em 10 de outubro, limite último do prazo estipulado, os deputados aprovaram a Lei Complementar n.º 201/78, que se constituiu no segundo Estatuto do Magistério a ser aprovado em um intervalo de 4 anos. Na avaliação do secretário de Educação, o processo de aprovação do novo Estatuto teria transcorrido de forma democrática, com a participação dos principais interessados e sem excessiva interferência do poder executivo. Já para representantes dos professores, o texto do Estatuto teria assegurado algumas conquistas, no entanto, estaria longe de contemplar as “reivindicações básicas do professorado”<sup>168</sup>.

Ao mesmo tempo em que se processavam as discussões a respeito do Estatuto da categoria docente no Estado de São Paulo, as lideranças do movimento grevista

---

<sup>166</sup> Após 24 dias, professores encerram a greve. O Estado de S. Paulo. 14/09/1978.

<sup>167</sup> Estatuto poderá receber as emendas a partir de hoje. Folha de S. Paulo. 05/09/1978.

<sup>168</sup> Bonifácio satisfeito com o novo Estatuto. O Estado de S. Paulo. 12/10/1978.

davam seqüência a uma das deliberações aprovadas ainda na assembléia que havia decretado o fim da paralisação. Deveriam eles estreitar o diálogo entre os representantes do magistério oficial do Estado e do município com os integrantes do magistério particular com vistas a destituir as diretorias das entidades existentes (Apeoesp, CPP, Apeem, Sinpro) e criar uma entidade única que representasse o professorado paulista. Para tanto, o Comando de Greve transformou-se na Comissão Pró-Entidade Única (CPEU) e os comandos regionais formados durante a greve tornaram-se espaços permanentes de discussão dos problemas relativos à educação pública no Estado e no município<sup>169</sup>. Enquanto não fossem assentadas as bases de uma entidade única do magistério, a orientação era que os representantes dos comandos de greve organizassem chapas para disputar as eleições no interior das associações dos professores<sup>170</sup>.

A animosidade entre os membros do comando de greve e os representantes da Apeoesp assumiu novas proporções depois de encerrada a paralisação e finalizada a votação do novo Estatuto do Magistério. A disputa seguiria no interior da entidade, nas eleições, previstas para acontecer no primeiro trimestre de 1979, as quais seriam definidos os nomes daqueles que ocupariam a diretoria da associação.

---

<sup>169</sup> E a greve chegou ao fim. *Jornal da Tarde*. 14/09/1978.

<sup>170</sup> Acabou a greve dos professores. *Diário de S. Paulo*. 14/09/1978.

## **CAPÍTULO 4 – A ORGANIZAÇÃO DOCENTE SOB A PERSPECTIVA SINDICAL (1979-1989)**

A greve em 1978, assim como a que ocorreu em 1963, também esteve inserida em um clima de grande agitação política. As ações do governo militar, visando uma abertura política “lenta, gradual e segura”, não eram suficientes para amainar as tensões sociais. Uma onda de movimentos grevistas deflagrados a partir do primeiro semestre de 1978 traduzia os anseios de setores da sociedade em acelerar as reformas rumo à redemocratização.

Mesmo que os resultados auferidos após 22 dias de paralisação estivessem aquém do que pretendia o professorado paulista, a sua participação no movimento assinalou não apenas uma mudança em sua postura diante do governo, mas também a ascensão de novos grupos no seio da categoria, que rivalizaria com as antigas lideranças dos docentes pelo controle da Apeoesp.

A visibilidade conseguida junto à categoria durante a greve, possibilitou às novas lideranças condições de disputar a preferência dos associados nas eleições para a diretoria da entidade, marcadas para o primeiro semestre de 1979. No entanto, devido às alterações promovidas em seu estatuto, muitos dos membros que haviam participado do Comando de Greve, não puderam se inscrever como candidatos, pois era obrigatório o tempo de 3 anos de associado a quem quisesse participar do pleito. Tal restrição, ao mesmo tempo em que dificultava a atuação do grupo emergente, possibilitava que o mesmo continuasse unido em torno do objetivo de transformar as ações da associação, com vistas a inseri-la no conjunto de movimentos deflagrados

pela sociedade. Isto porque tiveram de superar suas divergências e defender uma chapa única que os fizesse representar junto aos associados.

As disputas travadas em torno das eleições para a diretoria da Apeoesp em abril de 1979 deram continuidade aos conflitos entre lideranças grevistas e antigos diretores, mas também, marcou o início de novos confrontos entre as diversas tendências surgidas a partir daquele ano e entre a associação e o governo paulista. Período este que acabou consolidando práticas de enfrentamento como as greves e a hegemonia política de um mesmo grupo, vinculado a partidos políticos como Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a organizações intersindicais como a Confederação de Professores do Brasil (CPB, posteriormente denominada Confederação Nacional do Trabalhadores em Educação - CNTE) e à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Mais do que a mudança estatutária transformando a associação docente em sindicato (registro sindical obtido em março de 1989), a Apeoesp vivenciou momentos diferenciados em suas ações, alternando períodos de intensa mobilização e períodos de dificuldades mobilizatórias, criando e recriando concepções diversas acerca da organização coletiva do professorado, orientando e reorientando seus posicionamentos junto a seus representados e frente ao governo paulista e à realidade nacional, alternando permanências e rupturas de modelos, práticas e atitudes, seguindo o mesmo movimento dinâmico que havia marcado sua trajetória anterior.

Assim, pretende-se neste capítulo, acompanhar essa trajetória marcada por embates internos e externos a sua organização, desde as eleições de 1979, passando pelos congressos (definidos como a principal instância deliberativa), pelas campanhas

das quais participou e pelos efeitos experimentados diante do restabelecimento do regime democrático e dos rearranjos na ordem capitalista no país.

Antes, porém, convém situar as mudanças em curso no país ao longo da década de 80, assim como suas repercussões no âmbito das políticas educacionais, em particular aquelas referentes ao campo educacional paulista.

#### **4.1 REDEMOCRATIZAÇÃO: A REORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

O Brasil atravessou um período marcado por marchas e contramarchas durante a fase que se convencionou denominar de distensão política (1974-1985). Ao mesmo tempo em que tendências militares e civis comungavam interesses em torno de um processo de redemocratização, outros grupos, protestavam contra o que consideravam a permanência de estruturas autoritárias e excludentes, exigindo o aprofundamento das transformações políticas (liberdade de organização e manifestação, direito ao voto) e econômicas (fim do arrocho salarial, combate a precariedade das condições de vida)<sup>1</sup>.

Para cada medida anunciada pelo regime militar, rumo à abertura política, outra era aprovada reforçando a influência de setores conservadores da caserna e das elites civis. Assim se processou quando da aprovação da Lei de Anistia, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979. Pela lei eram anistiados aqueles que haviam se envolvido em ações políticas contra o governo militar bem como os militares que teriam participado da repressão aos movimentos contestatórios.

---

<sup>1</sup> Ganham notoriedade a retomada das manifestações coletivas organizadas por associações de moradores de bairros nas grandes cidades, pelas Comunidades Eclesiais de Bairro, pelos sindicatos dos diversos ramos profissionais, associações de funcionários públicos, entidades de profissionais liberais em campanhas compostas de diversas reivindicações (contra a carestia, por aumentos salariais, pelas eleições diretas para todos os cargos políticos). Tais assuntos foram analisados, entre outros autores, por: SADER, 1988; ALVES, 2005.

De acordo com Maria Helena Moreira Alves, a aprovação da Lei de Anistia fora resultado de intensas negociações entre governo e oposição, nas quais teriam prevalecido algumas das reivindicações da linha dura do Exército.

Por um lado, a lei não concedia anistia aos que se haviam envolvido na luta armada e eram acusados do que o governo definia como “crimes de sangue”. Tampouco se dava liberdade imediata aos presos políticos condenados segundo a Lei de Segurança Nacional por tentar reorganizar um partido ilegal (...) Servidores públicos, diplomatas, professores universitários e membros do Judiciários poderiam retomar suas funções, dependendo de decisão de uma comissão especial de inquérito. Mais grave, porém, era conter a lei um perdão incondicional aos integrantes do Aparato Repressivo que estiveram envolvidos com a tortura.<sup>2</sup>

No entendimento do governo e de setores da oposição que consentiram na adoção de tais medidas, mais importante que retomar as liberdades democráticas era garantir uma transição sem que houvesse “revanchismos” entre civis e militares. Mesmo assim, setores descontentes dentro das forças armadas e entre as oposições civis mobilizaram ações, cada qual segundo suas práticas (militares por meio de atentados; civis a partir de passeatas, comícios e greves), tensionando o desenrolar dos acontecimentos.

Outros dois episódios foram marcados por essas marchas e contramarchas: a reforma eleitoral que decretou o fim do bipartidarismo e a votação da emenda das “Diretas Já”.

Em meio às manifestações deflagradas por diversos segmentos sociais, algumas lideranças e intelectuais ensaiavam a organização de partidos que pudessem representar diferentes setores das camadas populares. Acompanhando tais desdobramentos, o governo, também preocupado com a ascensão eleitoral do MDB

---

<sup>2</sup> ALVES, 2005: 321.



(Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição à ditadura, decretou, em 20 de dezembro de 1979, nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, pondo fim ao bipartidarismo. Por meio desta lei, o governo pôde atingir dois objetivos, fragmentou a oposição reunida sob a sigla do MDB e dificultou a criação de partidos que expressassem “as vozes mais radicais do novo movimento popular”<sup>3</sup>.

As expectativas geradas pela nova lei eleitoral, por parte do governo, em conter a radicalização do processo de redemocratização, foram colocadas à prova nas eleições de novembro de 1982. Os resultados apontaram vitória parcial do governo que emplacou a maioria dos governadores eleitos, assim como assegurou o controle de muitos legislativos estaduais e do senado. Entretanto, a oposição, mesmo dividida alcançou resultados significativos ao conquistar Estados considerados importantes econômica e politicamente como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro<sup>4</sup>.

Paralelamente à reorganização das forças partidárias nos Estados e no Congresso Nacional, tinha início uma ampla mobilização em torno da aprovação da emenda proposta pelo deputado federal Dante de Oliveira que restabelecia as eleições diretas para presidente da República. De acordo com Francisco Carlos Teixeira da Silva, tal emenda daria novo ritmo à redemocratização.

A proposta de Diretas Já! Representava um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada que o regime vinha implantando e levaria, através da eleição de um presidente pelo voto direto, com uma Constituinte, a uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que implantaram a ditadura militar no país.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> ALVES, 2005: 323.

<sup>4</sup> ALVES, 2005: 342.

<sup>5</sup> SILVA, 2003: 273.

Embora as manifestações populares em favor da emenda das Diretas ganhassem as ruas das principais cidades do país, a coalizão articulada pelo governo impediu que o Congresso aprovasse a referida lei, garantindo assim o controle sobre o processo que devolveu o poder aos civis sem grandes rupturas. As eleições indiretas que escolheram Tancredo Neves encerravam um período de avanços e retrocesso em torno da democracia advinda após 21 anos de ditadura militar. Ao mesmo tempo, inaugurava uma nova fase de confrontos a partir da formação da Assembléia Nacional Constituinte e da nova carta constitucional que suplantaria os instrumentos legais do regime inaugurado com o golpe de 1964.

As discussões durante os trabalhos da Constituinte, instalada em março de 1987, evidenciaram, segundo Marieta de Moraes Ferreira, os avanços democráticos decorrentes das lutas empreendidas por diversos segmentos sociais durante a transição para a democracia a partir de sua participação junto aos parlamentares, propondo leis que respondessem aos seus anseios. Porém, assinalaram também “a permanência de resistências a propostas mais progressistas”<sup>6</sup>.

O resultado dos trabalhos foi apresentado ao povo brasileiro na Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988. Entre algumas das conquistas resultantes da mobilização dos setores organizados da sociedade, destacaram-se: o voto aos analfabetos, a definição do racismo como crime inafiançável, o direito de representação judicial coletiva a partidos políticos e associações civis, a autonomia sindical e o direito à greve. Porém, algumas das conquistas ficaram condicionadas à

---

<sup>6</sup> FERREIRA, 2002: 493.

regulamentações posteriores, adiando a efetivação de direitos consagrados na Constituição<sup>7</sup>.

Consagrando o restabelecimento da ordem democrática, a eleição presidencial de 1989, deu novo alento aos embates travados ao longo da década de 80. Após um primeiro turno caracterizado pela pulverização de candidaturas, o país experimentou pela primeira vez em sua história, uma disputa travada em segundo turno, opondo projetos políticos antagônicos. De um lado, assumindo a defesa de interesses conservadores, Fernando Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), de outro, representando ideais considerados progressistas e tendo o apoio de diferentes organizações de trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Segundo Emir Sader (1990:65) a eleição direta em 1989 teria assinalado o fim do “processo de transição política de saída do regime da ditadura militar”. Processo este que teria herdado da fase anterior “uma política econômica de favorecimento do grande capital monopolista e financeiro internacionalizado, em detrimento da grande maioria da população, que não têm atendidas suas necessidades básicas de sobrevivência”<sup>8</sup>.

A redemocratização significou a vitória daqueles que pretendiam que o país caminhasse sem solavancos e rupturas, porém suas pretensões foram constantemente ameaçadas por grupos que objetivavam tensionar o projeto de transição e avançar na construção da democracia brasileira. Entre algumas dessas forças, podem ser

---

<sup>7</sup> De acordo com Dulce Chaves Pandolfi (2002: 112) uma das estratégias empregadas para bloquear alguns avanços democráticos foi a de “deixar a regulamentação de muitos dos artigos para uma posterior legislação complementar e ordinária, que iria tardar”.

<sup>8</sup> SADER, 1990, 89.

destacados os movimentos organizados por diversas categorias profissionais, que a partir de 1978 mobilizaram grandes contingentes de trabalhadores em defesa da melhoria das condições de vida, bem como questionou o ritmo lento da abertura política.

O movimento operário e sindical brasileiro experimentou, no fim da década 1970, um momento marcante para sua história. Submergido após o duro impacto promovido pelo golpe militar de 1964, que lhe havia deixado pouco ou quase nenhum espaço de manobra, senão aquele do silencioso trabalho no interior das empresas e de pontuais tentativas mais visíveis de contestação, o sindicalismo de corte progressista emergiu, cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora. No cenário político mais amplo, a emergência do movimento dos trabalhadores acabou estremecendo os arranjos políticos da transição para o regime democrático, que iam sendo pensados sem eles.<sup>9</sup>

A movimentação de setores organizados dentro de sindicatos e associações profissionais, questionando a estrutura sindical e a atuação de determinados grupos a frente de tais agremiações deu origem à retomada das práticas grevistas no país, ações estas que estiveram ausente no país desde a edição do Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968.

Quase dez anos depois, variados grupos de trabalhadores partiram para novos enfrentamentos a patrões e ao governo, tendo como pauta de reivindicação, questões econômicas e corporativas como melhorias salariais, liberdade de organização e de manifestação e, questões políticas como, anistia, eleições diretas e convocação de Assembléia Constituinte.

Em que pesem os instrumentos coercitivos utilizados pelo governo para conter o ressurgimento da onda grevista que se alastrava para todos os Estados da Federação, foi durante os anos 80 que as organizações coletivas de diversas categorias

---

<sup>9</sup> SANTANA, 2003:286.

profissionais viveram o auge de suas mobilizações. A vitória de grupos de oposição nos sindicatos e associações e a organização de entidades intersindicais teria alimentado o avanço dos trabalhadores, fazendo que com reocupassem “o espaço político privado pelos governos militares”<sup>10</sup>.

Dentre os diversos segmentos profissionais reorganizados no período entre o final da década de 70 e os anos 80, aqueles provenientes do setor de serviços ganharam destaque, sobrepujando, segundo Salvador Sandoval, os trabalhadores das indústrias “em termos de intensidade da greve” e, conseqüentemente, “surgindo como uma importante força não só no campo das relações trabalhistas mas também na cena política”<sup>11</sup>.

No setor de serviços, as categorias que mais se destacaram durante a retomada das mobilizações e de participação nas esferas políticas foram os servidores públicos, com ênfase aos profissionais vinculados à saúde e à educação. De acordo com Arnaldo José França Mazzei Nogueira, os elementos que contribuíram para a rearticulação dos servidores públicos, reformulando práticas reivindicativas e reelaborando novas concepções acerca de sua inserção no conjunto da sociedade brasileira devem ser analisados a partir de uma perspectiva bidimensional.

A dimensão objetiva da crise econômica e o crescimento do Estado, que implicou deterioração dos salários e das condições de trabalho dos trabalhadores públicos; e a dimensão subjetiva, por meio da formação e/ou reorganização das suas entidades de classe, da reorganização do movimento trabalhista e sindical e da luta pelas liberdades democráticas em geral.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> SANTANA, 2003: 291.

<sup>11</sup> SANDOVAL, 1994: 166.

<sup>12</sup> NOGUEIRA, 2005: 138.

Em uma conjuntura marcada pela transição democrática, pela irrupção de mobilizações entre diversos setores da sociedade, com destaque para aqueles oriundos do setor de serviço, os professores do Estado de São Paulo vivenciaram mudanças em suas formas coletivas de agir frente a velhas e novas demandas profissionais e sociais.

Antes de analisarmos essas mudanças no interior da organização coletiva dos docentes, convém acompanhar os desdobramentos dos debates suscitados nas esferas políticas no campo educacional paulista e suas interferências nas discussões e metamorfoses experimentadas na Apeoesp.

#### **4.2 A POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DURANTE A REDEMOCRATIZAÇÃO**

O período ora analisado (1979-1989) abarcou os mandatos de Paulo Maluf (1979-1983), Franco Montoro (1983-1987) e Orestes Quércia (1987-1991). Algumas características marcaram a atuação dos governadores mencionados em relação à política educacional implementada durante suas gestões.

Paulo Maluf foi o último governador eleito indiretamente, portanto, identificado ainda com a lógica autoritária do regime militar. De acordo com Sonia Maria Portella Kruppa, Maluf teria utilizado parte dos mecanismos de controle<sup>13</sup>, criados sob a Doutrina de Segurança Nacional, recorrendo a meios diretos e indiretos para reprimir as manifestações do funcionalismo público, notadamente as da Apeoesp.

Após as eleições que elegeram uma nova diretoria da entidade em 1979 e uma greve deflagrada em conjunto com outras categorias do funcionalismo público, Maluf

---

<sup>13</sup> KRUPPA, 1994: 34.

impôs o rompimento do acordo entre a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp) e a associação docente, tentando atingir o equilíbrio financeiro da organização coletiva dos professores estaduais. Além disso, manifestações eram contidas por meio do uso da força policial, faltas foram assinaladas nos prontuários dos docentes além de salários suspensos<sup>14</sup>.

A eleição de 1982 que elegeu Franco Montoro ao governo paulista gerou expectativas não apenas nos docentes mas em outros segmentos do funcionalismo, pois tratava-se de um político de oposição ao regime militar e que vinha participando de campanhas em favor da redemocratização. Assim, a Apeoesp e outras entidades de professores apostavam na reabertura de diálogo com o governo do Estado para atender algumas das reivindicações da categoria.

A eleição de Montoro foi motivo de grande esperança entre os educadores, principalmente porque à frente da Secretaria da Educação foi colocado Paulo de Tarso, que fora ministro de João Goulart, e de quem se esperava posições comprometidas e progressistas. As palavras de ordem de seu governo: participação, descentralização e autonomia atraíram setores comprometidos com a educação.<sup>15</sup>

Algumas conquistas foram efetivadas pelos profissionais do ensino como a ampliação da hora-atividade, a dispensa de ponto para participação em atividades desenvolvidas pelas associações (Congressos e eleição) porém, alguns autores avaliaram como “insatisfatória” a sua gestão. Para Sonia Kruppa, o governo Montoro teria se caracterizado “pelo momento de cooptação das forças progressistas”<sup>16</sup>. Após iniciar seu mandato convocando os docentes a participar da construção de ações que

---

<sup>14</sup> SOUZA, 1996: 150.

<sup>15</sup> KRUPPA, 1994: 77.

<sup>16</sup> KRUPPA, 1994: 34.

pu dessem reverter a queda na qualidade de educação<sup>17</sup>, desavenças, acordos não cumpridos e ameaças teriam assinalado o rompimento da Apeoesp com o governo.

O governo Quércia acentuou a distância entre governo e as reivindicações do professorado. Ledericy Gigante de Oliveira e Kruppa concordaram, com base em índices colhidos junto aos órgãos oficiais, que durante o mandato de Quércia, o professorado viveu o momento de maior perda salarial repercutindo de diferentes maneiras na organização coletiva dos educadores. Apatia e esperança se alternavam durante as mobilizações desencadeadas pela Apeoesp que, além de participar das lutas reivindicatórias de cunho político e econômico, experimentava embates internos os quais acrescentariam novos elementos à sua organização e atuação junto ao professorado paulista.

#### **4.3 1979: NOVOS GRUPOS DIRIGENTES, NOVOS EMBATES PELO CONTROLE DA ENTIDADE**

Cercada de grande expectativa por diferentes grupos de professores, as eleições na Apeoesp, em abril de 1979, constituíram-se em um momento importante nos rumos que deveriam ser seguidos a partir da retomada da mobilização e do movimento grevista do ano anterior.

Para o grupo dirigente, encabeçado pelo então presidente, Antônio José do Nascimento, as eleições eram percebidas como um evento que poderia significar a

---

<sup>17</sup> De acordo com Ledericy Gigante de Oliveira (1992: 48), assim como outros autores, a escola pública brasileira vinha perdendo gradativamente a sua qualidade de ensino nas últimas décadas. Segundo ela, poucos investimentos nos equipamentos e instalações escolares, alto índice de evasão e repetência e o professor submetido a longa jornada e baixos salários seriam alguns elementos responsáveis pelo baixo desempenho do ensino público.



oportunidade de retomar o domínio na entidade, abalado pelas ações de grupos opositoristas desde 1977.

No entendimento da oposição à diretoria, as eleições seriam o momento de reestruturar a entidade e reformular as ações da categoria, tentando uma aproximação com os demais movimentos organizados da sociedade brasileira. A oposição havia se constituído a partir da assembléia de maio de 1977, quando um grupo de professores insatisfeitos com o encaminhamento das reivindicações por parte da diretoria da Apeoesp junto ao governo, decidiu formar a Comissão Aberta dos Professores. Em agosto e setembro de 1978, esta Comissão deu origem ao Comando Geral de Greve que mobilizou os docentes paulistas durante 22 dias de paralisação. Ao final da greve foi formada a Comissão Pró-Entidade Única, cujo objetivo era a criação de uma entidade que congregasse todos os profissionais do ensino. Antes porém, era necessário disputar as eleições nas principais entidades representativas dos professores, aproveitando os instrumentos de mobilização, instalados na greve de 1978 tais como os comandos regionais de greve.

Transcorridos os primeiros três meses do ano e apresentadas as normas que definiriam o pleito, quatro chapas apresentaram suas inscrições para a disputa pelo comando da entidade. A primeira chapa (Unificação e Luta), liderada pelo professor Antonio José do Nascimento, a segunda chapa (Pró-Entidade Única), encabeçada pela professora Eiko Shiraiwa Campos Reis, a terceira (A Voz dos Professores) sob a liderança de Raul Schwinden e a última (Movimento Moderador), tendo a frente Milton Moraes.

As propostas apresentadas pela chapa situacionista dividiam-se em duas frentes: a defesa da categoria e a reorganização da associação. No tocante ao primeiro ponto, a chapa 1 defendia a estabilidade aos cinco anos de serviço, registro pela CLT aos contratados, correção salarial trimestral e participação de um representante no Conselho Estadual de Educação. Em relação ao segundo ponto, pretendia reestruturar a entidade a partir da descentralização do Departamento Jurídico, da criação de serviços voltados para lazer e recreação, além daqueles destinados à assistência funcional e pedagógica aos seus associados<sup>18</sup>.

A plataforma eleitoral da chapa representante da Comissão Pró-Entidade Única apresentava quatro eixos: reorganização da Apeoesp, condições de vida e trabalho, condições de ensino e liberdades democráticas. Em relação ao primeiro eixo, propunha a democratização de sua estrutura a partir do aumento no número de filiados e da criação de instâncias que possibilitassem maior participação dos professores nas decisões da entidade. Quanto ao segundo eixo, constariam entre as principais propostas, reajustes salariais acima da inflação, obrigatoriedade do Estado em relação à saúde do docente, regulamentação de concursos anuais além do retorno do padrão de 12 aulas semanais. No tocante às condições de ensino, reivindicava maior participação do corpo docente nas decisões didático-pedagógicas, ampliação dos recursos destinados à Educação, a fim de mantê-la pública e gratuita em todos os níveis de ensino e melhoria na infra-estrutura das unidades escolares. Por fim, a chapa 2 era favorável à luta pela liberdade de organização e manifestação, consubstanciada no

---

<sup>18</sup> As idéias e os planos dos Candidatos. Apeoesp em Notícias: abr/1979, pg. 05.

direito à greve e sindicalização do funcionalismo público, bem como anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos durante a ditadura militar<sup>19</sup>.

A chapa 3, liderada inicialmente por Raul Schwinden e depois por Afonso Celso Fraga Sampaio do Amaral<sup>20</sup>, tinha como mote de campanha a necessidade de reformular a entidade, o reinício da campanha pelo ensino gratuito nas escolas públicas, a anistia política àqueles que foram cassados pelo regime militar e o direito à sindicalização aos professores e demais funcionários públicos<sup>21</sup>.

A chapa 4, assim como as demais, defendia uma maior participação do professorado no planejamento das políticas educacionais e uma suposta democratização da entidade, porém sem que houvesse vínculo com grupos político-ideológicos, mas sim, partindo das necessidades e aspirações de seus associados<sup>22</sup>.

As propostas defendidas pelas 4 chapas não apresentavam muitas diferenças em relação aos interesses gerais dos professores. As divergências surgiam quanto ao encaminhamento das ações frente ao governo e ao posicionamento político vivenciado no período. Enquanto a chapa 2 revelava a necessidade de conjugar a luta dos docentes à luta das demais categorias profissionais, as outras chapas, ou apenas reconheciam a efervescência política sem querer dela participar (chapa 3), ou simplesmente negligenciavam as relações estabelecidas entre a conjuntura política e econômica com a situação educacional e corporativa dos professores do Estado de São Paulo, procurando distanciar-se dos debates político-ideológicos em disputa (chapa 1 e 4).

---

<sup>19</sup> As idéias e os planos dos candidatos. Apeoesp em Notícias: abr/1979, p. 06.

<sup>20</sup> Raul Schwinden teve sua candidatura cancelada pela comissão eleitoral da Apeoesp pelo fato de ainda não desfrutar de seus direitos políticos, suprimidos pelo regime militar em abril de 1969.

<sup>21</sup> As idéias e os planos dos candidatos. Apeoesp em Notícias: abr/1979, p. 05.

<sup>22</sup> Há quatro chapas para a Apeoesp. Folha de S. Paulo: 05/04/1979.

Apesar do número de sócios da entidade girar em torno de 40 mil<sup>23</sup>, pouco mais de 5 mil professores compareceram aos 34 pontos de votação montados na capital e 33 no interior subseções na capital e no interior do Estado. Segundo as regras da eleição, somente poderia participar o sócio que estivesse quite com a tesouraria da entidade<sup>24</sup>. Mesmo assim, a eleição em abril de 1979 contou com o maior número de votantes, 5.691, ao longo da trajetória da associação até aquele momento. Contribuíram para essa participação a dispensa de ponto, reivindicada pela Apeoesp e concedida pelo governo estadual, para o associado votar, além da inscrição de 4 chapas na disputa pelo controle da entidade. A chapa 2, representando os grupos de oposição remanescentes do Comando de Greve de 1978, sagrou-se vitoriosa com grande diferença de votos em relação às demais chapas, 4.171, enquanto a chapa 1 obteve 263, a chapa 3, 725 e a chapa 4, 397 votos. A eleição contou ainda 108 votos nulos e 27 em branco<sup>25</sup>.

Embora o resultado das urnas garantisse a vitória da chapa 2, com grande diferença de votos em relação às demais, os integrantes da chapa 3 entraram com pedido de anulação das eleições, argumentando que teriam ocorrido irregularidades na inscrição das chapas e durante a votação<sup>26</sup>.

Começava aí uma disputa jurídica para decidir quem assumiria a presidência da entidade. Raul Schwinden, que no momento da eleição estava impossibilitado de concorrer, seria o responsável pelo pedido de anulação do pleito. Articulado ao

---

<sup>23</sup> A construção da entidade única do magistério. Folha de S. Paulo: 19/03/1979.

<sup>24</sup> Pronto na Apeoesp o regulamento das eleições de abril. Folha de S. Paulo: 21/03/1979; 5 mil deverão escolher a nova diretoria da Apeoesp. 28/03/1979; Hoje a eleição na Apeoesp. O Estado de S. Paulo: 18/04/1979.

<sup>25</sup> Os números da vitória. Apeoesp em Notícias: ago/1979, p. 04; Chapa de oposição vence na Apeoesp. O Estado de São Paulo: 21/04/1979; Chapa 2 vence eleições da Apeoesp. Folha de S. Paulo: 21/04/1979; Resultados finais da eleição na Apeoesp. Folha de S. Paulo: 22/04/1979.

<sup>26</sup> Apeoesp: pedida anulação. O Estado de S. Paulo: 26/04/1979; Apeoesp anula resultado das eleições do dia 18. Diário do Grande ABC. 29/04/1979; Chapa derrotada dirigirá Apeoesp. O Estado de S. Paulo: 01/05/1979.

presidente Antonio José do Nascimento e a outros membros da antiga diretoria, deliberou, em reunião não divulgada na imprensa, pelo cancelamento da inscrição das chapas 1 e 2, conseqüentemente de seus votos, desrespeitando decisão da comissão eleitoral formada para tratar especificamente das eleições e proclamar o resultado das urnas, gerando protestos do presidente da comissão, Renato Grisi.

(...) A Comissão Eleitoral, por meu intermédio e tanto quanto conhece, até o momento, das questões atinentes ao Pleito, está convicta de que os argumentos apresentados pela Administração da Apeoesp, para justificar aquelas decisões, estão destituídos de fundamentos: são, manifestamente, argumentos “ad verecundiam” – teses sem apoio intrínseco ou apoio extrínseco; as conclusões que se seguem a esses argumentos constituem em última análise, uma confissão do não reconhecimento de outra autoridade senão a própria, demitindo, de forma aparentemente simulada, mas ostensivamente deselegante, “ad nutum”, a Comissão Eleitoral (...) <sup>27</sup>

Os argumentos para fundamentar a cassação do registro e a votação das chapas mencionadas diziam que uma professora, integrante da chapa 1, não estava quite com a tesouraria e, por isso, não poderia participar da eleição e um membro da chapa 2 estaria impossibilitado por ter sido expulso da entidade desde 1968.

Nova reviravolta aconteceu quando o presidente Antonio José do Nascimento, em atitude ambígua, afirmou reconhecer o resultado proclamado pela Comissão Eleitoral, acrescentando que a diretoria não possuía os instrumentos estatutários para anular a eleição, cabendo às chapas descontentes recorrer à Justiça <sup>28</sup>. Enquanto as lideranças da chapa vitoriosa viam com desconfiança a mudança de opinião do presidente da Apeoesp, os integrantes da chapa liderada por Raul Schwinden dirigiram críticas a Nascimento por ter descumprido decisão tomada em reunião da diretoria.

---

<sup>27</sup> Chapa 2 recorre à Justiça. Folha de S. Paulo: 01/05/1979.

<sup>28</sup> O presidente da Apeoesp garante posse da Chapa 2. Folha de S. Paulo: 03/05/1979; Chapa vencedora na Apeoesp toma posse 2.ª feira. O Estado de S. Paulo: 04/05/1979; No dia 7 a chapa Dois da Apeoesp vai tomar posse. Folha de S. Paulo: 04/05/1979.

Nova surpresa ocorreu quando Antônio José do Nascimento entregou sua renúncia à presidência da associação um dia após ter confirmado a posse da chapa vitoriosa. Em nota, o presidente demissionário expunha a fissura entre aqueles que não aceitavam a troca de comando na Apeoesp.

Saturado pela incompreensão, passo o comando da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo a quem, estatutariamente e legalmente, deve ocupar a presidência. Espero que “os renitentes donos da verdade” usem toda a verdade de que se afirmam possuidores para o bem da entidade e dêem a César o que é de César.<sup>29</sup>

Desgastado pelo resultado obtido nas urnas pela chapa que havia encabeçado, Antônio José do Nascimento acabou renunciando após pressão da diretoria da entidade que exigia sua saída depois de ter anunciado que daria posse aos membros da chapa Pró-Entidade Única. Em seu lugar assumiu Ubirajara Pereira Marcondes, 2.º vice-presidente e também membro da chapa 3. Tal manobra visava garantir a deliberação da diretoria e empossar os membros da chapa liderada por Raul Schwinden em data que antecedia a posse oficial da diretoria eleita.

A disputa em torno da eleição foi encerrada no dia 10 de maio, quando foi garantido à chapa vencedora tomar posse na Apeoesp, com base em decisão do juiz Laerte Nordi, da 25ª Vara Civil da Capital, na qual constava que devia ser restabelecida “a vontade da expressiva maioria dos associados (...) dando-se posse àqueles que, nas urnas, conquistaram o direito de representar a nobre classe dos professores do ensino oficial...”<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Demissão do presidente agrava crise na Apeoesp. Folha de S. Paulo: 05/05/1979.

<sup>30</sup> Juiz decide hoje quem vai dirigir a Apeoesp. O Estado de S. Paulo: 08/05/1979; Apeoesp: confirmada vitória. O Estado de S. Paulo: 10/05/1979; Sentença do juiz dá posse à chapa que venceu eleição. Folha de S. Paulo: 10/05/1979; Liminar garantiu posse da Chapa 2 na Apeoesp. Folha de S. Paulo: 11/05/1979.

Em seus primeiros pronunciamentos, a nova presidente da Apeoesp, Eiko Shiraiwa Campos Reis, manifestou o compromisso de empreender um esforço para reestruturar a associação, assumindo nova postura na defesa dos interesses do magistério frente ao governo paulista<sup>31</sup>.

Primeira mulher a ocupar a presidência da entidade desde sua fundação em 1945, Reis acreditava ser possível democratizar a entidade a partir de novas instâncias que tivessem função deliberativa, cabendo à diretoria o papel de executar as decisões tomadas pela categoria nessas instâncias. Para tanto, seria decisivo o apoio de todos os grupos que compunham a Comissão Pró-Entidade Única a fim de dar início a uma nova fase na organização coletiva docente. As primeiras medidas a fim de ampliar a participação da categoria nas decisões da entidade foram: a permissão aos professores das redes privada e municipal de tornarem-se filiados, a redução no número de assinaturas necessárias à convocação de assembléias de um terço dos filiados (aproximadamente 12 mil), conforme alteração feita na cidade de Lucélia em 1977 para 200 sócios bem como a redução do quórum nas assembléias<sup>32</sup>.

Posteriormente outras alterações estatutárias<sup>33</sup> foram realizadas para compatibilizar a estrutura da associação com os projetos sinalizados por sua nova diretoria e mais condizentes com a conjuntura política da primeira metade dos anos 80.

Após a disputa eleitoral, a nova diretoria da Apeoesp encontrou novo desafio. A fim dar prosseguimento aos objetivos previamente definidos, era necessário superar as dificuldades decorrentes do cancelamento do contrato mantido entre a entidade e o

---

<sup>31</sup> Nova diretoria da Apeoesp promete apoiar professores. O Estado de S. Paulo: 11/05/1979; Nova direção da Apeoesp promete maior participação. O Estado de S. Paulo: 13/05/1979.

<sup>32</sup> Apeoesp aberta a todos professores. Apeoesp em Notícias: ago/1979, p. 07.

<sup>33</sup> Dentre as mudanças que se seguiram, destacaram-se a criação de instâncias representativas como o Conselho de Representantes, o Representante por Escola e elegeu-se o Congresso como a principal instância de deliberação da associação, seguido da assembléia de sócios. JÓIA, 1993:41.

Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo). Segundo o acordo mantido, cabia ao Prodesp realizar o desconto das mensalidades dos professores que eram sócios da entidade docente. O rompimento unilateral do órgão do governo paulista resultaria em imediata perda de receita para a associação.

Tal medida caracterizava-se como uma retaliação do governador Paulo Maluf às entidades que haviam participado das greves no primeiro semestre em 1979. Para Eiko Shiraiwa Reis, tal decisão atingiria a organização coletiva do funcionalismo como um todo, tratando-se de uma intervenção branca do Estado, já que não poderia lançar mão de outras medidas repressivas tais como aquelas efetuadas sobre os sindicatos.

A decisão da Prodesp é uma forma de interferência econômica que visa a impedir a sobrevivência das entidades que defendem os interesses das categorias que representam. Essa é mais uma medida repressiva e punitiva, já que a Apeoesp, por ser associação, não pode sofrer intervenção por parte dos órgãos governamentais.<sup>34</sup>

O governo, insatisfeito com a posse de novos grupos à presidência das associações do funcionalismo, usaria tal ação para enfraquecê-las em possíveis campanhas salariais e movimentos grevistas, “não podendo partir para uma intervenção política direta (tão a seu gosto) por ser uma associação, utiliza todos os recursos e meios para reprimir e enterrar o funcionamento da entidade”<sup>35</sup>.

#### **4.4 A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA NA ENTIDADE**

---

<sup>34</sup> Prodesp encerrará desconto em folha. Folha de S. Paulo: 20/06/1979; Apeoesp não mais receberá as mensalidades da Prodesp. Folha de S. Paulo: 03/08/1979.

<sup>35</sup> A questão da Prodesp ou os vários caminhos da repressão. Apeoesp em Notícias: ago/1979, p. 05.



A obstrução do governo ao recebimento, pela entidade, das mensalidades de seus associados se concretizou ao final de 1979, prejudicando a arrecadação da associação ao longo de ano seguinte<sup>36</sup>. Mesmo assim, ações foram movidas por seu departamento jurídico a fim de ver cumprida uma determinação judicial segundo a qual determinava a continuidade dos descontos em folha de pagamento pela Prodesp<sup>37</sup>. Antevendo as dificuldades, a diretoria reiterava a necessidade de seus filiados efetuarem o pagamento das mensalidades por meio de boletos bancários, mesmo sabendo que tal ação não pudesse ter os resultados esperados. De acordo com o então diretor administrativo, Estanislau Dobbeck, os sócios da Apeoesp estavam espalhados em 4.200 escolas de todo o Estado, só restando adotar outro sistema de cobrança, como a instituição de carnês que, na sua opinião, “não seriam suficientes para manter o total atual de sócios”<sup>38</sup>.

Dentre os efeitos da crise que se abateu sobre a entidade, alguns já se manifestavam no segundo semestre de 1980.

A Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – Apeoesp – demitiu ontem 15 funcionários administrativos, mais da metade dos seus auxiliares de escritório, atendentes e contadores: reduziu o atendimento do departamento jurídico, conservando apenas três dos seis advogados que prestavam serviços à entidade; e afastou dois dos três médicos que prestavam atendimento aos associados.<sup>39</sup>

Em meio à crise financeira, a diretoria eleita em abril de 1979 foi obrigada a renunciar durante a realização do I Congresso Estadual da entidade (pós-79), realizado em novembro de 1980, na cidade de Campinas. Nele, pretendiam os participantes

---

<sup>36</sup> Uma ameaça econômica à Apeoesp. *Jornal da Tarde*: 05/01/1980.

<sup>37</sup> Apeoesp tenta anular processo da Fazenda. *O Estado de S. Paulo*: 16/01/1980.

<sup>38</sup> Crise leva Apeoesp a demitir servidores. *O Estado de S. Paulo*: 17/09/1980.

<sup>39</sup> Crise leva Apeoesp a demitir servidores. *O Estado de S. Paulo*: 17/09/1980.

discutir propostas para sanar as dificuldades vivenciadas devido a queda na arrecadação de seus associados.

Um grupo de professores propôs a destituição da diretoria, dado que a mesma não teria conseguido “avançar na reorganização da categoria docente, além de não ter correspondido para sanar o déficit econômico da associação”<sup>40</sup>. Para Paulo Frateschi, um dos integrantes do grupo de docentes que exigia a renúncia da presidente da Apeoesp, a crise na entidade seria “mais política que administrativa, ou seja, provocada por uma determinada visão de como encaminhar o trabalho de uma entidade como é a nossa”<sup>41</sup>.

No lugar da presidente Eiko Campos Reis, assumiu Gumercindo Milhomem Neto. Em seus primeiros pronunciamentos, procurou justificar os motivos que teriam levado à destituição da antiga diretoria em uma assembléia convocada para tratar de outros temas e sem o poder para tal ação. Segundo ele,

a antiga diretoria da Apeoesp, demonstrando um comportamento democrático entregou seu cargo à assembléia. Com pouco mais de um ano de mandato, esta diretoria vinha se enfraquecendo e afastando-se do professorado, não conseguindo solucionar a crise financeira da entidade, após o corte nos descontos da Prodesp. Alguns membros da antiga diretoria, inclusive a própria Eiko Campos Reis, estavam afastados da sede da entidade e já não eram tão assíduos quanto no início da gestão, em maior do ano passado.<sup>42</sup>

Apesar de não se opor frontalmente à decisão da Assembléia que a retirou da presidência da Apeoesp, Eiko Campos Reis adiou a posse da nova diretoria alegando ser necessária a convocação de uma assembléia da categoria para referendá-la<sup>43</sup>. Tal

---

<sup>40</sup> Destituídos diretores da Apeoesp. O Estado de S. Paulo: 25/11/1980

<sup>41</sup> FRATESCHI, Discussões e avaliações. Texto contendo alguns encaminhamentos do I Congresso Estadual da Apeoesp. 22/11/1980.

<sup>42</sup> Uma nova diretoria para a associação dos professores. Jornal da Tarde: 25/11/1980; Déficit na Apeoesp é de Cr\$ 5 milhões, revelam diretores. Folha de S. Paulo: 28/11/1980.

<sup>43</sup> Presidente adia posse na Apeoesp. O Estado de S. Paulo: 26/11/1980.

ação foi suficiente para, durante o encontro convocado, a diretoria destituída em Campinas retomasse o controle da entidade ainda em dezembro daquele ano. Por 277 votos a favor contra 226, os docentes revogaram a decisão do Congresso, e extinguiram a diretoria provisória liderada por Gumercindo Milhomem Neto<sup>44</sup>.

Após sucessivas dificuldades que se abateram sobre a diretoria empossada em 1979, ataques do governo por meio do estrangulamento financeiro da entidade, uma greve malsucedida, realizada em conjunto com o funcionalismo paulista e ataques de grupos políticos rivais, o mandato (reduzido de 3 para 2 anos) de Eiko Campos Reis chegou ao fim em junho de 1981. Em eleição realizada em maio daquele ano, três chapas concorreram ao controle da associação: a chapa A – Movimento de Renovação e Fortalecimento da Apeoesp, tendo a frente, Liliam Pereira Martins, que mesmo sendo integrante da diretoria anterior, manifestou-se de oposição; a chapa B – Solidariedade – de situação, contando como candidata a professora Rosiver Pavan; e a chapa C – Novo Tempo – também de oposição, liderada por Gumercindo Milhomem Neto<sup>45</sup>.

Para Liliam Pereira Martins, a entidade precisaria se estruturar a partir das escolas por meio da eleição de representantes por local de trabalho. Era favorável à atuação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) na organização do professorado em nível nacional, além de defender a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Rosiver Pavan, da chapa Solidariedade, defendia a manutenção do Conselho de Representantes como legítima instância deliberativa. Em termos de organização nacional dos professores, era favorável à participação da Apeoesp na

---

<sup>44</sup> Eiko reassume e faz plano contra a crise. O Estado de S. Paulo: 09/12/1980.

<sup>45</sup> Apeoesp faz eleições para representantes. O Estado de S. Paulo: 26/05/1981.

Unate, entidade confederativa dos educadores criada para contrapor-se à CPB. Gumercindo Milhomem Neto afirmava que a diretoria estariam “dando as costas para as necessidades de organização dos professores nos momentos de menor agitação”, sendo responsável pela desorganização da categoria nos momentos de “grandes campanhas”. Aqui ele referia-se à greve do funcionalismo de 1979, tida por suas lideranças como “confusa e pouca eficiente”. No tocante à organização nacional dos professores, entendia que a solução ocorreria mediante debate realizado em todas as instâncias da entidade para definir por uma ou por outra confederação.<sup>46</sup>

Com o comparecimento de 3.950 votantes (inferior aos 5.691 votos obtidos na eleição anterior), a chapa encabeçada por Gumercindo Milhomem Neto sagrou-se vencedora. Entre suas principais metas, Milhomem Neto assumiu o compromisso de dar “importância a um contato mais freqüente com os professores em suas escolas e a aspectos de lazer e práticas culturais que envolvem toda a categoria, em conjunto com a comunidade escolar”. Além disso, entendia ser necessária uma reestruturação no departamento jurídico da associação, “uma vez que o maior problema para o professorado é justamente a complexidade da legislação que rege as suas relações com o Estado”<sup>47</sup>.

Em meio a esse processo, a entidade continuou seus esforços para reunir as reivindicações dos profissionais em educação realizando Congressos que apresentavam diversos temas, tais como a situação do ensino no pré-primário, do ensino de 1.º e 2.º graus, os desafios das disciplinas de Estudos Sociais, Ciências

---

<sup>46</sup> Três candidatos expõem o programa das chapas. Folha de S. Paulo: 17/05/1981.

<sup>47</sup> Apeoesp elege novo presidente. O Estado de S. Paulo: 31/05/1981; Nova diretoria da Apeoesp será empossada hoje. Folha de S. Paulo: 06/06/1981.

Exatas e Comunicação e Expressão, bem como do papel da mulher na educação e das propostas de reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>48</sup>.

Durantes esses encontros, as entidades do magistério expunham suas divergências em relação às escolhas políticas e estratégias de luta para encaminhar as reivindicações dos docentes. Para o ano de 1983, era anunciada uma campanha unificada, envolvendo diversos setores do ensino e das demais profissões. Ainda nesses congressos, a Apeoesp deliberava a respeito de temas específicos relativos a sua própria organização. No 3.º Congresso houve mudanças na composição da diretoria que aumentou de 15 para 21 membros e foi criada a figura do representante de escola, o elo entre a entidade e a base que a representa<sup>49</sup>.

Além dos congressos, as eleições para a diretoria eram responsáveis pelas mudanças na composição de forças que comandavam a entidade. Em 1983, os associados da Apeoesp foram novamente convocados a participar da escolha do presidente e dos demais cargos de direção de seu órgão representativo. Duas chapas disputaram a preferência dos docentes: a chapa situacionista “Continuar a Luta: organização e participação” e chapa de oposição “Novapeoesp: dignidade e justiça para o magistério. À frente da situação, Gumercindo Milhomem Neto que pleiteava a reeleição enquanto pela oposição, Maria Nilde Mascellani pretendia assumir o comando da entidade pela primeira vez<sup>50</sup>.

Dentre as propostas de Gumercindo Milhomem Neto constavam “ampliar a participação da categoria na luta por melhores condições de trabalho, aprimorar a estrutura da organização por meio da efetivação do processo de eleição de

---

<sup>48</sup> As decisões dos professores no 3.º Congresso anual da Apeoesp. *Jornal da Tarde*: 13/10/1982.

<sup>49</sup> Apeoesp: uma campanha salarial unificada no próximo ano. *Jornal da Tarde*: 14/10/1982.

<sup>50</sup> Apeoesp elege 3.ª feira conselho e nova diretoria. *O Estado de S. Paulo*: 28/05/1983.

representação docente por escola. Já para a chapa de oposição, liderada por Maria Nilde Mascellani, a preocupação era reivindicar a presença do magistério nas delegacias de ensino, delegacias regionais e Conselho Estadual de Educação. Também eram favoráveis à unificação da luta dos profissionais da Educação, que segundo sua avaliação encontrava-se dividido em várias entidades<sup>51</sup>.

Com pequena diferença de votos (532 em um universo de 19.210), Gumercindo Milhomem alcançou a vitória e consolidou-se como uma das principais lideranças do magistério paulista. Sua vitória representava também a consagração de um grupo que reunia, em grande maioria, integrantes filiados ao Partido dos Trabalhadores – PT. Outro ponto a destacar deste pleito foi o número de votantes. Quase 20 mil associados participaram da eleição que definiu a diretoria que comandaria por mais dois<sup>52</sup>.

Em nova disputa eleitoral em 1985, Gumercindo Milhomem Neto voltou a se candidatar e testar sua popularidade junto a categoria que representava. Novamente, três chapas foram compostas para concorrer à presidência da Apeoesp. Além da chapa encabeçada por Gumercindo Milhomem Neto (Apeoesp Faz), a eleição contou ainda com as chapas Apeoesp Presente, sob a liderança de Liliam Pereira Martins e Alternativa, tendo a frente Nelson Rodrigues da Silva.<sup>53</sup>

Dentre os principais assuntos debatidos na eleição, destacavam-se a suposta partidarização da entidade. Tal acusação era imputada à diretoria pela chapa de Liliam Pereira Martins. Para ela, a diretoria era composta de 21 membros, sendo 16 ligados ao PT e 5 filiados ao PMDB. Tal desproporção seria, na opinião dos proponentes da

---

<sup>51</sup> Duas chapas disputam eleições para nova diretoria da Apeoesp. Folha de S. Paulo: 08/05/1983.

<sup>52</sup> Presidente da Apeoesp eleito. O Estado de S. Paulo: 02/06/1983.

<sup>53</sup> Três chapas disputam diretoria da Apeoesp. O Estado de S. Paulo: 30/05/1985.

chapa em questão, responsável por mobilizações que dissessem respeito a questões não relacionadas especificamente com o magistério paulista.

O que queremos colega, é uma Apeoesp que se preocupe menos com a CUT e mais com os professores e seus problemas cotidianos. Queremos uma Apeoesp que não esteja preocupada em derrubar governo do Estado só porque ele não é do PT (...) queremos uma Apeoesp que não aposte no CONFRONTO e sim na Cobrança.<sup>54</sup>

De outro lado, a chapa situacionista alegou que o grupo do qual pertencia Liliam Pereira Martins, estaria defendendo o fim da independência da entidade ao propor participação no governo estadual. Isto seria decorrente da trajetória vivida pela associação, apresentando crescimento no número de filiados, atraindo, supostamente, o interesse de representantes do governo que pudessem controlá-la.

Hoje, a Apeoesp desperta interesse entre políticos, partidos e membros do governo. Cada qual tentando se utilizar da força e representatividade da entidade junto à categoria, para passar suas posições, em detrimento da vontade e desejo do professorado. Antes, combatida, hoje disputada. Mas é importante que a disputa se dê entre professores, sem interferência daqueles que ocupam cargos de confiança nos órgãos do Estado e de dirigentes partidários.<sup>55</sup>

A terceira chapa se apresentou como oposição à diretoria devido ao processo grevista do ano anterior. Segundo suas lideranças, enquanto os membros da diretoria da Apeoesp defendiam o fim da mobilização, integrantes do grupo, então denominado Alternativa, lutavam pela continuidade do movimento. De acordo com suas análises, o recuo no movimento e a trégua firmada com o governo Montoro teriam resultado em vitória parcial, quando entendiam que seria possível atingir plenamente suas reivindicações. Assim como a chapa situacionista, elegiam a CUT como central sindical responsável por articular a luta de todas as categorias profissionais, da qual a

---

<sup>54</sup> Chapa Apeoesp Presente. Apeoesp em Notícias. mai/1985: 10.

<sup>55</sup> Chapa Apeoesp Faz. Apeoesp em Notícias. mai/1985: 10.

Apeoesp deveria participar, e acusavam a chapa de Liliam Pereira Martins de pretender “atreлар” a entidade ao governo estadual.

Em torno de 27 mil associados participaram dessas eleições. O grupo liderado por Gumercindo Milhomem Neto obteve grande diferença em relação aos seus concorrentes, 14.877 contra 8.568 de Liliam Pereira Martins e 2.371 de Nélon Rodrigues da Silva.<sup>56</sup>

Aproveitando a popularidade conferida em três eleições na entidade, Gumercindo Milhomem Neto afastou-se da entidade para concorrer a uma vaga como candidato à Assembléia Constituinte em 1986. Em duas outras eleições (1987 e 1989) o grupo ao qual pertencia Milhomem Neto sagrou-se vitorioso, doravante sob a liderança de João Antônio Felício. Em 1987 derrotando a chapa encabeçada por Cláudio Gomes Fonseca (representando o grupo de Liliam Martins) e novamente a Alternativa, liderada por Nélon Rodrigues da Silva.

Já em 1989, ano de eleições diretas para presidente da República e renovação dos governos estaduais, o grupo hegemônico na entidade disputou e venceu as eleições para a diretoria da entidade contra a chapa Alternativa, liderada dessa vez por Mauro Puerro<sup>57</sup>.

Durante os debates que antecederam o pleito, novas divergências fizeram-se presente, demarcando alguns limites entre os grupos que disputavam o comando da Apeoesp. Entre os pontos discordantes estavam a oficialização ou não do apoio da entidade a candidatos nas eleições gerais de novembro de 1989. Para membros da chapa situacionista, as lideranças do professorado paulista teriam todo direito, como

---

<sup>56</sup> Milhomem reeleito na Apeoesp. O Estado de S. Paulo: 02/07/1985; Chapa 1 vence as eleições e toma posse este mês. Apeoesp em Notícias. jun/1985: 05.

<sup>57</sup> Situação vence na Apeoesp e USP. O Estado de S. Paulo. 02/06/1989.



cidadãos, de escolher os candidatos de sua preferência, não concordando que a entidade defendesse uma candidatura específica. Já para a chapa de oposição, a Apeoesp não deveria ser “omissa no processo eleitoral”, escolhendo e apoiando uma candidatura que se dispusesse a “romper com a submissão com o FMI e com o pagamento da dívida externa”, caminhando assim para “a ratificação das reivindicações populares (reforma agrária, aumento geral de salários, etc.), como sendo a única confiável para o conjunto da classe trabalhadora”<sup>58</sup>.

Cerca de 20.935 professores participaram das eleições em 1989. Destes, 16.638 votantes escolheram a chapa liderada por João Antônio Felício. Outros 3.800 associados votaram na Chapa encabeçada por Mauro Puerro. A larga vantagem do grupo que comandava a Apeoesp desde 1981 pode ser atribuída a uma possível identificação do professorado com a prática e o discurso sindical desenvolvidos durante esse período pelo grupo vitorioso, supostamente mais “ameno” se comparado com aquele defendido pela chapa derrotada. Mais do que divergências ideológicas, os dois grupos apresentavam diferenças oriundas de divisões partidárias, pois ambos eram constituídos, majoritariamente por filiados e simpatizantes do Partido dos Trabalhadores.

A consolidação do grupo de professores que assumiu a direção da Apeoesp a partir de 1981 também se fez por meio dos debates suscitados nos congressos da entidade, instância norteadora das ações e definidora das estratégias políticas que deveriam orientar as ações desenvolvidas pela organização coletiva docente.

---

<sup>58</sup> Apeoesp faz a luta. Toda luta vale a pena. Apeoesp em Notícias. mai/1989; Por que Alternativa de luta. Apeoesp em Notícias. mai/1989.

Nos congressos, os professores debatiam assuntos diversos, desde questões relativas ao trabalho nas escolas e à carreira do magistério (democratização da escola, formação profissional, municipalização, defesa de um conselho de escola deliberativo)<sup>59</sup>, à organização sindical (direito à sindicalização do funcionalismo público, unicidade sindical, filiação à CUT)<sup>60</sup>, até temas relacionados à conjuntura política e econômica nacional e internacional (eleições diretas, fim da Lei de Segurança Nacional, defesa de uma “Assembléia Nacional Constituinte, Livre, Soberana e Democrática”, defesa da Reforma Agrária, contra o pagamento da dívida externa, solidariedade aos opositores de Pinochet no Chile e contra a opressão dos povos na Polônia, na Bolívia e El Salvador)<sup>61</sup>.

Ao mesmo tempo em que definiam seu posicionamento frente às questões específicas da educação e da conjuntura brasileira e internacional, os associados iam definindo o perfil da entidade, sua estrutura e organização, acompanhando o crescimento no número de filiados e as transformações políticas e educacionais vivenciadas pelo país durante os anos 80.

De acordo com Luiz Augusto Leobons (1997), as mudanças estatutárias ocorridas a partir de 1981 introduziram dois princípios organizativos que determinariam a forma como a Associação deveria estruturar-se.

Separa por prerrogativa os órgãos deliberativos e executivos, estabelece a composição dos mesmos pelo critério da representatividade a partir do local de participação e de trabalho e introduz mecanismos de controle das lideranças pelas bases não só pela limitação do tempo dos mandatos individuais e coletivos como também pela possibilidade de revogação dos mesmos(...) a

---

<sup>59</sup> Resoluções do III Congresso Estadual de Professores. 09-10/10/1983; Resoluções do II Congresso Estadual de Professores. Sorocaba. 20-21/11/1981; Resoluções do IX Congresso Estadual da Apeoesp. Novembro de 1988.

<sup>60</sup> Apeoesp em Notícias. nov-dez/1983: 04.

<sup>61</sup> Teses para o 5.º Congresso da Apeoesp. Osasco. Nov/1984; Teses para o 6.º Congresso Anual. Bauru. Out/1985; Teses para IX Congresso Estadual Anual. São José do Rio Preto. Nov/1988.

criação dos órgãos Conselho de Representantes e Congresso Estadual, além da já existente Assembléia Geral seriam mecanismos que estenderiam a possibilidade do controle do representante ao longo de todo o seu mandato e não apenas no seu final com uma virtual aprovação ou reprovação pelo sistema eleitoral.<sup>62</sup>

Após as mudanças ocorridas nos primeiros Congressos da entidade, outros instrumentos foram sendo acrescentados aos seus estatutos, dentre eles o incentivo à abertura de novas subsedes, saltando de 23 unidades em setembro de 1979 para mais de 60 subsedes no interior e regionais na capital paulista<sup>63</sup>.

Outra mudança condizente com o crescimento da entidade e com a prevalência de certas concepções políticas, foi a criação do Representante de Escola, durante as discussões no III Congresso, realizado no final de 1982. Tal medida visava efetivar, a partir do ano seguinte, uma das principais reivindicações do sindicalismo que emergiu durante o final da década de 70, qual seja, a escolha de representantes que pudessem atuar/organizar as lutas da categoria no local de trabalho.

A Apeoesp está intensificando a Campanha de Eleição de Representantes por local de trabalho, porque acreditamos ser esta a base de sustentação do movimento sindical dos professores. Suas funções são representar os professores da escola junto à direção da Unidade Escolar e à regional/subsede da Apeoesp; manter os professores informados dos encaminhamentos e atividades desenvolvidas pela Apeoesp.<sup>64</sup>

Adequar-se ao rápido crescimento da rede estadual de ensino, bem como do número de docentes impunha-se como tarefa necessária na legitimação da associação junto ao professorado, aos demais profissionais do ensino e ao governo.

---

<sup>62</sup> LEOBONS, 1997: 107-112.

<sup>63</sup> Apeoesp em Notícias. set/1979: 14; Apeoesp em Notícias. jul-ago/1989.

<sup>64</sup> As decisões dos professores no 3.º Congresso anual da Apeoesp. Jornal da Tarde: 13/10/1982. Apeoesp em Notícias. jul-ago/1983: 05.

Muitos Congressos aconteceram em meio a campanhas deflagradas pelo magistério e/ou do conjunto do funcionalismo público contra o governo estadual. Em momentos assim, definiam estratégias, realizavam análises acerca de possíveis conquistas e derrotas, traçavam novos rumos para a organização/mobilização da categoria e consolidavam lideranças ao longo das disputas internas travadas em sua trajetória nos anos 80.

#### **4.4.1 CAMPANHAS E MOBILIZAÇÕES**

As campanhas e ações organizadas pela Apeoesp contribuíram para a sua reorganização, ampliando sua visibilidade para além dos integrantes do magistério e do campo educacional paulistas. Doravante, a diretoria da associação visava disputar espaço com outros segmentos organizados da sociedade, defendendo interesses corporativos ou mais abrangentes como eleições diretas para presidente, instalação da Assembléia Constituinte, pagamento da dívida externa, reforma agrária e os resultados dos inúmeros planos econômicos gestados para controlar o movimento ascendente da inflação e da deterioração das condições de vida da maioria da população.

Tomado de grande expectativa, o magistério vivenciou em abril de 1979, durante as disputas travadas no interior da Apeoesp, novo movimento grevista, desta vez em conjunto com outras categorias do funcionalismo público estadual. Assim, as discussões em torno da escolha da nova diretoria da entidade alimentavam os debates acerca do posicionamento dos professores frente às ações grevistas da mesma forma em que aproximavam-nos de outros segmentos do funcionalismo ou mesmo de outros

segmentos sociais e de suas demandas, conjugando esforços e empreendendo lutas coletivas.

A pauta elaborada em conjunto com outras categorias de servidores públicos era constituída, principalmente pela exigência de 70% de reajuste além de Cr\$ 2 mil<sup>65</sup>. Perseguições do governador Paulo Maluf (ameaças de demissão, corte no ponto e convocação para depor no DEOPS), divergências entre lideranças do funcionalismo e desgaste depois de 35 dias de paralisação marcaram a primeira greve conjunta dos servidores públicos no Estado de São Paulo<sup>66</sup>.

A greve, instrumento de luta utilizado por diversos setores profissionais, voltou a expressar o descontentamento do magistério durante os anos 80. Após as paralisações nos anos 78 e 79, a Apeoesp participou de novas greves em 1982, 1984, 1986, 1987, 1988. Apesar de muitas referirem-se a um mesmo tema, reajuste salarial, ao analisarmos mais detalhadamente cada uma delas, podemos perceber, além de suas especificidades, a consolidação de certas opções políticas durante a transição vivenciada pela associação rumo ao seu reconhecimento como sindicato.

Em 1982, o principal motivo causador da mobilização do magistério teria sido a divulgação dos índices de reajustes para o funcionalismo público. Pela proposta do governo, os funcionários receberiam 40% em março e mais 40% em julho daquele ano<sup>67</sup>. Tais valores alcançavam pouco mais da metade reivindicada pelos dirigentes das associações representativas do funcionalismo, principalmente daquelas pertencentes ao magistério. Em assembléia conjunta, professores, especialistas e

---

<sup>65</sup> Em greve 90% dos professores. Última Hora. 17/04/1979.

<sup>66</sup> O DEOPS ouve quatro grevistas. Jornal da Tarde. 05/05/1979; Professores reúnem-se hoje. Folha de S. Paulo: 29/04/1979; Os professores voltam para lecionar. E nada mais. Diário do Povo. 14/05/1979;

<sup>67</sup> Magistério faz hoje reunião preparatória. Folha de S. Paulo: 12/03/1982.

demais funcionários dos estabelecimentos oficiais de ensino do Estado definiram uma proposta para ser encaminhada ao governador, cobrando um reajuste único de 140%, mais reajustes semestrais. Se o governo não apresentasse uma contraproposta, a Apeoesp, representando os professores das últimas séries do 1.º grau e de todas as séries do 2.º grau, a Udemo, representando os diretores das escolas, a Apase, pelos supervisores de ensino e o CPP, em nome dos professores das séries iniciais do 1.º grau iniciariam uma paralisação de 5 dias (do dia 22 até o dia 26)<sup>68</sup>.

A greve dos profissionais do ensino de 1.º e 2.º graus somaria-se ao movimento deflagrado por outras categorias do funcionalismo como os funcionários e médicos do Hospital das Clínicas e dos professores da USP, que desafiando as ameaças do governo decidiram lançar-se ao enfrentamento direto por meio da paralisação<sup>69</sup>.

A fim de punir os manifestantes, o governo divulgou nota anunciando a investigação de 600 funcionários do Hospital das Clínicas para futuras penalidades como a demissão para aqueles contratados segundo a CLT e a abertura de processo administrativo para os efetivos<sup>70</sup>.

Enquanto isso, na educação, professores e governo divergiam no número de unidades paralisadas, porém concordavam que a greve, após o terceiro dia, havia sido reforçada com a adesão de novas escolas ao movimento. Para o governo paulista, o número de escolas paralisadas, parcial ou totalmente, havia subido de 48 para 167. Já para a diretoria da Apeoesp, o número de unidades em greve chegava a 396<sup>71</sup>.

---

<sup>68</sup> Magistério discute reajuste amanhã à tarde no Pacaembu. 13/03/1982; Professores fazem hoje assembléia no Pacaembu: 14/03/1982. Os professores aprovam índice único de 140%. Folha de São Paulo: 15/03/1982.

<sup>69</sup> Apesar das ameaças, greve recebe adesões. O Estado de S. Paulo: 21/03/1982.

<sup>70</sup> A greve. Jornal da Tarde: 23/03/1982; Estado anuncia 600 demissões. Folha de S. Paulo: 25/03/1982.

<sup>71</sup> Na educação, contradição de informações. Folha de S. Paulo: 25/03/1982.

Embora houvesse contradições entre os levantamentos do governo e das entidades do magistério, Gumerindo Milhomem, presidente da Apeoesp, avaliava positivamente o movimento por ter possibilitado a união dos professores em torno das associações, unificado todas as entidades do magistério, conseguido expor à opinião pública a intransigência do governo, bem como “aglutinar o conjunto do funcionalismo público”<sup>72</sup>.

Percebendo o refluxo do movimento, o Comando Geral de Greve decidiu encerrar a paralisação na data previamente definida, 26 de março. Tendo completado cinco dias, capitalizar em seu favor os resultados da movimentação do funcionalismo constituía-se numa necessidade para a manutenção da pressão ao governo. Também contribuiu para o término da mobilização, a intermediação feita pela Cúria Metropolitana de São Paulo, sob a liderança de D. Paulo Evaristo Arns e pela Comissão de Justiça e Paz na pessoa de seu presidente, José Gregori.

As ameaças desferidas no início da paralisação foram concretizadas, porém diferentemente do que havia sido noticiado inicialmente, apenas 3 professores e uma diretora foram afastadas de suas funções por terem participado da greve. Antônio Geraldo Justino, Regina Maria Lintz Funari e Miriam Nallini Marques, professores além de Cecília Vasconcellos Lacerda Guaraná, diretora de escola e presidente da Udemo, foram suspensos por 30 dias enquanto aguardariam a conclusão dos processos instaurados contra eles<sup>73</sup>.

Mesmo que a suspensão aos quatro integrantes do magistério não resultasse em punição, o entrevero entre governo e entidades docentes serviu para manter a

---

<sup>72</sup> Foi uma vitória, diz a Apeoesp. Folha de S. Paulo: 26/03/1982.

<sup>73</sup> Como terminou a greve. O Estado de S. Paulo: 27/03/1982; Os malufados. Jornal da Tarde: 29/03/1982.

mobilização de professores e demais profissionais da Educação, dado que campanhas foram realizadas visando arrecadar recursos aos docentes suspensos contribuindo para a permanência da campanha nos meios de comunicação<sup>74</sup>.

Outro importante momento vivido pela Apeoesp ainda em 1982 foi o das eleições para governador. Mesmo que a resolução do Congresso tendo deliberado que a entidade não apoiaria nenhum candidato, parcelas do professorado, vinculadas ao PMDB, reuniram-se com o senador Franco Montoro, postulante ao governo paulista a fim de apresentar as reivindicações da categoria. Entre os professores que haviam participado estavam Lílian Martins e Ronaldo Nicolai, dois membros de chapas que disputavam com a chapa de Gumercindo Milhomem Neto, a presidência da associação<sup>75</sup>.

A vitória de Franco Montoro na disputa pelo governo estadual despertou esperanças entre os dirigentes da Apeoesp, pois a avaliação era de que o processo de redemocratização vivenciado no país atingiria a educação paulista com possíveis melhorias nas condições de trabalho dos docentes. Assim como esperavam pela democratização no interior da escola, os diretores da Apeoesp acalentavam também uma melhor relação com o novo governo devido aos diálogos travados antes da posse<sup>76</sup>.

As perspectivas de mudanças em prol da educação pública estadual eram alimentadas também pelas declarações emitidas por Paulo de Tarso, indicado para assumir a Secretaria de Educação no governo de Franco Montoro. Muitas de suas

---

<sup>74</sup> A suspensão não será revogada, diz Jessen Vidal. Folha de S. Paulo: 20/04/1982; Apeoesp procura reunir recursos para os punidos. Folha de S. Paulo: 22/04/1982.

<sup>75</sup> Apeoesp diz que nada pediu. Folha de S. Paulo: 20/10/1982.

<sup>76</sup> Apeoesp perde de vez os descontos. Folha de S. Paulo: 04/02/1983.



promessas se identificavam com a pauta reivindicatória das entidades representativas do magistério.

Concentrar todos os recursos e esforços disponíveis na 1.<sup>a</sup> série do 1.<sup>o</sup> grau, para diminuir as taxas de evasão e repetência, dar oportunidade às escolas de criarem seus próprios planos a partir de um currículo mínimo estipulado, ativar os conselhos escolares, criar os conselhos municipais e aumentar a representatividade do Conselho Estadual de Educação (CEE)...<sup>77</sup>

O fato de o partido de oposição à ditadura ter vencido o pleito, do convite a pessoas identificadas com uma suposta agenda progressista ou mesmo integrantes de entidades do magistério para ocupar cargos no governo, além da apresentação de propostas que convergiam com o interesse das organizações docentes despertavam o sentimento de que a Educação paulista como um todo tomaria novos rumos, invertendo o processo de degradação vivido a partir da década 70.

O problema mais urgente para o professorado, no entendimento de suas entidades, era relativo aos vencimentos. Segundo pesquisa encomendada por uma comissão de estudos salariais, criada logo após a posse de Franco Montoro, de janeiro de 1963 até janeiro de 1983, o salário do professor PIII (com licenciatura plena, habilitado para lecionar de 5.<sup>a</sup> a 8.<sup>a</sup> série e as séries do 2.<sup>o</sup> grau) havia acumulado uma perda de 58%<sup>78</sup>. Ainda de acordo com o levantamento, o nível máximo atingido pelo salário do professor no Estado de São Paulo, teria sido alcançado em dezembro de 1964 e dezembro de 1965<sup>79</sup>, confirmando os resultados da pesquisa de Elza Nadai (1991).

---

<sup>77</sup> Paulo de Tarso quer menor evasão escolar. Folha de S. Paulo: 23/02/1983; Magistério deseja escolher os novos delegados de ensino. Folha de S. Paulo: 02/03/1983.

<sup>78</sup> Poder de compra dos professores decresceu 58%. Correio Popular: 004/05/1983.

<sup>79</sup> Apeoesp pede mais 20% ao secretário. Folha de S. Paulo: 03/03/1983; O ano letivo ainda nem começou e os professores já vão à Secretaria. Jornal da Tarde: 03/03/1983.

Depois de viver a expectativa do início do novo governo e os debates travados em torno da sucessão no interior da entidade, o professorado deu prosseguimento a sua campanha em defesa de melhores condições de trabalho e melhor remuneração. Em agosto de 1983, o presidente reeleito da Apeoesp tornou público o índice pleiteado para o magistério a fim de minimizar os efeitos da inflação, 34%. Porém, na avaliação de alguns dirigentes do funcionalismo público, para repor as perdas do período 1979-1983, o governo teria de conceder um reajuste de 227%<sup>80</sup>.

A trégua oferecida pelas entidades representativas dos professores e demais funcionários públicos ao novo governo dava indícios que não duraria até o final do primeiro ano. Associações representando funcionários da saúde mostravam-se frustrados com as negociações salariais estabelecidas com o governo. Em relação aos professores, o discurso dos dirigentes de seus órgãos representativos substituía a moderação pela crítica contundente. Na opinião de Beatriz Pardi, diretora da Apeoesp, o professorado paulista estaria cansado do “lenga-lenga” da falta de verbas e “profundamente insatisfeito” com o desempenho do governador Franco Montoro<sup>81</sup>.

O “lenga-lenga” aludido pela representante dos docentes dizia respeito ao fato de o governo reconhecer a defasagem salarial do professorado nos últimos 20 anos e mesmo assim, não oferecer nenhuma perspectiva de resolver tal situação, alegando que o orçamento do Estado possuiria “limitações intransponíveis”<sup>82</sup>. Ainda de acordo com Beatriz Pardi,

é impossível pensar-se em qualquer proposta a nível educacional se não for acompanhada pela política salarial (...) estamos cansados do “comportamento

---

<sup>80</sup> Magistério estadual quer uma suplementação de 34%. Folha de S. Paulo: 08/08/1983; Os funcionários públicos querem negociar em SP. Folha de S. Paulo: 21/08/1983.

<sup>81</sup> Servidores estaduais ameaçam ir à greve por novo aumento. Folha de S. Paulo: 08/09/1983.

<sup>82</sup> Secretário admite situação difícil entre professores. O Estado de S. Paulo: 10/09/1983.

democrático” do governo, que se limita à disponibilidade de ouvir e adota uma política deliberada de contenção salarial. Discussões sem resposta tornam-se inócuas. Não há negociação. Só se compreende uma negociação quando há algo em troca para oferecer e não nos foi oferecido nada em troca. As promessas eleitoreiras não passaram disso.<sup>83</sup>

Sendo desfeitas algumas das expectativas iniciais com o novo governo, a Apeoesp deu continuidade a suas ações reivindicatórias ainda no mês de novembro quando foi realizada uma paralisação de 24 horas seguida de passeata e ato público em frente a sede da Secretaria de Educação.

Ninguém poderá dizer que não tentamos tudo com o governo. Apresentamos gráficos, estudos e análises demonstrando como nossos salários estão defasados em relação ao processo inflacionário; mostramos como o ensino vem se deteriorando por falta de verbas, pelo descaso do Estado com relação à educação. Tentamos negociar. Tudo nos foi negado e por isso nosso protesto é mais que justo, é necessário e fundamental.<sup>84</sup>

Mesmo sob a ameaça do secretário de Justiça, Miguel Reale Jr, o protesto organizado pela Apeoesp ocorreu, segundo alguns de seus prognósticos, com um número superior às suas expectativas, 7 mil pessoas. Ainda assim, esse teria sido o principal movimento de pressão ao novo governo realizado pela entidade em 1983, sendo considerado como uma “injeção de ânimo e uma advertência para o governo”, visto que, para o presidente da Apeoesp, Gumercindo Milhomem Neto, o início de 1984 poderia ser marcado por “greves, manifestações e paralisações voluntárias” caso o governo não anunciasse propostas “mais favoráveis aos docentes e ao conjunto do funcionalismo”.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> Apeoesp promove ato contra ‘intransigência do governo’. Folha de S. Paulo: 14/10/1983; Magistério sem motivos para festa. Folha de S. Paulo: 15/10/1983.

<sup>84</sup> Magistério estadual vai parar amanhã por maiores salários. Folha de S. Paulo: 22/11/1983.

<sup>85</sup> Polícia pode proibir a passeata dos professores marcada para hoje. Folha de S. Paulo: 23/11/1983; O protesto dos professores. Jornal da Tarde: 24/11/1983; Sete mil na passeata de protesto dos professores. Folha de S.

Entre os meses que separavam a única manifestação do professorado e o início do ano letivo seguinte, o governo enviou a mensagem do reajuste salarial da categoria, desagradando os dirigentes da Apeoesp. Duas outras medidas acabaram sendo divulgadas por membros do executivo paulista e da secretaria de Educação, o aumento de 10 para 15% da hora-atividade e a formação de uma comissão destinada a elaborar um novo Estatuto do Magistério. Tais medidas foram consideradas insuficientes por diretores da Apeoesp para minorar antigos problemas como “longas jornadas devido aos baixos salários, insegurança no trabalho para grande número de docentes contratados em caráter provisório além do excessivo número de alunos por sala”<sup>86</sup>.

O ambiente de mobilização popular que havia tomado o país em favor das “Diretas-já” contribuiu para manter o magistério preparado para novas ações de protesto. Em pleno período de recesso escolar, os docentes haviam organizado seu Comitê Pró-diretas, congregando diversas entidades e definindo estratégias para fortalecer o movimento geral por eleições diretas para presidente, deflagrado a partir do comício realizado em São Paulo, em 27 de novembro de 1983<sup>87</sup>.

Novos comícios foram realizados em janeiro de 1984, organizados por uma frente ampla reunindo governadores de oposição, dirigentes partidários, sindicalistas e demais personalidades do meio acadêmico, cultural e esportivo.

A campanha das “diretas já” expressava ao mesmo tempo a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações. A população punha todas as suas esperanças nas diretas: a expectativa de uma representação autêntica, mas também a resolução de muitos problemas (salário

---

Paulo: 24/11/1983; Professores acreditam em maior mobilização no próximo ano. Folha de S. Paulo: 25/11/1983.

<sup>86</sup> Hora-atividade muda mas atinge só 30 mil. Folha de S. Paulo: 05/01/1984; Apeoesp mobiliza professores e afirma que categoria pode ir à greve. Folha de S. Paulo: 17/02/1984.

<sup>87</sup> GADOTTI, M. Os professores e as diretas. Folha de S. Paulo: 24/02/1984.

baixo, segurança, inflação) que apenas a eleição direta de um presidente da República não poderia solucionar.<sup>88</sup>

Para o professorado, a democratização na sociedade era vista como condição para superar problemas diversos partindo desde o autoritarismo presente nas relações travadas no interior da escola às históricas reivindicações como melhores condições de salário e trabalho.

Embora estivessem juntos nas manifestações pelas diretas, governo e entidades docentes reiniciavam um diálogo que resultaria em novas mobilizações de professores redundando em uma greve que duraria 13 dias em abril de 1984.

A movimentação do magistério ganhou corpo quando de assembléia onde estiveram presente, representantes de diversas entidades de professores e demais profissionais de ensino, deliberando uma pauta reivindicatória a ser enviada ao governador. Para o magistério paulista eram pleiteados: “reajuste de 70%, devolução de cinco referências retiradas no governo Maluf, mudança da jornada de trabalho, nova sistemática na contagem de tempo para aposentadoria e licença sindical”. Além disso, devido ao clima de campanha pelas eleições diretas para presidente, cobravam do governo a extensão de tal direito na escolha de diretores de escola e de dirigentes de ensino<sup>89</sup>.

Em resposta às cobranças das entidades docentes, o governo anunciou índice de 10,25% de reajuste, frustrando as expectativas dos representantes das associações de professores. Em reunião para avaliar a contrapartida do executivo paulista, a Apeoesp,

---

<sup>88</sup> FAUSTO, 1995: 509.

<sup>89</sup> Professores decidem que vão parar na 5.<sup>a</sup>. Folha de S. Paulo: 19/03/1984; Professores vão parar e exigir melhores salários. Jornal da Tarde: 19/03/1984.

a Udemo, o CPP e a Apase, decidiram manter uma paralisação, previamente marcada, para 22 março daquele ano<sup>90</sup>.

A paralisação de 24 horas, organizada para alertar o governo da disposição da categoria docente em iniciar um movimento grevista, reuniu, segundo a imprensa, cerca de 15 mil participantes. Segundo avaliação de alguns jornais, o manifesto em questão teria atingido “número significativo de escolas”, confirmando os dados levantados pela Apeoesp momentos antes do ato em frente ao Palácio dos Bandeirantes de que a adesão ao movimento teria alcançado “80% das unidades escolares na capital e a 90% em algumas cidades do interior como Araçatuba e São José do Rio Preto”<sup>91</sup>.

O saldo positivo da mobilização, na opinião de representantes do governo e das entidades do magistério, fortaleceu a pressão em favor da greve. Dirigentes das diversas associações docentes afirmavam que a greve era um recurso que poderia ser adotado, sendo prova da “vitalidade magistério e de suas entidades”. Novamente, teria contribuído com o suposto sucesso do movimento, a união das associações representativas dos profissionais da educação paulista<sup>92</sup>.

Enquanto isso, representantes do governo, apesar de reconhecerem as dificuldades dos professores e o direito de continuarem lutando contra tais adversidades, cobravam “paciência” de suas lideranças e a retomada do diálogo no

---

<sup>90</sup> Aumento desagrada o magistério que pode parar. Folha de S. Paulo: 22/03/1984

<sup>91</sup> Governo nega reajuste de 70% reivindicado pelo magistério. Folha de S. Paulo: 23/03/1984; Os professores protestam com paralisação. Folha da Tarde: 23/03/1984.

<sup>92</sup> Professores poderão decretar greve geral. Folha de S. Paulo: 24/03/1984.

intuito de “encontrar uma solução tecnicamente correta, socialmente justa e economicamente possível”<sup>93</sup>.

Entretanto, em assembléia realizada no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cerca de 10 mil professores aprovaram o início do movimento grevista a partir do dia 4 de abril. A dinâmica inicial da greve envolveria dois dias de divulgação de suas reivindicações junto à comunidade escolar e aos demais profissionais da educação em todo o Estado. Em seguida teria início a paralisação, contando com a adesão de diretores e supervisores de ensino, sendo avaliado semanalmente por novas assembléias a sua continuidade ou não. Além de tais ações estavam previstas para ocorrer novas rodadas de negociação com membros do governo paulista, além de manifestações públicas como passeatas pelo centro da cidade de São Paulo e atos em frente à Secretaria Estadual de Educação e ao Palácio dos Bandeirantes<sup>94</sup>.

Se por um lado, a união das entidades em torno de reivindicações comuns a professores, diretores e supervisores era elogiada por suas lideranças, fortalecendo e legitimando o movimento grevista, governo e deputados da base governista discutiam propostas que pudessem aproximar as partes conflitantes<sup>95</sup>. Contudo, havia divergência entre os próprios membros do governo em relação à contraproposta que seria apresentada aos professores. Para os secretários Roberto Gusmão, Antônio Carlos Mesquita (administração), Almir Pazzianotto (trabalho), José Serra (planejamento) e João Sayad (fazenda), que integravam a Comissão de Salários, eram defendidas como propostas, a resolução de parte dos problemas a longo prazo, como o retorno das 5

---

<sup>93</sup> “Falta recurso para reajuste do magistério”. Folha de S. Paulo: 25/03/1984; Tarso sugere ao magistério a retomada do diálogo para evitar possível greve. Folha de S. Paulo: 29/03/1984.

<sup>94</sup> Magistério decide pela greve na rede estadual. Folha de S. Paulo: 02/04/1984; E os professores já marcaram sua greve. O Estado de S. Paulo: 02/04/1984. Magistério decide pela greve mesmo com negociação. Folha de S. Paulo: 03/04/1984.

<sup>95</sup> Magistério inicia greve e prevê adesão de 5 mil escolas. Folha de S. Paulo: 04/04/1984.

referências e a reposição das perdas nos vencimentos por parte de governos anteriores. Para o secretário da Educação, Paulo de Tarso, o governo deveria sinalizar com o atendimento imediato dessas reivindicações<sup>96</sup>.

Além do apoio indireto de membros do governo e de sua base parlamentar, a greve do magistério público estadual recebeu apoios de outras entidades como a Associação de Professores Especialistas em Educação do Ensino Municipal (Apeeem) de São Paulo e da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp)<sup>97</sup>.

Um ato público em frente à Secretaria de Educação confirmaria, para as lideranças do professorado, a força do movimento. Cerca de 50 mil pessoas estiveram concentradas no local e depois seguiram em passeata pelo centro de São Paulo até a Praça da Sé. Para Gumercindo Milhomem Neto, presidente da Apeoesp, “jamais em toda a história de São Paulo houve tamanha manifestação pública de uma só categoria profissional”. A manifestação do professorado fez com que o secretário de Educação admitisse que a paralisação atingia a quase totalidade das escolas estaduais, qualificando a concentração na Praça da República de “tranqüila, ordeira e pacífica, dignificando, ainda mais, a democracia instaurada pelo governo Montoro”<sup>98</sup>.

Apesar da força demonstrada pelos grevistas, o governo manteve as propostas oferecidas anteriormente. Este teria sido um dos principais motivos da continuidade do movimento, decidido por nova assembléia das categorias envolvidas. Novamente, um grande número de professores, diretores e supervisores compareceu ao Sindicato dos

---

<sup>96</sup> Governo quer diálogo, mas não faz concessão. Folha de S. Paulo: 05/04/1984. Magistério pára em todo o Estado. O Estado de S. Paulo: 05/04/1984.

<sup>97</sup> Apeeem e Adusp apóiam a greve. Folha da Tarde: 05/04/1984.

<sup>98</sup> Paralisação de escolas é total em SP: 05/04/1984; Manifestação do magistério em greve reúne 50 mil. Folha de S. Paulo: 06/04/1984; Mais de 50 mil no protesto dos professores de SP. Folha da Tarde: 06/04/1984. Professores promovem a maior passeata dos últimos tempos. Diário Popular: 06/04/1984.



Metalúrgicos para deliberar a respeito da seqüência da paralisação em resposta à contraproposta apresentada pelo governo, considerada como “insatisfatória”<sup>99</sup>.

A certeza de que a greve dos professores seria mantida podia ser sentida, ontem, antes mesmo que se iniciassem os pronunciamentos oficiais que informariam sobre o encontro do comando de greve com a comissão de política salarial do governo. Em meio às informações, gritadas em microfone e repetidas pela massa que não coube no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos, apareceram vaias e gritos que se transformaram, não demorou muito, em coro: “A greve continua”.<sup>100</sup>

A decisão de manter a greve foi alvo de críticas do governador Franco Montoro que passou acusar o movimento docente de ser manipulado por “forças políticas contrárias às Diretas”. Segundo Montoro, algumas faixas presentes nas manifestações, estampando os dizeres “quem elege, derruba” e “quem elegeu já se arrependeu” seriam indícios de um suposto caráter antidemocrático. Para ele, a greve do magistério paulista estaria sendo manipulada por setores do PDS e “infiltrada de agentes provocadores”<sup>101</sup>.

Outro elemento considerado por Montoro como revelador de uma possível conspiração contra as Diretas seria o “alastramento de movimento semelhante no Estado de Minas Gerais”, atingindo diretamente outra liderança política do movimento pelas Diretas, o governador mineiro Tancredo Neves. Montoro estava se referindo à greve dos professores mineiros que já alcançava o 14º dia de paralisação naquele momento<sup>102</sup>.

---

<sup>99</sup> Por aclamação, magistério decide manter a greve. Folha de S. Paulo: 07/04/1984.

<sup>100</sup> Decisão: a greve continua. Jornal da Tarde: 07/04/1984; Professores permanecem em greve e fazem nova passeata. Diário Popular: 07/04/1984; Magistério em greve volta a se reunir na 4.ª. Folha de S. Paulo: 09/04/1984; Professores nas escolas. Mas não para dar aula. O Estado de S. Paulo: 09/04/1984.

<sup>101</sup> Montoro acusa PDS de manipular greve do magistério. Folha de S. Paulo: 10/04/1984; Greve pode reunir 200 mil no Palácio. Folha da Tarde: 10/04/1984; Os professores preparam sua nova concentração. O Estado de S. Paulo: 10/04/1984.

<sup>102</sup> Docentes ameaçam marchar até a sede do Executivo mineiro. Folha de S. Paulo: 10/04/1984.

As acusações de Montoro receberam respostas tanto dos dirigentes das entidades quanto de algumas lideranças partidárias. Para Beatriz Pardi, diretora da Apeoesp, as acusações seriam “infundadas”, pois a entidade havia assumido “em congresso o compromisso de defesa das eleições diretas”. Já o deputado Valdemar Chubaci, vice-presidente do PMDB, afirmou que poderia ter havido um equívoco na análise do governador, pois em sua avaliação “o PDS não teria condições para arregimentar nem mesmo pequenas concentrações nos próprios municípios que dirigem”<sup>103</sup>.

A repercussão da campanha deflagrada por entidades do magistério estadual foi avaliada segundo uma pesquisa de opinião realizada pelo jornal Folha de S. Paulo. De acordo com o levantamento, 86,2% das pessoas entrevistadas estariam apoiando o movimento docente. Com uma margem de erro de 3%, a pesquisa apontou que grande parcela da população estaria de acordo com as reivindicações do professorado por entenderem a “precariedade de seus vencimentos e de suas condições de trabalho”<sup>104</sup>.

Em nova assembléia, desta vez realizada no estádio do Ibirapuera, entre 50 e 70 mil pessoas decidiram pela continuidade da greve por considerarem a “insensibilidade e irredutibilidade do governador” em atender as demandas dos profissionais da educação<sup>105</sup>. Novamente, uma grande passeata foi formada, agregando mais pessoas e atingindo, segundo estimativas da Polícia Federal, cerca de 100 mil participantes. O magistério confirmava na prática o apoio avaliado pelas pesquisas de opinião e seguia fortalecido na pressão ao governo estadual.

---

<sup>103</sup> Políticos repelem denúncia de “infiltração” na greve. Folha de S. Paulo: 11/04/1984; Docentes criticam afirmações do governador. Folha da Tarde: 11/04/1984.

<sup>104</sup> Movimento tem o apoio de 86,2% dos paulistanos, revela Pesquisa “Folha”. Folha de S. Paulo: 11/04/1984.

<sup>105</sup> Magistério decide continuar a greve. Folha da Tarde: 12/04/1984; Professores fazem sua maior assembléia. O Estado de S. Paulo: 12/04/1984; 70 mil professores nas ruas. Jornal da Tarde: 12/04/1984.

Percebendo o crescente desgaste diante da população e mesmo no interior de seu partido, PMDB, o governador Franco Montoro consentiu em proposta elaborada por sua base parlamentar que, na visão das lideranças dos docentes, sinalizava para a retomada do diálogo e uma possível suspensão do movimento. Os ítems da nova proposta eram:

Concessão imediata das cinco referências à carreira do magistério, incorporação imediata ao Estatuto do Magistério da contagem de tempo de serviço em dias corridos, formação de comissão paritária, integrada por representantes do Executivo e do magistério para em 45 dias estudar a questão da incorporação aos vencimentos, em três anos, das vantagens referentes à jornada integral, para fins de aposentadoria e participação de representantes das entidades do funcionalismo nos estudos de política salarial global do governo estadual, visando a recuperação das perdas salariais do funcionalismo.<sup>106</sup>

Frente a retomada do diálogo, políticos, representantes do governo e setores da imprensa esperavam pelo fim da greve. Em editorial, o jornal Folha de S. Paulo defendia que os educadores deliberassem pela volta imediata às aulas, certos de que teriam “aumentado o respeito e a confiança de que dispunham como categoria profissional junto a pais, alunos, demais servidores e opinião pública”<sup>107</sup>.

Enquanto diversos segmentos da sociedade cobravam o fim do movimento grevista, os professores, em assembléia considerada por parcela da imprensa como “bastante tumultuada”, decidiram pela continuidade da paralisação. Em torno de 100 mil pessoas participaram da assembléia em frente ao estádio do Morumbi, destas, muitas foram consideradas pela imprensa como “pessoas estranhas à classe”, no

---

<sup>106</sup> Governo decide conceder cinco referências ao magistério. Folha de S. Paulo: 13/04/1984; Concessão não evita ato de professores. O Estado de S. Paulo: 13/04/1984.

<sup>107</sup> Vitória, fim da greve. Folha de S. Paulo: 13/04/1984; Os professores em greve. O Estado de S. Paulo: 13/04/1984.

entanto, teriam exercido papel decisivo no resultado da assembléia. Segundo a Folha de S. Paulo,

a votação sobre a continuidade ou interrupção da greve mostrou uma absoluta divisão. Havia um número quase idêntico de braços levantados e uma suspeita muito grande de que, apesar dos insistentes pedidos do comando, vários não-professores estavam levantando os braços.<sup>108</sup>

(...) havia funcionários de outras entidades públicas, servidores da USP (também em greve), pais, alunos, estudantes universitários e vendedores ambulantes. Muitos dos quais até levantaram as mãos no momento da votação pelo destino da greve dos professores estaduais. Não havia mesmo como confiar no resultado da votação.<sup>109</sup>

Embora a greve dos profissionais da educação não houvesse terminado, surgiam as primeiras avaliações a respeito de quem teria perdido e quem teria ganhado. Era quase consenso o desgaste do secretário de Educação, Paulo de Tarso. De acordo com algumas opiniões, duas acusações pesavam contra ele: uma de que não teria avaliado corretamente o movimento dos professores e outra de que teria ciência de todo o contexto, não repassando “boas informações” ao governo e por estar incitando os grevistas<sup>110</sup>, ou seja, na visão de um grupo, seria incompetente por não estar atento à situação, por outro lado, seria acusado de traidor por supostamente manipular o movimento em favor do aumento de recursos para sua secretaria.

Além do secretário de Educação outros secretários foram acusados de “insensibilidade, incompetência e intransigência” nas negociações com as entidades do magistério. José Serra, Roberto Gusmão e Almir Pazzianotto, teriam sido responsáveis

---

<sup>108</sup> Professores divididos adiam decisão sobre a greve. Folha de S. Paulo: 14/04/1984; Professores protestam e mantêm greve. O Estado de S. Paulo: 14/04/1984.

<sup>109</sup> Na assembléia tensa, uma multidão (e não eram só professores.) resultado: nova assembléia terça-feira. Jornal da Tarde: 14/04/1984. Comando unitário não perdeu o controle, garante Milhomem Neto. Folha de S. Paulo: 15/04/1984.

<sup>110</sup> Paulo de Tarso pode ser afastado da Secretaria. Folha de S. Paulo: 14/04/1984.

pela continuidade do movimento grevista por não apresentarem contrapropostas que pudessem retomar o diálogo com os docentes<sup>111</sup>.

Após intensas acusações de intransigência e falta de comando entre grevistas e governo, professores, diretores e supervisores de ensino, reunidos em assembléia no ginásio do Ibirapuera, decidiram suspender a greve no dia 17 de abril daquele ano. Cerca de 80% dos 20 mil presentes à assembléia teriam decidido pelo fim das paralisações que já duravam 14 dias.

Para evitar a participação de servidores de outras áreas, foi necessária a apresentação de identidade e holerite. Mesmo assim, grupos identificados pela imprensa como pertencentes às “tendências radicais do PT e do PC do B”, manifestaram críticas ao comando central do professorado, defendendo o prosseguimento da greve<sup>112</sup>.

Concluído, parcialmente, o conflito entre governo e o professorado, coube a cada uma das partes capitalizar os resultados da negociação. Para o governador, o fim da greve teria representado “uma vitória para a democracia” dado que o governo seria responsável por integrar parcelas do funcionalismo na composição de forças que estudariam as próximas mensagens à Assembléia Legislativa a fim de estudar propostas para reajustes em seus vencimentos. Tal compromisso assumido pelo governo mereceu o destaque do secretário de Educação, pois em seu entendimento

---

<sup>111</sup> Lideranças não controlam greve dos professores. O Estado de S. Paulo: 15/04/1984.

<sup>112</sup> Magistério suspende greve mas continua mobilizado. Folha de S. Paulo: 18/04/1984; Professores resolvem voltar às aulas. O Estado de S. Paulo: 18/04/1984. Desta vez fracassa a tendência radical. O Estado de S. Paulo: 18/04/1984.

“um governo democrático caracteriza-se justamente pelo incentivo que dá à participação ampla de todos, o que fortalece as categorias profissionais”<sup>113</sup>.

Para o professorado, a greve teria significado, além das conquistas parciais (retorno das 5 referências e contagem de tempo de serviço em dias corridos), um avanço em termo de organização coletiva das categorias envolvidas na educação pública paulista, bem como o clima solidário entre docentes e comunidade escolar.

Durante a greve a Educação esteve organizada de forma democrática e solidária. Tudo o que foi feito nesse período por professores, diretores e supervisores foi decidido democraticamente, em centenas, milhares de reuniões e assembléias que realizamos em todo o Estado. Provamos que professores, diretores e supervisores podem trabalhar de maneira solidária e democrática que não precisa se sentir adversário do outro (claro que ainda temos problemas pois estamos no começo) provamos também, que pais e alunos não devem ser considerados “um problema” para a escola.<sup>114</sup>

De acordo com a deliberação que pôs fim à greve do magistério em 1984, ficou decidido que as entidades representativas deveriam manter constante diálogo entre si e com o governo a fim de verificar o cumprimento das propostas apresentadas como condição para o retorno ao trabalho.

Após algumas desavenças referentes ao desdobramento do trabalho desenvolvido pela comissão negociadora, criada pelo governo, lideranças do magistério voltaram a conclamar a categoria a se manifestar contra o que consideravam atos de traição por parte do governo paulista. Como resposta, o secretário de Educação, Paulo de Tarso, teria baixado resolução proibindo a realização de assembléias e reuniões em escolas por um período de 60 dias. Tal medida mereceu o “repúdio” de dirigentes das associações docentes acirrando ainda mais a relação, já

---

<sup>113</sup> Montoro admite analisar pedido de 70% em julho. Folha de S. Paulo: 18/04/1984; Professores resolvem voltar às aulas. O Estado de S. Paulo: 18/04/1984.

<sup>114</sup> Respondemos a traição fortalecendo nossa luta. Jornal. Apeoesp em notícias. mai/1984: p. 07.

tensa, entre governo e magistério, principalmente entre o secretário de Educação e os professores<sup>115</sup>.

A medida anunciada por Paulo de Tarso provocou novas manifestações públicas e teria contribuído para o desgaste de sua imagem, aumentando a pressão por sua saída da secretaria de Educação. Ato público convocado pelas entidades do magistério e demissões coletivas pedidas por funcionários que trabalhavam junto à Secretaria eram sinais imediatos da reação provocada pela “medida de emergência” tomada por ele<sup>116</sup>.

O desdobramento do novo conflito formado entre Paulo de Tarso e as associações de professores reforçou o sentimento por parte de deputados, imprensa, e lideranças do professorado de que a sua substituição na secretaria de Educação seria “imminente”. Eram reforçados os argumentos da suposta falta de habilidade política e ausência de apoio por parte do governador. As pressões eram oriundas tanto dos professores, insatisfeitos com sua atitude vista como autoritária, quanto por parte da bancada de deputados do PMDB que o considerava condescendente com as mobilizações do magistério<sup>117</sup>.

Após intensos ataques, o anúncio da exoneração de Paulo de Tarso aconteceu em 21 de maio daquele ano. Em seu lugar, após algumas especulações por parte da imprensa, foi apresentado o nome de Paulo Renato Souza como seu substituto,

---

<sup>115</sup> Tarso proíbe realização de reuniões em escolas. Folha de S. Paulo: 16/05/1984;

<sup>116</sup> Ato público repudia resolução proibindo reunião nas escolas. Folha de S. Paulo: 17/05/1984. Coordenadora demite-se e aumenta crise Secretaria-professorado. Folha de S. Paulo: 18/05/1984; Mais três assessores saem da Coordenadoria. Folha de S. Paulo: 19/05/1984.

<sup>117</sup> Deputados acham iminente saída do secretário. Folha de S. Paulo: 19/05/1984; Pressões nascem dentro do próprio governo. Folha de S. Paulo: 19/05/1984; Entidades repelem exonerações. Folha de S. Paulo: 19/05/1984; Professores versus Estado. Folha de S. Paulo: 19/05/1984.

gerando divergências entre lideranças do PMDB e objeções por parte das entidades do magistério<sup>118</sup>.

Para alguns deputados da bancada governista, a escolha de Paulo Renato teria sido marcada por certa “perplexidade”, pois viram-se incapazes de influir na decisão do governador, que preferia a indicação de um político e não de um técnico. Outros acrescentaram que a indicação de Paulo Renato poderia ir ao encontro de um grupo que estaria em ascensão no PMDB, composto pelo senador Fernando Henrique Cardoso e pelo secretário do Planejamento, José Serra<sup>119</sup>.

Surpresa e ceticismo marcaram as lideranças do professorado paulista. Para ele, a indicação de um economista seria indicativo de que o governo passaria a ter como preocupação valores quantitativos e não qualitativos para a educação paulista. Outra preocupação decorrente da primeira, dizia respeito ao fato de o novo secretário não ser vinculado ao ensino de 1.º e 2.º graus, desconhecendo os problemas atinentes aos professores<sup>120</sup>.

Paulo Renato de Souza chefiou a assessoria econômica da Secretaria do Planejamento até fevereiro deste ano, quando assumiu a presidência da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp. Por estas ligações estreitas com Serra, sua ascensão foi considerada um fortalecimento da área econômica do governo e um provável fator de endurecimento para com as reivindicações do magistério, na visão de suas entidades representativas.<sup>121</sup>

Enquanto o governo recompunha uma das principais secretarias, representantes do magistério procuravam avaliar a condução de sua campanha deflagrada com a

---

<sup>118</sup> Paulo de Tarso vai pedir demissão da Secretaria da Educação hoje. Folha de S. Paulo: 21/05/1984; Tarso formaliza demissão e revoga “emergências”. Folha de S. Paulo: 22/05/1984; Pinotti, o novo secretário da Educação? Jornal da Tarde: 22/05/1984; Presidente da Prodesp é o novo secretário da Educação. Folha de S. Paulo: 24/05/1984.

<sup>119</sup> Na bancada do PMDB, uma clara sensação de frustração. Folha de S. Paulo: 24/05/1984.

<sup>120</sup> Magistério recebe com desagrado. Folha de S. Paulo: 24/05/1984.

<sup>121</sup> Novo secretário inicia contatos e visita Serra. Folha de S. Paulo: 25/05/1984.



última greve. Assembléias foram realizadas, descartando a possibilidade de nova greve de docentes, preferindo-se o desenvolvimento de uma campanha salarial unificada com o funcionalismo público<sup>122</sup>. Entre os motivos alegados pela preferência em juntar-se aos demais setores do funcionalismo estavam as expectativas diante do novo secretário de Educação e a ausência de mobilização entre o professorado para empreender nova paralisação durante aquele ano.

As entidades representativas dos professores do ensino oficial paulista voltaram a intensificar suas ações reivindicatórias em maio de 1985, quando foi dado início a uma campanha em defesa do reajuste trimestral para o funcionalismo. Mais uma vez, as associações do magistério uniram-se às associações de outros setores do funcionalismo a fim de empreender manifestações conjuntas, fortalecendo a pressão ao governo<sup>123</sup>.

Além dos reajustes trimestrais, eram reivindicados a reposição da inflação do governo Montoro, que segundo as lideranças do funcionalismo, atingia 47,7% e piso fixado em 2,5 salários mínimos. A necessidade de acelerar os mecanismos de reposição salarial por meio de reajustes trimestrais demonstrava a escalada inflacionária de meados dos anos 80<sup>124</sup>.

Apesar de participarem de reuniões e atos em conjunto, as entidades do magistério não demonstraram a mesma unidade da greve anterior. Em assembléia realizada no Sindicato dos Metalúrgicos em São Paulo, representantes da Apeoesp deliberaram favoravelmente por iniciar uma nova greve. Contudo, integrantes das

---

<sup>122</sup> Magistério realiza amanhã assembléia para avaliação. Folha de S. Paulo: 25/05/1984; Magistério só vai a greve com o funcionalismo. O Estado de S. Paulo: 27/05/1984; Magistério decide fazer campanha unificada com o funcionalismo. Folha de S. Paulo: 28/05/1984.

<sup>123</sup> A exigência dos funcionários: que Montoro pressione Brasília. Jornal da Tarde: 11/05/1985.

<sup>124</sup> SANDOVAL, 1994: 184.

entidades envolvendo os professores primários (CPP), os diretores (Udemo) e os supervisores de ensino (Apase) manifestaram sua contrariedade em participar da ação grevista. O bloco das associações docentes acabara rachando, tendo como resultado, um movimento encabeçado exclusivamente pelos professores representados pela Apeoesp<sup>125</sup>.

Embora manifestações públicas com grande presença de participantes tenham tomado algumas ruas do centro de São Paulo, as dificuldades em enfrentar o jogo de contra-informação do governo, as constantes ameaças de punição, bem como a divisão entre as categorias do magistério oficial pesaram contra a continuidade da greve que acabou sendo interrompida na primeira assembléia após o seu início, completando 4 dias de paralisação<sup>126</sup>.

Em que pese o insucesso do movimento grevista liderado pela Apeoesp, um novo assunto ganhou destaque entre os profissionais da educação paulista naquele momento, a reformulação do Estatuto do Magistério. De acordo Maria Izaura Cação, ainda no final do primeiro ano do governo Montoro fora criada uma comissão de Revisão do Estatuto do Magistério, integrando, posteriormente representantes das entidades docentes (CPP, Apeoesp, Apase e Udemo)<sup>127</sup>.

A partir desse momento, desenvolveu-se um debate em toda a rede estadual de ensino no intuito de levantar sugestões que pudessem fundamentar a elaboração de um novo documento acerca de assuntos relativos à carreira, à jornada e à valorização do magistério.

---

<sup>125</sup> Entidades questionam a greve do magistério em SP. Folha de S. Paulo: 20/05/1985.

<sup>126</sup> Assembléia de docentes suspende a paralisação. Folha de S. Paulo: 26/05/1985.

<sup>127</sup> CAÇÃO: 2001: 126.

Governo e associações docentes concordavam que a reforma do Estatuto constituía uma ação imprescindível a fim de “recuperar a escola pública, melhorar a qualidade do ensino e revalorizar o magistério”<sup>128</sup>. Entretanto, divergiam quanto aos meios necessários para atingir os objetivos enunciados.

Para a Apeoesp, era necessário romper com a “concepção hierarquizante, o casuísmo e o corporativismo” que teriam marcado a confecção dos Estatutos anteriores (1974 e 1978), partindo de uma visão mais abrangente de educação<sup>129</sup>. Visão esta que divergiria não apenas do governo mas também das outras entidades do magistério. Na opinião de lideranças da Apeoesp, enquanto a associação defendia uma posição que contemplaria todo o magistério e sua valorização, as demais associações permaneceriam apegadas a critérios que supervalorizariam “os especialistas em detrimento do conjunto dos educadores”<sup>130</sup>.

Após meses de negociações travadas entre entidades, governo e deputados, o novo Estatuto do Magistério foi aprovado em 27 de dezembro como Lei Complementar n.º 444/85<sup>131</sup>. O saldo das discussões em torno do Estatuto do Magistério foi considerado positivo pela diretoria da Apeoesp por ter “permitido uma ampla reflexão acerca da estrutura de poder dentro da escola, das condições de trabalho dos professores e do tipo de educação que se pretende para os alunos do Estado”<sup>132</sup>. Dentre as reivindicações da entidade, contempladas na nova lei, consideraram de grande importância, o caráter deliberativo do Conselho de Escola e o aumento da carga da hora-atividade, que passou a ser exercida em local de livre

---

<sup>128</sup> Professores discutem o novo Estatuto. Folha de S. Paulo: 09/06/1985.

<sup>129</sup> Contribuições para o estudo do Estatuto do Magistério. Apeoesp em Notícias. set/1984: 02.

<sup>130</sup> Na discussão do Estatuto, as contradições do Magistério. Apeoesp em Notícias. ago/1985: 07.

<sup>131</sup> CAÇÃO, 2001: 137.

<sup>132</sup> Apeoesp faz balanço de sua atuação em 1985. Apeoesp em Notícias. jan/fev/1986: 03.

escolha do professor (na proposta inicial apresentada pelo governo, deveria ser exercida na unidade escolar).

O ano de 1986 foi marcado por diferentes expectativas por parte do professorado, assim como pela população brasileira. O anúncio do Plano de Estabilização Econômica feito pelo presidente José Sarney renovava as esperanças de conter o movimento ascendente da inflação, por meio do congelamento de preços e salários, gerando um clima de euforia em diversos setores da sociedade.

A 28 de fevereiro de 1986, Sarney anunciou ao país o Plano Cruzado através de uma rede nacional de rádio e televisão (...) houve preocupações em não se agravar e até em melhorar a situação dos trabalhadores. Reajustou-se o salário mínimo pelo valor médio dos últimos seis meses, mais um abono de 8%. (...) Foi a época da ocupação de supermercados em nome do povo e da vigilância comovente, mas inútil, dos fiscais de Sarney. As medidas no campo salarial proporcionaram uma certa folga às camadas pobres da população. Um clima de otimismo ilimitado se instalou no país.<sup>133</sup>

Pela primeira vez o povo se sentia com poder para controlar os preços e denunciar os abusos, como se de repente a luta contra a inflação estivesse ao alcance da mão de todos.<sup>134</sup>

Apesar dos resultados iniciais mostrarem-se positivos, a sucessão de outros planos de combate à inflação revelaram a ineficiência de tais iniciativas agravando as condições de vida da maioria da população, resultando em profundo desencanto em relação ao primeiro governo civil após 21 anos de ditadura militar<sup>135</sup>.

No tocante ao magistério paulista, as expectativas giravam em torno da aplicação do novo Estatuto do Magistério e das repercussões que poderiam existir em relação aos seus salários. Assim, durante o primeiro semestre daquele ano, a Apeoesp

---

<sup>133</sup> FAUSTO, 1995: 522.

<sup>134</sup> SADER, 1990: 44.

<sup>135</sup> *Ibidem*: 47. Para uma sucinta análise da política econômica do governo Sarney, consultar: ABREU, 1992: 347-386.

permanecia aguardando possíveis melhoras na condição de trabalho dos docentes, mantendo-se disposta a iniciar novas mobilizações da categoria.

Na fase do famoso “esquenta motores” já começamos a nos manifestar publicamente como que advertindo o governo, nosso patrão, de nossa disposição firme de colocar os pingos nos ii com relação aos nossos salários. É preciso efetivamente recuperar a dignidade salarial dos professores como uma condição necessária para a melhoria da Educação.<sup>136</sup>

Depois de recompor os contatos com outras entidades do professorado, a Apeoesp lançou, no segundo semestre, campanha conjunta com diretores e supervisores de ensino reivindicando piso de 5 salários mínimos para valorização na escala de vencimentos de todos os professores. Um dia de paralisação foi convocado pelas associações no intuito de reabrir as negociações salariais com o governo e alertá-lo para a retomada de nova movimentação grevista no Estado<sup>137</sup>.

O governo, prontamente, manifestou-se contrário às reivindicações do professorado, argumentando que a elevação do piso de 2,2 (Cz\$ 1784,00) para 5 salários mínimos (Cz\$ 4019,00) implicaria em “aumento de cerca de 130% na folha de pagamento dos professores”. De acordo com o governo, o aumento resultaria em despesas que atingiriam 103% de toda a arrecadação do ICM estadual, tornando-o “inviável”<sup>138</sup>.

A contrapartida oferecida pelo executivo paulista foram novas referências na escala de vencimentos do magistério, que teriam como reajuste até janeiro de 1987,

---

<sup>136</sup> Editorial. Apeoesp em Notícias. abr/1986: 03.

<sup>137</sup> Professores farão greve de advertência dia 26. Folha de S. Paulo: 19/08/1986; Professores fazem hoje manifestação no Palácio. Folha de S. Paulo: 26/08/1986; Hoje, protesto dos professores. O Estado de S. Paulo: 26/08/1986. Professores fazem dia de greve e manifestação por reajuste salarial. Folha de S. Paulo: 27/09/1986.

<sup>138</sup> Não! É Montoro aos professores. O Estado de S. Paulo: 27/08/1986; Governo descarta piso de 5 salários mínimos para professores. Gazeta Mercantil: 27/08/1986; Aos professores. Folha de S. Paulo: 29/08/1986.

ganhos estipulado entre 34 e 40%. No entanto, para Gumercindo Milhomem Neto, presidente da Apeoesp, tal índice não alcançaria os valores esperados pela categoria<sup>139</sup>.

Em vista do consideraram uma recusa do governo em manter negociações com o magistério, a Apeoesp deflagraria greve geral a partir do dia 10 de setembro daquele ano.

Os professores de todas as regiões do Estado, reunidos primeiro no Conselho de Representantes e depois em Assembleia Geral da Apeoesp, decidiram com muita maturidade decretar greve geral a partir do dia 10/09. A Apeoesp, assim, assume a responsabilidade de encabeçar e organizar o movimento grevista, apesar da não adesão das outras entidades do magistério, pois os professores não aceitam nenhuma tutela e, portanto, assumem por si mesmos a sua luta, sempre insistindo para que haja unidade com todos aqueles que assumirem a greve.<sup>140</sup>

Ao mesmo tempo em que procuravam expressar os motivos que obrigariam nova greve no magistério à sociedade e marcar posição contrária ao governo, a nota divulgada na imprensa pela Apeoesp buscava o apoio das outras entidades docentes que, em um primeiro momento, resolveram não aderir à paralisação, denotando possíveis divergências quanto à sua necessidade ou viabilidade.

O secretário de Educação, José Aristodemo Pinotti, diante da falta de unidade entre as entidades, procurou gerar novas divergências entre elas ao reunir-se com representantes do CPP, da Apase e da Udemo<sup>141</sup>. Dias depois, devido à ausência de um acordo, CPP e Udemo resolveram aderir à mobilização liderada pela Apeoesp.

Para o segundo semestre de 1986 estavam previstas eleições para legislativo e executivo estadual, além do Congresso Nacional. Deputados federais e senadores que fossem eleitos teriam a incumbência de elaborar a nova Constituição do país, em um

---

<sup>139</sup> Governo concede reajuste de 34% para professores. Folha de S. Paulo: 29/08/1986.

<sup>140</sup> Em Assembleia da Apeoesp professores declaram greve. Folha de São Paulo: 08/09/1986.

<sup>141</sup> Pinotti diz que Secretaria deverá descontar dias parados de professor. Folha de S. Paulo: 11/09/1986.

trabalho que seria iniciado a partir de fevereiro de 1987. Diante desse contexto, o governador Franco Montoro acusou o movimento grevista dos professores de “exploração política”, por haver “candidato dirigindo a campanha”. O chefe do executivo paulista referia-se a Gumerindo Milhomem Neto, presidente da Apeoesp e candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, Santos Siqueira, dirigente da Udemo e candidato a deputado estadual também pelo Partido dos Trabalhadores e Sólton Borges Reis, presidente do CPP e candidato a deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro<sup>142</sup>.

O suposto uso político da greve foi endossado pelo ex-secretário de Educação do governo Montoro, Paulo Renato Souza, que havia deixado a secretaria para assumir a reitoria da Unicamp. De acordo com ponto de vista, a greve havia sido decretada a fim de contribuir para a campanha de “dirigentes candidatos a deputado”. Além disso, mencionou que durante sua gestão, essa prática já havia sido adotada na realização da greve de 3 dias, em 1985, cujas finalidades seriam as eleições para a diretoria da Apeoesp<sup>143</sup>.

Em resposta, as lideranças do movimento argumentaram que a greve seguia deliberação dos professores por meio das instâncias de debate da entidade. E que nestas instâncias, haveria muitos professores candidatos, pertencentes a diversos partidos políticos, “inclusive o partido do governo” (PMDB).

Diante da crescente adesão à greve, o secretário de Educação, José Aristodemo Pinotti, procurou justapor os interesses de professores e comunidade, ameaçando decretar a reposição das aulas no mês de janeiro (prejudicando as férias escolares) e

---

<sup>142</sup> Há “exploração política” na greve dos professores, afirma Montoro. Folha de S. Paulo: 20/09/1986.

<sup>143</sup> Ex-secretário confirma uso político da greve. Folha de S. Paulo: 21/09/1986.

incentivar os pais de alunos, formandos do ensino de 2.º grau, a ingressar na justiça para garantir a conclusão do ano letivo, possibilitando a participação de seus filhos em concursos vestibulares<sup>144</sup>.

A atitude do secretário de Educação, considerada “radical” por parte dos dirigentes do professorado serviu para reforçar a aliança em torno do movimento. Mesmo assim, as entidades procuravam renovar o ânimo da categoria por meio de notas veiculadas na imprensa paulista, conclamando-os para a continuidade do movimento, pois assim teriam força para exigir a não punição pelos dias parados.

O Secretário da Educação, através de suas declarações, está criando uma situação de radicalização e obstáculos à negociação, ao mesmo tempo em que continua ofendendo o Magistério ao falar em manipulações políticas do nosso movimento reivindicatório. Faz também ameaças que não poderá cumprir e para as quais, sem dúvida, não contará com a concordância do próprio governo como um todo. (...) Redobremos nossos esforços para que não haja qualquer prejuízo aos nossos alunos. Nem mesmo o de terem que ir às aulas nos fins de semana ou nas férias. (...) O governo não poderá tomar medidas isoladas contra um único professor. Nosso movimento coletivo (...) é também reivindicação da greve que não haja punição de qualquer tipo aos grevistas.<sup>145</sup>

As ameaças do secretário de Educação continuaram repercutindo na imprensa, gerando novos protestos por parte dos docentes que passaram a reivindicar a sua exoneração. Para Gumercindo Milhomem Neto, presidente da Apeoesp, “nem no tempo da ditadura, o governo havia tomado medidas tão autoritárias”, exigindo assim a saída de Pinotti da secretaria<sup>146</sup>.

Para José Aristodemo Pinotti, a greve seria um “direito inegável frente a uma situação de intransigência”, contudo, era necessário que a população soubesse que tal

---

<sup>144</sup> Aulas vão até janeiro. O Estado de S. Paulo: 25/09/1986.

<sup>145</sup> Greve do Magistério. Folha de S. Paulo: 26/09/1986.

<sup>146</sup> Saída do Secretário, a exigência. O Estado de São Paulo: 25/09/1986; Professores rejeitam as ameaças do secretário. O Estado de S. Paulo: 27/09/1986.



postura não partiria do governo e sim do professorado que teria iniciado a greve após “seguidas reuniões de negociação” e o anúncio de reajustes que seriam maiores que “a maioria de aumentos salariais que têm sido dados dentro do Plano Cruzado”. Continuando a greve, os docentes, segundo o secretário, prejudicariam a “função social do ensino e, até, a distribuição da merenda...”<sup>147</sup>.

Como ressonância do ponto de vista do governo paulista, o jornal O Estado de S. Paulo também dirigiu às lideranças do professorado a acusação de “radicalismo”, “insensatez” e “egoísmo”, pois em seu entendimento, as propostas oferecidas aos docentes, apesar de não contemplarem plenamente suas demandas, mostraria a disposição do governo em minimizar os problemas que afetariam a educação paulista desde longa data. As principais acusações voltavam-se contra os dirigentes, pois de acordo com o editorial, seriam movidos pelo “oportunismo ideológico e eleitoreiro”, cuja preocupação maior constituiria-se na eleição de dirigentes das entidades do magistério, optando pelo “radicalismo”, que ficaria acima dos “reais interesses da categoria e dos 5 milhões de alunos que freqüentam a rede escolar do Estado”<sup>148</sup>.

Apeoesp e CPP tentavam responder aos ataques, atribuindo ao governo a responsabilidade pelo prosseguimento da greve. Para os dirigentes das entidades, o governo “apesar de proclamar-se democrático” teria se negado ao diálogo com os representantes do magistério paulista e tentado se impor a partir de ameaças. Assim, para enfrentar o que consideravam como “intransigência” e “descaso” por parte do governo, entendiam de grande relevância para a continuidade do movimento,

---

<sup>147</sup> PINOTTI, A proposta do governo e a greve dos professores. Folha de S. Paulo: 02/10/1986; Pais assumem escola: é a reação contra a greve de professores. O Estado de S. Paulo: 02/10/1986.

<sup>148</sup> Radicalismo do Magistério. O Estado de S. Paulo: 03/10/1986.

“continuarem firmes na luta para que a escola pública pudesse se tornar realmente fator de progresso social”<sup>149</sup>.

Além do desgaste provocado pela duração do movimento grevista (acusações por parte da imprensa e de representantes do governo, ameaças), outro componente passou a atuar contra os docentes paralisados, a crítica advinda de grupos de pais. Insatisfeitos com a permanência da paralisação, alguns pais mobilizaram-se para pressionar os professores a voltar ao trabalho. Tal iniciativa teria partido de pais de alunos da escola Reynaldo Porchat e ganhado repercussão na imprensa. Tentaram assumir a escola e substituir professores em greve para dar andamento ao ano letivo, porém, teriam sido barrados pelos grevistas, causando desentendimentos e minando parte do apoio recebido pela comunidade ao movimento<sup>150</sup>.

A manifestação, mesmo que isolada, de alguns pais, poderia indicar uma mudança em relação ao apoio da comunidade escolar frente às manifestações docentes que, em outros momentos, havia sido fundamental para a sua legitimação. Por mais que a reação esboçada não representasse a totalidade dos pais de alunos das escolas públicas paulista, o fato, explorado pela imprensa, teria projetado uma imagem de insatisfação e contrariedade geral contra o professorado.

Frente às crescentes adversidades, os professores, representados por suas entidades, declararam o fim da greve em 3 de outubro daquele ano. Como proposta de continuidade de mobilização, novas atividades foram agendadas declarando o governador Franco Montoro como “inimigo da Educação”. Além das críticas ao chefe

---

<sup>149</sup> Prezado Eleitor. Folha de S. Paulo: 03/10/1986.

<sup>150</sup> Pais assumem escola: é a reação contra a greve de professores. O Estado de S. Paulo: 02/10/1986; Pais não tomam escola e ainda ouvem ameaças. O Estado de S. Paulo: 03/10/1986; Professores continuam em greve apesar dos protestos de pais. Folha de S. Paulo: 03/10/1986.

do executivo paulista, alguns setores do professorado mostraram-se insatisfeitos com o presidente da Apeoesp, Gumercindo Milhomem Neto, por supostamente, ter usado os professores em seu proveito<sup>151</sup>. Mesmo assim, Milhomem Neto fora eleito como deputado constituinte naquele ano e conseguira eleger seu sucessor, João Antônio Felício, como presidente da entidade<sup>152</sup>.

A fim de abstrair as supostas vitórias da greve de 86, a diretoria da Apeoesp analisou os resultados econômicos auferidos ao longo do ano, concluindo que tal mobilização, juntamente com outras manifestações desenvolvidas no primeiro semestre daquele ano, tivera “saldo positivo” por assegurar à categoria, de março de 1987 a janeiro de 1987 um reajuste “nada desprezível” de 84,68%<sup>153</sup>.

Além do aspecto material, outro elemento identificado como conquista da greve seria “a reafirmação da dignidade” da categoria, conseguida em meio a um enfrentamento caracterizado por pressões e ameaças diversas.

Durante estes 24 dias sofremos pressões várias e, embora com exceções e com elogiáveis e magníficas exceções, é preciso que se registre, diretores e assistentes dançaram ao som da música nazista e hipócrita; “alguns” a mando de delegados e diretores de divisões que, por sua vez, obedeciam ordens da Secretaria da Educação e do próprio Governo do Estado, numa demonstração clara da incapacidade e da falta de confiança em si próprios, pois tais comportamentos são comuns naqueles que somente com o autoritarismo e o terror conseguem se impor.<sup>154</sup>

Há que se destacar ainda, que depois de várias ameaças do secretário de Educação em descontar os dias paralisados, os professores em greve receberam seus

---

<sup>151</sup> Fim da greve: aulas. O Estado de S. Paulo: 04/10/1986; Regional Sul esclarece os fatos. Por que inimigo dos professores? Apeoesp em Notícias. nov/1986: 06.

<sup>152</sup> Na Constituinte, um trabalho intimamente ligado à Apeoesp. Apeoesp em Notícias. dez/1986: 04; Empossada nova diretoria da Apeoesp. Apeoesp em Notícias. jun-jul/1987: 03; Situação obtém 58% dos votos na eleição da Apeoesp. Folha de S. Paulo: 31/05/1987.

<sup>153</sup> O Cruzado não deu certo...mas a greve deu. Apeoesp em Notícias. jan-fev/1987: 05.

<sup>154</sup> Pontos de reflexão sobre nossa greve. Apeoesp em Notícias. Nov/1986: 06.

salários sem alteração<sup>155</sup>, constituindo-se em importante motivação para novas mobilizações do professorado, o que não demorou para acontecer.

Em 1987 tiveram início os trabalhos da Assembléia Constituinte, renovando os anseios de diferentes parcelas da sociedade que poderiam debater e influenciar na elaboração da nova carta magna do país.

A Assembléia Nacional Constituinte começou a se reunir a 1.º de fevereiro de 1987. As atenções e as esperanças do país voltaram-se para a elaboração da nova Constituição. Havia um anseio de que ela não só fixasse os direitos dos cidadãos e as instituições básicas do país como resolvesse muitos problemas fora de seu alcance. (...) O texto da Constituição, muito criticado por entrar em assuntos que tecnicamente não são de natureza constitucional, refletiu as pressões dos diferentes grupos da sociedade. As grandes empresas, os militares, os sindicalistas etc. procuraram introduzir no texto normas que atendessem a seus interesses ou se harmonizassem com suas concepções.<sup>156</sup>

O PMDB, além de eleger o maior número de deputados constituintes, elegeu a quase totalidade dos governos estaduais (exceto Sergipe). Em São Paulo, o vice-governador de Franco Montoro, Orestes Quércia, foi empossado novo governador.

Diante da efervescência política do momento e dos fracassos experimentados pelo Plano Cruzado, a Apeoesp, dando continuidade às mobilizações dos professores paulistas, elaborou uma pauta contendo reivindicações antigas da categoria tais como piso de cinco salários mínimos e eleições diretas para diretores de escolas, delegados de ensino e diretores de divisão Regional<sup>157</sup>.

Um dia de paralisação foi realizado em 9 de abril de 87 com a finalidade de protestar contra o anúncio de que o novo governador extinguiria, para o funcionalismo, o mecanismo criado pelo governo federal, denominado gatilho salarial (reajuste

---

<sup>155</sup> Governo decide pagar os docentes sem descontar dias paralisados. Folha de S. Paulo: 08/10/1986.

<sup>156</sup> FAUSTO: 1995, 524.

<sup>157</sup> Apeoesp inicia campanha. O Estado de S. Paulo: 15/03/1987; Apeoesp quer eleição direta para delegados. Diário do Grande ABC: 19/03/1987; Apeoesp acusa PMDB de impor delegados. Diário do Grande ABC: 28/03/1987; Apeoesp encaminha eleições para Delegado de Ensino. Diário de Rio Claro: 05/04/1987.

automático do salário concedido todas as vezes que a inflação mensal superasse a meta pré-estabelecida pela equipe econômica), regulamentado pelo governador Franco Montoro no final de 1986<sup>158</sup>. A disputa pela manutenção do gatilho salarial reuniria todo o funcionalismo público estadual em novas manifestações, culminando na primeira greve enfrentada por Orestes Quércia, deflagrada a partir de maio daquele ano<sup>159</sup>.

Após um início marcado, como de praxe, pelo jogo de informações e contra-informações, o movimento do funcionalismo demonstrou avançar para diferentes categorias, aumentando a adesão e forçando o governo a anunciar uma contra-proposta. Em troca do gatilho salarial, o governo adotaria o reajuste trimestral<sup>160</sup>. As entidades convocaram novas assembleias, tendo como resultado a não aceitação de tal medida, declarando a continuidade da paralisação que prosseguiu até o dia 22 de maio daquele ano.

Além da pressão por parte das entidades do funcionalismo, o governo deveria obter maioria na Assembleia Legislativa para aprovar o projeto inicial. Contudo, deputados de oposição (PT, PTB, PL) conseguiram retardar a votação e angariar apoio às reivindicações dos servidores junto a deputados governistas (PMDB e PFL). O governo, sentindo-se acuado e na iminência de ser derrotado viu-se pressionado a retirar o projeto da Assembleia. Porém, depois de horas de discussão entre os

---

<sup>158</sup> Greve de professores atinge escolas do 1.º ao 3.º grau. Folha de S. Paulo: 10/04/1987.

<sup>159</sup> 10.000 funcionários públicos em assembleia, decidem greve a partir do dia 7 de maio. Folha de S. Paulo: 03/05/1987; Aos funcionários públicos estaduais...greve. Folha de S. Paulo: 08/05/1987.

<sup>160</sup> Greve do funcionalismo prossegue, governo considera pequena a adesão. Folha de S. Paulo: 09/05/1987; O funcionalismo ainda diz não. Jornal da Tarde: 13/05/1987; Quércia concede dois gatilhos e implanta a trimestralidade. Folha de S. Paulo: 13/05/1987; Servidores consideram proposta insatisfatória. Folha de S. Paulo: 13/05/1987.

deputados a mensagem governamental, retirando o gatilho do funcionalismo acabou sendo voto vencido, constituindo-se em uma vitória parcial do movimento grevista<sup>161</sup>.

Apesar da derrota na Assembléia, o governador Orestes Quércia reverteu a situação referente ao gatilho ao conseguir liminar do Supremo Tribunal Federal, suspendendo o seu pagamento ao julgamento de inconstitucionalidade de ação movida pelo governo paulista. Em resposta, as entidades do funcionalismo retomaram a greve quase quinze dias depois de suspenderem o primeiro movimento. Os servidores paulistas estavam vivenciando uma experiência inusitada no Estado de São Paulo, participar de duas greves em um mesmo ano<sup>162</sup>.

A greve, iniciada em 12 de junho e finalizada 6 dias depois, não conseguiu obter a mesma adesão da primeira, levando somente alguns setores da Saúde e da Educação à paralisação parcial. Mesmo assim, puderam celebrar o anúncio de que o Supremo Tribunal Federal havia decidido que o governo paulista deveria pagar os gatilhos referentes aos meses de março, abril e maio, representando em um reajuste de 72,8%<sup>163</sup>. Nova derrota para Orestes Quércia que acumulara em seu primeiro ano de mandato, derrotas políticas e jurídicas, repercutindo negativamente em sua popularidade, contabilizadas pela Apeoesp como resultado das ações desenvolvidas pelo conjunto do funcionalismo e, em particular, dos docentes.

Tais derrotas podem ser resumidas em quatro momentos distintos: 1.º - a derrubada do Projeto Quércia de Extinção do Gatilho, pela Assembléia Legislativa, a 20 de maio; 2.º - a derrota de Quércia no Supremo Tribunal Federal, obrigando-o ao pagamento integral dos Gatilhos, a 10 de junho; 3.º - o

---

<sup>161</sup> Gatilho: Quércia vai recuar? O Estado de S. Paulo: 16/05/1987; Assembléia derrota Quércia e mantém gatilho. Folha de S. Paulo: 21/05/1987.

<sup>162</sup> Quércia recorre contra o gatilho do funcionalismo. Folha de S. Paulo: 28/05/1987; STF concede liminar e suspende pagamento de gatilho a servidores. Folha de S. Paulo: 05/06/1987.

<sup>163</sup> Servidores fazem passeata; greve é parcial. Folha de S. Paulo: 18/06/1987; A paralisação atinge 35% das escolas do Estado, diz Apeoesp. Folha de S. Paulo: 13/06/1987; Supremo manda Quércia pagar. O Estado de S. Paulo: 11/06/1987; Ele não gostou, mas pagará. Em parcelas. O Estado de S. Paulo: 11/06/1987.

pagamento do 3.º Gatilho incluído no salário de julho; 4.º - o anúncio, de viva voz do Governador, do compromisso com o pagamento do 4.º Gatilho. Tais passagens, ao consolidarem a unidade na vitória do movimento grevista do funcionalismo, acirraram o desgaste político de Orestes Quércia. Contribuindo também para o fortalecimento da luta dos professores, através da melhoria do seu nível sócio-econômico e do aperfeiçoamento de sua consciência política.<sup>164</sup>

No segundo semestre de 1987, as atenções dos professores paulistas estiveram voltadas para as discussões relativas à nova Constituição. Cobravam dos deputados constituintes a manutenção da aposentadoria especial para os docentes e a destinação de mais verbas para a educação como um todo<sup>165</sup>.

Caravanas foram realizadas até Brasília a fim de pressionar os deputados pela manutenção de conquistas como a aposentadoria especial e a ampliação de direitos relacionados à educação como “verbas públicas só para escolas públicas, ensino público gratuito em todos os níveis, gestão democrática da escola, vinculação dos vencimentos ao salário mínimo, plano de carreira unificado, percentuais de verbas para a Educação no texto constitucional”<sup>166</sup>.

Também no segundo semestre, a Apeoesp participou da greve geral no dia 20 de setembro, convocada pelas centrais sindicais contra a política econômica do governo federal, que estaria promovendo “novos arrochos salariais para os trabalhadores”<sup>167</sup>.

No tocante à campanha salarial no Estado de São Paulo, a entidade, após deliberação em assembléias no final de 1987, avaliou que nova greve do magistério poderia ser deflagrada a partir do início de 1988. Segundo cálculos levantados pelo

---

<sup>164</sup> Greve: avaliação necessária. Apeoesp em Notícias. jul/1987: capa.

<sup>165</sup> Pela manutenção da aposentadoria especial aos 25 anos para os professores e mais verbas para a escola pública. Folha de S. Paulo: 02/09/1987.

<sup>166</sup> Editorial. Apeoesp em Notícias. out-nov/1987: 03.

<sup>167</sup> Greve geral. Apeoesp em notícias. ago/1987: 04.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), as perdas acumuladas durante os primeiros dez meses do governo Quéricia chegariam a 80%. Mesmo assim, para os dirigentes da associação de professores, haveria dificuldades em mobilizar a categoria no final do ano letivo de 1987<sup>168</sup>.

Os professores, juntamente com outros setores do funcionalismo público, voltaram a debater as perdas acumuladas durante o primeiro ano do mandato de Quéricia já no começo de 1988<sup>169</sup>. Exigiam reajuste de 144% para recompor as perdas com a inflação mais 15% de aumento real, ou seja, acima da inflação. Para as entidades a não reabertura das negociações provocou nova mobilização, resultando em nova greve que duraria de 11 de fevereiro até 15 de março. Outras categorias que haviam aderido à greve retornaram antes dos docentes, evidenciando dificuldades em compor a unidade presente em outros momentos.

As informações a respeito do índice de paralisação nas escolas estaduais variavam de acordo com a fonte, 40% para representantes da secretaria de Educação e 80% segundo a contabilidade de dirigentes da Apeoesp<sup>170</sup>. Em que pesem os interesses de cada um dos lados, era consenso que o movimento nas escolas havia se fortalecido desde seu início até o final de fevereiro.

Além das dificuldades decorrentes do isolamento político durante o processo de paralisação, os professores tiveram de enfrentar ainda as corriqueiras ameaças de desconto dos dias parados, uma ação repressiva da política militar durante passeata realizada em frente ao Palácio dos Bandeirantes e a abertura de sindicância para

---

<sup>168</sup> Assembléias deliberam rumos da greve no início de 88. Apeoesp em Notícias. nov-dez/1987: 05; Projeto de reajuste do governo Quéricia: nunca perdemos tanto. Folha de S. Paulo: 27/01/1988.

<sup>169</sup> Atenção professores e funcionários: vamos à greve. Folha de S. Paulo: 07/02/1988.

<sup>170</sup> 40% das escolas já estão sem aulas. Folha de S. Paulo: 24/02/1988; Paralisação atinge 80% das escolas estaduais. Folha de S. Paulo: 25/02/1988.



investigar a participação de alguns professores no movimento<sup>171</sup>. Tal atitude teria contribuído para o desgaste político do governador e alimentado a continuidade do movimento grevista.

Diante do crescimento nos índices de paralisação verificados tanto pelas entidades do magistério quanto pelo governo, a expectativa era de que fosse feita nova proposta para a retomada das negociações<sup>172</sup>. Entretanto, a primeira contra-proposta oferecida pelo governador desagradou os grevistas pelo fato de, segundo os docentes, limitar-se a pequenas correções que não corrigiriam possíveis distorções cometidas contra o Estatuto do Magistério e nem representariam mudança significativa na questão salarial<sup>173</sup>. Não vislumbrando alternativa, os professores mantiveram-se mobilizados aguardando novos termos para um acordo que pusesse fim às paralisações<sup>174</sup>.

A reabertura das negociações teria acontecido quando o governo anunciou, em 12 março, a transformação da gratificação em reajuste de 14% (índice este elevado para 18%, um dia depois). De outro lado, apesar de não considerarem satisfatório o índice apresentado, as entidades do magistério condicionaram o retorno às atividades à suspensão das punições contra os grevistas e o pagamento dos dias parados<sup>175</sup>.

Durante o final de semana que antecedeu a assembléia do dia 15, representantes do magistério, lideranças partidárias e secretários de governo procuraram contornar as

---

<sup>171</sup> Governo decide cortar o ponto de professores. O Estado de S. Paulo: 24/02/1988; Repressão revolta professores. O Estado de S. Paulo: 28/02/1988; Abertas mais oito sindicâncias contra professores em greve. Folha de S. Paulo: 05/03/1988.

<sup>172</sup> Professores esperam proposta. O Estado de S. Paulo: 26/02/1988; Servidores esperam nova proposta. Folha de S. Paulo: 01/03/1988.

<sup>173</sup> Docentes rejeitam proposta sobre gratificação. Folha de S. Paulo: 04/03/1988.

<sup>174</sup> Governo faz concessão a professores para tentar acabar com paralisação. Folha de S. Paulo: 03/03/1988; Funcionários enchem a Sé e mantêm greve. Folha de S. Paulo: 04/03/1988. Professores marcam novo ato dia 15. Folha de S. Paulo: 09/03/1988.

<sup>175</sup> Quércia recua e reabre negociação com professores. Folha de S. Paulo: 13/03/1988; Governo oferece 14% aos professores. O Estado de S. Paulo: 13/03/1988.

divergências e estabelecer um acordo que motivou o fim da greve que já durara 34 dias.

Mesmo reconhecendo possíveis conquistas do movimento, a diretoria da Apeoesp realizou análise das dificuldades em manter a mobilização. Dentre os elementos foram apontados “o cansaço, o desgaste financeiro e físico frente a tanta intransigência, a paralisação de 90% caindo para menos de 50% na capital após o 30.º dia de greve, dificuldade das lideranças no sentido de manter a paralisação nos níveis necessários ao enfrentamento com o governo”<sup>176</sup>. O possível desgaste sentido pelos docentes durante essa greve teve de ser superado por nova onda de mobilizações em torno da Assembléia Constituinte, durante a votação dos assuntos relativos à Educação, à duração do mandato do presidente José Sarney e às campanhas em defesa de eleições diretas em 1988<sup>177</sup>.

Em meio ao clima convulsionado que antecedia a aprovação da nova Carta Magna, as lideranças do professorado paulista, alegando “rápida deterioração nos salários”, voltaram a organizar a categoria em novas assembleias, atos, paralisações de 24 horas, culminando em nova ação grevista no segundo semestre. Pelo segundo ano consecutivo, o magistério paulista empreenderia duas greves no mesmo ano.

Cobravam do governo, em setembro, 87,6% para repor o poder de compra de janeiro de 1987. Além disso, exigiam o pagamento da URP (Unidade de Referência de Preços, substituto do gatilho salarial, porém com a mesma finalidade), considerado um direito de todos os trabalhadores e um instrumento mais eficiente do que os reajustes trimestrais do qual o governo paulista fazia uso, tido como responsáveis pelas “perdas

---

<sup>176</sup> Editorial. Apeoesp em Notícias. mar-abr/1988: 03.

<sup>177</sup> Diretas 88: pressão à Constituinte. Apeoesp em Notícias. mar-abr/1988: 06; Constituinte e Eleições. Apeoesp em Notícias. jun/1988: 04; Ensino: alguns avanços na nova Carta. Apeoesp em Notícias. jun-1988: 11.

insuportáveis” vivenciadas não só pelos professores mas pelo conjunto do funcionalismo público estadual<sup>178</sup>.

A greve, iniciada em 23 de setembro e encerrada no dia 12 de outubro daquele ano, contou com a participação da Apeoesp, do CPP e da Afuse (Associação dos Funcionários da Secretaria de Educação)<sup>179</sup>. Novamente, surgiram episódios de confronto entre manifestantes e polícia, gerando nova onda de críticas ao governador, que passou a ser tratado como “autoritário e truculento”.

Como se não bastassem os baixos salários como uma violência aos professores, o governo do Estado, através de agentes por ele credenciados, se utilizou da agressão física àqueles que estavam na inauguração da Estação Itaquera do Metrô, no seu legítimo direito de manifestação, solicitando ao Sr. Governador o atendimento das reivindicações da categoria. (...) As entidades representativas do magistério paulista exigem a imediata instauração de inquérito policial para apurar a autoria da agressão criminosa da qual a maior vítima foi a Escola Pública.<sup>180</sup>

Em momentos de acirrado conflito entre governo e magistério, a mobilização tendia a se fortalecer, aumentando a insatisfação na categoria em relação ao tratamento dispensado pelos agentes públicos à educação e, especificamente, às condições salariais dos professores. Repercutia também junto à comunidade escolar, que mesmo não apoiando integralmente o movimento grevista, solidarizava-se com aqueles que são reprimidos em suas manifestações, ainda mais em tempos que a sociedade se mobilizava em torno da consolidação de uma nova Constituição que pusesse fim aos instrumentos da ditadura militar.

---

<sup>178</sup> Magistério reivindica URP e 87,6% ou volta à greve dia 14. Apeoesp em Notícias. set/1988: 07; Governo está levando professorado à greve novamente. Folha de S. Paulo: 07/09/1988; Assembléia de professores da rede estadual: greve. Folha de S. Paulo: 23/09/1988.

<sup>179</sup> Começa fraca a greve dos professores. Folha de S. Paulo: 24/09/1988;

<sup>180</sup> Professor agredido, nossa resposta: a greve continua. Folha de S. Paulo: 04/10/1988.

Contudo, a repressão do governo a partir do desconto dos dias parados e da ação da Polícia Militar em manifestações, a descrença em parte do magistério de que seriam possíveis novas concessões por parte do Estado, o anúncio de mais 10% de reajuste, feito no primeiro dia de paralisação, seriam responsáveis pelos baixos índices de adesão à greve do segundo semestre. Assim, em 13 de outubro, após a constatação em assembléia, da queda no número de escolas paralisadas em todo o Estado, os professores decidiram retornar ao trabalho<sup>181</sup>.

A avaliação da greve do segundo semestre de 1988 tornava-se imperiosa frente aos desafios que o magistério continuava a enfrentar no governo Quéricia. Segundo pesquisa do DIEESE, em janeiro de 1989 o professor da rede estadual paulista estaria recebendo o equivalente a 29% do salário recebido em março de 1979<sup>182</sup>. Ou seja, em 10 anos os professores teriam acumulado perdas substanciais em seus vencimentos, comprometendo além do ensino nas escolas a sua própria subsistência.

Se na esfera econômica o professorado paulista e outras categorias profissionais organizavam-se e manifestavam-se para deter o movimento ascendente da inflação, no campo político, o magistério comemorava alguns avanços consagrados na Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988. Dentre os elementos considerados como conquistas estavam: a continuidade da aposentadoria especial, a destinação de percentual fixo para a Educação, o direito de sindicalização e de greve ao funcionalismo público em geral<sup>183</sup>.

---

<sup>181</sup> Professores retornam ao trabalho sem reposição das aulas perdidas. Folha de S. Paulo: 14/10/1988; As razões da greve de setembro/outubro. Apeoesp em Notícias. out-nov/1988: 03; O porquê da greve parcial. Apeoesp em Notícias. out-nov/1988: 03.

<sup>182</sup> Professor ganha só 29% do salário real de 1979. O Estado de S. Paulo: 26/01/1989.

<sup>183</sup> Nova Constituição: uma avaliação por quem a fez. Apeoesp em Notícias. out-nov/1988.

Dois temas não puderam ser debatidos o suficiente para apreciação e aprovação por parte dos deputados e senadores e constituíram-se no alvo de manifestações do professorado paulista e de outros Estados ao longo dos anos que se seguiram à promulgação da nova Constituição: o estabelecimento de um Piso Salarial Profissional Nacional e a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que fosse condizente com a realidade vivenciada no país<sup>184</sup>.

#### **4.5 O RECONHECIMENTO JURÍDICO DE UMA REALIDADE**

Em 1989, o grau de mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira continuava alto devido à crise econômica e à expectativa da eleição direta para presidente, marcada para ocorrer no segundo semestre.

De acordo com Salvador Sandoval, 1989 teria encerrado um período de intensa agitação política, marcada pela atuação de diversas categorias profissionais, representadas por seus sindicatos. Inúmeras greves tiveram lugar em diferentes Estados brasileiros denotando “a luta dos trabalhadores contra a política governamental de redução dos salários, economicamente recessiva e incapaz de deter a inflação acelerada, e marcou a consolidação de um movimento sindical nacional”<sup>185</sup>.

Dada a grande quantidade de movimentos grevistas e atuação de suas lideranças, o professorado paulista, representado pela Apeoesp, teve no

---

<sup>184</sup> Nossa luta por um piso salarial profissional. Apeoesp em Notícias. mar-abr/1989: 03; Nova LDB em discussão. Apeoesp em Notícias. mar-abr/1989: 04.

<sup>185</sup> SANDOVAL, 1994: 191. A nova LDB foi aprovada após intensa mobilização e sob severas críticas das entidades docentes em 1996. Já a elaboração de um Piso Salarial Nacional para o professorado continua (até fevereiro de 2006) indefinido em decorrência de desentendimentos entre governos federal, estaduais e municipais e os sindicatos docentes.

reconhecimento constitucional do direito à sindicalização e à greve “um marco formal de um movimento real mais amplo e de importância inédita no campo do trabalho e do sindicalismo no Brasil”<sup>186</sup>.

Pouco tempo depois de promulgada a Constituição de 1988, a Apeoesp entrou com pedido de registro sindical, tendo o pedido aceito pelo Ministério do Trabalho em março de 1989, meses antes da realização da mais longa greve do magistério no Estado de São Paulo<sup>187</sup>.

Diferentemente de outros Estados, em São Paulo, o sindicalismo no setor de educação teve como característica a pluralidade de entidades a partir da hierarquização de cargos. Ou seja, a Apeoesp passou a representar legalmente os professores da Educação Básica do Estado. Já os diretores de escolas pela Udemo, assim como os supervisores e demais especialistas da educação pela Apase. Por fim, houve a transformação da Afuse em sindicato para representar os demais funcionários das escolas. O CPP, mesmo não conseguindo o registro sindical, continuou participando em conjunto com as outras entidades nas manifestações e greves em defesa do magistério paulista. Em outras unidades da federação, partiu-se para a criação de entidades únicas representando todas as categorias envolvidas em educação<sup>188</sup>. Apesar de a Apeoesp aprovar em seus Congressos propostas que objetivassem a unificação de todos os segmentos do magistério, isto não se concretizou devido a possíveis rivalidades entre os mesmos.

---

<sup>186</sup> NOGUEIRA, 2005: 137.

<sup>187</sup> Apeoesp é o sindicato registrado dos professores. Apeoesp em Notícias. mar-abr/1989: 07; CAÇÃO, 2001: 157. Retrospecto da greve. Apeoesp em Notícias. jul-ago/1989:04-05.

<sup>188</sup> NOGUEIRA, Op. Cit.: 210.

Obter o registro sindical teria significado para as lideranças da Apeoesp a legitimação de uma realidade vivenciada a partir do final da década de 70. Desde então, a entidade estaria atuando junto a seus associados a fim pressionar o governo a negociar projetos relativos a educação e às condições salariais dos docentes. Para tanto, fazia-se necessária a mobilização e a realização de greves para abrir um diálogo com os agentes públicos. A partir do reconhecimento sindical da associação, o governo seria obrigado a reconhecer a entidade para fins de negociação, mesmo na ausência de greves ou outras manifestações conflituosas. Este sindicato apresentar-se-ia como “classista, de massa, pluralista, democrático, independente e autônomo”.

O caráter classista do sindicato implica em articular as lutas imediatas com o projeto histórico da classe trabalhadora, assumindo o socialismo como perspectiva geral. (...) o surgimento de um novo sindicalismo no Brasil deveu-se à adesão e participação das grandes massas de trabalhadores nos sindicatos. (...) A democracia interna nos sindicatos é condição fundamental de ação sindical e só será garantida com a participação ativa das bases nas decisões das instâncias, no controle sobre a direção, definindo os mandatos e limites das diversas instâncias de direção (...) os sindicatos devem filiar os trabalhadores independentemente da ideologia que, na ação sindical, venham a adquirir e a desenvolver a sua consciência política e ideológica, enquanto classe.<sup>189</sup>

Tal modelo de sindicato foi sendo gestado na medida em que a associação refazia suas estruturas internas. Grupos e concepções iam se consolidando em meio aos debates realizados nos congressos. Experiências eram trocadas nas mobilizações com outros segmentos do magistério e outras categorias profissionais, ou seja, a partir das disputas vivenciadas em meio às transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que abalaram o país durante os anos 80, assim como da própria dinâmica experimentada pelos docentes em sua organização coletiva.

---

<sup>189</sup> Resoluções do IX Congresso Estadual Anual da Apeoesp. São José do Rio Preto. Nov/1988.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Apeoesp surgiu em meio ao processo de redemocratização do país após 8 anos de ditadura varguista, ou seja, em um momento de reorganização política da sociedade. Dentro desse contexto, os docentes que lecionavam no ensino secundário na rede pública do Estado de São Paulo manifestaram o desejo de constituir uma entidade que representasse seus interesses e servisse para aglutinar um segmento do magistério paulista que viveria uma fase de expansão nas décadas seguintes.

Refletindo certa concepção que via o professor como difusor de valores como respeito à família e aos símbolos nacionais, sua entidade coletiva deveria manter uma postura de cordialidade e respeito em relação aos demais profissionais do ensino e aos representantes do Estado. Suas demandas deveriam ser atendidas não pela pressão e sim pelo debate e pela colaboração com os órgãos de governo.

No entanto, tal postura foi sendo modificada, durante os anos 50 e 60, a partir das transformações que se abatiam sobre o país e pela dinâmica das disputas travadas em seu interior e dentro do campo educacional paulista.

A nova configuração política no Brasil ensejava participação e mobilização de amplos segmentos sociais em torno de ideais e projetos diversos (nacionalização do petróleo, nacional-desenvolvimentismo, campanha da Legalidade, Reformas de Base). Em relação à educação, a grande demanda por ensino público provocada pelo aumento da população nas grandes cidades instigava debates e começava a provocar diferentes manifestações por parte da Igreja, da Universidade e associações docentes.



No tocante à Apeoesp, os “fundadores” davam lugar a novos grupos de professores mais identificados com os debates suscitados pela conjuntura nacional. Juntamente com seus congressos, outras formas de manifestações foram revelando um professor atento a questões não restritas à educação e questionador quanto a suas reivindicações. Além disso, o processo de negociação estabelecido com o governo gerava desgastes, transformando posturas, ações e representações acerca do magistério e, conseqüentemente, da entidade de professores.

Outro condicionante das transformações experimentadas pela Apeoesp nesse período seria a necessidade de se afirmar no campo educacional paulista não apenas frente ao governo, mas também em relação a entidades representando outras categorias envolvidas com o ensino: professores primários, diretores e especialistas.

Foi dentro desse cenário que os docentes do ensino secundário no Estado de São Paulo, juntamente com outros professores e responsáveis pela educação somaram esforços e empreenderam a primeira ação grevista do magistério em 1963. Apesar de ser inusitada devido a proibição ao funcionalismo público de participar de paralisações, a greve fora resultado de experiências que foram se acumulando a partir das concentrações e passeatas do final dos anos 50 e do acirramento na relação entre docentes e governo.

Vivenciar uma paralisação serviu para que certas concepções acerca do trabalho do professor fossem questionadas. Ensinar deixava de ser uma missão sagrada, executada por alguém que abriria mão de possíveis compensações materiais e passava ser vista como uma profissão desempenhada por um profissional que reivindicava tal qual outras categorias de trabalhadores. Embora essa mudança não ocorresse de forma

imediate, seria decisiva no processo de reelaboração de práticas individuais e coletivas por parte dos docentes.

De meados dos anos 60 ao final dos anos 70, a entidade se consolidaria no campo educacional e perante seus associados. O rápido crescimento na oferta de vagas para o ensino secundário seria acompanhado pelo aumento no número de professores. Tal acréscimo de docentes se fez a partir de contratações que não garantiam segurança e estabilidade, gerando novas demandas à associação que os representava. Assim, mesmo impedidos de mobilizar-se por meio de concentrações e movimentos grevistas, a Apeoesp obteria legitimidade junto aos professores agindo a partir da luta jurídica em defesa de seus associados. Sua estrutura foi ampliada, efetivando núcleos em diversas cidades do Estado para se adequar ao aumento no número de associados.

Concomitante a isso, novos grupos ascendiam questionando a capacidade da associação em adaptar-se às mudanças em seu interior e às transformações políticas geradas pelo processo de reabertura política. Tais grupos se constituiriam em lideranças paralelas na entidade, reunindo força suficiente para liderar o professorado em novas mobilizações, culminando na greve em agosto de 1978.

Além de questionar a ordem autoritária, juntamente com outras ações deflagradas por setores diversos da sociedade, a greve de 1978 e o processo eleitoral do ano seguinte, marcaram a transição no comando da entidade. Agregando novos compromissos e refazendo práticas, as lideranças que emergiram nesse processo seriam responsáveis por consolidar a greve como principal instrumento de luta reivindicatória. Ademais, era necessário obter o reconhecimento do Estado a essa nova postura da associação, por meio da luta pela sua transformação em sindicato.

Embora as lideranças que ascenderam no final da década de 70 cerrassem fileiras contra a diretoria estabelecida até aquele momento, após assumir o controle da Apeoesp, passariam a travar nova disputa evidenciando diferentes projetos para a organização dos professores. Dessas disputas, um grupo se consolidaria no comando da entidade, garantindo que suas representações sobressaíssem em detrimento de outras, revelando o estado de permanente luta travada em seu interior.

Tal processo evidencia o movimento dinâmico por que passou a Apeoesp ao longo de sua história. A alteração jurídica em seu estatuto, transformando a associação em sindicato significou o reconhecimento de nova postura sem, no entanto, desprezar antigas formas de pensar e agir dos professores. A manutenção do nome Apeoesp após seu reconhecimento como sindicato revela que as lideranças que emergiram no final da década de 70 reconheciam a legitimidade mantida pela associação junto a seus representados. Assim, em um movimento dialético, atuavam para transformar as práticas coletivas docentes anteriores, mas agiam conforme essas mesmas práticas para consolidar sua posição de mando na entidade.

A produção acadêmica também é responsável por consagrar certa perspectiva na análise a respeito da Apeoesp, sob diferentes abordagens. Alguns trabalhos como o de Laurita Fassoni, o fizeram partindo da concepção que o professorado nos anos 78/79 havia atingido a consciência de pertencer à classe trabalhadora. As greves, o discurso combativo e a sua inserção nas lutas pela redemocratização seriam os responsáveis por concretizar essa consciência<sup>190</sup>. Diante desse ponto-de-vista, a história anterior aos anos 78/79 seria de importância menor, quase dando a entender

---

<sup>190</sup> FASSONI, 1991.

que se tratasse de uma outra entidade, caracterizada por seu posicionamento dito “acrítico”, “pelego” e “submisso ao Estado-patrão”.

Outros autores trataram a organização coletiva docente, partindo da hipótese de que seriam os “intelectuais orgânicos” da classe trabalhadora e que somente alcançariam essa compreensão por meio de uma vanguarda que atuaria na conscientização de seus pares da sua “condição de assalariado e de sua especificidade, numa sociedade de tipo capitalista”<sup>191</sup>. Também para esse grupo de autores, a trajetória da Apeoesp, desde sua fundação não se encaixaria em seus esquemas explicativos pré-concebidos.

Houve ainda um terceiro conjunto de trabalhos que viu a mobilização docente inserida na luta das classes médias, que passou a se constituir em um forte segmento da sociedade após a expansão urbano-industrial a partir de meados dos anos 50. Nesse período, emergiria uma classe que se distinguiria da burguesia e do proletariado, participando de ações de resistência em defesa de um “status declinante”, frente a uma crise financeira do Estado que repercutia na redução dos salários<sup>192</sup>. Entretanto, reconheceram as dificuldades em abordar o termo classe média, por seu caráter vago e de difícil definição.

Recentemente, alguns estudos têm-se fundamentado no instrumental teórico de Pierre Bourdieu<sup>193</sup>. Tal perspectiva tem resultado em novas leituras, estabelecendo novas periodizações e enfocando experiências de professores não restritas ao âmbito

---

<sup>191</sup> RIBEIRO, 1983: 104.

<sup>192</sup> SOUZA, Op. 1996: 34. VALE, 2002: 150; SANT’ANA, 1993: 11 e 66; LEOBONS, 1997: 57.

<sup>193</sup> LUGLI, 2002: 05.

sindical. Além disso, tem questionado determinadas interpretações acerca da história da Apeoesp, a partir de um excessivo personalismo<sup>194</sup>. Segundo Bourdieu

A razão e a razão de ser de uma instituição e dos seus efeitos sociais, não está na “vontade de um indivíduo ou de um grupo mas sim no campo de forças antagonistas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e do habitus dos seus ocupantes, se geram as “vontades” e no qual se define e se redefine continuamente, na luta – e através da luta – a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos.<sup>195</sup>

Proceder à análise da trajetória da Apeoesp segundo o princípio enunciado por Bourdieu nos possibilita entendê-la como um sub-campo no campo educacional. Neste, existem subgrupos profissionais que estabelecem uma hierarquização entre si de acordo com a posse maior ou menor de capital simbólico, no campo do qual fazem parte. Nesses subgrupos (como o de professores), a relação com as estruturas sociais objetivas, bem como as disputas travadas no seu interior, vão se constituindo naquilo que Rosário Lugli chamou de “habitus professoral”, ou seja, elementos específicos que convergem interesses, regras e modos de pensar o mundo de forma particular, definidores das fronteiras com outros subgrupos.

De acordo com essa perspectiva, a Apeoesp é entendida como uma instituição fundada por professores secundários, cujo objetivo seria conquistar autonomia e legitimidade junto a este segmento do magistério, definindo os seus limites com a entidade dos docentes do primário, o CPP e, ao mesmo tempo, reivindicando o seu reconhecimento perante a Secretaria de Educação e o próprio Estado.

Quando de sua preocupação com os concursos de ingresso e da reiterada exigência da licenciatura, estavam interessados, simultaneamente, em criar regras

---

<sup>194</sup> COSTA, 1982 KRUPPA, Op. Cit., P. 145.

<sup>195</sup> BOURDIEU, P. 2000: 81.

quanto a aceitação de seus associados e delimitar sua posição frente a professores e entidades de outros níveis de ensino. O conflito de interesses entre os variados profissionais do ensino ficaram explicitados em diversos momentos como nas greves e demais manifestações públicas. Isso explica em parte, o fato de, mesmo participando conjuntamente em muitas campanhas em defesa da educação e de melhoria nas condições dos educadores, não terem concretizado a formação de uma “Federação Paulista do Magistério” (anos 40, 50 e 60) ou de um sindicato único para os profissionais da educação no Estado (anos 80).

Na medida em que se legitimavam frente aos docentes dos diferentes níveis de ensino e perante o Estado, suas práticas eram renovadas, assim como eram reformuladas as suas regras de funcionamento, constituindo novos “habitus”. Estes refletiam e refratavam não apenas os embates vivenciados no campo educacional, mas as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas no Brasil e no Estado de São Paulo ao longo de sua trajetória.

Assim sendo, tivemos como preocupação acompanhar a trajetória da Apeoesp a partir de sua relação com os diferentes momentos da história do país e entender as especificidades de suas ações e experiências em diferentes contextos e realidades, rompendo assim com certas dicotomias (associação X sindicato; pelego X grevista) e lançando novos olhares acerca dos estudos relativos a organizações coletivas de professores.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### ***FONTES***

IMPRENSA: artigos, colunas abordando educação e matérias de diversas épocas.

- O Estado de S. Paulo;
- Folha de S. Paulo;
- Diário de S. Paulo;
- A Gazeta;
- Última Hora.

Apeoesp:

- Apeoesp em Notícias e Jornal da Apeoesp, de 1972 até 1989.
- Atas de assembleias;
- Tese e deliberações de congressos;
- Boletins, informes e notas oficiais encaminhadas aos membros do governo paulista;

### ***BIBLIOGRAFIA***

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

ALMEIDA, Maria Isabel. *O Sindicato como Instância Formadora dos Professores: Novas Contribuições ao Desenvolvimento Profissional*. São Paulo, 1999. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Perfil dos Professores da Escola Pública Paulista*. São Paulo, 1991. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005.
- ARROYO, Miguel G. Operários e educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? In.: *Educação & Sociedade*, 2(5), 1980.
- BARROS, Edgar Luiz de. *Os governos militares*. São Paulo: Contexto, 1991
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Ação Política e Expansão da Rede Escolar: Os interesses eleitorais do deputado estadual e a democratização do ensino secundário no Estado de São Paulo. In.: *Pesquisa e Planejamento*. N.º 8, São Paulo: CRPE, 1964. (pp.99-198).
- BLASS, Leila Maria da Silva. Novo Sindicalismo: Persistência e Descontinuidade. In.: RODRIQUES, Iram Jácome (org.). *O Novo Sindicalismo: Vinte Anos Depois*. Petrópolis: Vozes, 1999. (33-49)
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Escritos de educação*. 7.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governo militares. In.: FERRERIA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura militar*. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (pp. 13-42).
- BUSETO, Áureo. Para pensar os conceitos de campo e habitus de Bourdieu na educação brasileira. In.: BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). *Trajetórias e Perspectivas da Formação de Educadores*. São Paulo: Ed UNESP, 2004.



\_\_\_\_\_. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CAÇÃO, Maria Izaura. *Jornada de Trabalho Docente: delineamento histórico da organização do trabalho do magistério público estadual paulista*. Campinas, 2001. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas.

CALIMAN, , Auro Augusto (coord). *Legislativo Paulista: Parlamentares, 1835-1998*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.

CARVALHO, Maria Jurema Venceslau de. *O professor estadual – um valor ameaçado: as condições de ensino e a associação da categoria profissional do professor paulista*. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica.

CARVALHO, Marília Carvalho. *Mestra Sim, Tia Também: Professores de 1º. Grau na Periferia de São Paulo*. In.: *Projeto História: Mulher & Educação*. (11) São Paulo: PUC, 1994. (pp. 91-100).

CATANI, Denice B. *Educadores à Meia-Luz – um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*. São Paulo, 1989. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

COSTA, Ernestina da Silva (et.al.). *A Mobilização dos agentes educacionais do sistema estadual: breve histórico*. In.: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, (41): 49-63.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projeto, desafios e conflitos na democracia*. In.: FERRERIA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (127-154)

DOBBECK, Vera Lúcia Aparecida de Castro. *O Professor e a Categoria Profissional: A Construção da Consciência Política*. São Paulo, 2000. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

FASSONI, Laurita Fernandes. *A Apeoesp – Oponente ou Proponente? Um estudo sobre a contribuição do sindicato dos professores na construção de uma escola pública de qualidade para a classe trabalhadora*. São Paulo, 1991. Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In.: FERRERIA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (343- 404).

\_\_\_\_\_. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In.: FERRERIA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (301-342).

FERREIRA JR, Amarílio. *Sindicalismo e Proletarização: A Saga dos Professores Brasileiros*. São Paulo, 1998. Tese (doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

FONSECA, Sílvia Asam. *Os professores e a qualidade do ensino: A escola secundária paulista (1946-1961)*. São Paulo, 2004. Dissertação (mestrado em Educação) - Faculdade de Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

GOMES, Angela de Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In.: GOMES, Angela de Castro, PANDOLFI, Dulce Chaves, ALBERTI, Verena. (coord.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUSMÃO, Emery Marques. *Memórias de quem ensina História: cultura e identidade docente*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

JÓIA, Orlando (coord). *Apeoesp dez anos – 1978/1988. Memória do movimento dos professores do ensino estadual paulista*. São Paulo: CEDI, 1993.

KRUPPA, Sônia Maria Portela. *O movimento de professores em São Paulo: o sindicalismo no serviço público – o Estado como patrão*. São Paulo, 1994. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo.

LELIS, Isabel. A Construção Social do Magistério: Imagens em Movimento. In.: *Projeto História: Mulher & Educação*. (11) São Paulo: PUC, 1994. (pp. 101-113).

LEOBONS, Luiz Augusto Gerardin Poirot. *Delegando a um igual: Apeoesp – professores públicos no novo sindicalismo (1976-1981)*. Niterói, 1997. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

LUGLI, Rosário Genta S. *O Trabalho Docente no Brasil: O Discurso dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das Entidades Representativas do Magistério (1950-1971)*. São Paulo, 2002. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

---

\_\_\_\_\_. *Um Estudo Sobre CPP (Centro do Professorado Paulista) e o Movimento de Organização dos Professores (1964-1990)*. São Paulo, 1997. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

MACHADO, Lourdes Marcelino. *Teatralização do poder: o público e o publicitário na reforma de ensino paulista*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imesp, 2005.

MASCARO, Carlos Correa. *Governo estadual, orçamento e ensino*. São Paulo: USP/FFCL – Cadernos da Faculdade n.º14, 1959.

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. *Valorização salarial dos professores. O papel do Piso Salarial Profissional Nacional como instrumento de valorização dos professores da Educação Básica Pública*. Campinas, 2000. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução*. In.: FERRERIA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O*

*Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (241-271).

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In.: FERRERIA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (155-194).

MINGUILI, Maria da Glória. *A gestão da escola pública no Estado de São Paulo: da intenção à obra*. Campinas, 1995. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas.

NADAI, Elza. *A educação como apostolado: histórias e reminiscências (São Paulo 1930-1970)*. São Paulo, 1991. Tese (Livre-docência em Educação) – Universidade de São Paulo.

NEGRO, Antonio Luigi & SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In.: FERRERIA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (47-96).

NOGUEIRA, Arnaldo José França Mazzei. *A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In.: \_\_\_\_\_. *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 1999.

OLIVEIRA, Ledercy Gigante de. *Estado nota zero. Análise do magistério público paulista: 1970-1990*. São Carlos, 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas – Universidade Federal de São Carlos.

OLIVEIRA, Romualdo P. de. Professorado e sindicato: do sacerdote ao trabalhador assalariado. In.: FISCHMANN, R. (coord). *Escola brasileira: temas e estudos*. São Paulo: Atlas, 1987.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In.: GOMES, Ângela de Castro (et. al). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

PERALVA, Angelina Teixeira. *Reinventando a Escola: a luta dos professores públicos do Estado de São Paulo na transição democrática*. São Paulo, 1992. Tese

(Livre-Docência em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

PESSANHA, Eurize C. *Ascensão e queda do professor*. São Paulo: Cortez, 1994.

PRADO, Luiz Carlos Delorme & EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In.: FERRERIA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (207-241)

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *A Formação Política do Professor no Exercício Profissional Durante os anos 70: Organização e Liderança*. São Paulo, 1983 (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira – a organização escolar*. 5. ed. São Paulo: Moraes, 1984.

RIDENTE, Marcelo. *Professores e ativistas da esfera pública*. São Paulo: Cortez, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. 8.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUS PEREZ, José Roberto. *A política educacional do Estado de São Paulo: 1967-1990*. Campinas, 1994. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atual, 1990.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil: 1945-1990*. São Paulo: Ática, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In.: FERRERIA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida

- Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (283-313).
- SANT'ANA, Ruth Bernardes de. *Professores de 1.º e 2.º Graus: Representação Social e Mobilização Coletiva*. São Paulo, 1993. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.
- SAVIANI, Demerval. *Política e educação no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- SILVA JR., Celestino Alves da. *A Escola Pública como local de trabalho*. São Paulo: Cortez, 1993.
- SILVA, Geraldo Bastos Silva. *A Educação Secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In.: FERRERIA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Vol.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (243-282).
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- SOUZA, Aparecida Néri de. *Sou professor, sim senhor: representações do trabalho docente*. Campinas; Papyrus, 1996.
- SPOSITO, Marília Pontes. *O Povo vai à Escola*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.
- STEPHANOU, Maria (org). *História e Memórias da Educação no Brasil – vol. III – Século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez. *Política e administração de pessoal docente (um estudo sobre a secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo)*. São Paulo: EDUSP, 1988.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: 1981.
- 
- \_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. I: A árvore da liberdade*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

---

\_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. II – A maldição de Adão*. Trad. Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

---

\_\_\_\_\_. *A Formação da Classe Operária Inglesa. Vol. III – força dos trabalhadores*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALE, Ana Maria do. *Diálogo e Conflito: A presença do pensamento de Paulo Freire na formação do sindicalismo docente*. São Paulo: Cortez, 2002.

VIANNA, Cláudia. *Os Nós do “Nós”: Crise e perspectiva da ação coletiva docente em São Paulo*. São Paulo: Xamã, 1999.

VICENTINI, Paula Perin. *Imagens e Representações de Professores na História da Profissão Docente no Brasil (1933-1963)*. São Paulo, 2002. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

---

\_\_\_\_\_. *Um Estudo Sobre O CPP (Centro do Professorado Paulista): Profissão Docente e Organização do Magistério (1930-1964)*. São Paulo, 1997. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo.

Autorizo a reprodução deste trabalho

Assis, 9 de março de 2007

Ricardo Pires de Paula



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)